



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA.
ADRIANE DOS PRAZERES SILVA

ADRIANE DOS PRAZERES SILVA

O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961-1981).

Belém
2016

ADRIANE DOS PRAZERES SILVA

O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961- 1981)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dr^a. Edilza Joana Oliveira Fontes.

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a. Edilza Joana Oliveira Fontes.
PPHIST/ UFPA _Orientadora

Prof. Dr. Humberto Rocha Cunha
Examinador externo UFRGS

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
PPHIST/ UFPA- UFPA

Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira
Examinador Externo UFRR

Prof. Dr^a Márcia Menendes Motta
Examinador Externo UFF

Prof. Dr^a. Rosa Elizabht Acevedo Marín.
Examinador Externo UFPA/NAEA.

Belém
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Silva, Adriane dos Prazeres

O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros
(1961-1981) / Adriane dos Prazeres Silva. - 2016.

Orientadora: Edilza Joana Oliveira Fontes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

1. Posseiros – Pará. 2. Direito Agrário – Pará. 3. Igreja e
problemas sociais – Pará – Igreja católica. 4. Conflito social –
1961-1981. 5. Golpes de Estado – Brasil. I. Título.

CDD 22. ed. 333.3098115

O canto do lavrador, 1962.

Agora nós vamos pra luta,
A terra que é nossa ocupar,
A terra é pra quem trabalha,
A historia não falha.
Nós vamos Ganhar.
Já chega de exploração
Já chega de tanto sofrer
Ou morrer jogado no eito,
Ou leva no peito o jeito é vencer.
Já chega de tanta promessa
Já chega de tanto esperar
A terra na raça ou na garra,
Na Lei ou na marra,
Nós vamos tomar.
Agora nós vamos pra luta,
A terra que é nossa ocupar,
A terra é pra quem trabalha,
A história não falha.
Nós vamos Ganhar.
(Benedito Monteiro)

RESUMO

O golpe civil- militar de 1964, trouxe uma série de problemáticas no que diz respeito à questão do conflito de terras na Amazônia, no Estado do Pará, mais especificamente no Vale do Tocantins denominação usada, pelo governo militares para designar o Médio e o Baixo Tocantins, que são as microrregiões que envolve o município de Tucuruí, que por sua vez abriga em seu território a hidrelétrica de mesmo nome (a maior usina inteiramente nacional). O período aqui analisado é de (1961-1981), portanto vinte anos, momento que houve mudanças profundas na região. A construção dessa barragem, os incentivos fiscais, as mudanças na Legislação do Estado e mais os projetos de colonização pensados pelos governos militares, desdobrou uma série de acontecimentos entre eles estava o conflito pela posse da terra, envolvendo vários sujeitos índios, seringueiros, castanheiros, posseiros, trabalhadores rurais e entidades aliadas como a FASE, a prelazia de Cametá, a congregação das Irmãs filhas da Caridade, e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Oeiras e Baião. De acordo com a visão dos trabalhadores rurais, do lado oposto a eles estavam os órgãos do governo e seu aparato burocrático, assim como os prováveis grileiros centro- sulistas. Os trabalhadores rurais perceberam a mudança em seu modo de vida, pois notaram a entrada de outros sujeitos dentro da região que ameaçavam seu modo de vida e sua cultura, perceberem nos momentos dos conflitos que deveriam se unir e organizar-se, pois haviam cansado de perder e para isso construíram sua própria Lei a Lei Anilzinho: A lei dos Posseiros e criaram uma cultura política de resistência que durou mais de uma década na região.

Palavra- chaves: Amazônia, Século XX, conflitos por terra, Golpe civil- Militar, Trabalhador Rural, FASE, Igreja Católica Progressista, Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros.

ABSTRACT

The civil-military coup of 1964 brought a number of issues with regard to the issue of land conflict in the Amazon, in Para State, specifically in the Tocantins Valley appellation used by the military government to designate the Middle and Low Tocantins, which are micro-regions surrounding the city of Tucuruí which in turn houses in its territory the dam of the same name, the largest entirely domestic plant. The period analyzed here is (1961-1981), so twenty years time there were profound changes in the region. The construction of this dam, tax incentives, changes in state legislation and more the colonization projects designed by the military governments in the region, has deployed a series of events between them was the conflict over land ownership involving several subjects Indians, rubber tappers, chestnut, squatters, rural workers, allied organizations such as the phase, the prelature of Cametá, the congregation of the Sisters daughters of Charity, and the Trade Union of rural workers of Oeiras and Baiao. According to the vision of rural workers, the opposite them were government agencies and its bureaucratic apparatus, as well as squatters likely center-Southerners. Rural workers noticed the change in their way of life because they noticed the entrance of other subjects within the region that threatened their way of life and their culture, realize in times of conflicts that should unite and organize themselves, because they had tired of lose and it built its own law to Anilzinho law: the law of Squatters and created an enduring political culture that lasted more than a decade in the region.

Word- keys: Amazon twentieth century, land conflicts, civil-military coup, Farm Worker, FASE, Progressive Catholic Church, Law Anilzinho: The Law of Squatters.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre uma tarefa difícil, pois sempre acabamos por esquecer alguém, então peço desculpas caso isso venha a ocorrer. Agradeço ao Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade Federal do Pará, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudos concedida, essencial para a conclusão da pesquisa e para meu sustento. A minha querida orientadora, companheira Professora. Dr^a Edilza Joana Oliveira Fontes, por sua imensa disposição, dedicação, que foram essenciais para o desenvolvimento desse trabalho, os novos rumos e dimensões que a pesquisa tomou. Obrigada pelo aprendizado, pela amizade, por ter abraçado essa dissertação junto comigo. Vou ser eternamente grata a sua generosidade e por tudo o que fez pelo trabalho e também por mim, sem sombras de dúvidas suas atitudes transpôs aos muros da academia, mais uma vez minha querida muito obrigada!

Agradeço também a diocese de Cametá por sua plena colaboração em abrir seus arquivos a pesquisa, obrigada, portanto ao Bispo Dom Jesus Maria Cizurre Berdonces e a secretária Joênia Nunes dos Prazeres. Aos funcionários do setor de Obras raras do CENTUR, aos funcionários dos arquivos da ALEPA, IOEPA, CNBB, CPT, FASE, biblioteca da SUDAM. Agradeço também ao diretor do ITERPA Daniel Nunes Lopes, ao coordenador do arquivo e engenheiro agrônomo Edimilson Martins da Silva, e aos funcionários Elsom Tembra Aleixo e Shirley Rene Batista. Muito obrigada também aos meus entrevistados Sr. Bernardo e Sr^a. Ivone Kromodijk, ao senhor Luiz Gonzaga (Zé Capina), Manoel Maria, Raul do Couto, Carlos Shafaschek Neto, Edir Pinheiro, João Evangelista, Gerson Peres, por cederem parte de seu tempo e mostrarem se sempre solícitos meu muito obrigada.

Agradeço muito a Deus e nossa senhora de Nazaré, pois muitos foram os momentos de aflição e dificuldades materiais e se não fosse à fé que tenho na existência de uma força superior (que uns chamam de Alá, outros o chamam de arquiteto do Universo), mas minha educação cristã aprendi a chama-lo de Deus, ele foi meu refúgio, a minha força. Caminhei muito para chegar até aqui e minha fé me deu forças para continuar, mesmo quando toda a realidade mostrava-se complexa e tenebrosa diante de mim, a fé foi meu refúgio e minha segurança.

Meu muito obrigada, a minha mãe Maria Ivone dos Prazeres Silva (*In Memoriam*) partistes muito cedo ao encontro do Pai, fiquei muito jovem sem a sua presença, ainda possuía oito anos, mas vinte anos depois é que entendo a falta que você me faz e o quanto eu sinto saudades de você. Aos meus pais- avós Antônio dos Prazeres e Joana Cardoso dos Prazeres

por terem aceitado me criar e me educado da melhor maneira possível, obrigada por investirem seus poucos recursos em minha educação com toda a realidade sócio- econômica que nos cercava. Agradeço também aos meus tios maternos e a minha irmã Fernanda dos Prazeres e ao meu sobrinho Samuel Brandão.

Aos donos das muitas casas por onde fui abrigada durante esse período de estudo as mulheres da família Wanzeler em nome de sua matriarca, Maria de Fátima e suas filhas Vanessa Letícia, Amanda Benedita e suas respectivas filhas, muito obrigada pelo carinho e amor maternal e fraternal que me dedicaram. Meu muito obrigada a dona Albertina Ruffeil Escobar e seu Guilherme Escobar, pelo abrigo amizade, paciência e cuidados, da mesma maneira agradeço a Raidy Fayal, e sua família representada por seus pais Maria Santana Wanzeler Fayal e Jurandir Fayal.

Agradeço a amizade de minha prima Joseane da Conceição Gonçalves e de seu filho Davi Gonçalves. Agradeço também a Aureliana Cardoso pelo apoio carinho e amizade. Também agradeço as amigas que construí no laboratório de História, a secretária Lilian Lopes, Cintia Moraes, Maricléia de Nazaré Cardoso e Arthur Carvalho meninos muito obrigada pelos conselhos torcida e força. As minhas turmas de graduação de História em Soure no Marajó de (2006) e de Biologia (2006) de Cametá- a turma de pós- graduação de história Social de 2014 nas pessoas de Maria José Vieira e sua bela família, Jackson Ribeiro, Marinelma Meireles, Roberta Lobão, Fabricio Ribeiro, Célia Santiago. A Alba Pessoa, minha querida muito obrigada pelas vezes que você me socorreu de todas as maneiras que lhe foi possível, aos nossos diálogos na mesa do bar que foram essências para a elaboração da dissertação e para manter a sanidade mental, muito obrigada minha irmã!

Agradeço aos professores do campus da UFPA Cametá Elias Sacramento e Francivaldo Alves Nunes por terem me incentivado e me auxiliado, agradeço aos demais orientandos da professora Edilza Fontes, Davison Alves, Thiago Broni de Mesquita, ao amigo Silvio Paciência. A Paulo Jordano você foi mais que amigo, foi um irmão, obrigada por todo o apoio e amizade.

Finalmente, obrigada a você que colocou acordes, melodia em minha vida, cores no meu quadro, perfume no meu caminhar, Jurandyr Fayal Júnior, obrigada por me fazer entender que eu necessito de uma família e que é com você que quero compartilhar todos os dias minha vida, minha caminhada ficou muito mais bonita com sua presença, obrigada por toda a dedicação, paciência e companheirismo.

IMAGENS

Imagem 1: Título de Eleitor e certificado de dispensa de do serviço militar do exército brasileiro pertencente ao Pretor de Baião Antônio Lira dos Santos em 1977. Fontes: Acervo do ITERPA.....	21
Imagem 2: Anúncio publicado na revista Veja, 30/12/70.....	27
Imagem 3: Mapa com a localização da usina hidrelétrica de Tucuruí. Álbum da Eletronorte centrais elétricas do norte do Brasil do Brasil S. A (Usina Hidrelétrica do Pará) de 1980. Acervo diocese de Cametá.....	29
Imagem 4: Vista área da barragem em construção, bloqueando o Rio Tocantins parcialmente. Álbum da hidrelétrica de Tucuruí, Eletronorte centrais elétricas do norte do Brasil do Brasil S. A (Usina Hidrelétrica do Pará) de 1980. Acervo diocese de Cametá.....	30
Imagem 5: Mapa de Jurisdição do Estado do Pará, departamento técnico, divisão cartográfica, desenho Paulo Fontes, escala de 1.800.000, área de aproximadamente 122. 753.000 aproximadamente. Arquivos do ITERPA.....	31
Imagem 6: Mapa do vale do Tocantins, autorizado pelo Ministério do Interior Superintendência Para o Desenvolvimento da Amazônia Coordenadoria Para O Desenvolvimento Regional, Demonstrado o Plano Básico De Desenvolvimento Integrado do Vale do Tocantins, Caderno de Resumo, Belém SUDAM 1975.....	32
Imagem 7: Área de estudo do vale do Tocantins, SUDAM, 1975, legenda 1º =25,1 hab/ km ² Baixo Tocantins e 2º =1,2 hab/ Km ² Médio Tocantins.....	35
Imagem 8: Terras selecionadas para fins de colonização, relatório de estudos da SUDAM do Vale do Tocantins 1973.....	38
Imagem 9: Terras Selecionadas para finalidades de colonização e os potenciais de exploração do Vale do Tocantins. Relatório de estudos da SUDAM, 1974.....	41
Imagem 10: Mapa da Gleba Cairari localizado no município de Moju e Baião, 16/02/1984. Acervo ITERPA.....	44
Imagem 11: Mapa de área de colonização Joana Peres, envolvendo o município de Breves. ITERPA fevereiro de 1984.....	45
Imagem 12: Certificado de Reservista de 3º categoria, de Oswaldo Alves Fernandes, processo de compra de terras em Oeiras do Pará, Gleba Joana Peres I, cujo processos traz como slogan “este é um País que vai pra frente”, ITERPA, 19/07/74.....	47
Imagem 13: Gleba Joana Peres I, departa Técnico, divisão cartográfica do ITERPA de 16 de fevereiro de 1984.....	48
Imagem 14: Loteamento Joana Peres, envolvia os municípios de Baião, Oeiras do Pará e Bagre em destaque em vermelho, o Lote número 50, pertencente a Oswaldo Alves Fernandes, localizado no município de Oeiras do Pará com 3.000 hectares escala 1/250.000. ITERPA da década de 1970.....	49
Imagem 15: Lote nº 50 de Oswaldo Alves Fernandes, localizado no loteamento Joana Peres. Processos do ITERPA.....	52
Imagem 16: Mapa de Raimundo de Pereira Santos, cuja planta representa o sítio são Raimundo de Oeiras, localizado no Município de Oeiras do Pará, 14 de janeiro de 1899.....	54
Imagem 17: Mapa das regiões onde a congregação dos lazaristas trabalha ou trabalhou no norte do país (FRENCKEN, 2010).....	94
Imagem 18: Mapa da Prelazia de Cametá em 1980 (FRENCKEN, 2010).....	99
Imagem 19: Jornais (informativos) e revistas das comunidades cristãs da prelazia de Cametá 1980. A) jornalzinho nº 1 de 1980 “Igreja e problema da Terra”. B) informativo nº 5 de 1980 “prelazia de Cametá saúda o novo bispo”. C) verso do informativo nº 5 com a mensagem do “novo” bispo ao povo da prelazia, em que se pode notar a coluna “como a biblia tenta enfrentar a contradição rico-pobre. D) e E) Capas das revistas das C’Cs de 1983. Acervo da Diocese de Cametá.....	102

Imagem 20: Documento “Igreja do Satanás” jogado em Cametá no ano de 1980. Acervo da diocese de Cametá.....	105
Terceiro capítulo falta	
Imagem 21: Documento “Cuidado com eles” jogados em Igarapé-Miri”1978. Acervo da diocese de Cametá.....	107
Imagem 22: Documento “Comício. Sacro, Anônimo porém verdadeiro, boletim N. 1” de 1981. Acervo da diocese de Cametá.....	108
Imagem 23: O povo recebendo Dom Jose Elias Chaves no porto de Cametá em 24 de outubro de 1980. Fonte: A) Ao lado esquerdo do bispo o Pe. Thiago Poels pároco do Município de Baião que deu amplo apoio a construção da lei Anilzinho e B) Dom José Elias cumprimentando o povo, acervo da Prelazia de Cametá.....	111
Imagem 24: Senhor Bernardo e senhora Ivone Krommendijk em meio a plantação de pimenta do reino sitio Experimental Aricurá, município Cametá.....	113
Figura 25: Entrada do sitio, Bração-Miri, município de Baião destinado ao Projeto Agrícola realizado em função das Famílias Rurais em 1980. Fonte: Prelazia de Cametá.....	114
Imagem 26: Senhor Bernardo no sítio experimental de Bração-Miri.....	115
Imagem 27: Primeiros animadores de comunidade formados no curso de lideranças, realizado no Seminário menor São Vicente de Paulo Aldeia, Cametá meados da década de 1970. Fonte: A) e B) acervo da Prelazia de Cametá.....	118
Imagem 28: Charge de autoria de Ubiritã Porto presente no Jornal <i>A Província do Pará</i> de 31 de outubro de 1980.....	134
Imagem 29: Nota do jornal <i>O Liberal</i> sobre o rompimento entre a Igreja Católica de Cametá e a FASE, de 01 de novembro de 1980.....	135
Imagem 30: Padre Thiago Poels no momento em que estava se alimentado no IV Encontro Anilzinho da Comunidade Cristã de Nova América, Km 54 da PA 156, atual BR 422. Arquivo pessoal do engenheiro Bernardo Krommondejk.....	138
Imagem 31: do barracão de auxílio do IV Encontro Anilzinho em CC, Nova América em 1984.....	142
Imagem 32 : Lei Anilzinho de 10 a 11 de julho de 1980. Imagem da esquerda do Arquivos da Diocese de Cametá e da direita do Arquivos da FASE.....	145
Imagem33: Lei Anilzinho II, outubro de 1981. Arquivos da Diocese de Cametá.....	148
Imagem 34: Documento sobre a reforma agrária radical na visão dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins. 23 de agosto de 1980. Arquivos da FASE.....	156
Imagem 35: Na imagem A temos a visão do Padre Geraldo Arms vestindo a camisa do dia 25 de julho, no IV Anilzinho da CC de 1980 nova América.e na B com capa do informativo do boletim Comunidade Critã, jornal da então prelazia de Cametá, hoje diocese, com destaque para o Dia do Trabalhador Rural.....	159
Imagem 36: de Francisco Assis Contente e trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins em 1984 no encontro Anilzinho IV em seus momentos culturais. Arquivos pessoais de Bernardo Krommondijk.....	163
Imagem 37: Capa do livro de cânticos da então prelazia na década de 1980. Acervo da Diocese Cametá.....	163
Imagem 38: Ao lado direito, verificamos a presença de uma das “irmãs” da congregação das filhas da caridade. IV Encontro Anilzinho de 1984. C.C, Nova América. Arquivos pessoais do engenheiro Bernardo Krondejk.....	164
Imagem 39: Raul Couto discursando no IV Encontro Anilzinho na Comunidade Cristã de Nova América em 1984.....	165
Imagem 40: Momento de votação de pautas no IV Encontro Anilzinho na Comunidade Cristã de Nova América em 1984. Arquivos pessoais de Bernardo Krondejk.....	165

Imagem 41; Jovens mães trabalhadoras rurais cuidando de seus filhos enquanto aguardavam as discussões nos barracões onde ocorriam os encontros Anilzinho. IV Encontro Anilzinho na Comunidade Cristã de Nova América em 1984. Arquivos pessoais de Bernardo Krondejik.....	166
Imagem 42: As trabalhadoras na cozinha improvisada dos encontros Anilzinho preparando a alimentação do encontro. IV Encontro Anilzinho na Comunidade Cristã de Nova América em 1984. Arquivos pessoais de Bernardo Krondejik.....	167

SIGLAS

ALEPA- Assembleia Legislativa Pará

BASA- Banco da Amazônia S. A

C'C- Comunidade Cristã

CEB'S- Comunidade Eclesiais de Base

CELAM- Concelho Episcopal Latino Americano

CENTUR- Centro Cultural Tancredo Neves

CEPLAC- Comissão Executivo do Plano da Lavoura Cacaueira

CIMI- Conselho Indigenista Missionário

CNBB- Conselho Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG- Conselho Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CPT- Comissão Pastoral da Terra.

CUT- Central Única dos Trabalhadores.

FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FASE – Federação dos órgãos de Assistência Social Educacional.

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá

GETAT- Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins.

IBGE- Instituto de Geografia e Estatística.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária.

INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social.

IOEPA- Imprensa oficial do Estado do Pará.

ITERPA- Instituto de Terras do Pará.

PT- Partido dos Trabalhadores

STR- sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: A reserva de castanhais para a servidão pública da população do Município de Baião.....	10
1.1. Os sujeitos do conflito Anilzinho	18
1.2. A política de terras no Pará e o caso Anilzinho	24
1.3. A região do Baixo Tocantins na visão oficial do Governo	32
1.4. O Projeto Fundiário e a região de Colonização do Tocantins: descrição do ITERPA da Região de Joana Peres, Anilzinho, Oeiras do Pará e Breves	43
1.5. Os sujeitos históricos que se confrontaram pela posse da terra no Baixo Tocantins .	55
1.6. O caso Joana Peres	58
Capítulo II: Os conflitos por terra “pipocaram” no Baixo Tocantins.....	65
2.1. O Conflito Anilzinho.....	69
2.2. O conflito Joana Peres	75
2.3. O Conflito em Oeiras do Pará	79
2.4. O conflito com a empresa Agroeste e japoneses	89
2.5. Os ventos do progressismo numa igreja católica da Amazônia	93
2.6. Os projetos desenvolvidos pelos padres lazaristas	111
2.7. Os animadores de comunidade.....	117
Capítulo III: A Lei Anilzinho: A Lei dos Possesiros.....	121
3.1. O Rompimento	132
3.2. Organização do I Encontro Anilzinho.....	137
3.3. Lei Anilzinho I e Lei Anilzinho II.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil, possui o quinto maior território do planeta, portanto, é um país de dimensões continentais com imensa diversidade biológica e climática. A Região Norte de seu território abriga a maior floresta tropical, a Amazônia, possui uma grande diversidade de vida com uma superfície de aproximadamente, 5.217.423 km², correspondendo acerca de 60% do território brasileiro, possuindo ainda uma das maiores bacias hidrográficas que se tem notícia nos últimos séculos. A Amazônia é “dona” de números impressionantes, cerca de três quintos do Brasil é ocupada por essa floresta, assim como um quinto da disponibilidade mundial de água doce, um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas e 69% dessa área pertencem ao Brasil. Essa floresta abrange os estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

Todos esses recursos se tornaram alvo de disputas desde a colonização. Sob as sombras das matas, várias gerações vivenciaram o cotidiano da floresta, contudo a dinâmica dessa região foi bastante modificada com o governo dos militares. A partir de 1964, após o golpe civil-militar, foram destinadas para Amazônia vários desses projetos. De acordo com essa visão, um dos meios para promover o desenvolvimento era sua integração ao sul do país. Esses projetos que foram feitos sem ninguém participar apresentaram conflitos que foram distintos e uma dinâmica que não era própria da região que, como diria a música Vital Farias,

no lugar que havia mata, hoje há perseguição grileiro mata posseiro só pra lhe roubar seu chão castanheiro, seringueiro já viraram até peão afora os que já morreram como ave-de-arribação Zé de Nata tá de prova, naquele lugar tem cova gente enterrada no chão, pois mataram índio, que matou grileiro, que matou posseiro disse um castanheiro, para um seringueiro que um estrangeiro roubou seu lugar.

A letra da música traduz um sentimento de mundo próprio da região, que é cercada de conflitos pela posse de terra que se desdobra em vários lugares ocupados pela floresta e onde houve a entrada de grandes projetos promovidos pelos governos militares. Dentro dessa floresta – que possuía gente e o espaço e que não era tão vazio como se supunha –, as populações tradicionais, índios, caboclos, negros, extrativistas e tantos outros, confrontaram-se com vários outros personagens que foram inseridos na região, tais como grileiros, ou gatos, latifundiários centro-sulistas e muitos outros que se conflitaram numa espécie de espetáculos de horrores, que ainda se desdobra em pleno século XXI, mesmo no período de redemocratização do Brasil.

No Vale do Tocantins – denominação utilizada pelo governo militar para designar o Médio e o Baixo Tocantins – a situação foi análoga e os efeitos das políticas dos militares se

propagaram mesmo após 31 anos da inauguração da hidrelétrica de Tucuruí. Por ser filha das matas nascidas à margem do rio Tocantins, cresci ouvindo o quanto a hidrelétrica de Tucuruí, “a barragem”, extinguiu nossos peixes, modificou a coloração de nossas águas, destruiu nosso ritmo de vida. Percebia que a narrativa de meus familiares era uma fala ressentida, traumática em relação à “barragem”, eu me perguntava como deixaram construir algo tão pernicioso para nossa gente? Ao admirar o Tocantins, ficava pensando como suas águas seriam antes da hidrelétrica? Mas não era somente a “barragem” que me intrigava. Foi assistindo a uma cena do noticiário local que ganhou repercussão pelo mundo que visualizei pela primeira vez as cenas de um conflito pela posse da terra. Estava então com pouca idade, não entendia muito bem o que estava ocorrendo, no entanto, tratava-se do massacre de El Dourado dos Carajás, o conflito ocorreu entre trabalhadores sem terra e a polícia militar na curva do S no dia 17 de abril de 1996, o que não entendia naquele momento era por que em um país tão grande quanto o Brasil as pessoas ainda tinham que morrer por causa de um pedaço de chão para plantar? Contudo, as respostas só começaram a se revelar nas disciplinas de ensino fundamental nos últimos anos, então meu objeto de estudo foi se despontando, mas ele só se revelou por completo no curso de história, na disciplina Brasil IV.

O curso de História, possibilitou entender melhor como a Amazônia e, mais especificamente o Pará, passou por várias modificações em sua dinâmica após o golpe-civil militar de 1964. Os projetos enviados por esses governos que, diga-se de passagem, foram pensados de cima para baixo, ou seja, lá em Brasília conseguiu repercutir no micro, como nas cidades do Baixo Tocantins tais como Baião, Mocajuba, Cametá, Oeiras do Pará e Breves.

Os projetos de colonização, especulação de terras, a construção da hidrelétrica de Tucuruí, abertura da trans – Cametá, adicionada de problemas sérios na legislação agrária no estado do Pará, bem como, a retenção de dois terços do território paraense que foram incorporados ao patrimônio da União, foi uma composição completa para os conflitos pela posse da terra que veio a se desdobrar no Vale do Tocantins. O sul e sudeste do Pará possui mais pesquisas de conflitos por posse de terra do que a microrregião do Baixo Tocantins. Esta dissertação responde algumas perguntas e abre um leque de questionamentos.

Após a descoberta do objeto de pesquisa na graduação e seus desdobramentos no mestrado, o trajeto de análise, cujos objetivos centrais eram compreender o Vale do Tocantins, os sujeitos que lá estavam presentes e os conflitos pela terra que ali se desdobraram, tivemos a necessidade entender as resistências que os trabalhadores rurais construíram para tentar manter seu modo de vida e seus costumes diante dos grandes projetos. Um desses instrumentos foi a Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros, que foi construída por esses

sujeitos e foi capaz de reafirmar os costumes de habitação e cultivo da terra. No caminho traçado para entender a região, seus sujeitos, os lugares onde os conflitos agrários se desdobraram, buscamos entender como o governo federal via essas terras. Essa visão era impregnada por uma concepção de “uma fronteira desabitada a qual se deveria se levar de imediata o desenvolvimento, de riquezas que poderiam super-explorada e cujo verde poderia ser substituído pelas indústrias, agropecuária e pelo agronegócio”.

Ao analisar as documentações base – no caso os relatórios dos encontros Anilzinhos –, percebi que a documentação continha lacunas e, para ter uma melhor visão da teia de acontecimentos que envolveram os conflitos agrários dessa microrregião, busquei fazer diálogos com várias documentações. Para entender também a origem da Lei dos Posseiros, não quis cair na tentação de justificar um mito das origens, e sim entender da melhor maneira possível esse processo de afirmação de identidade de classe vivido pelos trabalhadores da região. Percebi inicialmente que o relatório do VII Encontro Anilzinho de 1987, continha as lembranças do Padre Thiago Poels, que trabalhou na Prelazia de Cametá de (1941 a 1986) (FRENCKEN; 2010). Essa é uma documentação valiosa, mas lacunar que cujas “falhas” buscamos preencher, algumas informações, por sua vez, foram complementadas pelos elementos contidos num outro relatório que encontramos nos arquivos da FASE denominado de “Grileiros Expulsam e Perseguem o Povo de Anilzinho e destroem seus Castanhais”. O relatório da FASE continha o relato do senhor Lázaro Borges, um posseiro que foi expulso de Anilzinho. Anilzinho era uma comunidade pertencente ao município de Baião, local onde ocorreu um conflito por posse de terra cujas lembranças consolidou-se na memória de conflitos agrários, podemos afirmar que foi o local onde foi forjado a Lei Anilzinho: A Lei do Posseiro.

Lázaro Borges afirmava que a área de castanhais em disputas de Anilzinho pertencia aos índios Asurinís que defendiam esse patrimônio e eram capazes de matar invasores daquelas terras. Eles eram os antigos donos daquela área de terra em disputa. O relatório da FASE descreveu a localidade de Anilzinho como sendo uma área que possuía uma imensa riqueza natural como a castanha-do-Pará, um grande lago e um bonito igarapé, denominado Anilzinho. Os igarapés foram essenciais para a ocupação indígena da Amazônia, sendo caracterizado pela falta de correnteza ou pela relativa mansidão de suas águas que estão diretamente associadas com as oscilações diferenciadas dos rios relacionados com sua face de transbordamento. A localidade possuía esse nome em função das águas do igarapé ter a cor de anil, os castanhais, por sua vez, eram fontes de onde a população pobre de Anilzinho tirava seu sustento e, em busca da castanha. Várias pessoas se deslocavam de suas comunidades e

iam aos castanhais situados desde Joana Peres a Anilzinho, indo ao rio Jacundá, coletar o fruto da Castanha a população denominava essa região de Castanhal Grande¹.

No sétimo encontro Anilzinho, realizado em 1987, o padre Thiago Poels rememorou o conflito de Anilzinho, e foi por esses rastros que tentamos tecer o fio condutor dessa narrativa, fazendo o diálogo das documentações de acordo com a necessidade do processo. Utilizo os conceitos sobre as memórias de acordo com o conceito, Paul Ricoeur (2007). A documentação trabalhada nessa dissertação foi vasta, inicialmente utilizamos os relatórios dos encontros Anilzinho e os arquivos da diocese de Cametá, mas, ao longo da pesquisa, o acervo documental multiplicou, estivemos nos arquivos da ALEPA, SUDAM, FASE, CPT, CNBB, Diário Oficial do Estado, este último nos possibilitou identificarmos alguns personagens que foram apontados pelos trabalhadores rurais como sendo os grileiros da região de Joana Peres e Anilzinho, foram eles: Lázaro Barbosa Gonçalves e Sebastião Martins Amaral respectivamente. Os processos de Editais de Demarcação de Terras nos permitiram descrever as propriedades que estavam sendo objeto de disputa, eram alvo de conflito, assim como suas benfeitorias e as riquezas naturais da região.

Os processos levantados no Diário Oficial do Estado nos permitiram verificar vários números de processos que foram essenciais para sua localização nos arquivos do ITERPA, este, por sua vez, mostrou-se de grande importância, pois, ao verificamos as demais propriedades envolvidas nos conflitos pela posse da terra como a de Oswaldo Alves Fernandes, vimos que continha um mapa de como a região estava sendo loteada e outros arquivos demonstraram a divisão e a jurisdição do Estado e discursão sobre as questões no Campo do Direito Agrário no Estado do Pará e como as terras estavam divididas em glebas como a Cariri, Joana Peres I e II. Outra questão que merece uma análise mais minuciosa é sobre as leis agrárias do Estado do Pará, pois há vários questionamentos a respeito desse assunto, então precisa de uma discussão mais ampla e profunda em relação a essa problemática.

Outra fonte valiosa para esse trabalho, que é uma das vantagens de se escrever a história do tempo presente, são as memórias dos entrevistados aqui utilizadas, acreditamos que por meio delas tivemos a oportunidade de estarmos mais próxima dos testemunhos e dos sujeitos que foram alguns dos protagonistas desse processo, porque o relato desses sujeitos nos trazem riquezas de detalhes que outras documentações não são capazes de demonstrar como os sentimentos, os traumas, os recalques, o amor, o ódio, a perda, a saudade e mesmo o

¹ Relatório encontrado na FASE de 18 de outubro de 1979.

sentimento de pertencimento de classe, assim como nos fornecem os rastros necessários para buscarmos as respostas de outros questionamentos e também verificamos as análises feitas por esses como se fossem seus altos. De acordo com Paul Ricouer (2007), “A memória é essencial para história, sendo, portanto uma das suas matrizes, pois é uma espécie de guardiã de algo que de forma efetiva ocorreu no tempo”.

Como qualquer fonte, a memória tem seus problemas e deve ser tratada de maneira que possa se fazer o confronto do maior número possível de fontes diversas, dessa maneira, a melhor metodologia, em história, talvez seja aquela que se constrói paulatinamente, durante as várias etapas da pesquisa, produto do dialogar intermitente de fontes, referenciais bibliográficos e sensibilidades do historiador.

O espetáculo dos horrores que foram o resultado das políticas incentivos fiscais do governo federal montou um palco, onde diversos sujeitos – tais como posseiros, lavradores, ribeirinhos, estradeiros, castanheiros e seringueiros – que habitavam ancestralmente essa região viessem a confrontar-se com outros homens que identificavam como seus opositores que, no caso, era o próprio Estado com seu aparato burocrático, tais como a SUDAM², o ITERPA, O INCRA, ou projetos RADAM, ou ainda instituições bancárias como o Banco Mercantil, o BASA e também o empresário latifundiário centro-sulistas, assim como a maioria dos políticos tanto do executivo quanto do legislativo. Porém, os trabalhadores rurais também identificaram aliados como os clérigos da Prelazia de Cametá, a FASE – Tocantins, o STR de Oeiras do Pará e outros.

No final da década de 1960 o regime militar no Brasil endureceu ainda mais, os movimentos sociais se retraíram, porém a década de 1970 foi de conflitos e resistências para

² Plano de Valorização da Amazônia, criado pela Constituição de 1946, teve sua discussão reiniciada em 1950 com a posse do Presidente Getúlio Vargas que convocou uma Conferência Técnico Administrativo para estudar e debater assuntos relativos ao processo de desenvolvimento da Amazônia. Em 1952 ao Congresso Nacional informou da conclusão dos estudos, e da elaboração de um Projeto de Lei, que resultou na Lei nº 1.806, sancionada em 06/01/1953, que instituía o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e em seu art. 22, criava a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA . A instituição tinha como objetivos gerais: Assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; Constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.

A SPVEA, que era diretamente subordinada à Presidência da Republica, teve sua sede oficialmente instalada em Belém do Pará, em 21/09/1953 e como primeiro superintendente Arthur César Ferreira Reis. Faziam parte da SPVEA os 09 (nove) Estados e Territórios Federais (Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Território do Acre, Território do Amapá, Território do Rio Branco-Roraima, Território do Guaporé-Rondônia).

No dia 1º de fevereiro de 1966, em Macapá, com a presença de governadores da região e membros do ministério, o Presidente da República Castelo Branco anuncia o início da chamada “Operação da Amazônia” que tinha como propósito: Transformar a economia da Amazônia; Fortalecer suas áreas de fronteiras; Fazer a integração do espaço amazônico no todo nacional. A SPVEA ganhava nova e mais ampla dimensão transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

com este governo. Dentro dessa conjuntura, houve a necessidade dos trabalhadores rurais se aglutinarem e organizarem-se para a tomada dos sindicatos rurais de suas categorias, pois acreditavam que a maioria dos sindicatos no Brasil estavam atrelados ao governo. Pretendi analisar os apoios e as participações dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Desse modo, como indica a periodicidade de (1961 a 1981), é uma abordagem histórica do tempo presente, sendo que os conflitos agrários da microrregião do Baixo Tocantins ainda estavam sob um governo ditatorial e continuaram a se desdobrar na redemocratização. Logo compreendo que para entender os conflitos agrários que ainda atinge o Brasil se faz necessário perceber o passado com as peculiaridades de seu tempo, mas que de fato são as matrizes e as respostas de algumas perguntas que nos fazemos no presente.

Os elevados números de morte por conflito agrário no Pará, o estado segue como líder desses dados absurdos; isso se repete ano após ano. Na tentativa de entender melhor os conflitos e seus desdobramentos na microrregião do Baixo Tocantins pesquisei em anais da Assembleia Paraense que continham os discursos e propostas de lei dos governadores e deputados estaduais dos anos de (1977 a 1982) que estão nos arquivos da (ALEPA)³, também analisei os relatórios de encontros e formação de trabalhadores rurais, assim como os relatórios de encontros de formação de lideranças, revistas e cartilhas com assuntos variados que perpassavam a questão da saúde, as técnicas de plantação para a agricultura familiar, até a formação política e análises de conjunturas da década de (1970 a 1980), revistas da década de 1980, da diocese de Cametá, documentação diversas também foram analisadas nos arquivos da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴.

Na diocese de Cametá entrei em contato com os documentos base que são as 10 atas dos encontros Anilzinho, o informativo Comunidade Cristã de 1969 e, da década de 1980, fotos do período, revistas produzidas pela prelazia de 1980 e correspondências políticas, entre outros. No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, analisei as fichas dos candidatos

³ Segundo Adalberto trindade Cardoso A assembleia Legislativa surge enquanto órgão a partir do período regencial como Assembleia Provincial por meio de uma adição a constituição imperial (ato adicional 1834) inicialmente funcionou no convento das Mercês, em seguida para a Igreja do Carmo, Convento Santo Antônio e depois para o Liceu Paraense. Em 18 de Março de 1835, se estabeleceu na assembleia provincial, atual palácio Antônio Lemos. Somente em 30 de novembro de 1970, a ALEPA obteve sua própria sede na capital do Estado instalada no Palácio da Cabanagem.

⁴ A CPT nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Fundada no período da ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, nasceu ligada à Igreja Católica

de oposição para as eleições do STR de 1984, documentos pessoais dos candidatos, listagens dos trabalhadores rurais aptos a votar e o livro fundador do sindicato.

Na Federação de Órgãos para Assistência Educacional (FASE)⁵, analisei as atas e relatórios de trabalhos realizados na Prelazia de Cametá, jornal *A Voz do Lavrador*, documentos referentes ao rompimento da entidade com os padres e bispo da Prelazia de Cametá na época Tocantins, documentos diversos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará, encontros de lavradores de 21 a 25 de abril de 1979. Documento sobre o pensamento do que seria a reforma agrária radical sob o comando dos trabalhadores rurais dessa região na época a fase possuía escritório cuja uma das células ficava em Cametá.

No Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR) setor de microfilmagem analisei o jornal *O Liberal* de (1975 a 1982), no setor de obras raras e jornais analisei o *Diário Oficial do Estado* de (1975 a 1982), na Imprensa Oficial (IOEPA) verifiquei alguns decretos oficiais como 3.691 de 14 de agosto de 1961. Na Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) também analisei seus cinco relatórios de estudos da região e suas potencialidades de meados de 1970 a meados de 1980.

Nos arquivos pessoais de alguns dos entrevistados recolhemos algumas imagens dos encontros Anilzinho, para isso contei com os arquivos pessoais de engenheiro Agrônomo Bernardo Krommondjik, João Evangelista com fotos dos projetos desenvolvidos pela Prelazia de Cametá, e de Manoel Bandeira com seu contrato com o Instituto de Terras do Pará ITERPA, como também os cartões dos favores prestados aos diretores desse instituto. Utilizei as entrevistas como as memórias de dois Engenheiros agrônomos Bernardo Krommendjik e Raul Couto; de dois membros que realizavam trabalhos para a prelazia de Cametá como o secretário e tesoureiro João Evangelista e Edir Pinheiro, respectivamente. O trabalhador rural e ex-vereador pelo PT Luiz Gonzaga da Cruz, mais conhecido como Zé Capina; o ex-vice-governador do período Gerson Peres e o ex- padre da época Carlos Shafaschek Neto, e o topógrafo do período Martinho Bandeira. Os conflitos serão analisados sob as óticas dos trabalhadores rurais da região e serão confrontadas com a visão oficial do governo, assim como a visão da Igreja Católica Progressista na época da Prelazia de Cametá e da FASE.

No primeiro capítulo apresentamos o Vale do Tocantins com seus potenciais e riquezas, as propagandas organizadas pelo governo militar para incentivar a venda da região, demonstramos também como a região foi dividida em lotes para a venda sem levar em conta

⁵ A FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro.

os títulos de posse que já haviam sido emitidos antes de 1966, demonstrando como a legislação agrária paraense se tornou um caos nos governos militares. Apresentamos algumas propriedades que entraram em conflitos bem como os personagens, ou seja, os sujeitos que foram os protagonistas pelos conflitos pela posse da terra, tanto os que foram vistos como grileiros quanto os trabalhadores rurais que analisaram sob a sua ótica tais conflitos.

O segundo capítulo apresenta a efervescência desses conflitos, bem como as parcerias construídas pelos trabalhadores rurais junto à FASE e à Igreja Católica da Prelazia de Cametá. Analiso também como essa igreja aderiu ao projeto da teologia da libertação em seu projeto “de uma opção preferencial pelos pobres”, assim como verifico alguns projetos práticos desenvolvidos por esses sujeitos, não obstante, verificamos os embates entre esses clérigos, em sua maioria membros da congregação dos lazaristas e algumas freiras da congregação das Filhas da Caridade, com as elites locais, por causa da nova orientação teológica assumida pela então Prelazia de Cametá naquele período. Necessito afirmar também que concordo com Alfredo Wagner (2014) o momento de seu entendimento a respeito da posição dessa Igreja Católica nos variados lugares da Amazônia legal. O comportamento não foi algo uniforme, pois, em alguns lugares, ela atuou como intermediadora dos conflitos por terra entre os grileiros e os posseiros, em outros, posicionou-se a favor desses últimos ou ficou ao lado do grande proprietário ou, ainda, pouco se interferiu. E, ainda, não perdendo de vista o fato analisado por Oswaldo Coimbra, no caso o próprio Dom Alberto Ramos, arcebispo de Belém, delatou seus padres ao governo militar que se instalou no Brasil em 1964.

No terceiro capítulo tentaremos entender como as pessoas que moravam dentro da Amazônia, especificamente no Estado do Pará. Na microrregião do Baixo Tocantins percebiam essa mesma floresta e como se articularam para criar uma lei para intervir nesses conflitos que, na década de 1970, foram intensos, esses sujeitos “estavam cansados de perder”. Por isso, aos poucos foram se aglutinando até promoverem o primeiro encontro Anilzinho. Nessa perspectiva, analisamos como os trabalhadores rurais se identificaram, criaram, portanto, um sentimento de pertencimento e se perceberam como membros de uma mesma classe, entenderam também as mudanças que estavam ocorrendo e organizaram-se para se contrapor as mudanças de seus costumes de posse na terra. Logo, nesse capítulo vou procurar compreender a criação da Lei Anilzinho I e II e o que ela representou para esses sujeitos.

Por meio da escrita dessa dissertação percebo que faz algum tempo que os historiadores perderam a ilusão de que a escrita da história é algo definitivo, ou melhor,

dizendo que as “verdades” construídas por nossa profissão são eternas e mais: faz tempo também que precisamos entender que o passado não é de uso exclusivo do historiador, outros profissionais, também pesquisadores do passado, devem ser respeitados. Nosso ofício, nosso *mitier*, como diria Marc Bloch (2011), tem como sujeito principal os seres humanos no tempo, “somos como ogro da lenda, onde este sente a presença de carne humana, lá ele sabe que está o objeto de sua caça”. Desse modo, o elemento central de nossa pesquisa são os seres humanos construindo a história ao longo do tempo, em ação no tempo.

O *mitier* do historiador é um desafio e nós somos desafiados a escrevermos a história recente. Assim sendo, a escrita dessa pesquisa vai ser algo em permanente construção e crescimento, pois abre múltiplas possibilidades as futuras pesquisas. Contudo advertimos para algo essencial a todo o trabalho desse gênero: segundo o historiador, a humanidade precisa de pessoas comprometidas, determinada em escrever a história recente, pois o mundo necessita mais do que nunca de respostas, as indagações feitas no presente, logo se faz necessário se despir de suas ideologias e paixões, isentando-se ao máximo dos fatos, sem deixar de estar engajado, ou seja, comprometido com seu objeto de estudo (HOBBSAWM; 1998).

CAPÍTULO I

A reserva de castanhais para a servidão pública da população do Município de Baião

Decreto Estadual N.3691- De 14 de Agosto de 1961.

Reserva de Castanhais para servidão pública da população do município de Baião. O governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o artigo 42, item I da constituição da política estadual, considerando o que preceitua o art.7º, § 1º, capítulo II, da lei n. 913. De 4 – 12- 54.DECRETA:

Art 1º Ficam declarados de servidão pública da população do município de Baião, os castanhais características: 1.º - Lote de Terras situado na margem esquerda do rio Tocantins, para onde faz frente, limitando- se pelo lado de baixo com o Igarapé Jacundá, pelo lado de cima e fundos até onde completar uma légua; 2.º Lote situado na margem esquerda do Rio Tocantins para onde faz frente, limitando- se com o lado de baixo com um ponto distante 6.000 metros da foz do Igarapé Jacundá, medindo 6.000 metros de frente por 12.000 ditos de fundos; 3º – Lote situado na margem direita do rio Acapú, para onde faz frente limitando- se pelo lado de baixo com a margem esquerda do igarapé Ipahú, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos. Estas servidões perfazem um total de 14.400 hectares.

Art. 2.º ficam canceladas as licenças iniciais expedidas pela procuradoria fiscal do Estado ao Srs. Adelino Oliveira Bastos e Raimundo Sousa Lima, por incidirem nas terras ora tornadas de servidão pública.

Art. 3.º Para os trabalhos da safra nos castanhais mencionados no artigo 1º será observado o que preceitua os arts 8,9 e 10, da citada lei 913, de 4- 12- 54.

Art. 4.º Revogam- se as disposições em contrário.

Palácio do governo do Estado do Pará, 14 de agosto de 1961

NEWTON BURLAMAQUI DE MIRANDA

Governador do Estado do Pará.

(Diário Oficial, Sexta- feira, 18, agosto de 1961 pag. 3)

O decreto citado reserva os castanhais do município de Baião como uso da população, ou seja, as terras onde estavam localizados os castanhais, eram terras públicas, que tornaram-se de servidão para o povo de Baião. A análise do decreto nos permite afirmar que o uso das terras públicas foi permitido para famílias do município, mas não houve uma divisão de terras em lotes particulares. O decreto permitia que os moradores extraíssem, provavelmente produtos da floresta tais como as castanhas e a seringa, assim como a madeira, pescado e frutos. Nos relatos dos moradores⁶ observamos referências aos usos da reserva dos castanhais por famílias que sabiam o espaço de cada uma, sem necessariamente haver uma demarcação definida por metros ou quilômetros. As referências demarcatórias, nos relatos dos informantes são feitas sempre por marcos naturais. O próprio decreto estadual acima citado também define seus limites por esses padrões.

⁶ Faz referência ao depoimento dos moradores de Baião contidos no relatório da FASE cujo título é “Grileiros Expulsam e perseguem o Povo de Anilzinho e Destroem seus Castanhais. Anilzinho 18 de Outubro de 1979.

Outro elemento que quero ressaltar é que um decreto do governo permite o usufruto de uma reserva de castanhais para a população de um município. Podemos afirmar, portanto que a postura do governo estadual em 1961, era de permissão do uso das terras públicas do Estado por famílias de trabalhadores visando à ocupação e a permanências destas nas terras públicas. Não existia ainda a visão de venda destes solos que continham castanhais. Está postura irá mudar no fim dos anos setenta do século XX. O decreto Estadual 3691/ 61 permitia que os castanhais, como patrimônio do Estado exclusivamente se tornasse de servidão pública. A lógica das terras do governo em 1961, tem uma proposta para região do Vale do Tocantins que preservava os castanhais apesar de permitir seu usufruto pela população de Baião.

O decreto em questão refere-se a Lei estadual 913 de 04 /03/ 1954 que restabeleceu o instituto de aforamento⁷ e revogavam parcialmente o Decreto 1.044/ 33 que tinha como objetivo consolidar toda a legislação anterior ao governo a 1930. O decreto 1.014/33, dava nova regulamentação ao serviço de localização de castanhais nas terras devolutas do Pará (MONTEIRO;1980) e tornava-se de conhecimento pela primeira vez no Brasil a existência do trabalhador rural e estabeleceu medidas para a proteção de seu trabalho. O decreto 1.014/ 33 só foi revogado em 1966, pelo então governador Jarbas Passarinho pela Lei 3.641/ 66. Até aquela data permaneceu como regulamento de terras do Estado.

O decreto estadual 416 de 10 de julho de 1931, estabeleceu a diretoria de minas e castanhais do Estado, dentre outros órgãos, demonstrando a importância dos castanhais para a economia do Pará. O decreto 1044/ 330 teve uma vigência de 33 anos na história de legislação agrária do Estado seu estabelecimento pós “Revolução de 1930” é uma demonstração da política de terras para o Estado e a percepção de que a derrubada de castanhais não fazia parte da política de ocupação de terras para Amazônia. Esta postura do governo estadual só mudará com os governos militares pós – 64:

O decreto 1.014 de 07/07/1933 consolidava toda a legislação anterior a 1930 em relação a terras do Estado. E a lei 913 de 04 de dezembro de 1954 que restabelece o instituto do aforamento nas terras devolutas do estado, mas o decreto de 1933 permanece como regulamento de terras no Pará, até 1966. (MONTEIRO, Benedicto 1980 pg 36)

O decreto 1.044 de 1933 voltou a permitir a venda de terras de castanhais em lotes “não superiores a 4.356 hectares e mantido o arrendamento de castanhais existentes nas terras públicas” com a cláusula expressa de que não poderiam ser transferidos a terceiros

⁷ De acordo com o Dicionário da Reforma Agrária na América Latina (2003) no Brasil as terras em Aforamento, são terras que de certo modo estão em arrendamento, quase sempre na condição que o pagamento seja em serviço ou espécie.

(MONTEIRO: 1980). O Decreto 3.691 de 1961 cita os lotes que constituiriam a reservas de castanhais, em Baião, neste sentido delimita as terras públicas que por força do decreto tornou-se de servidão pública, cancelando as licenças iniciais expedidos. Provavelmente eram licenças de arrendamentos de castanhais. A lei de 913/ 54 era Lei de terras em vigor, que continuava regulamentada pelo decreto 1044 de 1933 em 1961. É esta lei que é citada no decreto de 1961 que definiu uma reserva de castanhais para a população de Baião e que não falou em núcleos coloniais.

No início do século XX, a extração de Castanha- do -Pará foi fundamental para a economia paraense, e a coleta de castanha ocorria livremente em terras públicas, sem que houvesse a apropriação da área de extração por particulares. Em 1954, com a Lei nº 913/ 54, foram introduzidas modificações no arrendamento de terras devolutas para fins de extração de castanha do Pará, permitindo o processo de concentração dos castanhais nas mãos de poucas famílias. A lei dispõe sobre a colonização e aquisição de terras devolutas do Estado e a extração dos seus produtos nativos. Esta lei passa regulamentar o regime jurídico das terras públicas do Estado. Eram terras publicas as terras devolutas, as posses sujeitas á legitimação, que não foram legitimadas na forma da lei, as sesmarias que, sujeitas á revalidação, não foram revalidadas na forma da lei; terras concedidas sob regime especial e das quais o Estado não perdeu a capacidade de livre dispor. As terras devolutas poderiam ser objeto de concessão, a título gratuito, poderiam ser vendidas, em caso taxativamente enumerados, poderiam ser arrendadas, aforadas e declaradas de uso comum. No capítulo II, artigo 7 a lei dispõe sobre terras de serventia pública e diz que o Estado reservará parte das terras devolutas que tenham produtos coletáveis á serventia publica. Estas terras deveriam estar próximas á povoados de mais de cem habitantes, obrigatoriamente as áreas deveriam possuir mais de uma légua quadrada para serventia dos moradores. No artigo 8 da mesma leia firma-se que estas terras são inalienáveis " as pessoas comprovadamente desprovidas de recursos, terão o direito de extrair, nela, os produtos nativos de que trata a presente lei" . A matrícula desses extratores era feita na Coletoria local dentro de um limite definido no regulamento que trata a lei 1.014/33 , observada a capacidade de produção de cada área. As matriculas dos trabalhadores seria feita a cada safra, em períodos determinados, geralmente de dezembro a setembro do ano seguinte, podendo haver renovação de matrícula para trabalhadores que já tenham trabalhado em safras anteriores nas mesmas terras. Também poderiam matricular-se moradores do município há mais de dois anos.

A Lei 9/3/ 1954 no seu art. 46, item 20, previa o pagamento dos foros, a autorização concedida pelo senhorio do Estado do Pará para fazer a transição do domínio útil do imóvel

aforado, conforme o art. 40 de Lei n 913/ 54. Esta Lei também estabelecia o pagamento sobre o valor da transação, no caso de transferência ou venda do domínio útil do imóvel (art. 42, item , inciso III). Há também uma exigência que o imóvel seja destinadas a finalidade socioeconômica definida pela Lei.

A leitura do decreto 3.691/ 61 nos permite concluir que a população de Baião vivia exclusivamente do extrativismo vegetal principalmente o da castanha- do- Pará. As outras atividades eram marginais em termos de importância econômica (DIAS; 1959). É provável que área definida no Decreto 3691/ 61 a ser explorado, não era efetivamente ocupada, devido à utilização sazonal na extrativa de castanha- do – Pará. Uma ocupação mais efetiva só veio a se desenvolver a partir dos anos 60, após a abertura de Belém- Brasília, da Transamazônica e de algumas rodovias estaduais. Segundo (VELHO;1978) este fluxo migratório oriundo de outros Estados, principalmente o Maranhão, foi iniciado em 1950. A implantação do sistema rodoviário federal, aliado a construção de estradas estaduais trouxe um aumento do fluxo migratório para região do Vale do Tocantins. As rodovias passaram a ser via de escoamento da castanha, denominando as distâncias entre os castanhais e a cidade de Marabá, Cameté e Tucuruí (DIAS; 1959).

As áreas de terras com castanhais eram regulamentadas por Leis específicas desde 1930. A produção de Castanha do Pará pagava impostos de 5 %, mais 7 % de impostos arrecadados com os arrendamentos das áreas devolutas do Estado ou cedidas ao patrimônio dos municípios, onde a exploração dos Castanhais e seringais eram viabilizada através de arrendamento:

No caso específico da castanha- do- Brasil, a lei Estadual 3.141, de 11 de novembro de 1938, por exemplo, que regulamentava o serviço de arrendamento de terras para exploração dos produtos nativos, concedia ao locatário uma área máxima de uma légua quadrada (4.356 ha) para a coleta de castanha- do- Brasil, sendo a mesma localizada sempre com a parte frontal para a margem de um igarapé. A duração do contrato era três anos, com direito a renovação, ou a compra, por parte do locatário, no final desse período, desde que todas as cláusulas fossem cumpridas. (KITAMURA; 1884 pg 12)

Com a Lei estadual (3.143/ 38) o Estado procurou pressionar para uma ocupação efetiva de área pela obrigatoriedade do locatário de manter uma roça de até 20 ha e o de 300 castanheiras no mínimo, além de manter casa de moradia para cinco pessoas permanentemente ocupadas no lote. A Lei 913/ 54 introduziu importante mudanças na Lei 3. 143/ 38: “a área máxima de arrendamento foi aumentada para duas léguas quadradas (7.200 ha) podendo ser ampliada para 10.000 ha, quando se referia as empresas que beneficiava o produto no município”. Esta Lei ampliou o prazo de arrendamento para cinco anos, com

direito a renovação na forma de aforamento perpétuo. O arrendatário incluía, a manutenção de um roçado ou pastagens em até 1 % da área estes dispositivos legais que regulava o uso de terras do Estado, davam um tratamento especial aos castanhais e outros produtos advindos extrativismo. É certo que privilegiou os detentores do grande capital foi necessário manter um sistema de aviamento dentro ou próxima aos castanhais ou sistema de escoamento de produção que exigia custos com transportes (KITAMURU;1984).

A reserva de castanhais a que se refere o decreto estadual 3.691/61 foi uma conquista da população da comunidade de Anilzinho, localidade pertencente ao município de Baião, distante 120.91 km, da cidade de Tucuruí. Os coletores de castanha do município conquistaram essa área para seu uso comum e esse processo de conquista da reserva extrativista se deu por meio de mobilizações. Foi feito um abaixo assinado com mais de 200 assinaturas das pessoas da região⁸, solicitando ao governo do estado a reserva dos castanhais.

No entanto, os posseiros⁹ e coletores já eram explorados por meio da prática de arrendamento¹⁰. O povo do município coletava a castanha do Pará e comercializava-a através de trocas. A castanha era negociada por mercadorias de primeira necessidade para os usos cotidianos dos posseiros e abrangia produtos tais como: sal, fósforo, querosene, açúcar e etc.¹¹ O posseiro Lázaro Borges – que foi expulso de sua propriedade no conflito Anilzinho¹² – relembra que os antigos donos das terras e dos castanhais de Baião eram os índios Asurinís¹³, que chegaram a matar em defesa desse patrimônio. Afirmava também que correu muitas vezes com seus pais e parentes para ilha do Jutaí (Ver Imagem 13), com medo dos índios, “estes defendiam com unhas e dentes os castanhais”¹⁴. Segundo os pesquisadores Gabriel Pedrazzani e Wilma Leitão (2008), o histórico de contato dessa etnia com os não-índigenas data do século XVII, estes últimos por sua vez fundaram a vila de Alcobaça, em 1724, atual cidade de Tucuruí, assim como as vilas Joana Peres e a Comunidade Anilzinho.

⁸ Relatório encontrado na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – (FASE) de 28 de outubro de 1979.

⁹ O conceito de posseiro aqui utilizado é o mesmo discutido pela historiadora Marcia Motta (2009), que diz respeito dos lavradores que não podiam se intitular sesmeiros, já que não haviam conseguido um documento de sesmaria, já no Brasil o termo irá aparecer no século XIX, em contraposição à palavra sesmeiro, sendo, posseiro, o lavrador sem títulos, independente da extensão de suas terras.

¹⁰ Ação pela qual uma pessoa cede a outra a ocupação e o uso temporário de uma propriedade recebendo em troca o pagamento de uma renda ou aluguel (dicionário da reforma Agrária na América Latina; 2003)

¹¹ Relatório encontrado na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – (FASE) de 28 de outubro de 1979.

¹² Esse conflito será melhor discutido no capítulo 2 dessa dissertação.

¹³ De acordo com PEDRAZZANI & LEITAO (2008), essa etnia reside atualmente no igarapé Trocará, afluente do rio Tocantins.

¹⁴ Relatório encontrado na FASE de 28 de outubro de 1979.

Existia nessa vila o temor de ataques diversos por parte dos indígenas a essas localidades no início do século XX¹⁵.

Em 1920, a região de Anilzinho era um grande povoado onde moravam aproximadamente cem famílias. Essas pessoas viviam da apanha, ou seja, da coleta da castanha e plantavam para seu consumo milho, arroz e mandioca. A alimentação era complementada pela pesca e caça que eram abundantes¹⁶. Uma parte dessa região de castanhais se tornou de servidão pública, essa informação foi apresentada no sétimo relatório dos encontros Anilzinho¹⁷, que contém as memórias de Padre Thiago Poels, vigário de Baião na década de 1970¹⁸. No relatório encontrado nos arquivos da FASE Belém (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) podemos verificar também o decreto estadual e sua data. O fato foi relatado por Lázaro Borges.

A abertura da estrada Trans-Cametá, PA. 156, atual BR 422, foi inaugurada em 1978¹⁹, trouxe consigo outra lógica de ocupação que não era mais a do posseiro local. Benedicto Monteiro (1980) em seu livro sobre “Direito Agrário e Processo Fundiário no Pará”, afirma que até a implantação do sistema rodoviário federal na Amazônia, ocorrida a partir de 1959 com a rodovia Belém – Brasília, ou BR 010, as ocupações das terras era incipiente. A colonização agrícola era feita pelas correntes migratórias nordestinas, que vinham como mão de obra barata para as safras de castanhas e seringa e ficavam espalhados nos centros de castanhais, seringais e beiras dos rios ou nas margens das poucas estradas estaduais.

Fica evidente nos relatórios da SUDAM que essa região foi apresentada para os migrantes que chegaram, nos fins dos anos sessenta no Pará, como uma das melhores áreas para a agropecuária no Estado. Na década de 1970 na região do Vale do Tocantins não existia mais a reserva de castanhais, pois a lei 3.641 de 1966, assinada pelo governador Jarbas

¹⁵ A historiografia sobre índios na Amazônia indica que os índios Asurunís do Tocantins também são conhecidos como índios Asurinís do trocará, a língua dessa etnia é uma das línguas da família Tupi- guarani. A etnia habita a Terra Indígena Trocará (TIT), localizada aproximadamente a 18 Km ao norte da cidade de Tucuruí, esta reserva está nos limites dos município de Baião, distando cerca de 2 Km das margens do rio Tocantins. A demarcação da TIT foi realizada em 1977 e em 1982 teve sua situação regularizada e homologada a construção da PA 156 (trans Cameté que ligava o município a Tucuruí, atual BR 422) atravessou a TIT o que trouxe uma série de problemas para este povo (AQUINO: 2010).

¹⁶ Relatório encontrado na FASE de 28 de outubro de 1979.

¹⁷ A partir de 1980, os Trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins em parceria com a igreja católica progressista organizaram os encontros Anilzinho, cujo um dos objetivos era articular estratégias de resistências desses trabalhadores contra a perda de suas terras para as empresas e empresários que chegavam na região, atraídos pelos incentivos fiscais e pela propaganda dos governos militares.

¹⁸ Relatório do VII encontro Anilzinho ocorrido de 15 a 19 de Outubro de 1987 na Comunidade Cristã de Mupi.

¹⁹ A estrada Trans-cametá possui uma extensão de 220 Km², foi inaugurada pelo governador Aloysio Chaves, a estrada ligava os municípios de Cameté, Tucuruí, Baião, Portel, Mocajuba, Bagre e Oeiras do Pará, no entanto ela não foi totalmente concluída. Jornal O Liberal de 18 de julho de 1990.

Passarinho²⁰ revogou toda a legislação de terras do governo Aurélio do Carmo. O padre Thiago Poels²¹ relatou que a abertura da estrada trouxe grileiros do sul, sudeste e centro-oeste do país com interesse de se apropriar dos castanheiros que eram terras devolutas tornadas de servidão pública²². A estrada foi aberta ao tráfego, em caráter pioneiro, em 1978, com extensão de 208 km, ligando Tucuruí e Cametá. Segundo o governador Aloysio Chaves²³, esse era um sonho acalentado há muitos anos por muitas pessoas por aquela que seria uma promissora região.²⁴ Foi durante esse período de abertura da estrada que os índios Asurinís do Trokará retrocederam para a região próxima a Tucuruí e foram praticamente exterminados, ou seja, sofreram um verdadeiro genocídio. Na década de 1930, os índios Asurinís atacaram o povoado e toda a população teve que se retirar inclusive os comerciantes, cuja maior parte ficou pela redondeza (no caso nas localidades de Joana Peres, Tininga e Baião). Mesmo com a presença indígena, os moradores dessas localidades se arriscavam a coletar a castanha e mariscar, ou seja, caçar animais de pequeno porte, e também a praticar pesca artesanal. Os

²⁰ Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu em Xapuri (AC), no dia 11 de janeiro de 1920, filho de Inácio de Loiola Passarinho e de Júlia Gonçalves Passarinho. Aos três anos de idade, veio com a família para Belém. Seguiu depois para o Sul, onde cursou a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre. Mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1940, ingressando, no ano seguinte, na Escola Militar de Realengo. Chegando a major em 1953, fez o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), que concluiu em 1955. De 1956 a 1957 foi estagiário, adjunto e chefe de seção do quartel-general do Comando Militar da Amazônia e, em 1958, foi nomeado superintendente-adjunto da Petrobrás na região amazônica, tornando-se seu superintendente em 1959.

Em agosto de 1962, ocupou o posto de tenente-coronel. Indicado por Castelo Branco, Jarbas Passarinho assumiu em junho de 1964 o Governo do Pará, eleito pela Assembleia do estado.

Em janeiro de 1966 transmitiu o Governo do Pará a Alacid Nunes e, dois meses depois, ao serem criadas a Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação política de apoio ao Governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), filiou-se à primeira, tornando-se presidente de sua seção paraense e membro do seu diretório nacional e da sua comissão executiva.

Em novembro de 1966 elegeu-se senador pelo Pará, na legenda da Arena. Em 15 de março de 1967 foi convidado pelo novo Presidente da República, Artur da Costa e Silva, para o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Nesse mesmo ano passou para a reserva, com a patente de coronel.

Em 30 de outubro de 1969, em virtude do agravamento do estado de saúde de Costa e Silva, toma posse na Presidência da República o General Emílio Garrastazu Médici, que convida Jarbas Passarinho para a Pasta da Educação. Em 1974 reassumiu sua cadeira no Senado Federal. E, em novembro do mesmo ano, foi reeleito pela Arena do Pará. Em fevereiro de 1981 foi eleito Presidente do Senado Federal.

Em novembro de 1983, a convite do presidente João Figueiredo, assumiu a Pasta da Previdência. Em 1986, foi eleito como senador para a Assembleia Nacional Constituinte, pelo PDS do Pará, em aliança com Jäder Barbalho, que se elegeu governador.

Foi Ministro da Justiça do Governo Fernando Collor, de 15 de outubro de 1990 a 2 de abril de 1992, quando retornou ao Senado, para concluir seu mandato em janeiro de 1995.

²¹ Vigário do Município de Baião, de origem holandesa, pertencente a ordem dos Lazaristas que estavam em missão catequética na região do baixo e médio Tocantins desde o início do século XX.

²² Relatório do VII encontro Anilzinho ocorrido na localidade de Tuerê em 1987 no município de Pacajá.

²³ Governador do Estado do Pará pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), entre 15 de março de a 1º de agosto 1978.

²⁴ Pronunciamento do Governador do Estado do Pará Aloysio da Costa Chaves.

índios permaneceram na terra somente até a abertura da PA 156, momento no qual tiveram que recuar para a serra Itrocará²⁵.

A criação dessa estrada provavelmente encontrou a microrregião do Vale do Tocantins vivendo da extração da castanha, da seringa e de madeiras. A coleta de castanha foi permitida através do decreto 3.691/61, essa abertura da estrada estadual trouxe para região outros migrantes que já chegam com outros objetivos em relação aos castanhais.

Lázaro Borges afirmava que em Anilzinho existiam pequenas propriedades à beira do rio Anilzinho e Ipaú, existiam também pequenos estabelecimentos comerciais para a compra de castanha. Existiam nesse lugar duas tabernas que pertenciam a dois portugueses: José Lemos de Sousa e Jacinto Lemos de Sousa que, para aquele povoado, eram de grande porte²⁶. Eles comercializaram com os coletores de castanha locais por intermédio da prática de arrendamento.

Os posseiros vendiam a castanha aos irmãos em troca de gêneros alimentícios tais como açúcar, querosene, sal, fósforo, sabão, remédios e tecidos, contudo o posseiro Lázaro Borges²⁷ lembrou também que havia um detalhe muito importante, relatou que os posseiros nunca terminavam de pagar a dívida, por mais que se entregasse castanha aos comerciantes, demonstrando assim a permanência do sistema de aviamento dentro da floresta amazônica. Analisando a documentação, percebemos a constituição de Frente de Expansão que, segundo MARTINS (2012), caracteriza-se por:

Uma rede de trocas e de comércio, de quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que explora, índios ou camponeses. O mercado opera, através dos comerciantes dos povoados, com critérios monopolistas, mediados quase sempre por violentas relações de dominação pessoal, tanto na comercialização de produtos quanto nas relações de trabalho. (MARTINS; 2012, p.137)

No período em que o Castanhais Grande pertencia ao Estado, ou seja, era terra devoluta²⁸, existia a prática de arrendamento por parte de uma senhora chamada Dona Esperança Rocha, filha do Cel. Levindo Rocha. Esta senhora arrendava²⁹ as terras do Estado e

²⁵ Relatório Encontrado nos Arquivos da com FASE com o título “Grileiros Expulsam e Perseguem o povo de Anilzinho e destroem seus Castanhais” de 28 de outubro de 1979

²⁶ Relatório encontrado na FASE de 28 de outubro de 1979 e Relatório do VII encontro Anilzinho.

²⁷ Posseiro cujas memórias encontra-se no relatório da FASE de 28 de outubro de 1979.

²⁸ De acordo com Benedicto Monteiro, são todas aquelas que, pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, não se acham utilizadas pelo Poder Público, nem destinadas a fins administrativos específicos. São bens públicos patrimoniais ainda não utilizados pelo Poder Público, nem destinadas a fins administrativos específicos (1980).

²⁹ De acordo com Verônica Secreto (dicionário da terra), o arrendamento seria um contrato de Aluguel pelo qual se cedem temporariamente o uso e a ocupação de um terreno mediante o pagamento de uma renda ou

subarrendava a outros. Por não acreditar que aquela senhora estava sendo justa, o povo se uniu e fez várias reivindicações ao governo do Estado, até conseguir, mediante Decreto Estadual nº 3691 de 14 de agosto de 1961, que 14.400 hectares dos castanhais fossem destinados a servidão pública.

1.1. Os sujeitos do conflito Anilzinho

Os comerciantes portugueses de Anilzinho, José Lemos de Sousa e Jacinto Lemos de Sousa, receberam como forma de pagamentos de dívidas em seu comércio nove pontos de castanha³⁰. A viúva do primeiro comerciante, chamada de Coleta de Sousa, vendeu o que herdou, mais precisamente quatro pontos de castanhas, para um provável grileiro descendente de judeu denominado de Lino Vicente de Leão. Algum tempo depois, os filhos de Jacinto venderam o que lhes foram transferidos, ou seja, cinco pontos de castanhas. Lino Vicente Leão e os filhos de Jacinto Lemos de Sousa venderam tudo para o capixaba Sebastião Martins Amaral, mais conhecido por Tião. Essas vendas foram realizadas no ano de 1975.

Antes do decreto estadual n 3.691 de 1961, grande parte da população pobre do município de Baião já utilizava as terras tornadas de servidão públicas, por serem terras devolutas e sustentavam suas famílias por meio da coleta da castanha. As famílias não ocupavam as terras desde 1930 por causa dos conflitos com índios a Asurunís, mas em 1974, quando os moradores se sentiram seguros, mais de 30 famílias voltaram à ilha Jutaí e construíram moradias na margem do Igarapé Anilzinho, que a população chamava de Igarapé Grande³¹.

A venda realizada pelo Lino Vicente Leão e pelos filhos do senhor Jacinto Lemos de Sousa, ou seja, os nove pontos de castanhais foram o suficiente para o capixaba Sebastião Martins ser acusado pela população de tentar grilar todo o Castanhais Grande que fazia parte do decreto estadual 3.691 de 14 de agosto de 1961. Este conflito foi citado na “Cronologia de Conflitos Agrários” da autoria de Rosa Azevedo (2002). É preciso observar que o Castanhais Grande não fazia parte dos nove pontos de castanhais comprados por Sebastião Martins Amaral³².

Lino Vicente de Leão, também possuía propriedades em Joana Peres, nas proximidades de Anilzinho, tanto que ele e “os herdeiros de José Pereira Pantoja ou de Jacinto

aluguel, no Brasil esse termo, durante o período colonial esteve relacionado com concessões reais tendentes a possibilitar a exploração de alguns produtos tropicais logo após o descobrimento.

³⁰ Um ponto de castanha seria uma área com 300 árvores.

³¹ Relatório encontrado na FASE de 28 de outubro de 1979.

³² Relatório encontrado na FASE de 28 de outubro de 1979.

da Silva Freitas, e todos os demais confinantes das propriedades denominadas Marinheiro, Joaquim Antônio, Tirirical, Ponta Fina, Bacurí e Laguinho, foram chamados para defender uma ação demarcatória”³³ que foi levada até a juíza da comarca de Baião, a senhora Edna dos Anjos Nunes por Sebastião Martins do Amaral³⁴.

Sebastião Martins do Amaral era mais conhecido como “Tião” e foi acusado pelos posseiros de Anilzinho (região próxima de Joana Peres) de ser grileiro. Ele, segundo os moradores locais, conseguiu ficar com vários pontos de castanhas³⁵ e tentou ainda dominar o Castanhal Grande. Para obter essas terras, Sebastião Martins Amaral as comprou dos herdeiros Jacinto Lemos de Souza e Teonlia de Brito Lemos. Esse senhor requeria a demarcação das propriedades denominadas Marinheiro, Laguinho, Tirirical e Ponta Fina, situados a margem do Igarapé – Ipaú³⁶.

Para entender o principal conflito que este trabalho se propõe analisar, ou seja, o conflito Anilzinho, analisamos primeiramente em contato com o que denominei de textos bases que nesse caso foram os dez relatórios dos encontros Anilzinho, em especial o relatório do sétimo encontro que continha as memórias do Padre Tiago Poels, pertencente a congregação dos lazaristas e que, na década de 1970, foi vigário de Baião e se posicionou a favor do que a memória coletiva das lutas pelas terras da região do Baixo Tocantins denominaram “Posseiros de Anilzinho”. Contudo, essas informações eram lacunares e, afim de preenche-las e buscar os rastros dos sujeitos que compunham essa trama, fui aos relatórios, da FASE, aos jornais “*O Liberal*” ao “*Diário do Estado do Pará*”, aos “*Anais da ALEPA*” e aos relatórios da SUDAM³⁷, e outras documentações que estão nos arquivos: Diocese de Cametá, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comissão Pastoral da Terra e FASE. De posse dessas informações, contidas em variadas documentações compreendemos um pouco mais sobre a identidade desses sujeitos. Como foi o caso de “Tião” que era na verdade Sebastião Martins do Amaral, era casado, com separação de bens, pecuarista, natural do Espírito Santo e, desde de 1975, residia no município de Baião³⁸.

³³ Demarcação é a operação por meio da qual se fixa ou delimita a linha divisória entre dois terrenos, assinalando-as, em seguida, com elementos materiais sobre o solo.

³⁴ Diário Oficial do Estado, Juízo de direito da comarca de Baião, edital de citação, quarta-feira 18 de fevereiro de 1976.

³⁵ Sistema de medida dos Moradores de Baião para determinar uma área de castanhais.

³⁶ Diário Oficial do Estado, Juízo de Direito da comarca de Baião. Edital de citação, quarta-feira 18 de fevereiro de 1976.

³⁷ Relatórios com os potenciais do vale Tocantins de 1970-1976.

³⁸ Diário Oficial do Estado, Juízo de Direito da comarca de Baião. Edital de citação, quarta-feira 18 de fevereiro de 1976.

Nos arquivos da FASE, encontramos um relatório que continham as memórias do posseiro Lázaro Borges, que nasceu em 1920. A narrativa desse senhor foi o fio condutor para outros rastros que nos aproximaram do lugar e das pessoas que vivenciaram o processo. Assim sendo, ao fazer o debate sobre memória e seu esquecimento, percebemos que já existe um discurso consolidado na memória dos sujeitos envolvidos nos conflitos, sociais – o que pode ser chamado de memória coletiva – tanto que o conflito que marcou a memória e de certa maneira criou traumas foi o enfiamento com os grileiros vindo possivelmente do sul do país, esses sim eram visto como estranhos, enquanto que o conflito com os índios Asurunís não foi citado por padre Thiago Poels. Lázaro Borges, em suas memórias, afirmou que o conflito com os grileiros foi pior do que com os indígenas, é importante observar que o posseiro não citava em sua narrativa que os moradores locais também matavam os indígenas pela posse dos castanhais, ele só enfatizou os assassinatos cometidos pelos Asurunís. Segundo o Filósofo francês Paul Ricoeur:

A memória segundo é uma prática social a partir de uma abordagem da memória coletiva. Desse modo se entende memória em torno de uma identidade, inscrita no tempo, na ação e no espaço, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos, etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de "rememoração" social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional. As utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das comemorações que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa "rememoração" de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente. Nessa perspectiva, o conceito de memória coletiva pode contribuir para uma maior vigilância da operação crítica da história. (Paul Ricoeur:2007)

Dialogando com Ricoeur (2007) faço uso das memórias de posseiros, religiosos e técnicos que participaram da organização dos encontros Anilzinhos, buscando analisar as memórias sobre os conflitos agrários no Vale do Tocantins e debatendo a memória coletiva construída sobre estes conflitos.

No ano de 1977, os moradores locais acusavam a juíza Edna Anjos Nunes e o Pretor Antônio Lira dos Santos (ver Imagem 1), assim como o prefeito de Baião de serem coniventes com os grileiros que se faziam presente na região. Em 1977, segundo Lázaro Borges, apoiaram o “Tião” Sebastião Martins Amaral e, em 1979, segundo Thomaz de Carvalho³⁹, apoiaram Lázaro Gonçalves Barbosa no caso Joana Peres. Nos arquivos do ITERPA identificamos o Pretor, ele possuía um lote em Baião, na Travessa do Angelim na colônia

³⁹ Em 1979, esse sujeito enviou uma carta à coluna do jornalista Lúcio Flávio Pinto, a carta foi discutida na Assembleia Legislativa do Estado, o fato será melhor debatido adiante.

Magalhães Barata, esse senhor tinha 48 anos de idade e, em 1975, era casado, natural do Maranhão, filho de Miguel Pereira dos Santos e Rosa Lira dos Santos nasceu em 10 de agosto de 1927 no município Araisos (ver Imagem 1)⁴⁰, Maranhão, filho de Miguel Pereira dos Santos e Rosa Lira dos Santos, possuía 1,65 m de altura, pele branca, olhos e cabelos pretos.

The image shows two official documents. The top document is a 'TÍTULO ELEITORAL' (Electoral Title) for Antônio Lira dos Santos, issued in 1977. It includes personal details such as birth date (10/08/1927), birthplace (Araisos, Maranhão), and residence (Praça S. Francisco Baião). The bottom document is a 'CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO' (Military Discharge Certificate) from the Brazilian Army, issued to Antônio Lira dos Santos on 10/08/1977. It states that he was discharged from military service because he was over 30 years old. Both documents feature official stamps, a signature, and a small portrait of the individual.

Imagem 1: Título de Eleitor e certificado de dispensa de do serviço militar do exército brasileiro pertencente ao Pretor de Baião Antônio Lira dos Santos em 1977. **Fontes:** Acervo do ITERPA.

No segundo momento, Sebastião Martins Amaral, mais conhecido entre os posseiros de Anilzinho como Tião, vendeu a área para outras três pessoas: Gustavo, Rogério e Mário que viviam na região “ameaçando os posseiros, prometendo mata-los”. José Ramos Pinto, vereador de Baião e Padre Thiago Poels vigário da paróquia de Baião foram acusados pelos fazendeiros da região de incitarem a ordem pública contra eles e contra as autoridades de

⁴⁰ Processo dos arquivos do ITERPA, demarcação de terras, 10 de fevereiro de 1977.

Baião. O conflito atingiram umas 90 famílias, 30 em Anilzinho no Castanhal Grande e 60 nos castanhais CRVA e Pompeu.

Era março de 1977, período em que grileiros expulsaram, perseguiram o povo de Anilzinho e destruíram seus castanhais. “Anilzinho fica a margem da estrada Cameté- Tucuruí. Possui uma imensa riqueza natural tais como a seringa, a Castanha do Pará, um grande lago, um bonito igarapé com abundância de peixes e também a caça. O igarapé chama-se Anilzinho por possuir uma água cor anil. Os castanhais são fonte de riqueza da população pobre do município de Baião. Foi em busca desse produto que na época do inverno milhares de pessoas se deslocavam de suas comunidades e iam para os castanhais situado desde Joana Peres a Anilzinho indo até o Rio Jacundá, o povo chama de Castanhal Grande conforme o decreto estadual de 1961, no governo Aurélio do Carmo e Newton Burlamarque de Miranda foi decretado essa área, 14.400 hectares como área de servidão pública para o povo do município de Baião, que colhia os frutos da castanha e trocava pelas mercadorias de primeira necessidade (sal, fósforos, querosene, açúcar e etc)”⁴¹.

Sebastião Martins do Amaral, o comprador de um terreno em Anilzinho, propôs, em 1976, a ação demarcação das propriedades denominadas Marinheiro, Laguinho, Tirirical e Ponta Fina, situados a margem do Igarapé – Ipaú⁴². Os imóveis, objetos da demarcação e das confrontações, possuíam as seguintes características: “Marinheiro com mil e quarenta braças⁴³ de frente e fundos correspondentes, situada a esquerda da circunscrição Judiciária da comarca situada a margem do rio “Laguinho”, denominação de certo trecho do Igarapé – Ipaú. Esta propriedade tinha quinhentos cafezeiros e mais árvores frondosas, fazendo limites, ao lado de cima, com quem vem pelo lado direito; de baixo com a propriedade “Joaquim Antônio”, antiga Balbina Pereira, ao fundo com terras nacionais e a frente com limites pelo lado de cima com a propriedade Marinheiro de Lino Vicente Leão⁴⁴”. Nota-se que a linguagem jurídica utilizada no processo de Sebastião Martins Amaral é do século XIX, assim como as medidas em braças e as demarcações imprecisas caracterizada com expressões “fundos correspondentes ou pouco- pouco menos”, demonstrando que não existia uma informação dos tamanhos dessas propriedades em metros.

As descrições de limitações da propriedade de Sebastião Martins Amaral, também era feita no centro com terras do Estado, com o lugar denominado “Tirirical” com seiscentas braças de frente e fundos correspondentes, que estava situados às margens esquerdas do rio Ipaú, esse lote continha:

castanhais e outras árvores, fazendo limites do lado de cima direito com os herdeiros de José Pereira Pantoja com quem de direito (e em 1979 com Lino Vicente

⁴¹ Relatório do Anilzinho, encontrado na FASE, contendo as memórias Lázaro Borges datado de 18 de Outubro de 1979.

⁴² Todas propriedades de terras localizadas nas proximidades da comunidade de Anilzinho.

⁴³ Unidade de medida utilizada pela população local que equivalia aproximadamente a 2,50 m de comprimento.

⁴⁴ Edital de citação juízo de direito da comarca de Baião, quarta-feira, 18 de fevereiro de 1976, Diário Oficial do Estado.

de Leão que tinha como propriedade o sítio Madeira, que fazia divisão pela parte de baixo do terreno com Ponta Fina outras terras que pertenciam a Lino Vicente de Leão, A fazenda Espírito Santo que pertencia ao senhor Sebastião Martins Amaral, fazia divisória em seu⁴⁵ centro com terras do Estado e frente com a margem do rio Ipaú. Ponta Fina, fazendo limites pelo lado de cima com a propriedade Tirirical, de baixo com propriedade Bacuri, contendo castanhal, limitando-se pelo lado de cima com a propriedade Ponta Fina, de baixo com a propriedade Laguinho, cuja propriedade também denominada Jandaia ou Ribeiro, centro com terras do Estado e frente com o rio Ipaú, Laguinho, cuja propriedade também denominada Jandaia e Ribeiro com quatrocentos e cinquenta braças de frente pouco mais ou menos, situado à margem esquerda do rio “Ipaú”, limitando-se pelo lado de cima com Jacinto da Silva Freitas, propriedade de nominada de Bacuri de mesmo proprietário de baixo e centro digo assim estava de baixo, Lino Vicente de Leão, propriedade denominada “Rêgo do Ubim” conta com terras do Estado e frente com Ipaú⁴⁶.

Portanto, o edital de demarcação acima que foi enviado à comarca de Baião demonstrava todas, propriedades e suas bem feitorias existentes na região de Anilzinho e Joana Peres. A legislação agrária do Estado do Pará, considerava bem- feitorias também as plantas que faziam parte do extrativismo, tais como, as castanheiras, seringueiras e árvores frutíferas, a presença dessa flora específica a presença, ou a ausência, desses elementos faziam parte do critério de avaliação para demonstrar o quanto o lote era rico.

O cidadão Lino Vicente de Leão, que possuía propriedades que faziam limitações com as terras de Sebastião Martins Amaral, foi identificado como sendo uma das pessoas que era vista pelos posseiros locais, como um dos seus antagonistas, de acordo com edital de citação, possuía em Baião uma propriedade de terras no lugar denominado Campeão, cujo valor da propriedade de terras era de Cr\$100.000.000 (cem mil cruzeiros)⁴⁷. Podemos perceber que a região possuía uma flora de árvores frondosas, tais como castanhais, seringueiras, cafeeiros, entre outros. A predominância era de uma economia de subsistência baseada nas coletas de frutos da floresta, da caça e da pesca, portanto a floresta ainda não havia dado espaço para o pasto, ou seja, a agropecuária ainda não havia se instalado nessas propriedades. Também notasse que as divisões desses lotes eram feitas por marcos naturais como o Rio Ipaú, por exemplo. Outro marco é muitas vezes as terras do Estado. Não há menção a títulos de posse e a metragens.

A região analisada era uma fronteira, isso me faz compartilhar com as ideias de José de Souza Martins (2012) que afirma, por meio dos argumentos de Alistair Hennessy (1978), que as sociedades latinas-americanas ainda estava em estágio de fronteira. A Amazônia nesse período poderia se encontrar no estágio de sua história em que as relações sociais e políticas

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Diário Oficial do Estado, Juízo de direito da comarca de Baião, edital de citação, quarta-feira 18 de fevereiro de 1976.

⁴⁷ Diário Oficial do Estado, Juízo de direito da comarca de Baião, edital de citação, quarta-feira 18 de fevereiro de 1976.

estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas. No entanto, a história do recente deslocamento da fronteira no Brasil é uma história de lutas étnicas e sociais e de destruição, mas é também uma história de resistência e de revolta, de protesto, de sonho e de esperança. Nesse sentido, concordo com os argumentos (MARTINS;2012) em que assegura que a fronteira é o lugar de conflito, um lugar da alteridade, tornando-se lugar de encontro dos diferentes entre si.

Relembramos que na microrregião do Baixo Tocantins existe a memória de um conflito, de uma primeira fronteira em que os índios Asurinís do Trocará que se conflitaram em 1920 com pequenos extrativistas que adentravam a região de Anilzinho e Joana Peres, região do município de Baião que possuía grandes castanhais, pertencente ao território da etnia citada. Assim sendo, naquele momento o conflito fez com que a fronteira fosse essencialmente, em um só tempo, um lugar descoberto do outro e do desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrente das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos.

A fronteira desses dois grupos deixou de existir em meados da década de (1960 a 1970) momento em que o conflito desapareceu entre os extrativistas e os índios Asurinís. Os tempos desses sujeitos se fundiram, a alteridade original e mortal deu lugar a política, e o outro tornou-se o “nós”. "Quando a história passa a ser nossa história, a história da diversidade e pluralidade, e nós já somos nós mesmos, é porque somos antropofagicamente nós e outro que devoramos e nos devorou" (MARTINS; 2012). Portanto, a fronteira deixou de existir, contudo a região voltou a ser fronteira novamente, dessa vez com novos sujeitos envolvidos, empresas, grileiros vindos do eixo sul e sudeste do país atraídos pelos incentivos fiscais do governo federal. Esse fato trará uma série de mudanças para região que será melhor discutida adiante.

1.2. A política de terras no Pará e o caso Anilzinho

O que se desdobrou dentro da região, foi um dos episódios que mais marcou a luta pela terra no Baixo Tocantins. Os conflitos que se desdobraram dentro desse território marcaram a memória de muitos sujeitos que vivenciaram a entrada dos grandes projetos na Amazônia, no entanto, na porção do território paraense que foi denominado de Vale do Tocantins pela SUDAM, não foi somente Anilzinho que presenciou as mudanças de costumes de habitação da terra, alguns moradores da vila de Joana Peres e as cidades de Cameté e Oeiras do Pará foram testemunhas desse processo.

Porém, faz-se necessário, uma micro retrospectiva no que diz respeito a década de 1960. O Brasil vivia um momento de questionamento em relação à estrutura agrária e também de efervescência cultural⁴⁸, entrelaçados com os questionamentos e tentativas de reformas, com o chamado “plano de reformas de base”, e que tinha como um de seus destaques a reforma agrária, contudo todo esse panorama foi interrompido pelo golpe civil- militar de 1964 (FERREIRA;2006).

O decreto nº 3691/61 fez parte do contexto político em que as reformas de base propostas por João Goulart que estavam em efervescência no país na década de 1960. A ditadura que se instalou no Brasil, por meio do golpe civil-militar de 01 de abril de 1964, encontrou o processo fundiário do Pará em efervescência. De acordo com (MONTEIRO;1980), O Estado possuía a questão agrária regulado pelo decreto estadual 1044 de 19 de agosto de 1933, a lei nº 762 de 10 de março de 1954, a lei nº 1137 de 11 de março de 1955 e a lei nº 1251 de 10 de dezembro de 1956. Contudo, todas foram anuladas com o governo Jarbas Passarinho. No momento em que assumiu o governo do Estado por força do referido golpe civil militar, Jarbas Passarinho instituiu a lei nº 4.457 dia 18 de setembro de 1964, a mesma não conceituava a questão da improdutividade dos latifúndios, deixando deste modo completamente livre a venda de terras devolutas, sem qualquer limitação de área a não ser a fixada pela constituição federal.

Além do mais, a tradição política de terras que incentivava o povoamento, ou seja, a ocupação do território, foi interrompido pela lei estadual nº 3.641 de 5 de janeiro de 1966, que por sua vez, paralisou a emissão de milhares de processos de compra e venda de terras, o que tornou a situação fundiária ainda mais tensa, uma vez que já vinha sendo alterada profundamente pelo sistema rodoviário federal e estadual⁴⁹.

Os governos militares, especialmente o de Emílio Garrastazu Médici, havia “traçado metas para o país”, isso envolvia um plano de ocupação, que culminou com a criação dos projetos de colonização, atraindo para a Região Norte e Centro-Oeste milhares de pessoas que buscavam terras, assim o governo “tentava” resolver a questão dos conflitos agrários existentes no país. Nesse momento, houve a entrada de imigrantes na Amazônia de várias

⁴⁸ Aqui a palavra cultura é entendida de acordo com a visão de Raymond Williams (2011) que entende cultura como sendo um processo (social e material) produtivo e de práticas específicas, tanto das artes como de usos sociais dos meios materiais de produção, ou seja, utilizo a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo e as experiências comuns de um determinado grupo (WILLIAMS; 2011).

⁴⁹ Ver BENEDICTO MONTEIRO, Direito Agrário e processo fundiário de 1980.

regiões do Brasil, definindo uma nova dinâmica de ocupação e esta, por sua vez, diferia do uso e costumes que as populações tradicionais faziam da terra (MARTINS; 1998).

Os governos militares partiam da premissa de que a Região Norte era uma região desabitada. O lema passou a ser *“homens sem terra para terra sem homens”*, conferida ao presidente Médici que possuía como um dos objetivos de seu governo ocupar os supostos “espaços vazios” na Região Amazônica⁵⁰. Ele próprio criou em 16 de junho de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) que acabou por produzir as diretrizes da ocupação da Amazônia de forma a ser dirigida pelo Estado.

De acordo com os relatórios de 1975 do Instituto de Terras do Pará (ITERPA),

em 1956, a lei federal 2.975 expressou a decisão do governo de construir a rodovia Belém- Brasília, esse fator “provocou a emigração de pequenos lavradores de outras regiões de solos pobres para o Pará”. Entre o término da Belém Brasília e o golpe civil- militar de 1964, houve uma grande degradação sobre titulações das terras paraenses. Ocorreu de tudo títulos falsos, sem apoio de qualquer processo. Processos nulos por defeitos de edital, ausência ou fraude na demarcação, superposição de área nomes de pessoas inexistentes ou títulos desaparecidos⁵¹.

Ainda de acordo com os relatórios do ITERPA de (1975), o governo estadual procurou reagir, evitando qualquer venda de terras, começando a desenvolver um programa de apoio comercial e de transporte ao pequeno produtor e editou a lei 3.641/1966, visando reordenar o caos a que chegara a administração. O que é algo paradoxal, pois a citada lei, promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado, embora não trazendo grandes inovações, trouxe problemáticas no que diz respeito à questão da manutenção tanto dos minifúndios quanto dos latifúndios, pois ela não explicava o que era considerado terras improdutivas (MONTEIRO: 1980).

Contudo, a legislação do 3.641/1966 não evitou os conflitos pela propriedade e posse da terra no Estado, assim sendo pode se concluir que as constatações feitas pelos técnicos do ITERPA foram um prognóstico que se cumpriu dentro do Pará, as vendas de terras sem os devidos cuidados mais as ideologias que impregnavam os governos militares: a Amazônia seria um espaço desabitado, imbricados com os anúncios de venda, de riqueza fácil e os incentivos fiscais⁵², assim como as razões que levaram a segurança nacional a incorporar ao patrimônio da união cem quilômetros de terras devolutas do Estado, para cada lado das rodovias federais, por meio do decreto 1.164 de 01 de abril de 1971, tudo culminou com uma paisagem marcada por grandes latifúndios e conflitos no campo e que, ainda no primeiro

⁵⁰ VIEIRA. Jaci Guilherme. **Um novo projeto de igreja e de missão entre os índios de Roraima: a ordem da Consolata: 1969 a 1997.**

⁵¹ Governo do Estado do Pará, Instituto de Terras do Pará, ITERPA, Sistema fundiário Nacional diagnóstico Fundiário (1975).

⁵² O governo pode permitir que uma determinada empresa não precise pagar impostos.

terço do século XXI, até então se desdobra de maneira violenta. A ilustração a seguir demonstra a ideia que o governo federal vendia, as propagandas circulavam nas principais revistas do País.



Imagem 2: Anúncio publicado na revista Veja, 30/12/70.

É possível verificar na imagem a presença de um complexo industrial que tirou o lugar do verde da floresta amazônica, o panorama imagético transmite também a dimensão de uma Amazônia que deveria se industrializar e voltar-se para o grande capital, onde a agricultura familiar não possuía espaço. O norte do Brasil seria o lugar do futuro, com auxílio dos governos militares e seus projetos destinados ao "desenvolvimento da região". Portanto, se a história possui como uma de suas funções sociais a possibilidade de justificar e compreender o presente, passamos a nos questionar sobre as problemáticas ambientais do século XXI, principalmente no que diz respeito ao desmatamento da floresta Amazônica, pois, desde a década de 1970, houve ações sérias sobre a fauna e a flora. É evidente o fato de que o governo dos militares contribuíram de forma direta para o desmatamento da floresta e a

destruição de parte do maior bioma do planeta, mas também interferiu sobre o modo de vida das populações locais.

A Imagem 2 esteve presente num artigo de José de Souza Martins (1998), contudo o que queremos demonstrar é como uma propaganda que circulou na revista *Veja* de 30 de dezembro de 1970 conseguiu comprovar os planos que os governos militares possuíam para a Amazônia. A propaganda traz o Slogan “CHEGA DE LENDAS, VAMOS FATURAR!”, o texto que acompanha a imagem afirmava que as pessoas estavam tendo possibilidades de tirar proveito das riquezas da Amazônia, tudo com o apoio do Banco da Amazônia, e também dos governos estaduais, federais e da SUDAM. Afirmava também que a região oferecia lucros para os investidores e a Transamazônica era a pista da mina de ouro, além do mais tentava convencer os leitores da ideia de que os Estados da Amazônia ofereciam enriquecimento fácil.⁵³ Ademais, o texto que acompanha a imagem demonstra de que modo a rodovia Belém-Brasília era vista e como as riquezas da Amazônia eram promissoras.

De acordo com os pesquisadores Marianne Schmink e Charles H. Wood (2012), a estrutura burocrática de exploração da região foi realizado através da operação Amazônia:

que foi inserida em 1966, e foram financiados pelo banco da Amazônia (BASA). A superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) substituiu a SPVEA como órgão executor dos programas do governo federal. O objetivo das novas políticas era tornar atrativo, aos empreendedores de outras partes do Brasil, o reinvestimento de partes dos vencimentos de seus impostos de rendas na Amazônia. Companhias que haviam se estabelecido na região antes de dezembro de 1974 e as que a SUDAM identificou como interesse econômico Regional passaram a usufruir de isenção de impostos de renda durante dez anos⁵⁴.

A propaganda acima confirma os dados dos pesquisadores e, tentava convencer o leitor a adentrarem a região, ainda segunda essa visão os mesmos teriam o apoio direto dos governos estaduais e federal, contudo nota-se tanto no texto quanto na imagem que essa mentalidade, ou melhor dizendo, essa ideologia não levava em conta os moradores que já viviam nesses lugares, atraiu, em contrapartida, novos sujeitos para essa região e, nesse sentido, iremos ver adiante alguns desses sujeitos que compraram terras e que inclusive alguns desses foram acusados pelos moradores locais de grilarem terras em Baião, Oeiras do Pará, em Tucuruí e outros município do Pará que, posteriormente, entraram em conflito com os moradores já existente na região.

⁵³ A propaganda estava inserida na revista *Veja* de 30 de dezembro de 1970 e o texto convidado ao leitor a investir na Amazônia.

⁵⁴ SCHMINK, Mariane & WOOD, Charles. Conflitos sociais e a Formação da Amazônia pag 103.

Portanto, os grandes projetos estiveram dentro desse contexto, a região que aqui será analisada – e que foi parcialmente apresentada – será o Baixo Tocantins, que abrange os municípios de Moju, Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajurú, Oeiras do Pará e também o município de Tucuruí pertencente ao Médio Tocantins e que teve seu cotidiano modificado por uma dessas "obras faraônicas": a hidrelétrica de Tucuruí, a quinta maior usina geradora de energia elétrica do planeta. Para a realização desse projeto foi necessário represar o 25º rio mais extenso do mundo: o Tocantins. Sua construção absorveu mais de 10 bilhões de dólares (PINTO; 2010). A imagem a seguir contém um mapa pertencente aos álbuns da Eletronorte sobre a construção da hidrelétrica de Tucuruí.

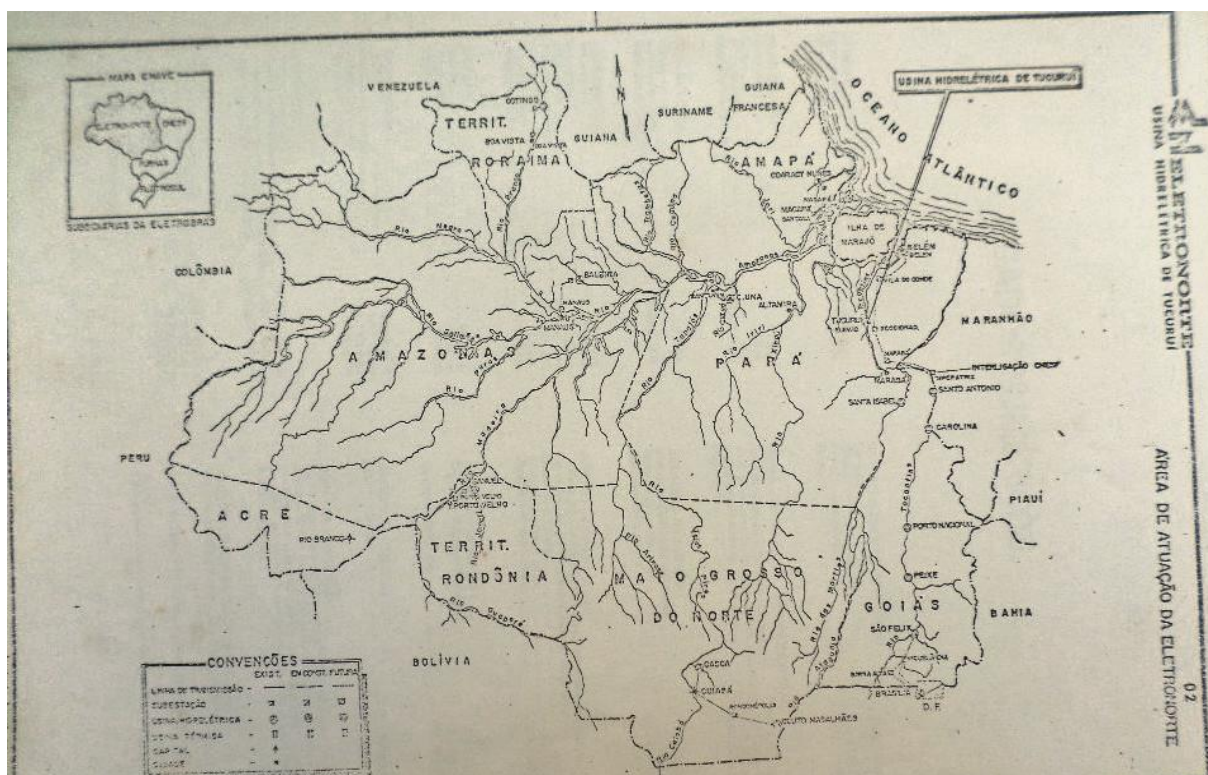


Imagem 3: Mapa com a localização da usina hidrelétrica de Tucuruí. Álbum da Eletronorte centrais elétricas do norte do Brasil do Brasil S. A (Usina Hidrelétrica do Pará) de 1980. Acervo diocese de Cametá.



Imagem 4: Vista área da barragem em construção, bloqueando o Rio Tocantins parcialmente. Álbum da hidrelétrica de Tucuruí, Eletronorte centrais elétricas do norte do Brasil do Brasil S. A (Usina Hidrelétrica do Pará) de 1980. Acervo diocese de Cametá.

As duas imagens ilustram a localização da barragem de Tucuruí e obstrução do rio Tocantins, a hidrelétrica foi um importante componente para dar subsídios aos demais projetos pensados para Amazônia, o empreendimento atraiu para o Baixo Tocantins empresário interessados nas terras, devido sua proximidade com as estradas e variadas possibilidades de lucros com a especulação da área. Nesse sentido, foi pensado para essas proximidades regiões de colonização, para tanto a SUDAM desenvolveu alguns estudos que serão verificados adiante.

Segundo o ITERPA, “o congresso nacional em 1966, tinha articulado que o incentivo fiscal poderia gerar oportunidade de inversão que faltavam na crise assoladora do país”. A Amazônia, de modo particular o Pará, passou a ser oferecido aos capitalistas do sul do país e até o exterior facilidades de crédito, inclusive criada a SUDAM, como pôde ser verificado na Imagem 1, houve grandes empreendimentos agropecuários financiados que, na maioria das vezes, excluía o pequeno lavrador.

O decreto de lei estadual nº 37/69 representou a necessidade do governo do Estado em proteger de dívidas jurídicas as grande propriedade e de criar canais que permitissem a solução rápida para os litígios desta – a grande propriedade era incentivada pelo governo federal –. Ao contrário do pequeno posseiro. A união se apoderou de grande parte do

território estadual, sem qualquer indenização nem audiência de qualquer setor público ou privado, entregando essa imensa quantidade de terras à administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Grupo Executivo das Terras Araguaia – Tocantins (GETAT), Instituto Brasileiro de desenvolvimento Florestal (IBDF) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Até a criação do ITERPA, em 1975, por meio da lei 4.584/75, destinada a administrar o remanescente do patrimônio devoluto do Estado, mas, já sem poder dar qualquer passo importante em matéria de política fundiária, restrita à audiência do conselho de segurança nacional, assim como ficaram todos os órgãos assistenciais. Desses os principais eram utilizados pelo ITERPA, nos cursos da legislação de terras do Estado para regularização fundiária⁵⁵. O mapa ilustra como ficou distribuída a administração das terras do Estado do Pará.

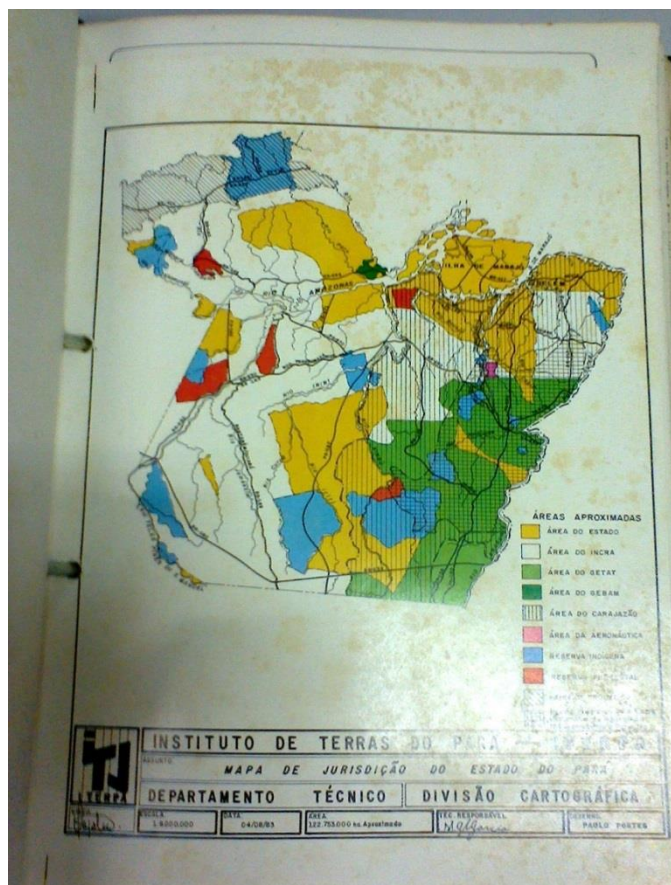


Imagem 5: Mapa de Jurisdição do Estado do Pará, departamento técnico, divisão cartográfica, desenho Paulo Fontes, escala de 1.800.000, área de aproximadamente 122.753.000 aproximadamente. Arquivos do ITERPA.

⁵⁵ Governo do Estado do Pará, Instituto de Terras do Pará, ITERPA, Sistema fundiário Nacional diagnóstico do GETAT, em verde floresta GEBAN, Fundiário (1975).

Apesar de ser datado de 04 de agosto de 1983, o mapa demonstra como ficou a administração das terras do Pará e seus respectivos órgãos administrativos em meados da década de 1970: em amarelo estão às terras cuja administração era do Estado, em branco as do INCRA, verde (musgo) área em branco com listas verticais do carajazão, ou seja, do projeto grande Carajás, em rosa área da aeronáutica, azul era reservas indígenas, vermelho reserva florestal, branco com paralelas em diagonais faixa de fronteira, branco em grade região programas para empreendimentos de agricultura, reflorestamento e pecuária.

Portanto concluimos o que é obvio que o governo federal tomou posse da maior parte das terras do Estado do Pará, o discurso presente no relatório do ITERPA comprova esta afirmativa, principalmente quando afirmou que a “união apoderou-se” das terras, o que pode ser confirmado com o Mapa de Jurisdição do Estado, somente o que estava em amarelo era de competência da citada autarquia.

1.3. A região do Baixo Tocantins na visão oficial do Governo

O mapa a seguir apresenta o Vale do Tocantins com os estudos que indicavam os potenciais dessa região e com a ideologia do governo federal, o que nos deixa a entender que houve todo um planejamento para convencer os potenciais investidores para projetos dentro da Amazônia.

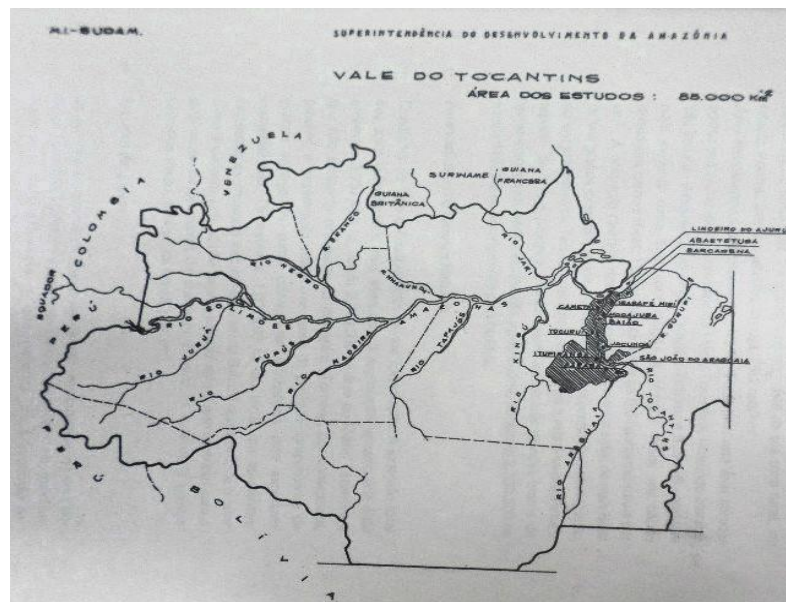


Imagem 6: Mapa do vale do Tocantins, autorizado pelo Ministério do Interior Superintendência Para o Desenvolvimento da Amazônia Coordenadoria Para O Desenvolvimento Regional, Demonstrado o Plano Básico De Desenvolvimento Integrado do Vale do Tocantins, Caderno de Resumo, Belém SUDAM 1975.

A imagem acima mostra que a SUDAM possuía uma determinada visão da região, denominando-a de Vale do Tocantins. Essa região era dividida em Médio Tocantins, com as

cidades de Marabá, São João Araguaia, Itupiranga, Jacundá Tucuruí e Baião; e o Baixo Tocantins que era constituído de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Cametá, Limoeiro do Ajurú e Mocajuba⁵⁶.

Existia, na década de 1970, um plano básico que o governo chamava de “plano integrado”: esse plano dividia a Amazônia em regiões de “desenvolvimento”. Nessa concepção, a região desfrutava de uma situação bastante vantajosa, de modo a permitir a implantação de um projeto de desenvolvimento regional com garantias de êxito. Apesar da região possuir as atividades econômicas voltadas basicamente ao setor primário, havia produtos com grande possibilidade de exportação, como o minério de ferro, o palmito do açaí, a madeira, a castanha, o cacau, entre outros. Essa zona de exploração pode ser verificada no mapa. A barragem de Tucuruí está no epicentro de todo esse plano⁵⁷, criada para garantir o funcionamento das jazidas de extração de ferro de Carajás. Tucuruí atraiu para os municípios vizinhos – tais como Baião, Cametá, Oeiras do Pará, Mocajuba e outros – as especulações das terras que, por causa da construção da hidrelétrica, e também das políticas de incentivos fiscais do governo, tornaram-se alvo de disputas.

A barragem de Tucuruí, de acordo com o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto, foi fruto não por acaso de um regime autoritário, portanto não foi mera coincidência, e sim uma grande investida sobre a maior “fronteira de recursos naturais da terra”, e que esteve encabeçado pelas forças armadas brasileiras, mais especificamente o exército que comandou a mão de ferro e de maneira centralizada seu projeto para o país. Mas apesar de toda a repressão existente, ainda assim alguns sujeitos que resistiram ao ato de força e tentaram enfrentar as medidas tomadas pelo Estado brasileiro do período (PINTO; 2010).

Os governos militares possuíam uma visão dos potenciais do Vale do Tocantins. A partir do ano de (1972 a 1974) com a implantação do plano de desenvolvimento da Amazônia, a SUDAM iniciou uma série de estudos de caráter econômico, essencialmente em adotar tarefa de planejamento regional e garantir maior grau de confiabilidade. Esses trabalhos foram realizados por meio de consultorias de experiência internacional, sendo acompanhadas pela equipe técnica da SUDAM.

O grupo foi instituído pela portaria nº 4715, de 02 de maio de 1973. A partir desses estudos, foram gerados vários relatórios oficiais sobre os potenciais da Amazônia analisados por microrregiões; entre elas está a área que é o foco específico de nossa análise. A principal característica física é a situação demográfica em sua zona rural, ou seja, existia 25,1 hab/km²,

⁵⁶ Vale do Tocantins, visão do global do desenvolvimento da região, setembro 1973.

⁵⁷ Os conflitos envolvendo Tucuruí serão melhores discutidos no segundo capítulo da dissertação.

o que era visto como pouco ocupada. A condição de exploração dos solos não era também considerada adequada. A exploração agropecuária equivalia à ordem de 3.750 hectares, mas os problemas de Tocantins estavam sobre a questão da drenagem de suas terras que eram ineficazes para agricultura permanente.

Embora o governo, em seus relatórios, identificasse a potencialidade dos solos da região que era propício para a agricultura, seu uso era muito baixo e representava cerca de um terço do espaço total da região e alguns trechos encontrava-se localizado em posição relativamente intrafegável, portanto as áreas de melhores condições de habitação, concentravam-se sobretudo no Médio Tocantins, na cidade de Marabá; no Baixo Tocantins existia uma área formando uma faixa contínua próxima à margem direita que abrangia o município de Tucuruí e o município de Baião. Por se tratar de uma área de melhor colonização, isso por volta de 1975 (RELATÓRIO;1975), o território de Tucuruí a Baião tornou-se um dos epicentros de conflitos aqui analisados.

Os mapas abaixo vão indicar a área de estudos do Vale do Tocantins com aproximadamente 85.269 KM², as terras são selecionadas para as explorações diversas e há também a visão de ocupação integrada. Expressam a visão oficial dos governos militares por meio da SUDAM e são exemplos cartográficos da concepção de fronteira. Existem duas concepções de referência para a fronteira: a Frente Pioneira de uso rotineiro dos geógrafos e Frente de Expansão inicialmente adotada pelos antropólogos e demais estudiosos das ciências humanas, essa concepção expressa à concepção de ocupação do espaço de quem possui como referência as populações indígenas. No momento, precisa-se explicar que a visão que os mapas oficiais da SUDAM expõem é caracterizada como frente pioneira, cuja concepção não leva em conta os índios e demais moradores da região, e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor (MARTINS; 2012).

A frente pioneira é também a situação espacial que convida ou induz a modernização, à formulação de novas concepções de vida social. Essas duas concepções de fronteiras são, na verdade, modos de ver o mesmo objeto de estudo, porém de diferentes aspectos entre si, porque nos dois casos são olhares socialmente diferentes de ver o mesmo assunto. Aqui trabalharei com as duas concepções, pois podemos identificar ambas no processo aqui estudado. O antropólogo não vê somente a Frente de Expansão como sendo apenas o deslocamento de agricultores empreendedores, comerciante, cidades e instituições políticas. Ele inclui também as populações pobres, rotineiras, não indígenas ou mestiças,

como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, castanheiros e pequenos agricultores que praticavam uma de roça antiquada e no limite do mercado (MARTINS; 2012).

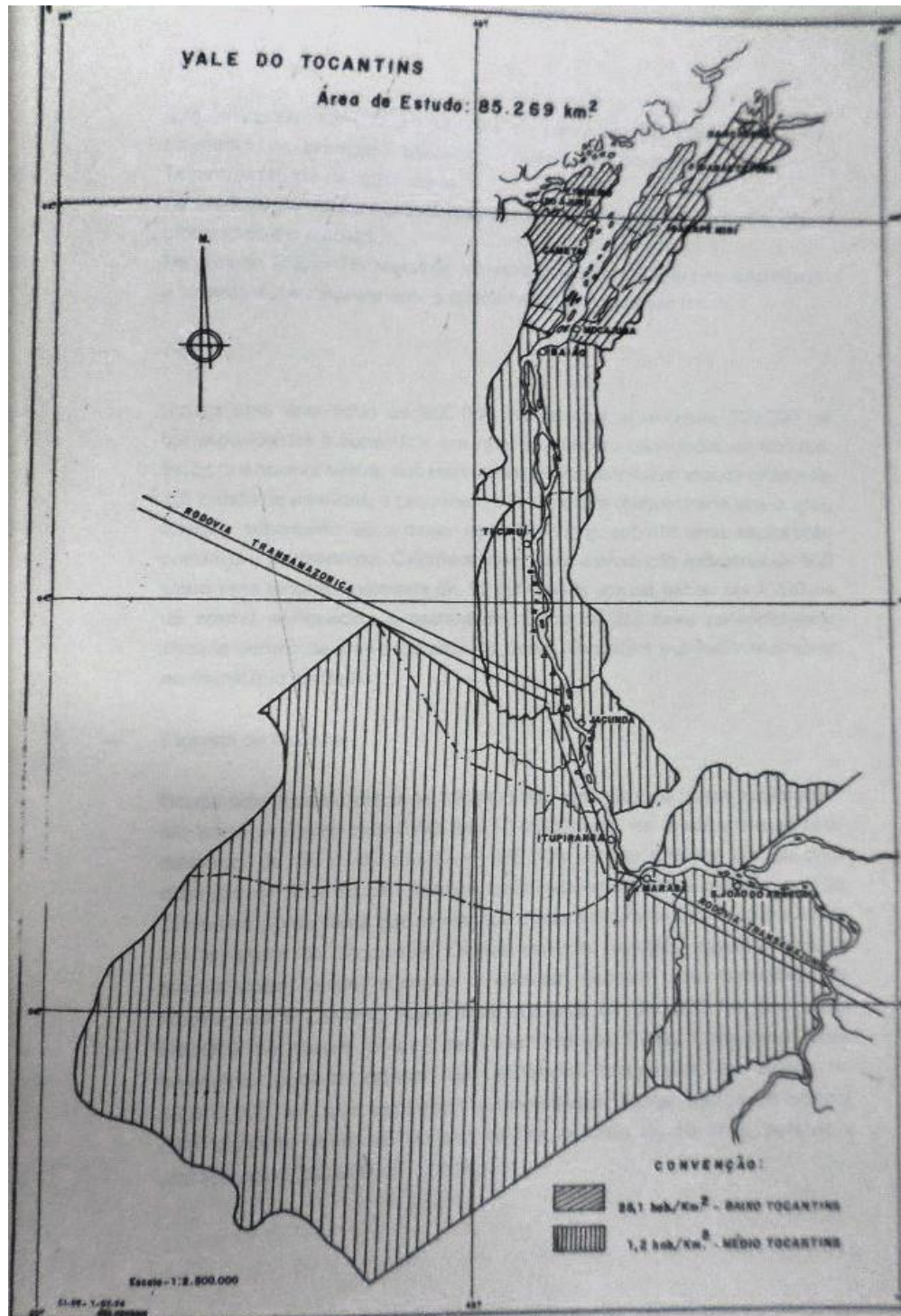


Imagem 7: Área de estudo do vale do Tocantins, SUDAM, 1975, legenda 1º =25,1 hab/ km² Baixo Tocantins e 2º =1,2 hab/ Km² Médio Tocantins.

As áreas com retas paralelas em diagonais pertencem à região do Baixo Tocantins e, de acordo com as estatísticas dos estudos da SUDAM, possuíam 25,1 habitantes por

quilometro quadrado, o que era uma ocupação pouco densa; as legenda das retas paralelas em vertical indicam as terras do Médio Tocantins que possuem em seu território 1,2 habitantes por quilometro quadrado, essas áreas programas seriam beneficiadas com amplo incentivos fiscais por parte do governo para serem ocupadas pela agropecuária, agronegócio e demais grupos interessados. Todavia, essa política de proteção à agropecuária dentro das terras da Amazônia fazia parte da mentalidade desenvolvimentista que impregnava os discursos dos parlamentares do período. A questão de que a Amazônia era uma fronteira aberta a exploração é evidente nos relatórios de estudos da SUDAM e também no discurso do governador Aloysio Chaves. O governador, de acordo com o relatório sobre “O Conflito Anilzinho”⁵⁸, foi procurado pelo povo da comunidade que denunciou os conflitos em que a região estava mergulhada, além deles outros deputados possuíam o mesmo posicionamento de que a região deveria ser desenvolvida⁵⁹.

O governador Aloysio Chaves fez pronunciamento para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará no ano de 1977, discordava da situação em que o país vivia em especial às políticas implementadas para Amazônia. Especificamente, no que concerne a questão da terra, afirmando que o Estado do Pará estava atento aos grandes projetos federais, especialmente de exploração da bauxita e indústria do alumínio, hidrelétrica de Tucuruí e do ferro Carajás e que o governo do Estado tomou medidas complementares para subsidiar o esforço do governo da união⁶⁰.

Percebo, então, que existiam várias alianças para que os grandes projetos na Amazônia, nesse caso no Pará, tivessem vários subsídios. Para se concretizar, não havia uma mentalidade por parte dos governantes-militares, ou a preocupação ainda era incipiente, de que essas terras já possuíam donos, habitantes, não era uma terra sem homens e que, ao inserir a dinâmica do capitalismo, iriam interferir decisivamente nos costumes, no modo de vida da população que aqui habitavam, criando variados conflitos que de certo obrigou os homens da floresta a reagirem.

O governador Aloysio Chaves em seu discurso demonstrava acreditar que, com o possível apoio dado a construção da hidrelétrica de Tucuruí, o governo federal deveria auxiliar e enviar verbas para prosseguir a construção da PA-150, no trecho Marabá-Belém, com cerca de 160 km. A PA 156 estava sendo preparada e foi aberta ao tráfico naquele período, “embora em caráter pioneiro, ela possuía 208 km e ligava Tucuruí a Cametá,

⁵⁸ Relatório sobre o conflito Anilzinho encontrado nos arquivos da FASE de 28 de outubro de 1979.

⁵⁹ Anais da ALEPA com o discurso do governador Aloysio da Costa Chaves, 01 de março de 1977.

⁶⁰ Anais da ALEPA com o discurso do governador Aloysio da Costa Chaves, 01 de março de 1977.

acreditava-se que abertura desta rodovia, era um sonho acalentado há muitos anos por várias pessoas que viviam naquela promissora região”⁶¹. Entretanto, as aberturas das estradas e os conflitos que ocorreram em torno delas não foram só entre grileiros, índios, posseiros, meeiros, castanheiros, caboclos, seringueiros, contra grileiros ou latifundiários, existiram conflitos de interesse entre os governos do Estado e da união em relação à questão de vendas e posse de terras e na transição do que era do Estado e o que era da competência da união. Exemplo dessa situação poderá ser percebida em relação ao projeto Carajás, especificamente na região de Itupiranga e Marabá. Nessas cidades, o preço da terra nua, ou seja, sem floresta, estabelecida em portaria do INCRA era de Cr\$ 47,00, enquanto o Estado as vendia por Cr\$ 50,00 de acordo com as licitações de âmbito nacional feitos até aquela presente data e citado pela autarquia federal. O valor obtido por hectare naquela área foi de Cr\$ 112,00 (cento doze cruzeiros), contudo o governo do Estado pretendia vende-las por Cr\$ 334, 6 (trezentos e trinta e quatro cruzeiro e sessenta e nove centavos)⁶².

Portanto havia uma discordância a respeito dos valores que a terra era vendida pelo governo federal e o estadual, o que causava discordância em relação em seus valores, pois a união vendeu as “terras nuas” de Itupiranga e o governo do Estado “exigia” o ressarcimento de valores como forma de minimizar seus prejuízos. Isso ficou demonstrado por meio de exposição de motivos enviados, em setembro de 1976, dirigido ao presidente Ernesto Geisel, em nome da defesa dos interesses do Pará. O documento dizia “que havia a necessidade que se implementasse a alienação, tentada como única maneira de minimizar o prejuízo do Estado”, demonstrado desse modo que existiam conflitos de interesses entre o governo do Estado e o Federal”⁶³. A demanda do Estado poderia não ser atendida, mas aquela seria uma das últimas alternativas para assegurar o recebimento do preço da venda das terras. Contudo, o Estado do Pará não receberia o valor financeiro das terras que foram alienadas pelo governo federal⁶⁴.

Através da visão do governador Aloysio Chaves, entendemos os planos que cercam os conflitos aqui relatados, que tinha como finalidade transformar a economia rural tradicional voltada para a subsistência em economia de mercado de expandir a fronteira agrícola por meio da ocupação racional do espaço físico com uso de tecnologias apropriadas a ecologia local, da modernização do processo de comercialização dos produtos agropecuários, de dinamizar a regularização fundiária, que faria do produtor não um posseiro, mas proprietários.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Anais da ALEPA com o discurso do governador Aloysio da costa Machado, 01 de março de 1977.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

Essa análise nos lembra as questões da frente pioneira, discutida por José de Souza Martins (2012) que nos alerta que, quando os geógrafos discutem sobre frente pioneira, estavam referindo-se as faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão de terra em mercadoria e, desse modo, em renda capitalizada, como é o caso da visão dos deputados e do comando militar que governava o país no período.



Imagem 8: Terras selecionadas para fins de colonização, relatório de estudos da SUDAM do Vale do Tocantins 1973.

O mapa tenta expressar a importância da região e o quanto esta desfrutava de uma situação vantajosa, o que permitiria a implantação de projetos que iriam permitir o desenvolvimento regional com garantias de possíveis êxitos.

O Vale do Tocantins era dividido em quatro blocos de colonização: A, B, C (os três primeiros faziam parte do Médio Tocantins) e D, que estava localizada no Baixo Tocantins, cujo mapa tenta demonstrá-la com 527.100 hectares. De acordo com os relatórios da SUDAM, essa área iria contar com o sistema de transporte, que partia da jusante de Jacundá, através de uma estrada-eixo que possuía aproximadamente 70 km de extensão ao longo da margem direita do Tocantins, a estrada deveria ser complementada com uma série de outras vicinais, que permitiam o acesso direto, aos lotes de colonização (fazenda agropecuárias que se afastassem da estrada principal), o programa de colonização e desenvolvimento agropecuário “deveria aproveitar” cerca de 37.600 hectares de terras, já previamente selecionadas.

Apesar de ter as atividades econômicas baseadas fundamentalmente no setor primário, os produtos extrativos mais importantes que a região disponibilizava possuíam amplas possibilidades de serem exportados. Era o caso do açaí, a madeira, a castanha e o cacau, entre outros. Por outro lado, as atividades agropecuárias poderiam se desenvolver “francamente” nas terras indicadas pelo mapa, acrescentava-se também que “o posicionamento do Vale do Tocantins, que situa ao norte do país, acha-se mais próximo dos importantes mercados dos Estados Unidos e Europa do que as tradicionais regiões produtoras do sul” (RELATÓRIO SUDAM;1975).

Essa região possuía uma determinada visão, do ponto de vista da SUDAM, ou seja, a visão oficial do governo, que considerava, a região denominada como Vale do Tocantins, possuidora de baixas densidades demográficas; 1,2 habitantes ou 0,6 habitantes rurais por km² como já foi explicado anteriormente. A ocupação rarefeita daquela área programa resultava, antes de qualquer coisa, de sua grande extensão, sendo que era recente o processo de intensificação do seu povoamento. Tais características físicas emprestam a esta área programa o aspecto de frente pioneira⁶⁵.

Identificados 3 grandes blocos de terras para exploração agropecuária, 2.300.300 hectares e mais 419,200 hectares, esparsamente distribuídas a realização dos estudos da SUDAM, possibilitaram o mapeamento dos recursos naturais do Vale do Tocantins, os recursos pesqueiros estava concentrada sobre a Jusante de Tucuruí até a foz do rio, inclusive

⁶⁵ Relatório de Estudos da SUDAM de 1975.

seus principais rios que permitiam uma grande produção 300.000 toneladas de peixe, cuja principais espécies era a piramutaba (*Branchyplatystoma vaillant*) e o mapará (*Hipophthalmus marginatus*). Esses peixes além de possuírem valor econômico também faziam parte dos hábitos alimentares dos moradores do Baixo Tocantins, principalmente o último.

A floresta de açaí ocupava 900.000 hectares, a floresta de Ucuuba predominava em Limoeiro do Ajuru, até a altura de Mocajuba, numa área de reservas já em exploração pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). O valor econômico do açaí nesse período não estava na polpa, mas sim na sua estipe por causa do palmito, o que tornava sua exploração um processo predatório, pois a recuperação dos açazais seria lenta. Já Ucuuba possuía importância econômica não devido a seus frutos que no presente século XXI é explorada pela indústria cosmética, mas sim exploração madeireira para confecção de estacas, cabos de vassoura e batentes de porta.

Existia na região um patrimônio de 1.745. 000 m³ de madeira em pé com diâmetro de 35 a 45 cm, de madeiras de Lei tais como Maçaranduba, Acapú, Sucupira e Cupiuba, com maior incidência das espécies nos municípios de Cametá e Abaetetuba numa área estimada de 850.000 ha aproximadamente , dos quais já havia sido objeto do inventário da FAO. Tendo com base o inventário, poderia se estimar um potencial madeireiro da ordem 42.500.000 m³ que explorado racionalmente, com parte apenas da árvore com diâmetro acima de 50 cm. O potencial permitiria que dentro do ciclo de 10 anos ocorresse a extração de 4.250.000 m³ por ano⁶⁶. Portanto, todas essas árvores eram indicadas para serem derrubadas e comercializadas por terem aceitação no mercado.

Dentro desse relatório existia o mapeamento mineral da região, assim como de seus produtos regionais, tais como cacau, palmito e castanha-do-Pará. Por essas questões foram montadas as áreas do estudo. Na imagem a seguir temos o mapa da visão integrada do Vale Tocantins⁶⁷, segundo perspectiva da SUDAM:

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

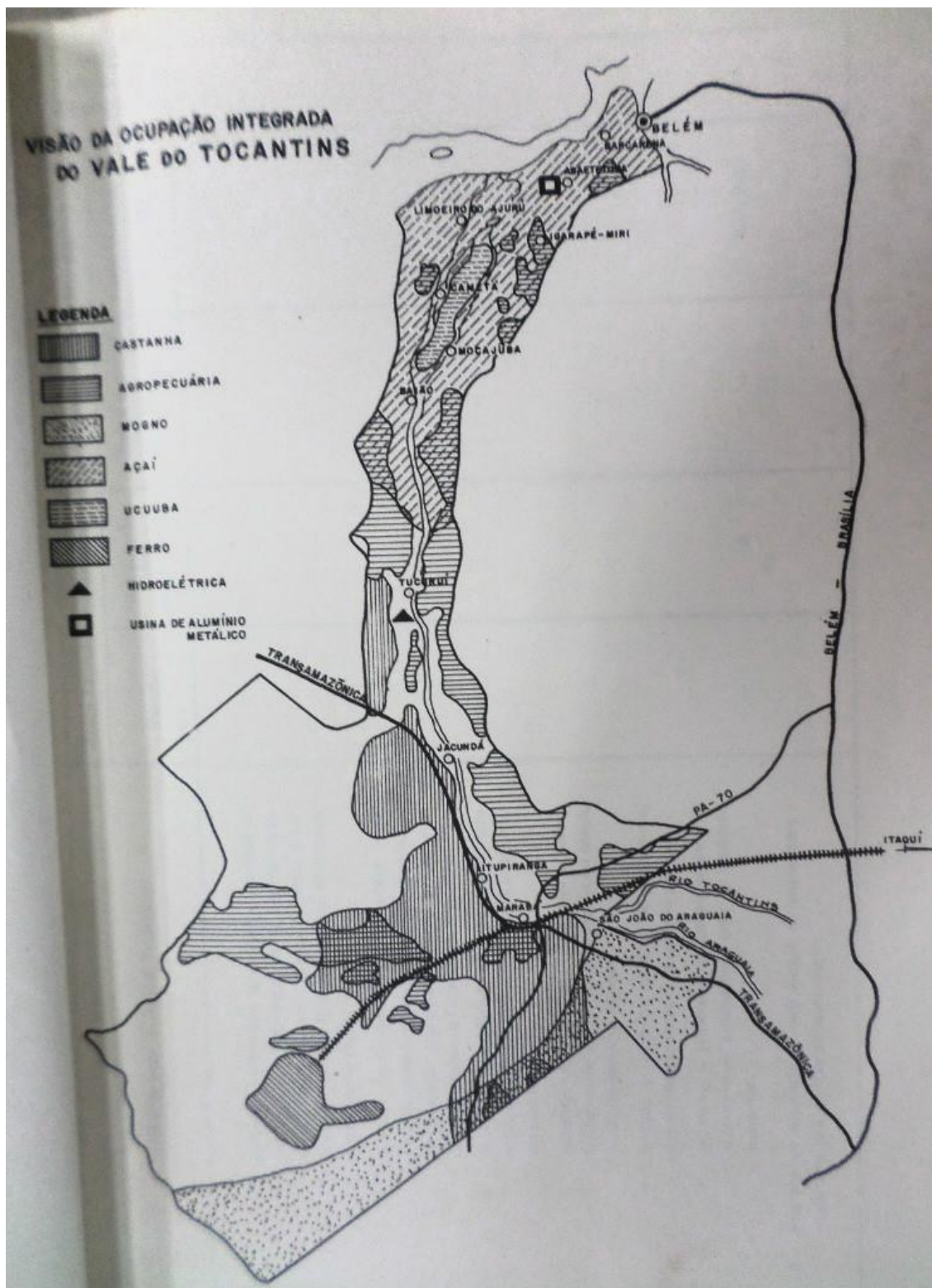


Imagem 9: Terras Seleccionadas para finalidades de colonização e os potenciais de exploração do Vale do Tocantins. Relatório de estudos da SUDAM, 1974.

A visão de ocupação integrada do Vale do Tocantins dividia a região em áreas de exploração tais como: a castanha, a agropecuária do Mogno, açazais, Ucuuba e Ferro.

A exploração das terras selecionadas se daria por meio do programa de colonização a ser levado a efeito para ocupar a faixa lindeira aos mencionados eixos viários. Essa faixa, de 20 km de largura, poderia ser ampliada na medida da extensão das terras de qualidade adequada e conforme a implantação de novos eixos de penetração e/ou estradas vicinais. Tratava-se de um programa de colonização e desenvolvimento agropecuário de cerca de 1.262.400 hectares de terras selecionadas. Admitindo-se que fosse acatada a legislação vigente, manter-se-ia com floresta 50 % da área explorada e excluindo as áreas consideradas como reserva indígena e de castanhais. A implantação desse programa poderia ocorrer ao longo de dez anos e deveriam ser investidos 900 milhões de cruzeiro⁶⁸.

O mapa acima indica ainda a ocupação de áreas escolhidas que envolvia também um possível aproveitamento de cerca de 37.600 hectares de terras previamente selecionadas. Poderia se admitir que fosse aceito (que no ano do relatório, 1975) manter de pé 50% da floresta da área explorada. A exploração agrícola seria fundamentalmente de cacaueteiro, seringueira e pimenta do reino. O programa teria também a ampliação do parque industrial e para que isso ocorresse haveria o aproveitamento do palmito do açai por causa da abundância da matéria, de acordo com os dados fornecidos, o produto era de amplas possibilidades de aproveitamento para o mercado. O açazeiro poderia ser utilizado por completo, portanto a instalação das fábricas teria bons resultados, garantido pelo enlatamento do palmito e do aproveitamento do estipe pela indústria de celulose. Para acompanhar as indústrias que explorariam o potencial do açai, deveria haver a criação de indústrias de madeiras integradas⁶⁹.

O que induz a acreditar que nessa região existiu a concepção de Frente Pioneiro que possui como um de seus objetivos a modernização, a formulação de novas concepções de vida, a mudança social. Constituído do oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas. Portanto há a visão de que a região era uma fronteira aberta a ocupação e que existia fomentações, incentivos e propagandas assim como estudos para a colonização e desbravamento dessa fronteira, essa visão se desdobrou de forma pouco positiva em alguns momentos para os posseiros, o legal e o legítimo se confrontaram, e os trabalhadores rurais foram buscar meios de resistência para nova lógica do capital que estava adentrado as suas terras.

⁶⁸ Relatório com o resumo dos potenciais do Vale Tocantins, 1974. Encontrado na Biblioteca SUDAM.

⁶⁹ Ibidem.

1.4. O Projeto Fundiário e a região de Colonização do Tocantins: descrição do ITERPA da Região de Joana Peres, Anilzinho, Oeiras do Pará e Breves

Objetivando alcançar de forma mais rápida suas metas nos trabalhos de discriminação e titulação de terras, o governo federal autorizou o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA) a criar coordenadorias especiais, já tendo sido criada, por decreto do Ex. Senhor Presidente Ernesto Geisel, a coordenadoria especial com sede Marabá. Para reforçar o alcance dos trabalhos a serem realizados por essa coordenadoria especial, o INCRA criou cinco projetos fundiário que permitiria a discriminação de 40 milhões, 256.900 hectares de terras. Para melhor justificar nossa proposição, enumeramos esses projetos fundiários a seguir. Na visão dos governos militares, os projetos de colonização da Amazônia foram ousados como, por exemplo, o projeto fundiário Tocantins com sede no município de Tucuruí com jurisdição sobre uma área de 8 milhões de hectares, abrangendo os municípios de Tucuruí, Itupiranga, Marabá, Jacundá, Baião, Moju e parte do São Domingos do Capim⁷⁰.

Um dos principais projetos organizados pelo PIN foi o projeto de 1978 “regularização fundiária Gleba Cairarí” com área de 265.875 hectares localizado nos municípios de Moju e Baião. Arrecadada mediante a portaria nº 264 de 02 de outubro de 1979 publicado no Diário Oficial do Estado⁷¹. Joana-Peres II, área 260.000 hectares localizado na comarca de Oeiras e Breves, arrecada por meio da portaria nº 263 de 03 de outubro de 1979⁷², que tinham como objetivo legitimar e regularizar as posses e ocupações de terras públicas e devolutas, promovendo sua melhor distribuição e adequação de uso, “concorrendo para a solução dos conflitos do minifúndio e demais formas de tensão social no meio rural. Propiciar ainda a liberação de área para venda mediante regime de licitação”⁷³. Analisamos, portanto, que essa microrregião Tocantina foi dividida de acordo com os interesses do governo federal, o que não levou em conta a presença de seres humanos que a décadas habitavam esse espaço.

Os mapas a seguir nos apresentam as seguintes evidências, entre elas está o fato que já foi anteriormente comentado que a Amazônia foi vista como uma região desabitada de supostos espaços vazios e que os projetos direcionados não levaram em conta, portanto, os habitantes que historicamente se situaram dentro das matas, beiras de rios, igarapés e seus furos.

⁷⁰ Assembleia Legislativa do Estado do Pará, pronunciamento do governador Aloysio Chaves em Janeiro de 1977.

⁷¹ Matrícula 336 às fls. 36, livro 2. C registro geral da comarca de Moju. ITERPA (1975).

⁷² Matrícula 1.615 fls 268 do livro 2- E, registro de imóveis da comarca de Breves ITERPA (1975).

⁷³ Governo do Estado do Pará, Instituto de Terras do Pará, ITERPA, Sistema fundiário Nacional diagnóstico Fundiário (1975).

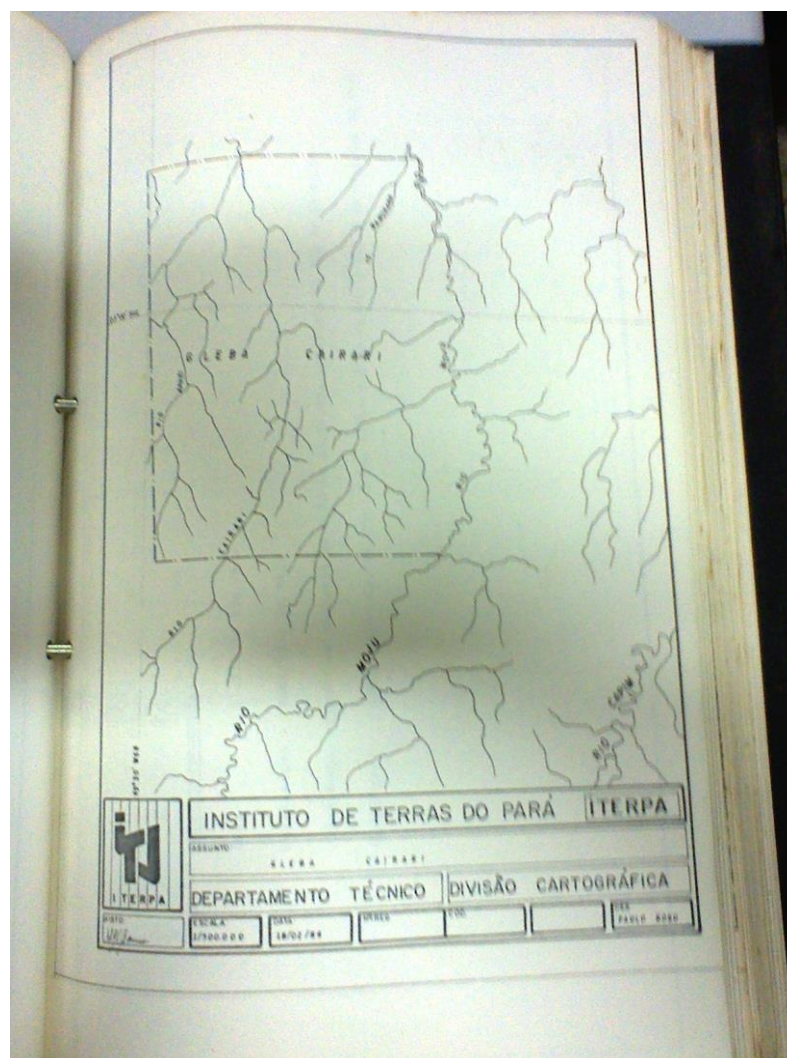


Imagem 10: Mapa da Gleba Cairari localizado no município de Moju e Baião, 16/02/1984. Acervo ITERPA.

O que ITERPA denominou de polos de colonização da região do Baixo Tocantins envolveu duas áreas de terras: a Gleba Joana Peres I, pertencente a mesorregião Tocantina, e a Gleba Joana Peres II, que envolveu Breves, localizada na parte sudoeste da Ilha do Marajó. As duas são vastas regiões, heterogêneas, que envolve solos de terra firme e várzea e vai do Tocantins ao Marajó, como a gleba a seguir denominada de Cariri que era cercada de rios tais como Pucara, Curupai, Laguna, Caxuanã, Pracupi, Pacajá, Alto Anapu, Mapaucari e Baia do Caxunã e Ilha grande do Marajó.

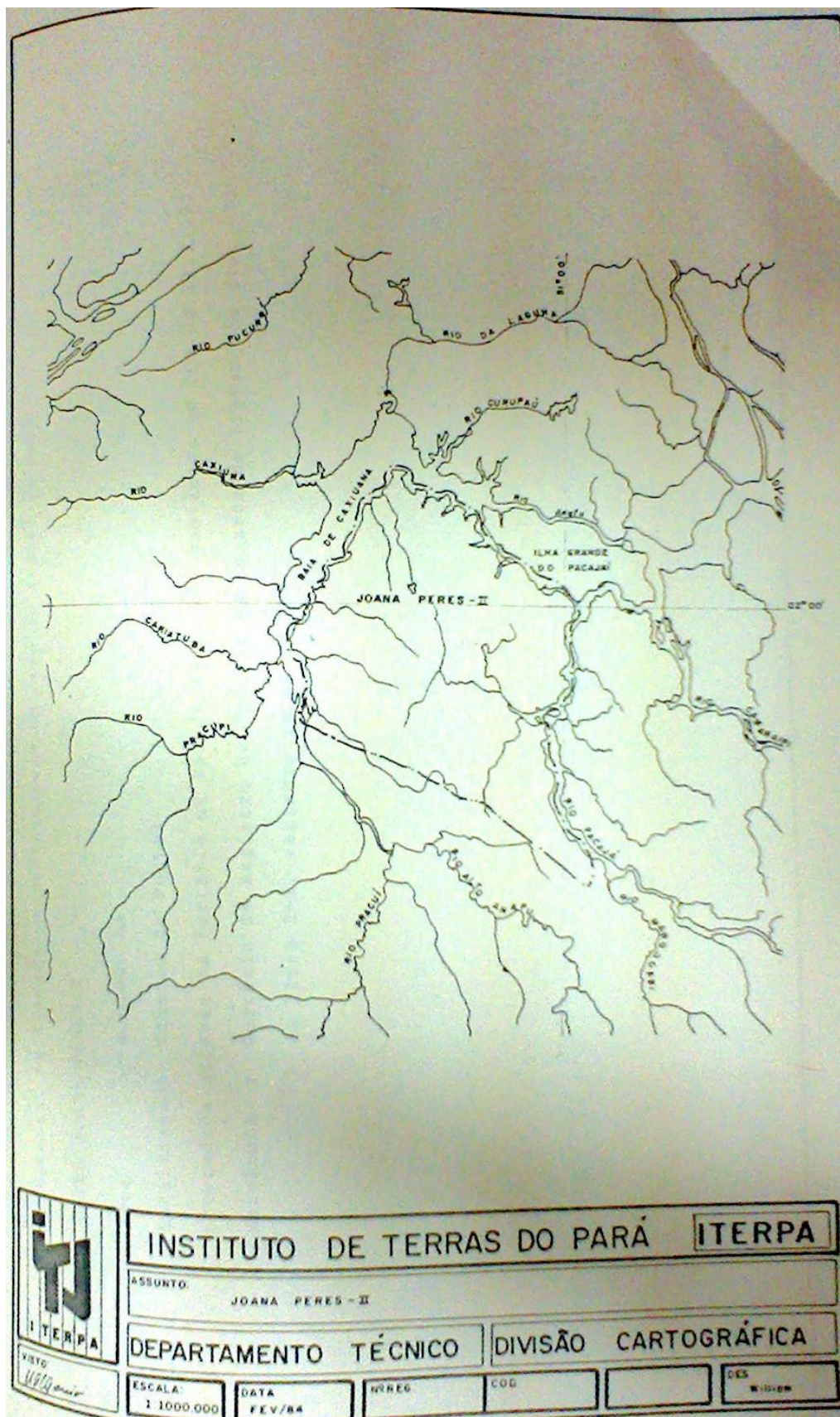


Imagem 11: Mapa de área de colonização Joana Peres, envolvendo o município de Breves. ITERPA fevereiro de 1984.

A seguir nós temos a gleba Joana Peres I que, como pode ser verificado no mapa, é cercada pelo Rio Pacajá e Tocantins, à frente da gleba se nota a Ilha Bacuri, ela estava inserida no município de Baião. Essa região vai ser palco de disputas por alguns fatores que já foram apontados pela SUDAM, mas por outros que serão apontados com a chegada de outros sujeitos sociais e que vão adquirir propriedades de terras dentro de Baião e Oeiras do Pará.

No levantamento feito no Diário Oficial do Estado podemos localizar 23 processos, três deles foram pedidos de homologação de terras ao ITERPA e o restante foram cartas de anuências que solicitavam autorização para pedir empréstimos no BASA, desses totais, cinco foram para o município de Baião, quatro para Cametá, três para Mocajuba, quatro para Igarapé Miri e seis para Oeiras do Pará. Nos arquivos do ITERPA, podemos identificar o processo 5748/74 que, o dono dessas propriedades foi denunciado por trabalhadores rurais no segundo Anilzinho em 1981, ocorrido em Baião, como sendo um dos sujeitos que desejavam apropriar-se de extensas terras no município de Oeiras do Pará.

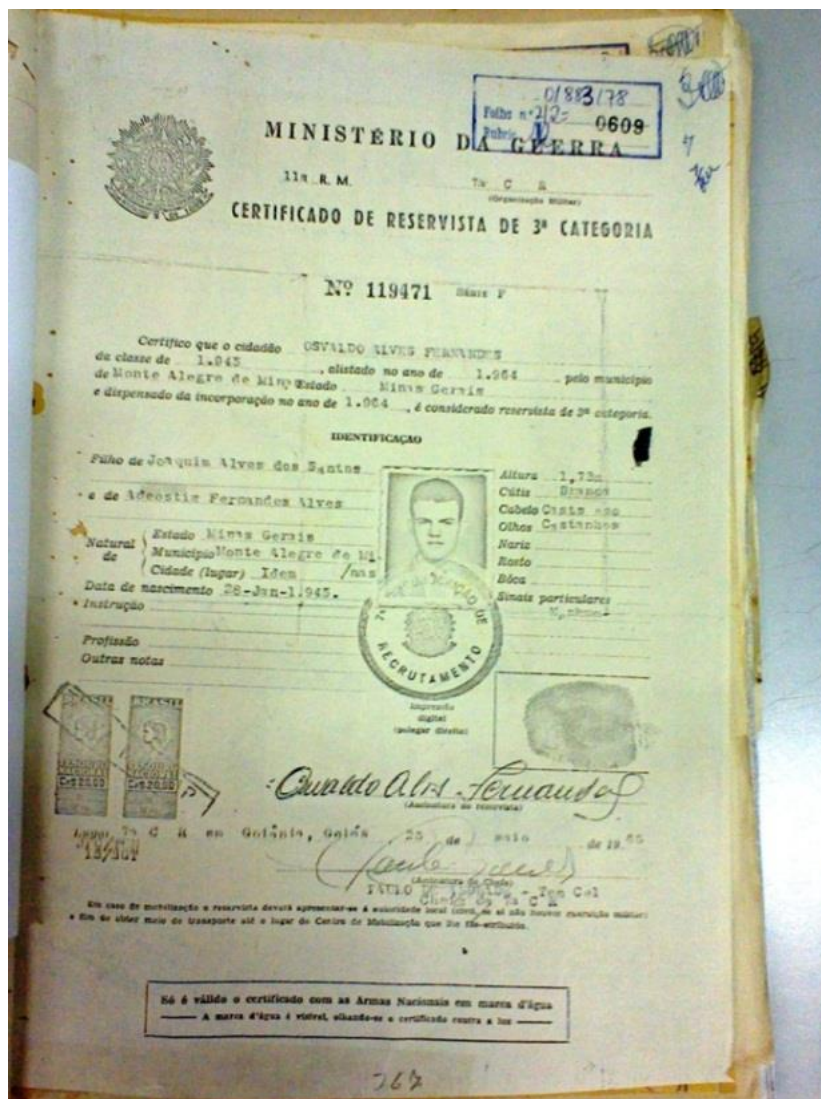


Imagem 12: Certificado de Reservista de 3º categoria, de Oswaldo Alves Fernandes, processo de compra de terras em Oeiras do Pará, Gleba Joana Peres I, cujo processos traz como slogan “este é um País que vai pra frente”, ITERPA, 19/07/74.

O sujeito envolvia o caso do Oswaldo Alves Fernandes, que fez investimento no loteamento de Joana Peres, no lote número 50 no município de Oeiras do Pará, e obteve uma área equivalente a 3 mil hectares. Comprou as terras de coloteria do citado Município no dia 1º de outubro de 1974, atraído provavelmente pelas propagandas do governo federal. Oswaldo nasceu em 28 de janeiro de 1945, era filho Joaquim Alves dos Santos e de Adoestia Fernandes Alves, nascido em Minas Gerais Município Monte Alegre de Minas e residente em Uberlândia. Possuía uma altura de 1,73 m de altura, cútis branca, cabelo castos aos castanhos, como pode ser verificado no seu Certificado de Reservista de 3º categoria.

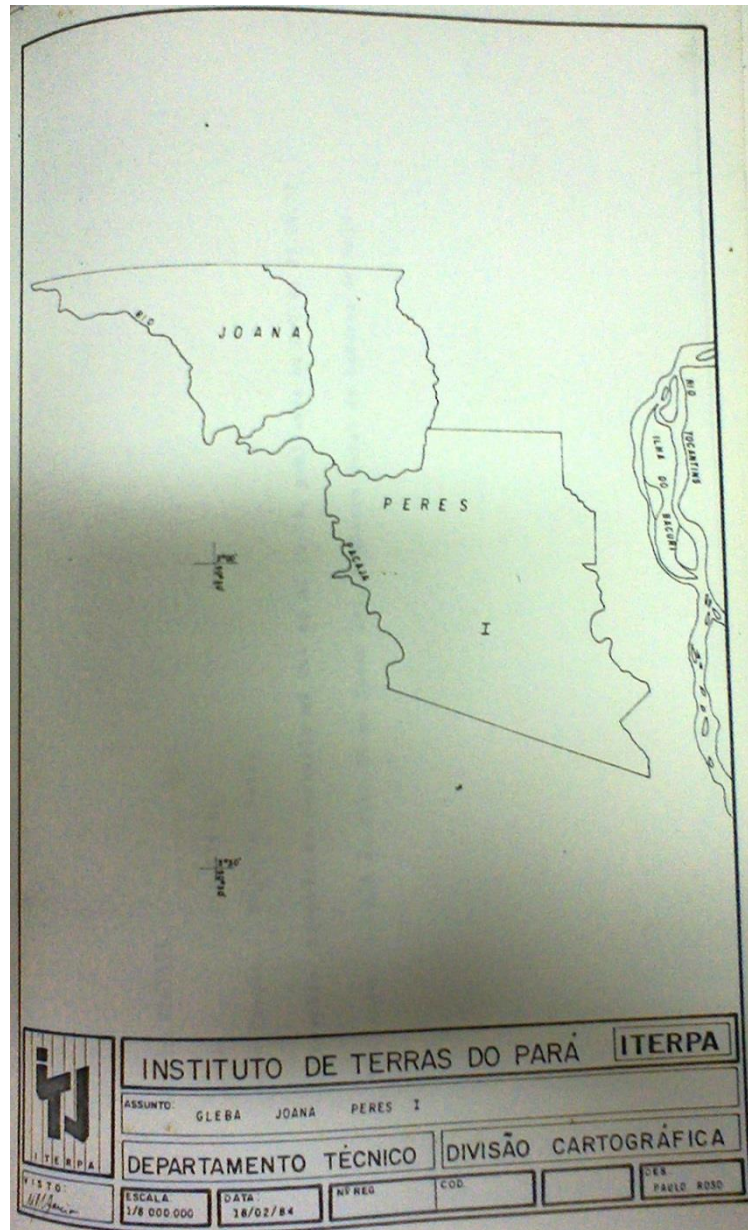


Imagem 13: Gleba Joana Peres I, departa Técnico, divisão cartográfica do ITERPA de 16 de fevereiro de 1984.

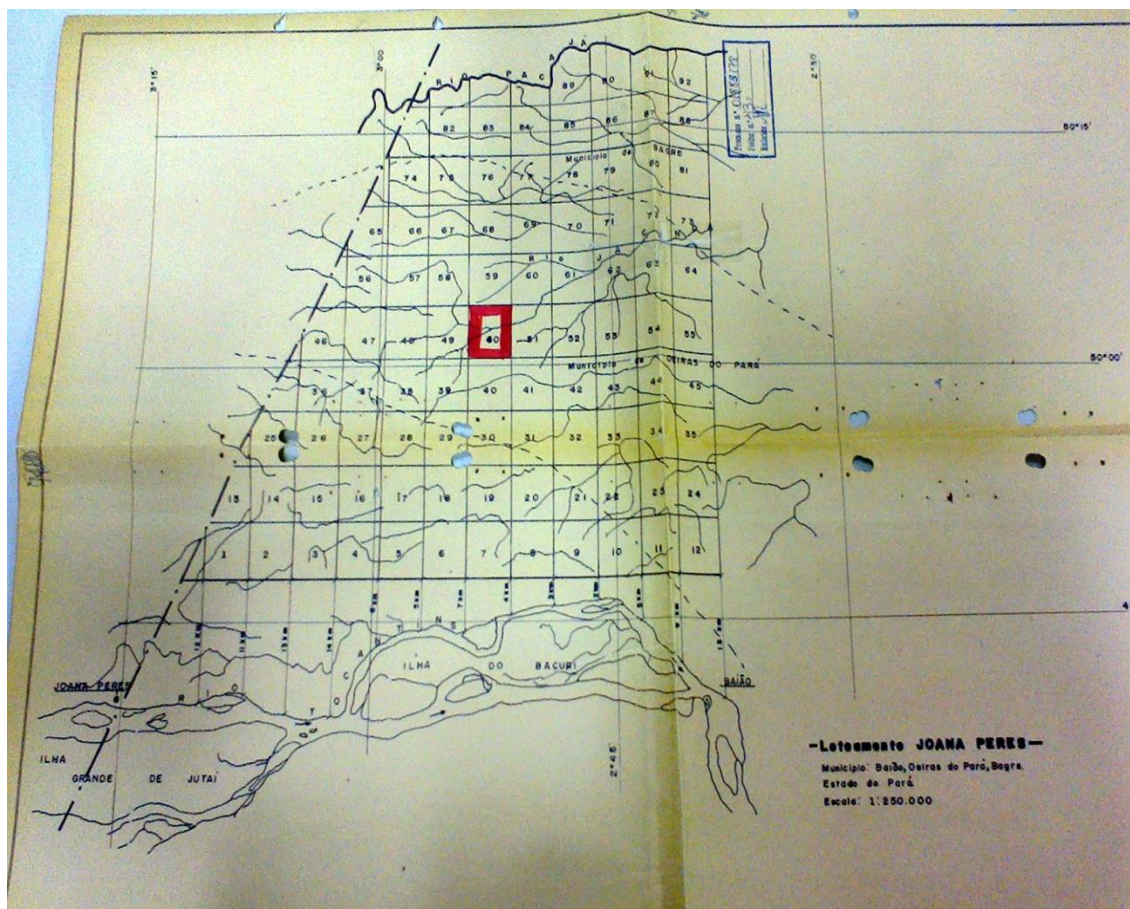


Imagem 14: Loteamento Joana Peres, envolvia os municípios de Baião, Oeiras do Pará e Bagre em destaque em vermelho, o Lote número 50, pertencente a Oswaldo Alves Fernandes, localizado no município de Oeiras do Pará com 3.000 hectares escala 1/250.000. ITERPA da década de 1970.

A área que Oswaldo Alves Fernandes adquiriu era uma propriedade de terra localizado em Oeiras do Pará com cerca de 3 mil hectares, distante 28 quilômetros da ilha Bacuri, no sentido oeste, medindo 6 mil metros de frente por 5 mil metros de fundo. O loteamento Joana Peres abrangia os municípios de Bagre de Oeiras do Pará, e Baião, contendo 92 lote que compreendia os territórios dos três municípios, no mapa podemos notar que o loteamento era cortado pelo rio Pacajá, rio Tocantins. Podemos verificar também a vila Joana Peres, Ilha Grande de Jutai e Ilha do Bacuri.

O terreno obtido por Oswaldo Alves Fernandes possuía características que nos ajudam a compreender a região, tais como a topografia, o solo, as árvores, o clima, a vasão de seus rios, os animais. Nos faz entender a ecologia da região e também conjugado a isso os projetos que eram pensados para o lote Joana Peres e os motivos pelos quais outros como Oswaldo Alves Fernandes foram atraídos para região, como pode ser verificado no mapa a região parecia desabitada, o que não era verdadeiro. Necessitamos entender um pouco da região:

A topografia da região era composta por terrenos da área objeto do presente plano de aproveitamento, apresentam-se planos ligeiramente ondulados recortados inúmeros cursos d'água de drenagem secundária do Tocantins. A cobertura vegetal da região por florestas caracterizada como floresta semidecídua equatorial ou de transição. Estruturalmente nesta floresta predominam árvores altas com altura entre 13 a 20 metros, formadas por vários extratos. As espécies mais representativa da flora são: maçaranduba (*Manikara uberi*); jarana (*Holopixudiam Jarana*); pau d'arco (*Tecona Sn*); avinha (*Andera Sn*) etc. Toda a madeira necessária, as edificações eram retiradas desta floresta, tendo em vista seu aproveitamento racional. O clima da área estava incluído na faixa climática da classificação de Kepper, destinada por uma estação seca acentuada, com um mês, pelo menos, com precipitação pluviométrica inferior a 60 mm. A precipitação média anual é de 1.640 mm com uma mais chuvosa, que vai de outubro a abril, sendo março o mês de maior queda; o mês de menor precipitação de chuvas na região era o mês de julho⁷⁴.

A média anual da temperatura era de 25° C, sendo os dias bastantes quentes. A umidade relativa era sempre alta. Nos meses de menor precipitação, a umidade oscilava entre 72% e 77%, o que compensa, de certa forma forte, estiagem conservação da umidade do solo. Regime de água, apesar da alta precipitação pluviométrica a que submetida a água de encharcamento ou de excessiva umidade, em face das condições físicas do solo quanto a textura e porosidade, que favorecem a drenagem em profundidade.⁷⁵

Os solos dos terrenos da referida área que pertencia a Oswaldo Alves se enquadravam no nível de potencialidade e era ideal para os cultivos anuais permanente, os solos poderiam dar boas safras, se houvesse o manejo adequado, e os cultivos anuais permitiriam amplo desenvolvimento econômico, eram ainda propícios para a pastagem. Os processos para formação das pastagens eram os mesmos que estavam sendo utilizados na região, que consistia na retirada da floresta para poder dar lugar ao pasto, esse processo estava sendo amplamente utilizado na região e dava excelentes resultados⁷⁶.

A porção de terreno nº 50 de Osawaldo Alves Fernandes no loteamento Joana Peres seria uma área de 3.000 hectares cujas características nos ajudaram a entender o clima e topografia dessa região e um pouco da ecologia desse bioma. Faz-se necessário entender, portanto, que os planos do senhor Oswaldo para região que consistia basicamente em derrubar

⁷⁴ Processo de compra de terras em Oeiras do Pará, Gleba Joana Peres I, cujo processos traz como slogan “este é um País que vai pra frente”, ITERPA, 19/07/74.

⁷⁵ Processo de compra de terras em Oeiras do Pará, Gleba Joana Peres I, cujo processos traz como slogan “este é um País que vai pra frente”, ITERPA, 19/07/74.

⁷⁶ Processo Oswaldo Alves Fernandes de compra de terras em Oeiras do Pará, Gleba Joana Peres I, cujo processos traz como slogan “este é um País que vai pra frente”, ITERPA, 19/07/74.

as matas, cujas madeiras seriam essenciais para a construção das dependências da fazenda, logo a floresta daria lugar ao pasto. O processo para formação das pastagens era o mesmo que estavam sendo utilizado em toda a região.

A área que foi requerida tinha por finalidade o aproveitamento racional da madeira e iria desenvolver um programa pecuário com a implantação e manutenção em regime econômica de uma fazenda para criação de gado bovino de corte, na expectativa de contribuir para o desenvolvimento “econômico do país” no que diz respeito à demanda crescente de carne no mercado interno e externo. Havia uma meta de produção a ser alcançada: 250 animais aproximadamente, sendo 230 novilhas mestiças para venda e 20 cabritos. Para atingir algumas metas propostas, os meios que seriam utilizados seria a introdução e manutenção em condições econômicas de produção de gado de corte com predominância do Nelore e a formação e manutenção de 1.400 hectares de pastagens artificiais para suporte.

Para a instalação da pecuária, principalmente para criação do gado, haveria a construção de cercas, curral, cochos, edificações como a sede da propriedade e exploração pecuária. A formação das pastagens dar-se-ia em quatro estágios, no primeiro ano seriam plantados 410 hectares e no quarto ano 520 hectares, área de pastos de acordo com essas metas somariam a 1400 hectares, enquanto que as terras destinadas para subsistência somariam 50 hectares⁷⁷.

⁷⁷ Processo Oswaldo Alves Fernandes de compra de terras em Oeiras do Pará, Gleba Joana Peres I, cujo processos traz como slogan “este é um País que vai pra frente”, ITERPA, 19/07/74.

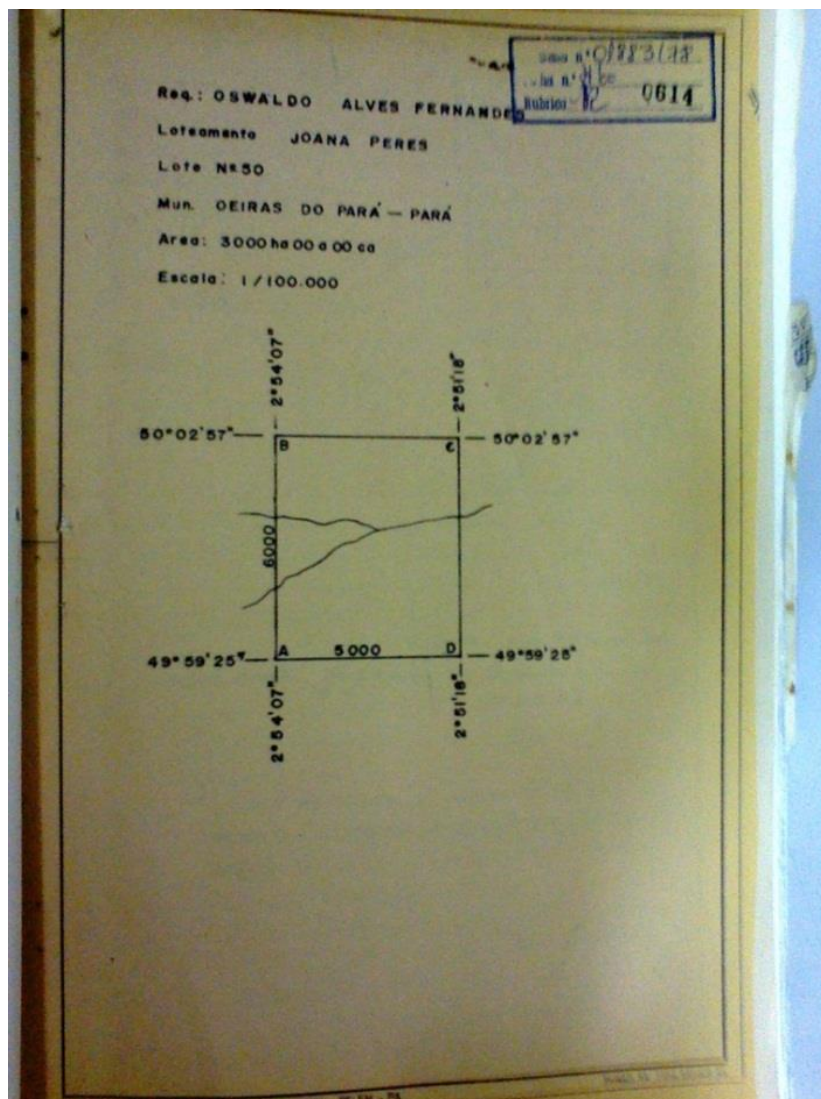


Imagem 15: Lote nº 50 de Oswaldo Alves Fernandes, localizado no loteamento Joana Peres. Processos do ITERPA.

Ao analisar o Diário Oficial do Estado de 1975 a 1981, verificamos que a propriedade pleiteada por Oswaldo de Alves Fernandes é maior do que as demais propriedades que apresentaram cartas de anuências ao ITERPA, ou das pessoas que foram requerer demarcações, entre as cidades de Cametá, Oeiras do Pará e Cametá, pois uma das maiores propriedades que verificamos por meio destes pedidos foi de Lauro Caldas Fiel, seu sítio era denominado Nossa Senhora do Carmo, possuía 126.00 hectares e localizava-se em Oeiras do Pará. Pelas análises feitas no Diário Oficial do Estado desse período existia uma predominância de pequenas propriedades, pois até o período em que a pesquisa foi realizada, ou seja, entre 1975- 1981, a menor propriedade que conseguimos analisar média 1 hectare

como nos casos das terras de Oscar Rodrigues com o sítio Açaizal e Evandro José Pantoja com o sítio Cacau, ambos localizados em Cametá⁷⁸.

De acordo com o mapa do loteamento Joana Peres I (Imagem 13), a região foi dividida como se não existisse gente habitando essas paragens, mas, para fins de demonstrar o quanto esse discurso do governo federal do período era paradoxal, apresentamos um mapa de propriedade de Raimundo de Pereira Santos, cuja planta representa o sítio São Raimundo de Oeiras, localizado no Município de Oeiras do Pará, fazendo frente com o rio de Oeiras e fundos com o furo de mesmo nome, a planta é datada de 14 de janeiro de 1899. O senhor Raimundo Pereira dos Santos apresentou na demarcação de titulação desde o século XIX. Ficamos sem saber se esta documentação é legítima ou se é produto de “fabricação” de títulos de terras muito praticada na região amazônica.

⁷⁸ Diário Oficial do Estado de 1975 a 1981.

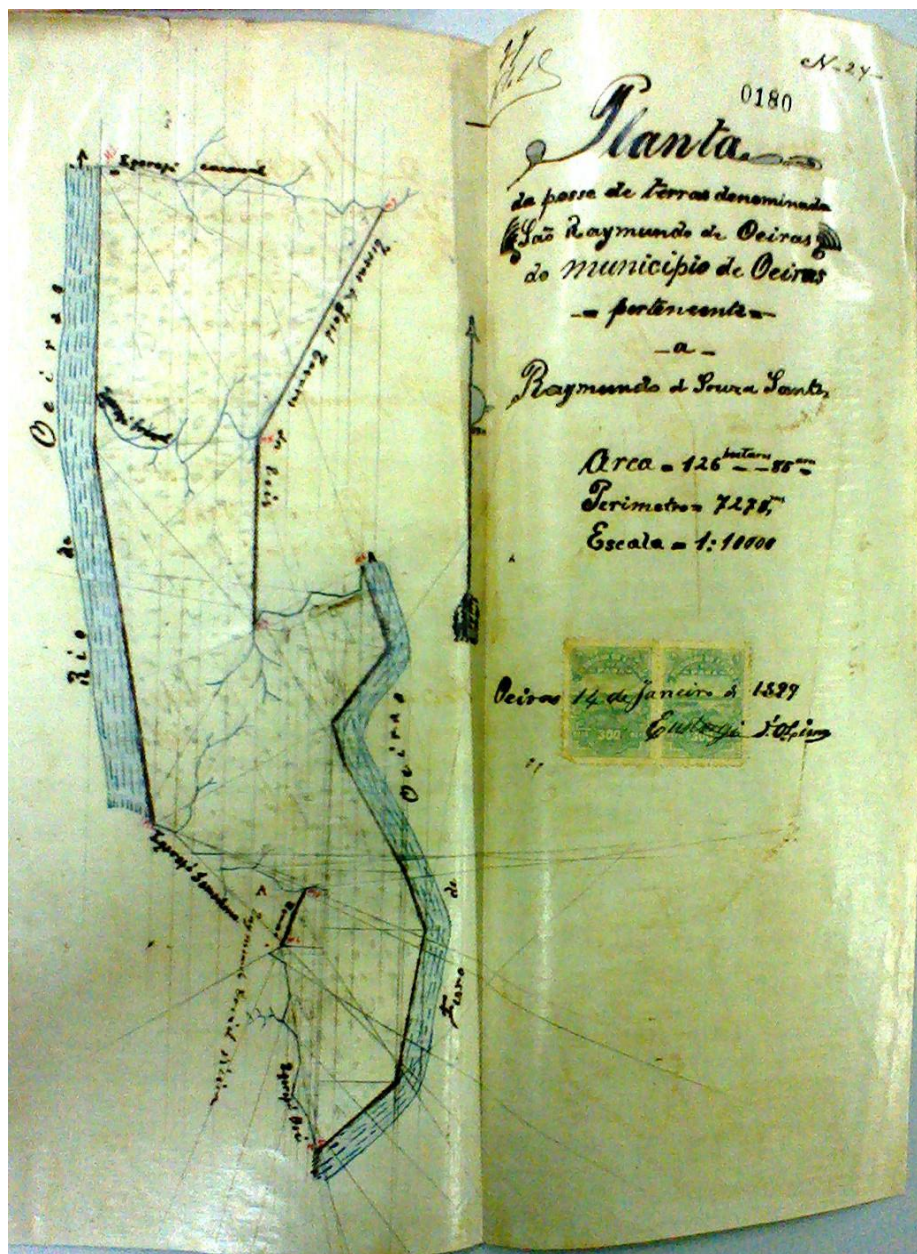


Imagem 16: Mapa de Raimundo de Pereira Santos, cuja planta representa o sítio São Raimundo de Oeiras, localizado no Município de Oeiras do Pará, 14 de janeiro de 1899.

Essas informações são essenciais para começarmos entender os fios que tecem as tramas dos conflitos agrários que serão analisados no segundo capítulo dessa dissertação, pois, por motivos evidentes, o sul do Pará é reconhecido internacionalmente como uma zona de conflitos agrários. Entretanto, houve uma espécie de esquecimento por parte da historiografia regional sobre os conflitos existentes no Baixo Tocantins. Buscarei demonstrar que essa região no período de 1975 a 1981 vivia num “caldeirão” de conflitos, usarei a

documentação como referência e mostrarei que “os conflitos estavam pipocando” nesse momento no Baixo Tocantins⁷⁹.

1.5. Os sujeitos históricos que se confrontaram pela posse da terra no Baixo Tocantins

Não foi somente o senhor Oswaldo Alves Fernandes que foi atraído para Oeiras do Pará, assim como outros sujeitos, vieram atraídos para o município empresas umas para o plantio arroz, como foi o caso do Grupo de Japoneses, e outras, como Agroeste⁸⁰, para fazer investimentos na região. De acordo com relatório oficial de 1973 da Sudam, o Baixo Tocantins seria uma área perfeita para agropecuária e para colonização.

Em 1977, a Agroeste S/A (empresa de um grupo paulista), que teria como chefe Fernando Ucheda (que poderia está ligado à empresa de Automóveis Alemã Volkswagen), chegou ao município de Oeiras do Pará com sede localizada à margem direita do rio Anauerá e foi acusada de torna-se latifundiária. Os colonos que há anos habitavam a região acusavam a empresa de desapropriar do rio Caracuru 51 famílias com a ameaçada de perder suas bem feitorias. Além dos Agricultores do Caracuru, existiram outras áreas que os trabalhadores rurais tiveram que lutar contra a citada empresa, foi o caso do Igarapé Tapará e Chapada.⁸¹

Os moradores dessa região viajaram a capital Belém para denunciar as desapropriações feitas pela Agroeste S/A ao então governador, vieram acompanhados do dirigente sindical de Oeiras do Pará, Atanagildo de Deus Matos (Gatão). A comitiva contava com mais 13 agricultores⁸² que representavam mais de 15 famílias da região, que somavam aproximadamente 600 pessoas que estavam com seu cotidiano ameaçado pelos jagunços contratados pelo Agroeste S/A. A terra pretendida por estas empresas é cortada pela PA-397, que liga Oeiras do Pará a Cametá, terra do vice do Governador Gerson Peres, que os agricultores chamaram de caboclo “Gerson Peres”⁸³.

As terras que Agroeste foi se apossando, segundo a diretoria do STR de 1979 de Oeiras do Pará, eram terras nas margens do rio Caracuru. A empresa dizia que era dona de 8 mil metros de frente e dez mil metros de fundo, afirmava-se que era dona também de parte do rio Anauerá, bem como Barrada, Feio Forte, Castanhal, São Paulo, Curucará, Tapará, e

⁷⁹ Relatório do encontro Anilzinho III, que aconteceu de 28 a 31 de outubro de 1982 na comunidade cristã de Nova América, os relatórios poderão ser encontrados nas dependências da atual diocese de Cametá. No período da pesquisa o órgão ainda era prelazia.

⁸⁰ Empresas de exportação de Grãos, principalmente de milho, fundada em 1966.

⁸¹ Jornal *A voz do Lavrador* I volume outubro de 1979.

⁸² *A voz do Lavrador* I volume de outubro de 1979.

⁸³ Jornal *O Liberal* 09 de setembro de 1979.

Chapada. No ano de 1979, pretendia adquirir 200 mil hectares de terra. As informações indicam que a empresa se propunha a desenvolver 15 projetos, cada um no valor de 6 bilhões de cruzeiro. Além do plantio de bacuri e açaí, iria plantar também cacau, cupuaçu e seringa, tudo com incentivos fiscais⁸⁴.

A maioria desses moradores que denunciaram a empresa Agroeste era casada, com média de idade entre 36 a 40 anos; eram moradores tanto da terra firme, quanto das ilhas⁸⁵, denominavam-se de “lavradores” e viviam do cultivo da roça, do plantio do arroz⁸⁶, da pesca e da caça. Esses sujeitos tiveram seu cotidiano modificado pela entrada de outras dinâmicas, de ocupação do território promovidas pelo grande capital que adentrou de forma mais intensa no período dos governos militares. O cotidiano dessas pessoas foi afetado profundamente pela construção da hidrelétrica de Tucuruí e também pelos projetos de colonização pensados para a região. A Imagem 11 representava uma parte da região em litígio que foi completamente dividido. Contudo, como é de nosso conhecimento e como podemos comprovar com o discurso do governador Aloisyo Chaves,

“os Setores diretamente produtivos a política do setor primário do Estado está fundamentada na necessidade de transformar a economia rural tradicional, voltada para subsistência, em economia de mercado, de expandir a fronteira agrícola através da ocupacional do espaço físico”⁸⁷.

Portanto, não era do interesse do governo federal nem estadual a economia de subsistência, logo, naquele momento, ela era vista como um atraso para o país. Outros Sujeitos presentes nessa trama foram os padres lazaristas, cujas identidades e projetos serão melhores debatidos no segundo capítulo, os relatórios produzidos por eles foram essenciais para entendermos o processo de conflito que se desdobrou na região.

Também se fez presente na região Lázaro Gonçalves Barbosa, esse senhor foi denunciado como responsável pela tentativa de grilar várias propriedades na Vila de Joana Peres. A denúncia foi feita por Tomaz de Carvalho que enviou uma carta que denunciava um Lázaro que estava tentando grilar toda uma vila. A carta foi enviada a coluna de Lúcio Flávio Pinto no jornal *O Liberal*⁸⁸ com o título de “Terra Tumultuada”⁸⁹. A carta foi lida pelo

⁸⁴ Jornal *A Voz do Lavrador* informativo nº 1, 1979, outubro de 1979, pertencia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

⁸⁵ O território de Cametá, por exemplo, possui, segundo a secretária de Planejamento e finanças (SEPOF), 35% do seu território composto de ilhas, tendo, no total, 90 ilhotas que compõem o Baixo Tocantins.

⁸⁶ Relatório de reunião dos STR de Cametá e Oeiras 1979.

⁸⁷ ALEPA discurso do Governador Aloysio Chaves 5 de Janeiro de 1979.

⁸⁸ *O Liberal* é um que circula em Belém e em boa parte do território paraense, foi fundado em 1946. O jornal passou por dificuldades entre os anos do governo Zacarias de Assumpção (1950- 1955). O jornal fazia a defesa Malhães Barata, interventor no Pará do governo Vargas. Em 1965 o periódico foi comprado por Ocyr Proensa, e em 1966 foi comprado por Romulo Maiorana. em 1982, foi criado o Diário do Pará, vinculado ao político Jáder

deputado Flávio Cezar Frando⁹⁰ na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, o parlamentar argumentava a favor do prefeito do município de Baião, afirmando que este não apoiava a Lázaro, e estava ao lado da população de Joana Peres. Portanto, foi Thomaz de Carvalho que fez a denúncia sobre os conflitos que vinham se desdobrando em Joana Peres⁹¹.

O jornalista Lúcio Pinto⁹² publicava no jornal *O Liberal* que, no ano de 1978, o ITERPA havia divulgado a primeira licitação pública de terras, pouco mais de 332 hectares foram postos a venda, em Portel e Bagre, enquanto 108 mil hectares foram excluídos por estarem ocupados e seriam destinados a ocupação de posseiros, como até então toda a venda de terras devolutas estaduais havia sido realizada mediante simples requerimentos, falou-se na época, no início de uma nova era, no processo de obtenção de terras de domínio público⁹³. Por um lado as terras só seriam vendidas após uma ação discriminatória⁹⁴, além disso, as áreas já ocupadas seriam excluídas dessas vendas, havendo ainda possibilidade de mais compradores que teriam a garantia de títulos seguros que o estado lhes concederia⁹⁵.

Até a pesquisa feita no jornal *O Liberal* e nos anais da ALEPA, não possuímos o nome completo de Lázaro, isso só foi descoberto com nossas pesquisas no *Diário Oficial*. Encontramos a ação demarcatória da fazenda Joana Peres que nos revelou que ele era brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à rua 83-E-N. 96 – setor sul, Goiânia. Era possuidor da fazenda Joana Peres com inscrição no registro geral de imóveis sob

Barbalho, atualmente senador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Daí em diante, A Província do Pará, O Liberal e o Diário do Pará se consolidaram como os principais jornais do estado. Atualmente o Jornal faz oposição ao Jornal Diário do Pará.

⁸⁹ Jornal *O Liberal*, domingo, 09 de setembro de 1979, por Lúcio Flávio Pinto: “A terra tumultuada”.

⁹⁰ Anais da Assembleia legislativa do Estado do Pará (ALEPA), discurso do deputado, Sr. Flávio Cezar Frando, na 83ª reunião ordinária de 12 de setembro de 1979.

⁹¹ Jornal *O Liberal*, domingo 09 de setembro de 1979, por Lúcio Flávio Pinto: “A terra tumultuada”.

⁹² Sociólogo, formado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1973). Foi professor visitante (1983/84) do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida em Gainesville, EUA. Foi professor visitante no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará Após a criação do Diário, Lúcio Flávio Pinto, à época jornalista de O Liberal, iniciou uma série de críticas a Jader Barbalho, em seu primeiro mandato como governador (1983- 1987). Essas críticas evidenciaram. Possui Desde 1987, publica o [Jornal Pessoal](#), quinzenário individual que circula em [Belém](#) sem qualquer tipo de publicidade, e que tem como diferencial em relação ao restante da imprensa paraense o não alinhamento a nenhum dos grupos políticos e empresariais do estado.

⁹³ Jornal *O Liberal*, domingo 09 de setembro de 1979, por Lúcio Flávio Pinto: “A terra tumultuada”

⁹⁴ Ação discriminatória nos termos dos artigos 1º e 27º da lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976, podemos definir a ação discriminatória como sendo a ação conferida à união e aos Estados para se separar as terras de seu domínio das de propriedade dos particulares. Essas terras, que compõem o domínio privado da união, dos Estados e dos municípios, denominam-se terras devolutas, que são justamente aquelas que não tem divisas certas, não são determinados na quantidade, nem jamais foram vendidas, lei 6.383 de 07 de dezembro de 1976.

⁹⁵ Jornal *O Liberal*, domingo 09 de setembro de 1979, por Lúcio Flávio Pinto: “A terra tumultuada”.

o n. 59 do livro 3-B – Transcrição das Transmissões, as fls 221 à 228⁹⁶. A juíza que concedeu a ação demarcatória foi Edna Anjos Nunes, Juíza diretora da comarca de Baião do Estado⁹⁷

1.6. O caso Joana Peres

Joana Peres é uma vila pertencente ao município de Baião, próximo à comunidade de Anilzinho. A Imagem 13 mostra sua localização e demonstra a proximidade com a Ilha Bacuri e o Rio Tocantins. Toda essa localidade foi uma zona de conflito na década de 1970⁹⁸. Tanto as propriedades particulares quanto as terras devolutas possuíam um patrimônio em castanhais, que era a fonte de renda de milhares de coletores do fruto da conhecida castanha-do-Pará, hoje conhecida também como castanha-do-Brasil, a *Bertholletia excelsa*. Em várias regiões da Amazônia Legal, de acordo com MARTINS (2008), existia a ocupação das terras que se dava por meio da posse, o que valia era o trabalho na terra e as bem feitorias que ali eram realizadas. As divisões entre uma propriedade e outra eram marcos naturais, tais como rios, igarapés, árvores, montes, características, enfim características relevantes, contudo era ensinado de geração a geração as limitações de cada terreno e isso, de certa forma, e apesar dos conflitos que sempre ocorriam, eram respeitados.

Existe algumas explicações para esse fenômeno, duas delas, repousam sobre o fato de que esse hábito tornou-se um costume e ganhou a força de uma lei. Para o historiador britânico Eduard Palmer Thompson (1987), o costume “seria uma arena de interesses na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes, mas é também a *praxi* que ganhou o valor de lei, e eles são criados, produzidos entre pessoas comuns”. Portanto esse seria o costume em grande parte da Amazônia. A segunda explicação aplausível, mas que não exclui a primeira, está no fato que a lei 1.044, segundo Benedicto Monteiro (1980), tornava o processo dispendioso e portanto a maior parte do título de terras, pelo menos para o Estado do Pará, não solicitava títulos permanentes. Contudo, no final da década de 1960, após o golpe civil-militar de 1964, a legislação mudou, como já foi discutido anteriormente, também ocorrendo a entrada de outra dinâmica de ocupação.

Para a demonstração desse fato vamos utilizar a Solicitação de Ação Demarcatória da fazenda Joana Peres. Vale frisar que essa ação posteriormente desdobrou em conflitos na região, principalmente com o proprietário Lázaro Gonçalves Barbosa que peticionava, junto a

⁹⁶ Lázaro Gonçalves Barbosa – que aparece nas discussões da ALEPA e do jornal *O Liberal* na coluna de Lúcio Flávio Pinto e mais o *Diário do Estado*.

⁹⁷ Diário Oficial do Estado 25 de setembro de 1975, quinta-feira, páginas 36-38, editais judiciais.

⁹⁸ Em 2005 pelo decreto estadual 4.340 de 22 de agosto, essa região se tornou uma reserva extrativista denominada Ipaú-Anilzinho que será melhor discutido no terceiro capítulo.

comarca de Baião, a compra de uma vasta região. Sua propriedade confrontava com a de Raimundo da Costa Miranda, residente em Baião. As terras do requerente da demarcação faziam fronteiras ao sul com terras do Estado, leste com a vila de Joana Peres, Oeste com Jair Seixas Gonçalves (possuidor de terras no município de Tucuruí). No entanto, a propriedade do peticionário “não tinha marcos, e portanto esses limites confundiam-se com os das propriedades dos referidos confrontantes e ainda desejava tornar pela Ação demarcatória, certos os limites de sua propriedade”. Lázaro Barbosa pagou Cr\$500.000.000 (quinhentos mil cruzeiros) por essa Ação de Demarcação⁹⁹.

O despacho da juíza da comarca Edna Anjos Nunes, datado de 20 de agosto de 1975, dizia que “a petição inicial não se harmonizava com a escritura pública de compra e venda”¹⁰⁰. A juíza agrupou 21 propriedades que faziam confrontações com a fazenda Joana Peres, portanto as pessoas que eram citadas no processo pela magistrada foram: Romão Francisco Martins, José Lucas Fernandes, Francisco Basílio da Rocha e Joaquim Garcia. Generoso Pereira de Carvalho e pelo lado com herdeiros de Joaquim Basílio da Rocha, pelos fundos Francisco Antônio da Ponte, Divisando com Raimundo Constatino Alves e Fernando Serrão da Divisando com Miguel Pereira dos Santos Costa, Herdeiros de Brigida de Oliveira Rodrigues, limitando com lado de baixo João Pereira da Fonseca e cima com João Raimundo de Freitas, limitando-se com lado de baixo com Arlindo de Melo e Silva e Teresa da Costa Ferreira Mela, Daniel, norte com João Pereira da Fonseca sul com Domingos Pompílio de Barros, limitando-se com norte Ermetindo Ribeiro Furtado.

As propriedades que cercava o patrimônio de Lázaro Gonçalves Barbosa possuíam medidas que variavam entre 800 a 60 braças de fundos (a medida equivalia 2,5m de comprimento). Essas terras eram cortadas por igarapés, florestas, campo de natureza, rios e grutas diversas. As bem feitorias presentes nas propriedades eram variadas, mas eram principalmente seringueiras, cacaeiros e castanheira.

Abaixo encontramos uma tabela contendo dados das 21 propriedades que demonstram dados tais como a descrição dos solos e sua denominação, a localização, ou seja, os lugarejos, nome dos proprietários, o tamanho da propriedade em braças, as características que marcavam a propriedade, ou suas fronteiras, e finalmente suas bem feitorias.

As propriedades estavam localizadas em dois tipos de terrenos: as de terras firmes que, como o próprio nome sugere, são terrenos cujos solos são mais compactos e não são

⁹⁹ Edital Judicial de Ação Demarcatória, Diário Oficial do Estado, setembro de 1975, pag. 36-38, quinta-feira, 25.

¹⁰⁰ Nas folhas 8 a 15, o autor da Ação deveria complementar no prazo de 10 dias.

encobertos pelas águas por longos períodos ou não as alcançam, ademais a vegetação tornasse diferente, predominada por árvores de grande porte. As várzeas, por sua vez, se caracterizam por serem regiões alagadiças, cujos terrenos mantem-se alagado em períodos dos dias ou do ano. Na região do Baixo Tocantins, a população denomina a chamada “águas mortas”, pois não alcança os terrenos, portanto não os molhando, e, entre os meses de março e abril, existe as maiores marés do ano, que algumas vezes obriga os ribeirinhos a elevarem os assoalhos, ou pisos, de suas casas que são construídas sobre palafitas. Contudo se faz necessário declarar que *Euterpe oleracea*, ou seja, a árvore do açaí é predominante e alcançou sucesso evolutivo nesse tipo de solo, outras espécies que também são bem adaptados foram as árvores de cacauero, (*Theobroma cacao*) e de seringueira (*Hevea brasiliensis*).

Das 21 propriedades de terras que faziam fronteira com a fazenda Joana Peres, quatro destas possuíam seus solos constituídos de terras firmes, três eram várzeas e três eram mistas. Ou seja, uma parte era Várzea e a outra era terra firme, em quatorze delas não conseguimos essa descrição, esse dado torna-se interessante em função das múltiplas possibilidades de produções agrícolas, pois existiam espécies que eram melhores adaptadas a região de várzeas como o Açaí, podemos afirmar que este é um solo mais rico devido os sedimentos e matérias orgânicas trazidas pelos rios, outras espécies de plantas são bem mais adaptadas a terras firmes como uma grande parte de árvores lenhosas de grande porte, a denominação de terras firmes se deve ao fato das mesmas possuírem seu solo, mais compactado do que os da de região de várzea, são os terrenos em que as águas não deixam os solos submersos.

Os espaços das propriedades que cercavam Joana Peres são espaços rurais sem demarcações definidas nos termos das titulações atuais, as demarcações em braças que era um sistema de medida do século XIX, que equivalia provavelmente a 2,50 m de comprimento, continuava sendo utilizada naquele período, uma das maiores posses era de Romão Francisco Martins que continha 800 braças de frente por 1500 de fundos, as demarcações também eram imprecisas demonstrando assim que a própria comarca de Baião não possuía a informação de marcos precisos, mesmo porque a legislação agrária da década de 1950 não exigia as demarcações precisas, mas em 1966 a legislação mudou, mas para as mudanças modificarem o costume das demarcações por marcos imprecisos ou marcos naturais tais como Mangal, Manoel Leite, campo de natureza e Rio Anilzinho foi um processo longo, gradual e conflituoso.

Nº	Propriedade	Localização	Nome do proprietário	Tamanho em braças	Características e fronteiras	Bem feitorias.
1º	Terras firmes e várzeas	Manoel Leite e Mariano	Romão Francisco Martins	800 de frente sobre 1500 de fundos.	Sul com igarapés Manoel Leite e Mariano	150 seringueiras e castanhas.
2º	Terras firmes e várzeas	Areial		800 braças de frente mais ou menos	Frente com a margem esquerda do rio Joana Peres, baixo pela boca do Igarapé Areial e cemitério Carará terras do Campo e Montes	50 cinquenta seringueira de corte, 30 cacaeiros frutíferos e castanheiras.
3º	Propriedade	Poção	José Lucas Fernandes, Francisco Basílio da Rocha e Joaquim Garcia.	100 braças de frente		Contendo castanhas.
4º	Propriedade Várzea “Mangal”			615 braças de frente e fundos correspondentes	Limita-se com terras do Estado e com terrenos da povoação Joana Peres	100 cacaeiros frutíferas e 800 seringueiras.
5º	Buenos Ayres	Por traz da então povoação de Joana Peres		400 de frente e 400 de fundo.	Sul com campo de Areial e terras do Monte.	Plantações e árvores frutíferas.
6º	Sítio Samahuma e Santa Fé.	Joana Peres	Generoso Pereira de Carvalho e pelo lado com herdeiros de Joaquim Basílio da Rocha, pelos fundos Francisco Antônio da Ponte	300 braças de frente e 800 de fundos	Igarapé do Campo. Frente com o Rio Joana Peres.	Castanheira frutíferas.
7º	Terras firmes	Torrão Grande limitado com a ressaca denominado carará e Mariano			Beira Igarapé Mariano limitando- se pela nascente com ressa denominada Carará e Mariano	
8º	Terra firme e várzea	Mariano	Divisando com Raimundo Constatino Alves e Fernando Serrão da Costa	100 braças de frente mais ou menos e fundos correspondentes	Margem esquerda no Igarapé Mariano	
9º	Propriedade	Retiro	Divisando com Miguel Pereira dos Santos	100 Braças de Frente	Igarapé Manoel Leite Panelão	Contendo 22 seringueiras de corte e castanhais no centro.
10º	Propriedade	Mariano	Herdeiros de		Igarapé Mariano	50 seringueiras

			Brigida de Oliveira Rodrigues			em estado de corte e castanhais, uma armação de casa e mais bem feitorias
11°	Perigo Del Fino			50 Braças de frente e 50 ditos de fundos		100 árvores de seringueira de corte, castanhais e plantações.
12°	Mangal		Limitando com lado de Baixo João Pereira da Fonseca e cima com João Raimundo de Freitas	40 Braças de frente e outras tantas de fundos		Castanheiras
13°	Propriedade	Manoel Leite, castanhalzinho	Limitando-se com lado de baixo com Arlindo de Melo e Silva e Teresa da Costa Ferreira Mela	300 braças de frente e fundos correspondentes	Igarapé Manoel Leite	100 árvores de seringueira de corte, castanhais e plantações.
14°	Propriedade	Terras Mariano		800 braças de frente por mil de fundos (pouco mais ou menos)	Frente com Igarapé Mariano.	
15°	Caminho do cajueiro terras firmes e várzeas	Lugar Mariano			Caminho do Cajueiro, Tapera do Timóteo ou caminho do carudo, margem direita com Igarapé Jacundá.	Seringueiras, castanheiras e outras madeiras de utilidades.
16°	Carará		Daniel		Campo e lago Carará.	Contendo uma casa em Estado de ruínas, castanheiras, seringueiras e demais plantações úteis.
17°	Propriedade de terras firmes	Camilo		800 braças de frente	Igarapé Areial	Castanheira e outras árvores frutíferas
18°	Propriedade de terras	Mangal		40 braças de Frente por 1000 de fundos.	Por traz da então povoação Joana Peres. Igarapé do campo, poente com o Campo Tinto.	
19°	Propriedade	Joana Peres	Norte com João Pereira da Fonseca sul com Domingos Pompílio de Barros	39 de frente	Belo Nascente com uma gruta denominada igarapé do Campo	
20°	Mangal	Atrás da vila	Limitando-se	16 braças e meia	Igarapé do	

		Joana Peres	com norte Ermetindo Ribeiro Furtado	de fundos pouco mais ou menos	campo e com monte	
21°	Terreno	Joana Peres	Cujos confrontes no lugar ignorado, por isso a juíza de direito não Edna Anjos Nunes, não relaciona os nomes e seus respectivos endereços.	50 braças de frente sobre mil de fundos mais ou menos	Terras do monte pelos fundos o Campo Tinto, fazendo frente com os fundos do terreno da então vila Joana Peres.	Castanheira frutíferas e outras árvores úteis

Tabela: Aatoria Adriane dos Prazeres Silva , baseada na ação demarcatória do Diário Oficial do Estado 1975.

Portanto, verificamos que a propriedade Joana Peres tinha os seguintes limites e confrontações ao a norte com herdeiros de Raimunda da Costa Miranda, residente em Baião, sul com terras do Estado, leste com a vila de Joana Peres, Oeste com Jair Seixas Gonçalves, com propriedade no município de Tucuruí-Pará e o imóvel de Lázaro Gonçalves Barbosa seiscentas braças de frente por mil fundos, constatamos que existia 21 propriedades na redondeza da fazenda Joana Peres.

Pelo que podemos perceber nas características e fronteiras das 21 propriedades da Ação Demarcatória, ou seja, do terreno era um lugar rico em igarapés cercado por campos de natureza, demonstrando que não havia um marco claro das limitações das terras. De acordo com ex-deputado federal Benedicto Monteiro (1980), em 1959, após a abertura da Belém – Brasília ao tráfego, os migrantes encontraram o Pará totalmente desestruturado, a legislação que estava vigente era o decreto estadual 1044 que

instituía que para dar posse ao adquirente de terras devolutas, eximindo-o da demarcação custosa e imediata e assim facilitar a ocupação do território paraense, com esses títulos provisórios não constavam com os limites topográficos com as características de suas planícies, mas a referencia essencial era a área total de confrontações naturais.

O Vale do Tocantins, denominação utilizada pela SUDAM, para designar as regiões do Baixo e Médio Tocantins, sofreu profundas modificações com as políticas de terras do desenvolvimento dos governos militares. A modernização da economia brasileira, no Pará teve como um dos elementos fundamentais a política de incentivos fiscais, que nos projetos pensados para Amazônia tinha como objetivo reduzir os desequilíbrios regionais e setoriais. O modelo específico de desenvolvimento na Amazônia propiciou a centralização do poder nas mãos do governo federal. A região tinha um leque grande de recursos naturais, ainda inexplorados e “os grandes territórios pouco povoados na Amazônia fizeram com que a região

fosse considerada um bom lugar para absorver investimentos de capital e excedentes de mãos de obra de outros Estados” (SCHMINK & WOOD: 2012).

No entanto o conteúdo das medidas tomadas para a Amazônia, provocou conflitos por terras de maneira violenta, a respostas impensadas e apressadas do governo Federal. O governo militar através de suas ações dentro da Amazônia desgastou as próprias instituições que o regime inicialmente se propôs a construir. A luta feroz e mortal pela terra intensificou-se em meados da década de 1970, provocado pela mudança de política que a princípio, priorizava os pequenos agricultores e mais tarde passou a priorizar o setor privado. Tudo isso somado com a desordem burocrática, mais o clima político de instabilidade assumiu grande destaque no governo dos militares. A Amazônia tornou-se área de conflitos agrários e o Pará campeão de mortes no campo.

Capítulo II

Os conflitos por terra “pipocaram” no Baixo Tocantins

Na região do Baixo Tocantins na década de (1970 e 1980) ocorreram vários conflitos, entre esses conseguimos mapear 12 cujos dados foram compilados a partir dos relatórios dos encontros Anilzinho que surgiram a partir do conflito da localidade de mesmo nome. Após esses conflitos, os trabalhadores rurais “sentiram a necessidade de se articularem e reagirem aos ataques da grilagem”¹⁰¹. A partir da década de 1980, foram realizados anualmente os encontros Anilzinho, cujos grandes objetivos eram denunciar os conflitos por terras e também organizar resistências contra a entrada do capitalismo e a consequentemente encontrar formas de resistências, garantindo a permanência desses homens e mulheres, pois, naquele momento, a posse já não era garantia de estabilidade na terra.

Forjado nesse processo de lutas, surgiu “A Lei Anilzinho: A lei do Posseiro” e os encontros de mesmo nome, tornaram-se um importante instrumento de resistência, espaço de denúncias, debates e formação de trabalhadores rurais. Estes juntamente com os membros da igreja católica (mas precisamente a prelazia de Cametá) e outros sujeitos construíram uma cultura política que durou mais de dez anos na região. As atas dos encontros foram os documentos que forneceram a base de dados para a construção da tabela em anexo, assim sendo a tabela é fruto da visão desses trabalhadores, ou melhor dizendo, são as vozes desses sujeitos fazendo denúncias. Iremos tratar neste capítulo dos conflitos e da Lei Anilzinho e de sua reformulação, nos deteremos, portanto, no (1977 a 1981)¹⁰².

De acordo com a visão desses trabalhadores rurais e dos membros dessa igreja, “Os conflitos pipocaram nas décadas de (1970 e 1980)”, podemos observar que todos os municípios do Baixo Tocantins e mais alguns do Médio Tocantins¹⁰³ tiveram conflito em relação a posse da terra. O próprio período dos conflitos caracteriza o processo porque estava passando a Amazônia no período dos governos militares, cuja intervenção na gestão do processo fundiário da região tinha como o estabelecimento de implantação do capitalismo e das relações sociais de produção que se caracteriza esta formação social.

Quando analisamos as cidades tais como Mocajuba, Oeiras do Pará, Bagre, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajurú, Igarapé-Miri, Tucuruí, Jacundá e Itupiranga percebemos que os

¹⁰¹ Relatório do 1º encontro Anilzinho, junho de 1980.

¹⁰² Os demais encontros serão analisados no primeiro capítulo de minha tese de doutorado que se iniciará de 2016 no Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal do Pará.

¹⁰³ Jacundá e Itupiranga, isso se deve ao fato dos participantes dos encontros Anilzinho não se restringirem a população do Baixo Tocantins.

locais dos conflitos eram micros espaços dentro dos municípios, onde as referências de limites são de um mundo rural, como cujas referências eram os rios como o Carapina, Pruaná, Bailiqui, Anilzinho, Arioca, Beira do Rio; as estradas: (PA- 151) América, Nova América km 54, França, Costeira; os Lotes Livramento, Calados, Santo Antônio, Joana Peres; ou de frutas Baixo Uxizal, Mangabeira, Cupú; ou de plantas Massaranduba, Parnaúba; ou ainda de igarapés: Igarapé Preto, Igarapé Grande que são propriedades rurais.

Podemos verificar que os motivos dos conflitos nas cidades citadas na tabela, em anexo foram 4 por expulsões de terras, 3 por vendas de terras com expulsões dos moradores, 2 por suspeitas de falsas titulações, 1 caso de casas demolidas, por desapropriação e roubo de produções agrícolas, casos de descidas de helicópteros que causavam medo, insegurança nas áreas rurais das cidades de Baião, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri e casos de desapropriações para a implantação da hidrelétrica. Os envolvidos nos conflitos sempre foram posseiros, trabalhadores rurais e, o que na visão destes eram seus aliados, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Comissão da Pastoral da Terra e do lado oposto estavam o que eles viam como seus antagonistas o Estado por meio de seus órgãos tais como ITERPA, SUDAM e seus agentes, ou empresas como: INCOBAL, MOREIRA, AGROOESTE, Jatobal, Marfina, Martins, Projeto Carajás, Eletronorte, Banco Mercantill, ou órgão como SENAP ou mesmo pessoas tais como Sebastião Martins Amaral, Lázaro Barbosa Gonçalves, Oswaldo Alves Fernandes, Márcio Lorenio Martins, Raimundo Pantoja, Aladin Martins, Clamério Moraes da Silva.

Esses trabalhadores avaliavam que o principal resultado desses conflitos foi as conquistas das terras e sua organização como a criação da lei Anilzinho I e II, assim como seus encontros e outros momentos do auge de sua organização que estes sujeitos iam para as ruas manifestar-se ainda sob o comando dos governos militares, que foram as manifestações de 1º de maio, dia do Trabalho, e 25 de julho, dia do Trabalhador Rural. Contudo, o que iremos nos debruçar serão os conflitos como o abaixo citado:

Estão completando 54 anos que essas terras pertencem a nossa família Benchimol – mas desde 08 de Julho de 1926 para o ano de 1980 o que pode ser provado com a guia de pagamentos com os de impostos que na época recaía sobre as citadas glebas, do departamento de viação, obras, terras e agricultura do governo do Estado do Pará referente a produção das castanhas (...). Essas glebas são dos nossos domínios mansa e pacificamente a cerca de 100 anos juntando-se a nossa posse com os dos nossos antecessores (...) O nosso Estado com o desenvolvimento que está tendo tornou-se alvo predileto de gente do sul centro- oeste, como se diz vulgarmente, que aqui vem para trabalhar e ganhar dinheiro e dar o fora, e outra com intuito de permanência, e muitas vezes por qualquer meio lícito ou não, sem maiores preocupações e estudos ou exames nos cartórios vai adquirindo posse de terras o que é proibido por lei podendo apenas adquirir bem feitorias para preparar a compra da propriedade por processos ilegais, muitos prejudicando os direitos dos que aqui nasceram e com

descendência de direito seculares via de regra, cidadãos de poucos recursos e sem conhecimento, mal sabendo assinar o nome vezes tímidas e enxotados a força de sua terra. (Edital de Protesto a comarca de Tucuruí, Diário oficial do Estado Fevereiro de 1980)

A epígrafe acima faz parte de um edital de protesto, movidos pelos herdeiros da família Benchimol¹⁰⁴ e peticionada por José Benchimol, que era casado, agricultor, residia no município de Tomeaçu e domiciliava em Baião. Era filho de David Benchimol e Rosa Maria Benchimol, já falecidos, ele foi sepultado em Cametá e ela em Tome-Açu e tinha dois irmãos Jorge e Máximo Benchimol. José peticionou a ação de protesto à juíza de direito da comarca de Tucuruí, Rosa Maria Portugal da Costa. Ele requeria a posse e domínio das propriedades Fé em Deus, Boa Esperança, Pontão, Martinho, Belo Horizonte e outras que não foram citadas, localizavam-se entre os igarapés Rio Branco, Carará, Combustão e também entre os municípios de Baião e Bagre, assim como fazia limites com o distrito de Pampolinia, mais conhecida por Oeiras do Pará. As terras estavam sob a guarda dos irmãos do peticionário, Jorge e Máximo Benchimol e demais parentes. As glebas, de acordo com o agricultor, foram adquiridas por seu pai que, por sua vez, as comprou dos herdeiros e sucessores de Izidoro Dias da Rocha e sua esposa e também de Parciliano Dias da Rocha e sua esposa. Chegou ao conhecimento da família que os senhores Amancio Martins Cavalcante, Salvador Pereira Santos, Antônio Carlos (os dois últimos eram comerciantes), reivindicavam terras nas suas propriedades, esses senhores que “adquiriram terras” nas glebas da família Benchimol residiam todos no município de Tucuruí¹⁰⁵.

A ação mostra um dos conflitos existentes por propriedade e posses de terras na região do Baixo Tocantins entre os municípios de Bagre, Oeiras do Pará e Baião. No capítulo 1, a Imagem 13 demonstrava o lote nº 50 de José Oswaldo Alves Fernandes¹⁰⁶, descrevia uma vasta região que compreendia esses municípios e foi dividida em 92 lotes, no entanto a região já possuía habitantes, como foi o caso desses sujeitos da família Benchimol que argumentaram que possuíam há mais de 50 anos a titulação daquelas terras. Contudo, essas mesmas propriedades foram compradas por Amancio Martins Cavalcante, Salvador Pereira Santos e Antonio Carlos, demonstrando a deficiência que o Estado se entrava quanto à compra e venda de terras, algo problemático para um Estado que possuía a segunda maior unidade federativa do país com 1.247.954.666 km². Não ter o controle sobre a titulação de

¹⁰⁴ A família Benchimol possuía terras na região do Baixo Tocantins e reclamava suas vendas para terceiros.

¹⁰⁵ Ação de protesto da Família Benchimol direcionado à comarca de Tucuruí. Diário Oficial do Estado, 23 de fevereiro de 1980.

¹⁰⁶ Oswaldo Alves Fernandes foi denunciado como sendo um dos sujeitos que tentaram se apropriar de terras no município de Bagre. Oswaldo Alves Fernandes já foi apresentado no capítulo anterior.

terras trouxe inúmeras consequências, uma foi que o Estado ainda enfrenta grandes conflitos sociais envolvendo a posse e a propriedade da terra. Esse cenário foi arquitetado também por causa da legislação agrária estadual e federal que se instalou após o golpe-civil militar de 1964. Esse foi o caso da lei 3.641 de 5 de janeiro de 1966, que fez com que o Estado do Pará tivesse a emissão de títulos de terras parada por dois anos – de (1964 a 1966), período esse em que ocorreram várias falsificações de títulos agrários de acordo com Benedicto Monteiro (1980), a situação tornou-se ainda mais dramática para o Estado do Pará com a criação da Lei 1.164 de 01 de Abril de 1971, que incorporou 100 Km de cada lado das rodovias federais passou para os domínios da união, portanto dois terços das terras dessa unidade federativa deixou de posse jurídica do Estado.

Ao examinar os textos que serviram de base para pesquisa deste capítulo, os relatórios dos encontros Anilzinho, tomei conhecimento de alguns conflitos como o do próprio Anilzinho e das redondezas tais como a vila de Joana Peres e os enfrentados pelos trabalhadores de Oeiras do Pará contra a empresa Agrooeste, o dos trabalhadores rurais com um grupo de Japoneses que pretendia plantar arroz nessa mesma região.

O Baixo Tocantins se caracterizava por áreas de castanhais, sendo que algumas eram de uso comunal, porém a partir de meados de 1970, os posseiros sofreram violentas agressões e foram expulsos pelos grileiros vindos do sul, sudeste e centro oeste do país. O que configurou, como diria o poeta Vital Farias, como uma das marcas indelévels de sangue que mancham essas terras brasileiras e ele continua nos narrando por meio da música *Saga da Amazônia* que:

Era uma vez na Amazônia a mais bonita floresta (...) Toda mata tem caipora para a mata vigiar veio caipora de fora para a mata definhar e trouxe dragão-de-ferro, prá comer muita madeira (...) No lugar que havia mata, hoje há perseguição grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão castanheiro, seringueiro já viraram até peão afora os que já morreram como ave-de-arribação, Zé de Nata tá de prova, naquele lugar tem cova gente enterrada no chão: Pos mataram índio que matou grileiro que matou posseiro disse um castanheiro para um seringueiro que um estrangeiro roubou seu lugar.

Portanto dentro desse universo de conflitos tendo o Baixo Tocantins e a maior floresta tropical do planeta que pretendemos analisar esses conflitos agrários. Nestes capítulos, partindo do pressuposto teórico que são partes da história social da Amazônia e, se análise permitir, do processo de formação da região. Esses conflitos fizeram parte de um processo de ocupação de terras devolutas que foram vendidas pelo Estado dentro de um contexto histórico que se pressupôs “desenvolver a Amazônia” e integrá-la ao país.

2.1. Conflito Anilzinho

O conflito com o senhor Sebastião Martins Amaral em 1975 começou a se gestar de forma truculenta, não havia mais o medo dos índios Asurunís, pois o adversário era o grileiro vindo do sudeste do país e que tinha a seu favor os incentivos fiscais federais. Os governos militares tinham uma visão de que a região amazônica era pouco habitada. Desde 1975, a população de Joana Peres e Anilzinho enfrentaram várias perseguições e proibições como a impossibilidade de utilizar os caminhos que os levassem até os castanhais de uso comunal, ou aos igarapés que possuíam abundância em peixe, ou mesmo suas roças. Os posseiros acusavam os grileiros capixabas e goianos de atrapalharem seus modos de vida. Segundo os posseiros, “havia a certeza de que as autoridades tanto do Estado quanto do município de Baião, estavam apoiando aos grileiros. Essa certeza era tão grande ao ponto dos trabalhadores não mais acreditarem nessas autoridades”¹⁰⁷.

Nesse momento, os trabalhadores rurais percebem que realmente não possuíam seus interesses defendidos pelo poder executivo do período, mas acreditavam no código das leis sobre a ocupação da terra; nesse sentido compartilho com as ideias do historiador Edward Palmer Thompson quando afirma que a lei não aparece, muitas vezes, como instrumento de domínio de uma classe sobre a outra, mas como um campo de lutas, aberto e indefinido, em que a complexidade dos costumes desempenha um papel categórico (THOMPSON: 1998). No caso dos trabalhadores rurais do Vale do Tocantins o costume consolidado vinha da experiência de ter vivido com direito à terra, no sentido dos usos de poder coletar das terras devolutas do Estado os produtos que garantiam a sobrevivência o que definiu a forma como a terra deveria ser ocupada. A lei 913/ 54 em seu artigo 8 afirma que “ as pessoas comprovadamente desprovidas de recursos, terão o direito de extrair, nelas, os produtos nativos, o que criou um modo de vida e de trato com a terra, que fez com que a terra fosse pensada como da comunidade, sem dono particular, coletiva.

No entanto, em 1977, o grileiro Sebastião Martins Amaral¹⁰⁸ conseguiu uma ordem de despejo contra os posseiros emitida pela juíza de Baião que, de acordo com as ações de demarcação do Diário Oficial do Estado, era Edna dos Anjos Nunes, que foi assinada pelo senhor Antônio Lira dos Santos, o pretor da comarca de Baião¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Relatório encontrado na FASE de 28 de outubro de 1979 e relatório do VII encontro Anilzinho.

¹⁰⁸ Informação obtida no Diário Oficial do Estado, de 18 de fevereiro de 1976.

¹⁰⁹ Diário Oficial do Estado do Pará, edital de citação da comarca de Baião, quarta-feira 18 de fevereiro de 1976 e Jornal O Liberal de terça-feira de 18 de Setembro de 1979 “Advogado representa contra a Juíza da comarca de Tucuruí.

De acordo com o relato do posseiro Lázaro Borges, a culminância da luta na região ocorreu em março de 1977, “o inferno ardeu para os posseiros de Anilzinho”. O grileiro Sebastião Martins Amaral, mais conhecido como Tião, chegou na área dos posseiros, acompanhados de cinco soldados, um sargento da polícia militar e caminhões todos armados de fuzil, metralhadoras e revólver, três caminhões, uma camioneta C-10 e um *jeep*. Então o despejo começou, as casas foram queimadas, os serimbabos (porcos, galinhas, patos, etc), foram roubados, além de pratos, panelas, roupas e outros utensílios de casa também foram queimados; as roças foram destruídas¹¹⁰.

O senhor Dalico era um cametaense que possuía uma pequena taberna à beira da estrada PA 156, ou seja, Cametá-Tucuruí. Sua casa foi queimada, ele fez outra barraca e tornaram a queimar. Os policiais jogaram fora sua geladeira e as plantações de arroz dos agricultores foram queimadas¹¹¹. Mais de trinta famílias ficaram sem comida, viram suas roças destruídas e tomadas pelos capixabas. Foram proibidos de coletar castanha, de pescar e caçar, o clima de insegurança era impressionante¹¹².

O sentimento de medo que cercou a comunidade se prologaram por vários anos, e causou um sentimento do que podemos chamar de traumas, isso foi percebido tanto no depoimento do senhor Bernardo Krommondjik, quanto no de Raul Couto. Notei nas atas a existência de uma equipe de segurança, entretanto até então compreendia que a segurança seria para os que estavam no encontro e não para prevenir um possível ataque contra os posseiros por parte dos grileiros presente na região. A equipe de segurança foi organizada por causa do medo e também para resistir a esse possível ataque da grilagem¹¹³.

As mulheres e crianças viviam amedrontadas e não aceitavam nenhuma forma de resistência por parte do marido, fugindo para ilha Jutai como fizeram na época dos índios Asurunís. Vale frisar que o grileiro Sebastião Martins Amaral, o Tião, aproveitou-se da ordem de despejo e estendeu sua fazenda chamada de Espírito Santo até o Igarapé-Ipaú, na mesma estrada Cametá-Tucuruí¹¹⁴. À beira do igarapé existiram dois castanhais: CRVA e Pompeu que pertenciam aos Estados, nesses castanhais já existiam 60 famílias de posseiros, que na época do inverno colhiam a castanha, cultivavam arroz, mandioca, macaxeira e banana. O

¹¹⁰Relatório encontrado na FASE de 28 de outubro de 1979 e relatório do VII encontro Anilzinho.

¹¹¹Relatório encontrado na FASE de 28 de outubro de 1979 e relatório do VII encontro Anilzinho.

¹¹²Ibidem

¹¹³ Entrevistas dos engenheiro Agrônomos da prelazia de Cametá Raul Couto e Bernardo Krommondek

¹¹⁴Relatório encontrado na FASE de 28 de outubro de 1979.

“Tião” aproveitou-se da ordem da juíza e expulsou também essas famílias e deu ordem para destruir tudo inclusive a colheita de arroz¹¹⁵.

Havia duas mulheres que estavam de resguardo, uma delas com 20 dias, esta teve que fugir com suas quatro crianças, inclusive a recém nascida, e atravessou um igarapé a nado, oito vezes, atravessando as quatro crianças, chegou numa casa de conhecidos e pediu abrigo; a partir desse momento, sofreu cinco dias de febre e dor de cabeça, sofrendo por muito tempo as consequências de seu gesto de bravura¹¹⁶. A descrição da cena da mulher sendo obrigada a “desvirtuar” o período do resgarde me faz compartilhar com a ideia de José de Souza Martins, em seu artigo *Vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*, pois para as comunidades, o momento do nascimento é uma indicação de perigo para mãe e filho, o perigo da morte, por isso é um momento de respeito e próximo do sagrado, que deveria a qualquer custo ser preservado.

Os outros posseiros foram jogados no meio da rua “como cão sem dono”, as famílias ficaram sem nenhum amparo nas ruas de Tucuruí, sem dinheiro para suprir as suas primeiras necessidades. As 60 famílias com cerca 300 pessoas passaram inúmeras dificuldades. Dessas famílias, 15 voltaram com intuito de reconstruir seu lar e seu modo de vida, mas não conseguiram, quase tudo havia sido destruído, e quantas vezes construíam os seus barracos, foram as vezes que o grileiro mandava queimar. As 15 famílias que voltaram de Tucuruí foram proibidas de frequentar suas roças e de passar nos caminhos onde passava os capixabas, para colher banana ou macaxeira de suas próprias plantações somente à noite. Ao tirar as terras de uso comunal dos pobres, quando ocorre os cercamentos dessas terras ou de suas trilhas, esse ato transforma-os em estranhos em sua própria terra, desrespeita-se assim o costume consagrado pelo tempo (THOMPSON: 1998).

O Sebastião Martins Amaral vendeu toda a área para três capixabas: Gustavo, Rogério e Mário, esses por sua vez viviam ameaçando de morte os posseiros da região, proibidos de coletar castanha, de caçar e de pescar no lago ou no igarapé. Isso trouxe uma série de consequências, tais como a alta da farinha, que é um item básico e indispensável na alimentação do caboclo. Os castanhais estavam correndo o risco de desaparecer dentro de pouco tempo, pois milhares de árvores estavam sendo queimadas para dar lugar ao capim do boi dos fazendeiros. Os animais silvestres iriam desaparecer.

Meus argumentos encontram a base teórica sobre as concepções de José de Souza Martins (1998), que afirma que a ocupação violenta do território é a demonstração de como se

¹¹⁵Ibidem

¹¹⁶ Relatório encontrado na FASE de 28 de outubro de 1979 e relatório do VII encontro Anilzinho.

dissemina a propriedade privada da terra no Brasil. Desse modo, há um movimento de privação de direitos costumeiros daqueles que imaginam tê-los. A propriedade da terra dentro da Amazônia se conquista em função das exigências e entendimentos de uma mentalidade que privilegie o privado como modo de vida e como visão do mundo, então o privado e o direito costumeiro colidem constantemente, portanto esses dois polos se antagonizam, propriedade privada *versus* costume. A difusão dessa propriedade privada traz inúmeros problemas, pois muitas vezes se baseia na violência dos ricos contra os pobres e na expropriação que ela viabiliza, confinando o costume (MARTINS: 1998).

A maioria das informações contidas no relatório¹¹⁷ encontrada na FASE se confirma, pois durante a pesquisa conseguimos encontrar a existência do decreto 3.641 de agosto de 1961, e também que o conflito provavelmente ocorreu em 1977 e não em 1979 como a historiografia local acreditava¹¹⁸. Outros argumentos que me fazem acreditar que o conflito realmente teve seu momento mais delicado foram que, em 1977, o governador da época era Aloysio Chaves.¹¹⁹, de acordo com o relatório da FASE. Em 1979 de acordo com o jornal *O Liberal*, o prefeito era Francisco Nogueira Ramos, assim como o governador do estado era Alacid da Silva Nunes que assumiu o cargo pelo PDS em 1º de agosto de 1978 e permaneceu até 15 de março de 1983. Esses fatos me fazem acreditar que os conflitos Anilzinho ocorreram em 1977 e não em 1979.

Tendo como referência a historiografia regional tais como Raimundo Valdomiro de Sousa (2002) – que usou algumas das fontes que eu consultei – que afirma que o conflito do Anilzinho ocorreu em 1979, assim como Amaral (2010) faz o uso da mesma data. No entanto a fonte encontrada na FASE diz que o conflito foi gestado em 1975 e, utilizando os termos da fonte, o “inferno Ardeu para os moradores em 1977”, ou seja, a efervescência da luta ocorreu em 1977. Em 1979 houve o reconhecimento do que estava acontecendo e a construção de uma identidade de pertencimento de classe (THOMPSON, 1987) que já vinha se forjando lenta e gradualmente. Assim como a construção de uma cultura política; com suas expectativas e tradições dos trabalhadores que construíram alianças, parcerias com os sindicatos, com a FASE, com a prelazia de Cameté e com quem mais se identificasse com sua luta.

Os posseiros não acreditavam mais nas autoridades municipais e nem nas estaduais, pois pediram ajuda tanto para o governador do período, Aloysio Chaves, que fez uma visita à

¹¹⁷ Relatório encontrado na FASE datado 18 de outubro de 1979.

¹¹⁸ O governador do estado na época foi Aloysio da Costa Chaves, pertencente ao Arena.

¹¹⁹ Ele esteve no poder de 15 de março de 1975 a 1º de agosto de 1978, período de sua renúncia, assumindo Clóvis da Silva Morais Rego, também do Arena, que governou de 1º de agosto de 1978 a 15 de março de 1979. Aloysio Chaves deixou o cargo para assumir o mandato de senador em agosto de 1978.

sede do município de Baião. Naquele momento, uma delegação de moradores da região em conflito, mais especificamente de Joana Peres, foi ao encontro do então governador, relataram suas angústias e injustiças que estavam sofrendo e entregaram documentos pedindo ajuda. O governador prometeu ajudar, todavia não cumpriu. No mesmo ano, em novembro de 1977, o candidato a deputado estadual Domingos Juvenil Souza, pertencente a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), esteve com sua comitiva em Baião em campanha eleitoral. Nesse momento, um grupo de moradores de Anilzinho foram ao encontro da comitiva dos políticos e, em pleno comício assistido por várias pessoas, a promessa foi feita, dentro de poucos dias, depois da posse, a terra seria devolvida aos posseiros de Anilzinho e Joana Peres que esperavam justiça até aquele período¹²⁰.

Para verificar a informação sobre a presença do deputado estadual Domingos Juvenil Souza que provavelmente esteve em campanha pelo Pará, cruzei os dados das eleições da década de 1970. Foi confirmado o dado de que se elegeu nesse período pela Arena¹²¹, podemos inferir então que no período indicado Domingos Juvenil Souza provavelmente passou pela região em campanha.

Os moradores que, mesmo após a posse do então governador Aloysio Chaves e do deputado Domingos Juvenil, não conseguiram respostas para seus problemas, argumentavam que o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Baião já estava cansado de fazer apelos ao INCRA e ITERPA, entretanto a justiça não se manifestava a favor dos posseiros de Joana Peres e Anilzinho. De acordo com o relatório encontrado na FASE, os posseiros apelaram para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF, e questionaram se os diretores sabiam que os castanhais estavam sendo destruídos, “eles estavam sendo devastado, e sua massa se transformaria em uma grande fumaça, e se alguma coisa não fosse feito, restariam apenas cinza e mais tarde, tudo seria substituído pelo capim”. Nesse processo haveria a implantação da agropecuária com a criação de rebanhos bovinos que, eminentemente, resultaria em carne para a exportação, o que não beneficiaria a população local e destruía o modo de vida costumeiro dos trabalhadores rurais de Joana Peres e Anilzinho. Tudo isso graças aos incentivos fiscais, ao um plano de desenvolvimento da

¹²⁰ Relatório encontrado na FASE de 28 de outubro de 1979.

¹²¹ Cronologia das Eleições no Brasil (1945 - 2010) e resultado das eleições gerais no Pará de 1945 a 2006. Temos a necessidade de entender a campanha e os dados, inicialmente compreendemos que houve eleições diretas, ou seja, votos da população e indireta, ou seja, indicação do Governo militar. Em 15 de outubro de 1978 houve eleição indireta para presidente da república em que Ernesto Geisel foi eleito presidente pela ARENA, em 15 de novembro do mesmo ano a eleição foi direta para deputado federal e senador. Ainda no ano corrente, em 3 de outubro, as eleições foram indiretas para governador, que no caso do Pará, Alacid Nunes assume o governo do Estado, em março de 1979, já para deputado estadual, as eleições foram diretas e Domingos Juvenil Nunes de Souza se reelegeu com 14. 665 votos

Amazônia a serviço das multinacionais e dos seus aliados no Brasil. Dessa maneira, não havia autoridade que se impunha contra o sistema, pois teria que fechar os olhos e os ouvidos e até ficar mudo já que essa era a vontade dos monopólios¹²².

Diante de todas as injustiças praticadas com os posseiros e com a riqueza natural da região, ainda foi cometido mais um absurdo: os fazendeiros fizeram denúncias contra o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baião, contra o vereador José Ramos Pinto¹²³ e contra o vigário da Paróquia de Baião Pe. Thiago Poels, dizendo que estes estavam incentivando ao povo a usar a violência e fazer subversão. O relatório conclui que o governo dos “barões” funcionava de modo a beneficiar somente os ricos¹²⁴.

Nesse momento retorno ao relato do Padre Thiago Poels, noto o quanto sua memória selecionou a narrativa do conflito com riquezas de detalhes que é quase idêntica, ou seja, se confirma no relatório da FASE, que contém a narrativa do senhor Lázaro Borges¹²⁵ percebemos elementos comuns nos dois relatos. Desse modo, decidi manter alguns trechos da narrativa do padre Thiago para discutirmos algumas questões sobre memória seletiva e esquecimento¹²⁶.

Ao cruzar as fontes, descobri que Tião na verdade era o capixaba Sebastião Martins, mas para que as terras dos castanhais chegassem até suas mãos houve um longo processo, um elemento desse processo foi o fato que os moradores da região não conseguiam pagar a dívida pelas mercadorias que obtinham nos comércios dos irmãos José Lemos de Sousa e Jacinto Lemos de Sousa, os que não pagavam a dívida vendiam suas terras, o que era chamado de pontos de Castanhas¹²⁷. Assim nove pontos de castanhas tornaram-se propriedades dos comerciantes, tais como Frente do Anil, Rêgo Dubém, Laguinho, Bacurí, Ponta fina, Tirirical, Madeira, Joaquim Antônio e Marinheiro.

Nesse processo, a igreja católica apoiava a luta dos posseiros ao se encontrar com Alacid Nunes, Governador do Estado do Pará, em um almoço na casa das irmãs em Belém, O Pe. Thiago Poels recusou sua ajuda, uma vez que enquanto o governo de Alacid Nunes concordasse com as opressões feitas aos posseiros, não se aceitaria nenhuma ajuda dele¹²⁸. No período de 1979, pelo aniversário de 200 anos da cidade de Baião, segundo o jornal *O Liberal*, 17 de outubro de 1979, realmente o governador esteve na cidade para fazer

¹²² Ibidem.

¹²³ Vereador de Baião na época pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro)

¹²⁴ Relatório encontrado na FASE com a data de 18 de outubro de 1979.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ver Paul Ricouer 2007.

¹²⁷ Medidas regionais que equivaliam a 100 castanheiras.

¹²⁸ Carta aberta a população da Prelazia de Cameté redigida pelo Pe. HenricusRiemslog, em 1980.

inaugurações de obras e comemorar o aniversário da cidade. Na ocasião, os vários pronunciamentos da comitiva que acompanhava a Alacid Nunes, assim como o prefeito da cidade Francisco Nogueira, que reconheceu o grande impulso de desenvolvimento que Baião tomou com a “revolução de 31 de março de 1964”¹²⁹.

Portanto fiz o diálogo de algumas fontes que continham algumas lacunas. A afirmação do padre Thiago Poels no encontro Anilzinho VII foi o fio condutor dessa narrativa, mas percebo também o quanto a memória é seletiva. Para Paul Ricoeur (2007), a memória é essencial para história, sendo, portanto, uma das suas matrizes, pois é uma espécie de guardião de algo que de forma efetiva ocorreu no tempo, segundo a visão do autor, não deverá haver uma oposição radical entre memória e história, nem sua fusão, a constituição ontológica da memória a faz ter ligação com a história, ou seja, existe uma relação dialógica entre ambas. Esses fios nos conduziram a outras pistas que foram essenciais para tecermos esta narrativa.

2.2. O conflito de Joana Peres

Thomaz de Carvalho, que tentava obter explicações do presidente do ITERPA e de mais autoridades sobre o que estava ocorrendo em Joana Peres, expôs a situação de que “os moradores daquela região viviam em paz e harmonia com todos, como ocorria com seus antepassados¹³⁰”. A carta publicada narrava como um senhor chamado de Raimundo Arara trabalhava as 21 posses de castanhais que herdara em Joana Peres, distrito de Baião na época. O autor da carta explicava que os moradores viviam “em paz, pois reconheciam que cada posse era uma propriedade isolada, não abrangendo as áreas que ficavam entre uma posse e outras”. Essas áreas eram usadas liberalmente pelo povo do lugar que dela tiravam seu sustento.

Apesar do tempo e do espaço ter suas peculiaridades e especificidades, não há como não fazer uma analogia entre o livro de Edward Thompson (1987) *Senhores e caçadores*, que analisa a origem e a história de uma lei na Inglaterra do século XVIII: a Lei Negra, de maio de 1723. Essa lei interferiu nos costumes da população local, o termo lei Negra era uma “homenagem” aos caçadores das florestas inglesas que, para capturarem de maneira mais fácil os animais selvagens, especialmente os cervos (gamos ou veados), utilizavam o artifício de

¹²⁹ Algo interessante de perceber é que na comitiva que recebeu o então governador não havia a presença do padre da cidade o que não é um fato tão comum na parceria entre Igreja católica e o Estado. Os relatos Referenciavam ao relatório de 1987 que contém as memórias do Padre Lazarista Thiago Poels, rememorava 1979, 8 anos após o primeiro relatório.

¹³⁰ Jornal O Liberal domingo 09 de Setembro de 1979, por Lúcio Flávio Pinto “A terra tumultuada”

pintar os rostos de negro, geralmente com carvão, ficando assim camuflados. A lei se construiu como um instrumento da propriedade privada, e punia com a pena de morte aqueles que a infringisse, as infrações mais graves era a caça, ferimento ou roubo de gamos ou veados e a caça ou pesca clandestina de coelhos, lebres e peixes. A lei desrespeitava as práticas costumeira de usar o espaço da floresta para caça e para extração de madeiras e sementes. A floresta era de uso comunal. Em nome desses direitos costumeiros ocorreram vários conflitos entre a população e os agentes administrativo da floresta (THOMPSON, 1987).

A carta publicada no jornal *O Liberal* que indicava a presença de outro personagem, que, segundo Thomaz de Carvalho, chegou de longe, do Espírito Santo ou Minas Gerais, chamado de Sr. Lázaro. Na carta publicada na coluna de Lúcio Flávio Pinto, cujo título da matéria era “Terra Tumultuada”, não continha o nome completo desse sujeito, só completamos a informação no Diário Oficial do Estado, ele se chamava Lázaro Gonçalves Barbosa¹³¹ que comprou as posses do senhor Raimundo Arara. Para legalização da transação, o recém chegado mandou abrir picos, ou seja, traçar os limites do terreno e retirar a vegetação ao longo do trajeto para tornar a demarcação visível no meio da mata, mas além disso, o senhor Lázaro Gonçalves Barbosa colocou uma cerca envolvendo várias posses, o que somou 12 mil hectares. A demarcação dessas terras foi requerida por Lázaro Barbosa Gonçalves em 1975 por meio de edital Judicial.

O uso da cerca para os moradores amazônidas não era algo que fazia parte do seu costume, pois, de acordo com sua cultura, desde muito jovem se aprendia e essa prática ainda permanece em alguns lugares, onde se começa a posse de cada família da região, o que era de uso comunal. As referências sempre foram elementos da natureza tais como igarapés, furos¹³², árvores, entre outros, mesmo se alguém necessitasse de algo que estava na posse de outrem, era comum dividir o que ali era obtido, isso incluía a caça, a pesca ou a coleta de frutos da floresta.

O resultado da entrada da cerca em Joana Peres foram os seguintes: segundo Thomas de Carvalho,

as roças e as áreas de extrativismo de que viviam tão lindamente os moradores, ficaram dentro da cerca. Naturalmente que houve reações, reclamações, confusões, ameaça de revolta, etc... até que um líder negro, do movimento de resistência foi sequestrado, espancado, amarrado e jogado na mata, salvou- o da morte um caçador. Com o que ocorreu a população local recuou. Uns 3 ou 4 moradores foram

¹³¹ Edital da Judicial do Diário Oficial do Estado do dia 25 de Setembro de 1975.

¹³² O furo é sempre um canal fluvial sem correnteza própria que secciona uma ilha fluvial ou interliga componentes internos de uma planície de inundação. AZZIZ Ab' Sáber (2003).

indenizados e houve uma tentativa de provar que estes poucos eram os únicos ocupantes da área.¹³³

De acordo com Thomaz de Carvalho, o prefeito do município de Baião estava envolvido por completo no conflito e era a favor de Lázaro Gonçalves Barbosa. Nessa documentação não foi possível identificar o nome do prefeito, isto só foi possível com cruzamento de documentação que no caso foi no periódico do próprio jornal *O Liberal* de outra data, tratava-se de Francisco Nogueira Ramos. Em busca de vozes diversas desses conflitos, fiz o levantamento de (1977 e 1979) nos anais¹³⁴ da Assembleia Legislativa e neles encontrei o debates sobre o conflito de Joana Peres. Trata-se do discurso do deputado estadual Sr. Flávio César Frando que, na 83ª reunião ordinária de 12 de setembro de 1979, leu a carta publicada do jornal *O Liberal* do dia anterior aos membros da assembleia, mas o que torna o discurso diferente do relato de Thomaz de Carvalho (autor da carta) é que o deputado sai em defesa do prefeito de Baião¹³⁵. Flávio César Frando (pertencia ao Arena e posteriormente passou ao PDS Partido Democrático Social) discursou afirmando que o prefeito estava contra Lázaro e a favor dos posseiros e confirmou a informação “de que há uns três ou quatro anos o fazendeiro vinha transformando aquelas ricas matas de castanhais em capim”¹³⁶. Disse também que na terceira semana de agosto o fazendeiro Lázaro mandou reses, que foram enviadas para o talho municipal de Baião.

A carta que estava sendo lida por Flavio César Frando aos deputados afirmava que "corria a notícia de que o prefeito se voltaria a favor de Lázaro e que este conseguiu oitenta moradores para assinar uma declaração e almoçar carne de gado, depois de terem assinado a dita declaração às pessoas envolvidas no fato, acreditavam que o prefeito estava de conluio com Lázaro. Segundo Thomaz de Carvalho o fazendeiro se utilizou de artimanhas para que os moradores locais abrissem mão de suas roças”¹³⁷. No entanto o deputado acreditava que era pouco o que aquela gente queria, então por essa conduta tanto do invasor quanto do prefeito, eles acreditavam que foram traídos. O documento que havia sido assinado pela população local, supunha o deputado, contava entre outras coisas: caso o fazendeiro viesse a ser incomodado pelo ITERPA, por exemplo, poderia abrir mão das terras, mas em troca queria uma área muito maior e poderia ser talvez mais afastada daquela região. Preciso afirmar que

¹³³ Em função do tempo a ser não tenho como responder o nome do negro que sofreu a violência.

¹³⁴ Anais da Assembleia legislativa do Estado do Pará (Alepa) discurso do deputado, Sr. Flávio César Frando, que na 83ª reunião ordinária de 12 de setembro de 1979.

¹³⁵ Anais da Assembleia legislativa do Estado do Pará (Alepa) discurso do deputado, Sr. Flávio César Frando, que na 83ª reunião ordinária de 12 de setembro de 1979.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Ibidem.

essa é a visão do deputado e a interpretação que ele teve dos fatos, mas não consegui encontrar vestígio da cena do almoço acima descrita, tanto na memória quanto nas demais documentações analisadas do período.

Segundo o discurso do deputado Flávio César Frando, a vila de Joana Peres sempre teve um destino adverso. Primeiro eram índios que atacavam no verão até fazer o povo se mudar para ilha fronteira, depois de algumas vítimas tanto do lado indígena quanto dos moradores. No inverno, os posseiros voltaram para terra firme; até que a vila chegou a ser abandonada. Com abertura da estrada Trans-Cametá PA 156, os índios se foram, sumiram e a vila obteve novo alento de novo. “Quando seus habitantes pensavam que iriam viver em paz, chegou coisa muito pior que os indígenas, um único branco, que segundo as memórias e os relatos dos posseiros não possuía patriotismo, ou sentimento democrático ou espírito cristão”¹³⁸.

Os dois conflitos de Anilzinho e de Joana Peres aqui apresentados, estão intricados. Acredito que sejam conflitos distintos, pois os personagens aqui presentes não aparecem nas fontes anteriormente analisadas, como o senhor Lázaro, nas fontes sobre Anilzinho, os grileiros eram Sebastião Moraes que era capixaba, que vendeu as terras de Anilzinho os capixabas Gustavo, Rogério e Mário; outra informação muito interessante é que finalmente uma questão simples veio a tona, o fato de se admitir que os moradores da região também mataram aos indígenas da etnia Asuriní¹³⁹.

A carta que foi publicada no jornal *O Liberal*, na coluna do sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto, enviado por Thomaz de Carvalho, “que pedia pelo amor de Deus, socorresse aquela gente e evitasse a vergonha de uma vila, ser tomada por alguém”¹⁴⁰. O deputado Flávio Cezar Frando do ARENA levou a carta para esclarecer que a situação do conflito na região já vinha ocorrendo há vários anos, mas precisava explicar que o leitor que havia enviado a Lúcio Flávio Pinto faltou com a verdade e dizia que uma semana antes o prefeito Francisco Nogueira Ramos e o deputado estiveram no ITERPA conseguiram três advogados para Baião para contestar a ação de reintegração de posse do Senhor Lázaro¹⁴¹.

¹³⁸ Anais da assembleia legislativa do Estado do Pará (Alepa) discurso do deputado, Sr. Flávi César Frando, que 83^o reunião ordinária de 12 de setembro de 1979.

¹³⁹ Jornal *O Liberal* domingo 09 de setembro de 1979, por Lúcio Flávio Pinto “A terra tumultuada” e Anais da Assembleia legislativa do Estado do Pará (Alepa) discurso do deputado, Sr. Flávio César Frando, que na 83^o reunião ordinária de 12 de setembro de 1979.

¹⁴⁰ Jornal *O Liberal* domingo 09 de setembro de 1979, por Lúcio Flávio Pinto “A terra tumultuada”.

¹⁴¹ Anais da Assembleia legislativa do Estado do Pará (Alepa) discurso do deputado, Sr. Flávio César Frando, que na 83^o reunião ordinária de 12 de setembro de 1979.

Realmente havia algo de veracidade, o que não seria verdadeiro seria o fato de que o prefeito estava ao lado do senhor Lázaro, muito pelo contrário, existia uma luta travada entre os dois, mas o deputado não diz que conflito seria esse. No entanto, o parlamentar admitia que existiam acordos entre o prefeito de Baião e o fazendeiro em questão, essa ligação se justificava pelas vendas de bois realizadas pela prefeitura, mas essa atitude se justificava pelo seguinte fato¹⁴²: o que ocorria era que o abastecimento de gado era feito por pessoas que compravam boi no município de Castanhal e depois era levado para Baião, que inclusive o Sr. Lázaro Gonçalves Barbosa fazia o mesmo, contudo, posteriormente ofereceu ao senhor prefeito, gado para o abastecimento de carne daquele município e para que pudesse suprir as necessidades do povo. Então o senhor prefeito comprava o gado, mandava abater e colocava no mercado por sessenta cruzeiros o quilo, então o deputado perguntava qual a cidade que possuía carne aquele preço e ele mesmo respondia que nenhuma e terminava seu discurso dizendo que o leitor informou erroneamente a Lúcio Flávio Pinto¹⁴³.

No discurso do deputado há contradições, como as questões de defender os castanhais e mantê-los em pé, para que não virassem fumaça e posteriormente tornassem-se pasto para bois, e ao mesmo tempo, manter negócios com o fazendeiro Lázaro Gonçalves Barbosa para manter, desse modo, o suposto abastecimento de carne do município de Baião. Logo, fica subentendido e evidente a tentativa de defender o prefeito do município.

2.3. O conflito em Oeiras do Pará

Os conflitos continuavam a se desdobrar nessa microrregião¹⁴⁴. Desde 1977, chegava no município de Oeiras do Pará uma empresa conhecida como Agroeste¹⁴⁵. Aos poucos a empresa tornou-se a maior latifundiária da região. Com sede localizada à margem direita do rio Anauerá, e sem inibição vinham se apossando das terras nesta região: no rio Caracaru, a empresa se dizia dona de 8 mil metros de frente e 10 mil metros de fundo, deixando assim 51 famílias em constante preocupação, ameaçadas de perder todas suas benfeitorias¹⁴⁶.

Além desta localidade, a empresa se dizia dona das margens do rio Anauera bem como: Barrada, Feio Forte, Castanhal, São Paulo, Curucará, Tapará, Chapada, etc. A

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴ Informação retirada do periódico “A voz do Lavrador”, periódico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de outubro de 1979.

¹⁴⁵ Atualmente exportação de grãos de milho e soja.

¹⁴⁶ Boletim Informativo “A voz do Lavrador”, periódico pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará, Ano I, informativo número 1 de outubro de 1979.

citada firma é um grupo empresarial “paulista” que tem como diretor chefe Fernando Ucheda, era ligado à Volkswagen, empresa Alemã, de fabricar automóveis¹⁴⁷.

Segundo o jornal *A voz do Lavrador*, naquele período a empresa Agroeste pretendia adquirir 200 mil hectares de terra. A empresa tinha como objetivo desenvolver 15 projetos, cada um no valor de 6 bilhões de cruzeiro. Além do plantio de bacuri e açaí, ela plantaria cacau, cupuaçu, seringa etc. Tudo com ajuda dos incentivos fiscais. Além dos agricultores do Caracuru, existem outras áreas em que os agricultores estão lutando em defesa dos seus direitos, contra a Agroeste: era o caso do igarapé Tapará e Chapada¹⁴⁸.

No dia 27 de agosto de 1979, foram chamados os agricultores das localidades de Tapará e Chapada a comparecer na pretoria de Oeiras do Pará, denunciados pelo administrador Camargo, pelo motivo de estarem invadindo a área da Agroeste. “Às 9 horas do citado dia se fizeram presentes à audiência 9 agricultores, um dirigente sindical, o fazendeiro, mais o chefe de topografia”¹⁴⁹.

Segundo *A voz do Lavrador*, o suplente do pretor (representante do poder judiciário responsável por ouvir as partes em litígio), dando por aberta à audiência que se tornou uma polêmica, “somente quem era ouvido era administrador que, com sua estupidez e ignorância, defendia terras que não eram suas”. Além do mais, de acordo com os jornais *O Liberal* e *A voz do Lavrador*, esse administrador da empresa estava armado com revólveres, vistos pelos trabalhadores rurais e populares que estavam presentes na audiência, e ainda acusavam os agricultores de estarem invadindo terras da companhia¹⁵⁰. Num dado momento, o administrador das terras da empresa Agroeste, na região, puxou de sua pasta documentos enviados pelo delegado da polícia local, que comunicava a empresa que os agricultores estavam armados defendendo suas terras, o administrador pediu a prisão imediata dos agricultores. Nesse momento, um dos dirigentes sindicais, Atanagildo de Deus Matos, e o administrador da empresa Camargo praticamente se agrediram.

O Atanagildo de Deus Matos, mais conhecido como Gatão, defendia os direitos dos trabalhadores afirmando que vários anos de posse e cultura da terra de onde as famílias tiravam o sustento e por causa dessa forma de ocupação os agricultores possuíam o direito de defender sua posse, do jeito que fosse preciso, contra qualquer tipo de invasão¹⁵¹. O fazendeiro pediu às autoridades que retirassem o dirigente Atanagildo Matos da audiência,

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ Ibidem.

chamando-o de intruso e acusando-o até de comunista. Esse fazendeiro identificou-se como pertencente ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de São Paulo.

Há duas questões importantes de ser analisadas. A primeira é o fato de se usar a preposição “até”, referindo-se ao adjetivo “comunista”, demonstrando assim a mentalidade de risco que a ditadura civil-militar criou para o chamado perigo vermelho, e essa afirmação de que “Gatão” seria comunista seria também um dos argumentos centrais que posteriormente faria com que a parceria existente entre a Fase Tocantina, com sede em Cametá, e a prelazia de Cametá rompesse relações com a entidade em outubro de 1980.

Os agricultores, por meio de seu sindicato, já haviam comunicado as injustiças que estava ocorrendo com suas benfeitorias. Esse comunicado foi para a prefeitura municipal de Oeiras, e o juiz de direito de Oeiras, o Instituto de Terra do Pará, e o Governador do Estado, assim como haviam denunciado também pela imprensa: jornais *O Liberal*, *O Estado do Pará*, *A Província* e o *Jornal Resistência*¹⁵².

O jornal *O Liberal* publicou uma matéria com o título “Agricultores de Cametá vem a Belém denunciar”, que relatava um grupo de agricultores formado por moradores que representavam a população dos Caracaru, Anauerá e seus igarapés, foram a Belém para denunciar as autoridades “o clima de tensão” e desespero que já assolava a região; desde a chegada dos peões e capatazes da Agroeste S/A que, mediante coação de homens armados, estava anunciado aos quatro ventos que iriam expulsar a bala todos os tradicionais caboclos da região, que naquela terra nasceram e estavam criando seus filhos¹⁵³. A delegação era constituída de agricultores que residiam no lugar há mais de trinta anos. Segundo os colonos, que foram atendidos na sede do Instituto de Pastoral Regional (IPAR), os jagunços faziam chacotas aos agricultores proibindo-os de entrar na mata, de saírem com seus facões para as roças, de colherem a produção que naquele momento estava se perdendo, de recolherem a madeira que também estava sendo derrubada e que em breve seria inapelavelmente queimada pela Agroeste e que essa empresa estava armando a maior coivara (consiste na ação de juntar e empilhar a rama e outros resíduos das matas vizinhas e atear-lhes fogo) que aqueles trabalhadores jamais haviam visto¹⁵⁴.

De acordo com o jornal, os agricultores informaram também que Agroeste pretendia ocupar 200 mil hectares de terras e tinha 15 projetos que totalizam 6 bilhões de cruzeiros cada. A empresa possuía planos para se plantar 650 pés de bacuri por hectares que deveria

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Jornal *O Liberal* de 18 de Setembro de 1979, “Agricultores de Cametá vem a Belém reclamar”.

¹⁵⁴ Jornal *O Liberal* de 17 de Setembro de 1979, “Agricultores de Cametá vem a Belém reclamar”.

formar 115 milhões de árvores, cujos frutos seriam exportados para os mercados estrangeiros¹⁵⁵. Defronte ao rio Caracaru, onde a empresa havia se instalado, foi demarcado um lote com 1600 metros de frente para início da penetração, quase toda área já estava desmatada, nessa parte da entrevista podemos identificar a voz dos trabalhadores rurais, chamado de colono pelo jornal, esta declaração decidir manter “eles iriam tocar fogo nestes paus e aquilo iria arder como fogo do inferno”. Os trabalhadores estavam com medo disso, pois suas casas estavam perto dessas coivaras e se o fogo atingisse uma capoeira que estava perto logo depois da mata que eles derrubaram aí então ninguém mais iria estar seguro na área. “Não iria restar planta de pé, pé de pau, bicho da mata e a terra iria morrer”¹⁵⁶. Além de tudo, a empresa pretendia, segundo os moradores da região, chegar com suas demarcações, até a margem do igarapé Pau Amarelo, onde várias famílias estavam há muito tempo. O sujeito dessa narrativa foi Oscarlos Ribeiro Trindade, que era filho da terra, que junto com seu pai, seus tios e também netos tratavam da terra há mais de quarenta anos¹⁵⁷.

Os colonos que vieram a Belém estavam em nome de cerca de 600 pessoas, representando mais de 15 famílias da região que naquele momento estava tendo seu dia a dia afetado por jagunços que, segundo o jornal, teriam sido contratados pela Agroeste S/A. A terra pleiteada pela empresa era cortada pela PA-397, que ligava Oeiras do Pará a Cametá, terra de nascimento do vice-governador que no período era Gerson Peres, esses agricultores, de acordo com o periódico *O Liberal*, chamavam de “Caboclo Gerso”¹⁵⁸.

Desesperados com a ameaça dos jagunços da Agroeste, os agricultores iriam ao filho da região, que no caso era Gerson Peres, “o caboclo Gerso” para ele poder apoiá-los, mandando para região, o que os trabalhadores chamaram “das autoridades do ITERPA” para que ajudasse a resolver a questão. Os trabalhadores concluíam a matéria afirmando que eles conheceram ao pai do vice-governador, viram-no crescer pela região, e naquele momento ele deveria ajudá-los. Pois eles eram gente daquela terra, e não poderia perder o que era deles pelo costume, desde a época de seus pais¹⁵⁹.

Mais além dessa matéria do jornal *O Liberal*, iremos analisar também a versão da mesma matéria sob a óptica do periódico “A Voz do Lavrador”, “Lavradores denunciavam” era o título da matéria, no dia 18 de setembro de 1979. Treze agricultores haviam partido para Belém do Pará na tentativa de conversar pessoalmente com o governador e entregar nas mãos

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ Ibidem

¹⁵⁹ Ibidem.

dele um ofício encaminhado um abaixo-assinado expondo os problemas daquela região. Os trabalhadores rurais chegaram a Belém no dia 18 de setembro e dirigiram-se ao palácio do governo, acompanhados do advogado Carlos Sampaio, entraram no palácio às 11 horas da manhã e, segundo o periódico, quando o governador Alacid Nunes os recebeu já eram 14 horas e 30 minutos, perguntou aos agricultores se já haviam almoçado, pois ele ainda não havia o feito. “Disse que não era para ninguém se sentar, e se manterem de pé, porque a coisa o assunto teria que ser rápido, e perguntou quem era o dirigente sindical”.

O dirigente se apresentou e explicou o ocorrido na região e os motivos que os levava ao encontro do governador, mas antes de terminar de narrar os fatos, o governador deu a audiência por encerrada, afirmando que primeiro ia tomar conhecimento do fato para depois tomar alguma medida a favor daquele que realmente tivesse direito à terra. Nesse momento, um agricultor respondeu que se ficassem sem suas terras iriam morrer a míngua, haja vista que quem tinha uma profissão já não conseguia encontrar emprego nas cidades, imaginava-se os agricultores, cuja profissão era lavrar o chão. O governador então respondeu: “o problema de transferência do agricultor não seria do agricultor e sim o seu”.

Embora sem apoio das autoridades, os agricultores, baseados na lei 4504 (estatuto da terra) e do novo código civil, continuavam resistindo: roçando, derrubando seus roçados, plantando suas culturas, enquanto seu sindicato iria fazer o histórico de posse, discutindo os problemas e visitando a área.

Compartilhando com a ideia do historiador Edward Thompson (1998) a respeito de que os conceitos são socialmente construídos, e desse modo a lei não aparece como instrumento de domínio de uma classe sobre outra, mas como um campo de lutas, aberto e indefinido, em que a complexidade dos costumes desempenha um papel decisivo, portanto nesse momento emerge como um campo de batalha (THOMPSON: 1998). Os trabalhadores rurais também utilizaram a legislação para afirmar os seus direitos de posse se apropriando do estatuto da terra (lei 4504) ou do código civil brasileiro em especial o artigo 502 e 160 quando esses moradores do campo interpretaram a lei de modo a atender suas necessidades principalmente para defender-se da onda capitalista que adentrava a região, podemos observar esse posicionamento na publicação de uma matéria “Posse e como Resistir na Posse”, no periódico *A Voz do Lavrador*:

Resistir na terra principalmente de acordo com o direito de defesa da posse, conforme o artigo 502 e 160 do código civil. Pelo artigo 502 do código civil o possuidor ou o possessor tem direito de defender sua posse usando força. Para reforçar o artigo 502 vamos ver o artigo 160 do código civil, que começa dizendo: não é crime o que a gente faz em legítima defesa ou por causa de um direito que a gente tem.

O posseiro deve fazer e conservar picos em volta da posse; fazer marcas nos limites, bem feitorias em diferentes lugares da área que ocupa e conservar todos os documentos pessoais e da terra se houver. Não fazer acordo com ninguém sem consultar o dirigente sindical (AVOZ DO LAVRADOR, OUTUBRO DE 1979).

Ao afirmar que não era crime o que o posseiro poderia fazer pela defesa de seu direito, no caso a defesa da terra, os trabalhadores rurais além de interpretarem a lei de acordo com suas necessidades, eles legitimavam também o direito de matar, se fosse o caso daqueles que estavam tentando invadir o seu chão. Estava evidente que era necessário reagir e defender-se contra a interferência externa que não era comum a seu cotidiano.

O jornal *A Voz do Lavrador* relatava também que no dia 08 de setembro foi recebido na cidade de Oeiras do Pará a visita do Sr. Altamiro Beltrão Martins que pertencia a Secretaria de Estado de Agricultura, SAGRI. Entretanto, ele havia exibido uma credencial do ITERPA que o habilitava a conversar e fazer levantamento dos agricultores, questionando o tempo de moradia, quantia e tipo de cultura temporária e permanente. Neste mesmo dia, o topógrafo¹⁶⁰ teve todo um acompanhamento dos dirigentes sindicais na área de conflito (Tapará e Caracuru).

O topógrafo em reunião com os agricultores disse que a Agroeste havia afirmado ao ITERPA que os agricultores não tinham nada de benfeitorias, o mato estava invadindo suas casas e por isso ele queria olhar e anotar o que fosse visto em cada lote. Uma forma de verificar se realmente conseguiria de forma rápida os documentos que comprovassem a ocupação até o momento, que viesse uma ação discriminatória e, desse modo, haveria tempo para os trabalhadores completar os documentos pessoais exigidos pelo ITERPA e assim preencheriam o requerimento de doação.

Ao verificarmos a posição do governador Alacid Nunes e a posição que seus dirigentes tomavam, noto que, de maneira lenta e gradual, forjava-se um sentimento de pertencimento de grupo, pois os trabalhadores dessa região percebem que os governantes tanto a nível nacional, estadual e mesmo locais não os representavam, seus costumes estavam sendo desrespeitados e a lei que se estabelecia não era justa. Esse sentimento de pertencimento a um determinado grupo cresce, de certa forma, a cada batalha perdida. Então esses trabalhadores criam uma cultura política e encontram parceiro para isso como a FASE, STR de Oeiras do Pará, Prelazia de Cametá e outros. Este sentimento de pertencimento construiu a classe que por sua vez identificava seus adversários e possuía uma visão destes, cultivaram um sentimento de seus direitos e estabeleceram formas de enfrentamentos contra seus adversários.

¹⁶⁰ O topógrafo tornou-se uma figura impor

Era de conhecimento da Assembleia Legislativa do Pará que os conflitos estavam ocorrendo na região, mas nota-se também que esses deputados estavam impregnados por uma ideologia que era da maior parte dos governantes de seu tempo. Há duas questões: primeiro sobre o conhecimento dos conflitos gerados pelos grandes projetos da Amazônia e seus desdobramentos e, segundo estes deputados, representantes de sua classe, logo defendiam seus próprios interesses, o que pode ser notado de forma sutil em seus projetos e discursos, que continham a visão de desenvolvimento e progresso que desejavam para o Pará.

O deputado Raimundo Ribeiro de Souza, pertencente ao ARENA, em seu discurso na assembleia legislativa paraense, demonstrou que as cidades de Tucuruí, Marabá, São João, Conceição e Santana do Araguaia eram as regiões onde estavam concentrados os grandes projetos de poderosos grupos do sul do país tais como Bradesco, Guarantã, Volkswagen entre outros. Dizia o deputado que era necessário também observa que o projeto da hidrelétrica de Tucuruí e seu polo logístico beneficiavam de maneira bem direta o sul e o nordeste e pouco ou quase nada restava para o Pará, somente o resíduo do braço do trabalhador e o consumo um pouco maior de mercadorias das pessoas daquela região e naquele momento já existia empreendimentos de empresários do sul e outras regiões começaram a chegar e se inserir na questão do comércio de terras¹⁶¹. Para ele, a questão do comércio de terras deveria ser melhor verificada pelo governo estadual, segundo o deputado Raimundo Ribeiro de Souza, teria que se atentar mais para as questões que envolviam a preservação dos castanhais do Pará, assim como de suas madeiras e também deveria dar mais atenção ao programa de colonização que vinha acontecendo no estado¹⁶².

Para trabalhar no intuito de alcançar a discriminação e titulação de terras no Pará pelo INCRA, o deputado Oswaldo Brabo de Carvalho, pertencente ao ARENA, criou um projeto fundiário que desse conta da colonização fundiária do Pará. Existiam então 5 projetos fundiários que foram discriminados por regiões tais como projeto fundiário Tocantins com sede em Tucuruí, projeto fundiário do sul do Pará cuja sede seria em Conceição do Araguaia, projeto fundiário de São José do Araguaia com sede no município de São Miguel do Araguaia, projeto fundiário de Açailândia cuja sede seria no município de Imperatriz, estado do Maranhão e projeto fundiário Araguatins, abrangendo uma área e municípios do Estado de Goiás¹⁶³.

¹⁶¹ Anais da Assembleia paraense, 28 de setembro de 1977.

¹⁶² Ibidem

¹⁶³ Anais da Assembleia paraense, 13 de Março de 1977.

Os projetos permitiriam a discriminação de mais de 40 milhões de hectares de terra. Estes projetos não levavam em conta os povos que historicamente habitavam a região demonstrando a gestação de inúmeros conflitos relacionados à posse de terra existentes no Pará, e principalmente nas áreas que cercavam os projetos faraônicos inseridos na região tais como as hidrelétricas de Tucuruí¹⁶⁴.

Concordo com Ab'Sáber (2004) no que diz respeito a construção das rodovias na Amazônia que são uma estrutura caótica de ocupação de áreas agropecuárias em todas as partes; loteamentos de espaços silvestres; com o título de projeto de colonização no formato de “espinhela de peixe¹⁶⁵”; a ausência de extensão administrativa, associado com o empirismo e desajuste no manejo dos espaços invadido por derrubadas e queimadas; mais o total desconhecimento das consequências ecológicas dos solos e a atividades agrárias; esporádicas intervenções nas cabeceiras dos igarapés, imbricado com o modelo de exploração inadequado trouxe uma onda de conflitos intensos e complexos para dentro da Amazônia que se desdobram ainda no século XXI.

Desse modo, entendo que a década de 1970 foi um período de muitos conflitos no norte do país em função dos projetos e da visão de progresso desejado pelo governo militar em relação à região norte do país, o modelo de exploração inseridos na Amazônia não era o mesmo que a maior parte dos habitantes locais desejava. A floresta em pé ainda era a melhor maneira pela qual uma gama de sujeitos sociais da floresta tirava seu sustento, muitas das vezes por meio do extrativismo; não quero aqui fazer o leitor acreditar que as pessoas que habitavam a região viviam num Jardim do Éden, não era isso, sempre existiram inúmeros problemas sociais.

Na tentativa de preservar um modo de vida amazônida, os extrativistas do látex do Acre, por exemplo, criaram os *empates*, grupo de extrativistas que se colocavam na frente da mata para que os peões pertencentes à frente pioneira da agropecuária não derrubasse a mata. A frente pioneira liderada pelos empresários interessados na maioria das vezes em derrubar a floresta e criar gado, impondo um novo modelo de vida, colocava na reprodução do espaço regional uma forma de uso do solo e da floresta de regularização fundiária, ameaçando por demais a base territorial das condições de existência dos seringueiros. Em vista disso tiveram que resistir a tal visão (PAULA & SILVA; 2009).

¹⁶⁴ Anais da Assembleia paraense, 13 de Março de 1977.

¹⁶⁵ “As rodovias levaram a uma estrutura caótica de áreas agropecuárias em todas as partes; loteamento de espaços silvestres, sob o título de projeto de colonização, na forma de “espinhela de peixe” ausência de extensão administrativa; empirismo e desajuste no manejo dos espaços conquistados por derrubadas e queimadas (...) violentado as florestas a partir das bordas de matas voltadas para as rodovias; ramais e sub-ramais e trilhas desenham um mapa do tipo ‘espinhela de peixe’”. Ab’Sáber, 2002.

No entanto, a de se reconhecer que a Amazônia Legal como um todo não era um espaço vazio, como afirmaria Aziz Ab´Sáber (2004). Existiam grupos tradicionais, na sua maior parte habitantes de beira de igarapés e rios caboclos, beiradeiros, castanheiros, seringueiros, indígenas, negros e tantos outros. Eles tiveram e ainda tem que resistir a inserção de novos atores sociais como grandes e médios proprietários de terras, socialmente insensíveis e politicamente poderosos, ou a multiplicação das madeireiras que aos poucos adentra as florestas a partir das bordas, de forma violenta, volta-se para as rodovias e ramais, sub-ramais e a devastação segue as trilhas do tipo espinhela de peixe. (AB´ SÁBER; 2004)

Dentro desse ambiente, vários conflitos foram e são gestados, entre posseiros e índios, entre fazendeiros e posseiros, entre grupos de poder e posseiros e tantos outros, mas existe uma característica comum a todo esse processo que são os desrespeitos aos direitos costumeiros e históricos dos grupos tradicionais.

De acordo com José de Souza Martins, nas áreas de fronteira, que muitas vezes são áreas de conflitos, o direito à propriedade privada vem recoberta pelo manto do direito revertido de força, dá forma e justifica a ação dos juízes e tribunais sobre o direito costumeiro, que no fim acabam consumando graves injustiças. Quem reivindica o reconhecimento jurídico da propriedade privada não raro o faz com base na violação do privado e dos direitos sobre a terra de quem nela trabalha, e muitas vezes trabalharam por gerações; nessas regiões, o título, o documento tem uma vida autônoma (MARTINS; 1998). Essa lógica de ocupação do território amazônica, apontada por José de Souza Martins, Ab´Sáber e por outros cientes do campo das ciências humanas, pode ser identificada de forma análoga na região do Baixo Tocantins. O município de Oeiras do Pará situado na microrregião 18 do Baixo Tocantins vinha sofrendo modificações socioeconômicas, provocadas pela presença de especuladores de terras, com alguns grileiros interessados pelas terras de açaçais e fábricas de palmitos e outras empresas interessados na aquisição de terras.

Aos poucos os posseiros estavam perdendo suas terras e após esse processo iniciava-se o outro êxodo rural, ou ocorria a perda da terra e os trabalhadores passaram a ser assalariados. Em consequência desse fenômeno, acabam tornando-se mão de obra barata para as empresas ou para os grandes proprietários de terras. Outros posseiros tentavam assegurar suas terras, porém encontrava inúmeras dificuldades e pouco ou nenhum apoio das autoridades competentes, muitos desses sujeitos são surpreendidos e muitos repentinamente

veem suas terras vendidas a terceiros ou grupos empresariais tal como¹⁶⁶ o grupo empresarial Rancho Fundo que conseguiu 7 áreas de terras no rio Arioca num total de 25 mil hectares, financiado provavelmente por bancos da Bahia, o projeto seria para a plantação de cana-de-açúcar, pimenta do reino e criação de gado, as fazendas pertencentes a esse negócio eram as Olho Verde, Dourada e Iara. Existiam mais quatro fazendas totalizando sete, mas não é possível verificar o nome das demais. Os responsáveis pelos negócios eram Laércio Flávio de Araújo Rocha e Heráclito Stefani Frotté¹⁶⁷.

Outro grupo empresarial responsável por conflitos agrários seriam a Agroindústria Covari, financiada pelo Banco do Brasil, possuía, no ano de 1988, uma grande área no rio Oeiras cujos projetos seriam o cultivo de seringa, cacau, e extração da madeira. O responsável pelo negócio em Belém seria o senhor Jacinto Benigno dos Santos, que no período seria o contador da prefeitura de Oeiras¹⁶⁸. Os grupos empresariais tais como: Fazenda Stani, Agroeste, J. F. Gomes, banco Mercantil, fazenda Araticu e Copersucar, Sorger e grupo Raneko de japoneses financiado pela SUDAM, estavam envolvidos com variados projetos e alguns eram financiados pelo Banco do Brasil e lidavam com variados negócios como serraria, criação de gado, plantio de Açaí, cacau, dendê, cultivo de arroz, algodão, reflorestamento, entre outros¹⁶⁹. Além desses grupos, várias outras pessoas provavelmente do sul do país, ou mesmo de cidades próximas como Cametá e Belém, possuíam terras naquele município, todos adquiridos há mais ou menos dois anos, ou seja, entre (1977 e 1976), estas pessoas recebiam o apoio pelos governos executivos tanto estaduais quanto municipais¹⁷⁰.

Nessa realidade, muitos trabalhadores das fábricas de palmito tiveram seus direitos prejudicados, as fábricas chamadas de “Caiçara” e “Walpe” não cumpriam as obrigações com seus empregados, não pagavam os salários acertados, não se adequavam aos direitos trabalhistas que estava sendo responsáveis pela devastação de açazais daquela região¹⁷¹. Por enquanto, não temos como analisar todos os conflitos aqui apresentados, não tenho a intenção de julgar que um conflito seria mais importante em relação ao outro, por esse motivo, debrucei-me principalmente no conflito Anilzinho, de Joana Peres, com a Agroeste, e agora o conflito com o grupo de japoneses.

¹⁶⁶ Relatório sobre Grilagens no Município de Oeiras do Para, construído pela prelaia de Cametá (Oeiras do Pará, 23 de Junho de 1978.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ Ibidem.

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ Ibidem.

2.4. O conflito com a empresa Agroeste e japoneses

Ao analisar o relatório da festa do Dia do Trabalhador Rural, e a posse da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará, assim como o cronograma da missa que foi realizada nessa cidade, foi possível identificar a voz de um trabalhador rural que fazia parte do sindicato, este relatou a situação de conflito por terras tanto no norte quanto no sul. Quase todo o território do município estava sofrendo com os conflitos agrários a empresa Agroeste e no rio Prauanã, por exemplo, à margem direita estava sendo tomada pelo banco Mercantil de São Paulo e parte do lado esquerdo estava em luta entre pequenos proprietários e um grupo de Japoneses que estavam tirando lotes de terra na estrada Oeiras-Cametá. Os projetos estavam atingindo os fundos das propriedades que ficavam à margem esquerda do rio acima citado¹⁷².

Em minhas pesquisas no CENTUR, consegui em duas matérias publicadas no jornal *O Liberal* dados que confirmavam algumas dessas informações, tanto na coluna de Lúcio Flávio Pinto, com o título “Os japoneses estão vindo?”, quanto a matéria “Arraes fala aos estudantes e ouve sobre problemas de terras”. A matéria “os japoneses estão vindo?” relatava que os empresários técnicos paraenses já estavam se habituando a receber comitivas japonesas, que terminavam suas visitas apresentando planos fantásticos para a exploração dos recursos naturais da Amazônia, reconhecidamente vastos.

Um daqueles grupos há seis anos havia entregado um audacioso estudo ao então governador Fernando José Leão Guilhon, pertencente ao ARENA, que governou o Pará de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975, propondo a implantação de várias indústrias na região de influência de Belém, como se em poucos anos fosse possível atrair empresas para áreas de inexpressiva produção industrial. O que existiu de concreto mesmo foi apenas a associação de um consócio de 32 empresas japonesas com a companhia Vale do Rio Doce para produzir 320 mil toneladas anuais de Alumínio, nas proximidades da capital paraense um empreendimento que ainda não havia chegado a sua etapa executiva¹⁷³. Entretanto, naquele período os japoneses já anunciavam planos grandiosos para Amazônia e procuraram demonstrar que a partir daquele momento não se tratava de mera especulação naqueles últimos trinta dias, duas entre várias outras comitivas iniciaram os contatos que resultariam na execução de dois empreendimentos em conjunto com o governo brasileiro, esses projetos

¹⁷² Relatório da Festa do dia do Trabalhador rural e a posse da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará, 29 de julho de 1979.

¹⁷³ Jornal *O Liberal* de domingo, 9 de dezembro de 1979.

seriam referentes às parcerias com A Vale do Rio Doce e com a questão da produção de álcool¹⁷⁴.

No entanto, não seriam menos grandiosas as intenções dos japoneses quanto a produção de arroz na Amazônia. Em janeiro de 1979, o economista Saburo Okita, na época presidente do centro de pesquisa econômica do Japão, escreveu um memorando sucinto, no qual procurava demonstrar a necessidade de se elevar a médio prazo a plantação de arroz para atender um mercado consumidor crescente em todo mundo¹⁷⁵.

Racionava Okita que se uma área de 10 milhões de hectares representando 2,2 % do território amazônico fosse reservada para o plantio de arroz irrigado a produção atingiria 80 milhões de toneladas, equivalente a um quarto da produção mundial no período, vendida a 300 dólares a tonelada, geraria em exportação 24 bilhões de dólares. Mas Okita estaria interessado em um projeto menor: um milhão de hectares situada a jusante da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins para produzir seis milhões de toneladas de arroz, com rendimento de 1,8 bilhões de dólares. A proximidade com a hidrelétrica seria indispensável, porque o projeto só seria viável tecnicamente se dispusesse de grande quantidade de energia para o bombeamento da água a ser usado na irrigação¹⁷⁶.

Ao dialogar japoneses que desejavam adentrar a região com a plantação de arroz, mas encontraram resistências a sua com a documentação, é possível confirmar algumas questões sobre o conflito com o grupo de implantação, foram denunciados pelos trabalhadores rurais da região do Baixo Tocantins, em especial os moradores de Oeiras do Pará. Isso pode ser verificado na matéria publicada no jornal *O Liberal* com o título “Arraes fala aos estudantes e ouve sobre problemas de terra”. A matéria relatava um encontro com estudantes da UFPA, permitiu ao ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes¹⁷⁷, discorrer longa e profundamente sobre a situação nacional, analisando diversos plano de interesses dos estudantes¹⁷⁸.

Na sede da regional norte – II, o ex-governador de Pernambuco foi recebido pelo secretário frei Luís Pinto de Azevedo, o tema da conversa foi, principalmente, sobre a situação fundiária do Estado do Pará, e a explicação foi lhe dado por meio de mapas. Ao ser recebido na OAB, Joaquim Lemos de Souza, presidente da seccional da ordem dos

¹⁷⁴ Jornal *O Liberal* de domingo, 9 de dezembro de 1979.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ Elegeu-se governador em 1962, com 47,98% dos votos, pelo Partido Social Trabalhista (PST), apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores do Partido Social Democrático (PSD). Com a deflagração do [golpe militar de 1964](#), foi deposto.

¹⁷⁸ Jornal *O Liberal* de terça-feira de 21 de novembro de 1979.

Advogados do Brasil, secção Pará, afirmava que o ex-governador já estava informado sobre a miséria do povo paraense, então o também advogado Miguel Arraes e Joaquim de Souza voltaram a conversar sobre os problemas fundiários do estado, sendo que o ex-governador foi informado sobre um novo conflito que já ameaçava os lavradores de Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará.

Havia a presença de japoneses que pretendiam fazer uma grande plantação de arroz na região, o presidente da ordem afirmou que poderia haver tempo para buscar uma solução para o conflito de terras do estado, mesmo não pondo fim ao latifúndio. Segundo o presidente da ordem, Joaquim Lemos de Souza, os grandes latifundiários poderiam ceder um pouco de suas posses em benefício dos posseiros, pois aqueles que trabalhavam na terra também possuíam seus direitos¹⁷⁹. Interessante notar que o presidente da OAB – Pará, Joaquim Lemos de Souza, não desejava uma reforma agrária radical e imediata, seu discurso sugeria uma medida paliativa para os conflitos agrários do estado.

Um trabalhador rural do município de Oeiras do Pará criou um poema com os conflitos acima discutido e o apresentou na posse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conquistado pela oposição em 29 de julho de 1979: aqui iremos apresentar a quadrinha “O Lamento do Puanã” que fazem uma reflexão sobre os conflitos e as atitudes tomadas pelos lavradores da região. O poema foi lido em plena festa do Dia do Trabalhador, momento no qual houve a posse da nova diretoria do Sindicato. Os versos descrevem alguns perigos que aquela região estava vivenciando, sendo uma representação destes, mas na visão dos posseiros, demonstrando também o que os trabalhadores rurais estavam sentindo e pensando.

Contudo não era somente o sentimento de perda que se evidencia, mas existe também a semente de que deverá haver uma reação, pois “a terra era para quem nela trabalhava” e, nesse momento, eles se apropriam da lei, em especial o estatuto da terra, pois reconheciam que o direito era deles, e por esse direito fariam guerra, e pediam a Deus força, coragem e vontade para fazer valer os seus direitos¹⁸⁰. Aqui segue o poema:

O Lamento do Puanã

¹⁷⁹ Jornal *O Liberal* de terça-feira de 21 de novembro de 1979.

¹⁸⁰ Lamento do Puanã, poema de 29 de julho de 1979.

I
Prezados companheiros, prestem bem atenção, pois estamos aqui, para falar na situação, nosso pruanã está sendo tomado por um grande Tubarão.

II
Em 1974 passou gente medindo terra dizendo ser do projeto RADAN a então ITERPA agora estamos vendo que a história não deu certa.

III
Voltaram este ano Mês de maio fazendo pico e limite então fomos ver como a coisa era triste, pois estávamos vendidos ficando com isso aflitos.

IV
São mais de 30 famílias estão sendo atingidas todos estão ameaçados de ficar mais oprimidas e para o banco mercantil todas foram vendidas.

V
Morávamos despreocupados nas terras do Sr. Waldemar com 30 ou 40 anos sempre a trabalhar Lavrando e plantado a terra para nossos filhos criar.

VI
Até propriedades que já lhe tinham sido pagas também foram vendidas este rol de maldades o pobre que compra a terra que sofre crueldade.

VIII
Falando nas propriedades que estão sendo atingidas campo Alegre, Maranhão, Esperança e Sobrado

todos estão cientes que tem lutar um bocado.

IX
Ainda temos Patauá Vila Nova Trigueiro onde o banco chegou e desembarcou primeiro

X
Não esquecer Padeiro Surubuju Nazaré e Paraná onde o povo começa sentir o duro Penar.

XI

Boa Vista e Chaves também estão na lista Apesar do Chaves ser por Marcelino pago a vista mas o banco mercantil já foi lá fazer a visita.

XII
Essas são as propriedades vendidas por Waldemar ao Banco Mercantil que passou a nos preocupar sabemos que temos direitos e por eles vamos lutar.

XIII
Alguns companheiros também foram vendidos Moradores de Noberto, Cocal Cacaolino, Esquartel todos estão bebendo no mesmo de cálice de fel.

XIV
Dizem que as estradas trazem grande progresso ao lugar, porém para nós grande mal veio trazer Porque os Japoneses querem nossa terra ocupar.

XV
Falamos para o prefeito do caso do Japonês que entrou ano passado fazendo picos em roçados eram 12 machados e todos ficaram assustados.

XVI
O prefeito prometeu eles lá não mais voltar, pois tinha dado aos Japoneses terra não ocupada. Onde está a promessa? Nós ainda a temos guardada.

XVII
Os Japoneses voltaram disso temos certeza para tirar nosso sossego com toda sua avareza.

XVIII
A terra é pra quem trabalha diz o estatuto da Terra. Esse direito é nosso e por ele faremos guerra.

XIX.
Pedimos ao Sr. Nosso Deus Muita força, coragem e vontade para fazer valer nossos direitos diante das autoridades.

O poema é uma representação da a entrada do capitalismo por meio do projeto RADAM e da criação do ITERPA, assim como analisa os números de famílias e dos locais atingidos por esses conflitos e do tempo de ocupação na terra por essas famílias.

2.5. Os ventos do progressismo numa igreja católica da Amazônia

A congregação dos padres Lazaristas¹⁸¹ era a missão responsável pela prelazia, os clérigos eram em sua maioria de nacionalidade holandesa, muito dos quais abraçaram a causa da teologia da libertação, assim como existia o apoio da igreja progressista, houve também o apoio e a participação da FASE – Tocantins, com escritório em Cametá¹⁸², e o Sindicato dos trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará, entre outros que ajudaram nas articulações dos trabalhadores.

A congregação dos Lazaristas se fez presente em alguns lugares do Brasil, no norte, especificamente no Amazonas e no Pará, desenvolveram atividades até 2010. Em algumas cidades paraenses como Itaituba, Pacajá, repartimento, Tucuruí, Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará, Cametá, Belém e Igarapé-Miri, o desenvolvimento das atividades dos Lazaristas nessa região data de 1933. A sede de sua congregação no Baixo Tocantins era a casa de Cametá, onde era o início da estadia de alguns padres em 1936; mas os que permaneceram desse período até a década de 1980 foram somente Pedro Hermans Sr. (1938 – 1989) vigário e Padre Thiago Poels (1941 a 1986) (FRENCKEN; 2010). Abaixo segue a ilustração das localidades onde a ordem dos lazaristas trabalhou até 2010.

¹⁸¹ Congregação da Missão (Congregatio Missionis, CM), Lazaristas ou ainda Padres e Irmãos Vicentinos, é uma sociedade de vida apostólica masculina católica fundada em Paris, no dia 17 de abril de 1625, por São Vicente de Paulo (1581–1660). É composta por padres seculares e leigos consagrados (irmãos), que vivem e trabalham em comunidade e fazem os Votos de Estabilidade, Pobreza, Castidade e Obediência.

¹⁸² Localizado na Praça dos Notáveis 38, b; Relatório da FASE – Cametá do I Semestre de 1978.

NORTE - Localidades onde os padres da PFCM trabalharam ou ainda trabalham

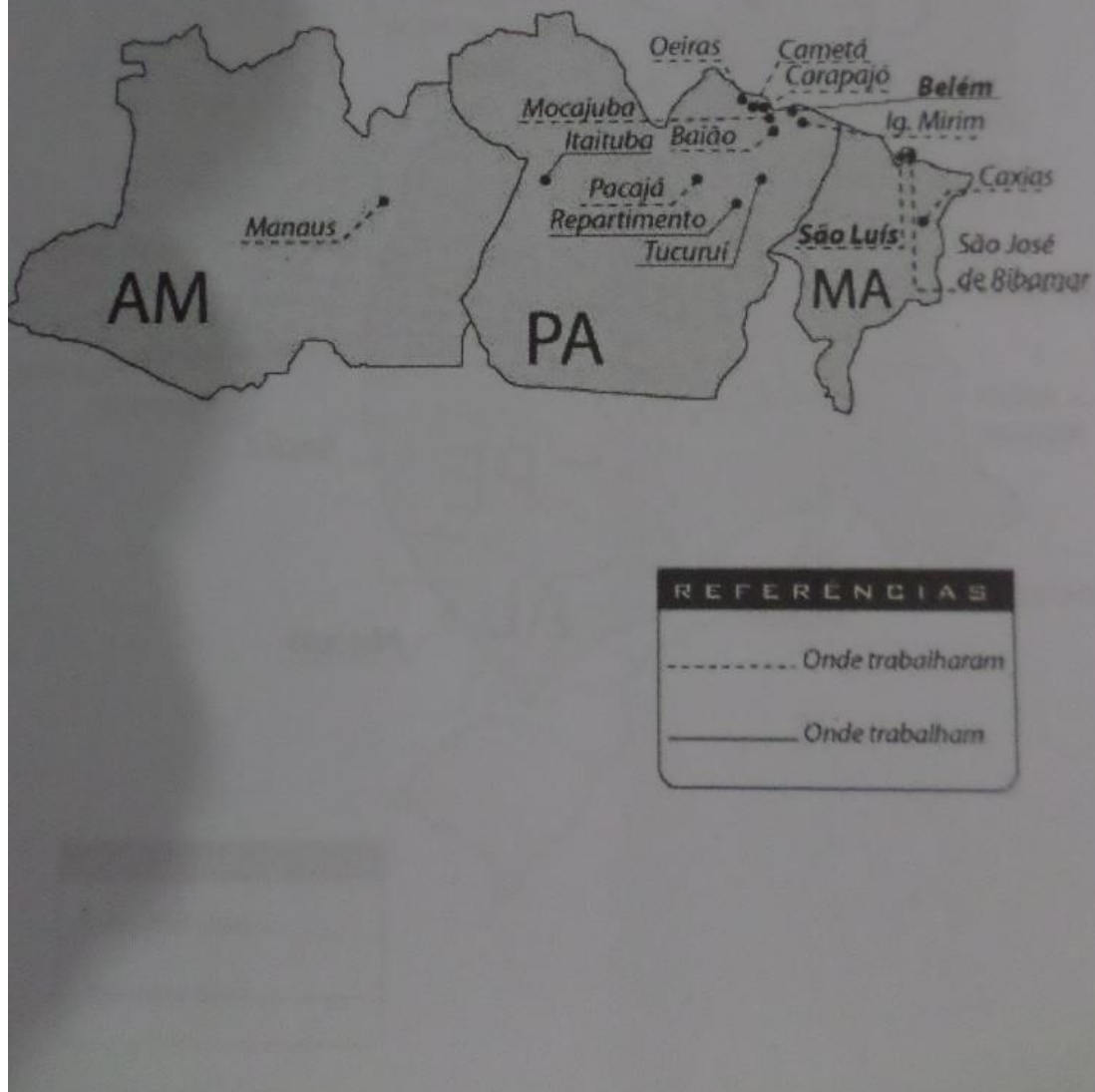


Imagem 17: Mapa das regiões onde a congregação dos lazaristas trabalha ou trabalhou no norte do país (FRENCKEN, 2010).

A Igreja Católica apostólica romana, na década de 1960, delineou suas metas de acordo com as prioridades de sua hierarquia, e dentro desse bojo ocorrem também conflitos, por isso a Igreja Católica não pode ser vista como algo uniforme. Desse modo, concordamos com Paulo César Gomes (2014), quando afirma que a igreja tem

como uma de suas principais características a necessidade de ultrapassar as diferentes conjunturas, adaptando algumas de suas tradições às realidades sem transformar os fundamentos considerados teológicos de sua doutrina.

No Brasil, a igreja estava intimamente conectada ao Estado Português, como numa relação mutualística, mas aos poucos essa relação vai tomando outros rumos. A Igreja Católica no Pará na década de 1980, em especial na região do Baixo Tocantins, teve um comportamento específico para entender as linhas pastorais adotadas a partir daquele período. É necessário compreender as linhas pastorais seguidas por alguns clérigos, com os movimentos sociais urbanos e rurais.

No município de Cametá, que também está inserida no Baixo Tocantins, as comunidades cristãs em 1967, já estavam fundada, aos poucos o ato se estendeu a todo o território prelatício. As C,Cs se instalaram na região antes mesmo das comunidades eclesiais de base se instalarem em maior parte do Brasil, talvez isso se deva a publicação das encíclicas, *Mater et Magistra* de 15 de maio de 1965 e *A pacem in Teris* de 11 de abril de 1963, estas foram reforçados pelo concílio Vaticano II (1962- 1965), pelo Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), em 1968, e também pelos encontros de Medellín e Puebla em 1979. Provavelmente esses padres tiveram contato com as ordens teológicas anteriormente citadas, e também foi o melhor método encontrado para desenvolver seus trabalhos pastorais no imenso território que era sua prelazia, a qual possuía realidades bem distintas.

No trabalho de Paulo César Gomes (2014) *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971 -1980): a visão da espionagem*, o historiador possui como tese central a vigilância da ditadura civil-militar, e com suas instâncias burocráticas que instituíram sobre os bispos denominados de progressistas que tiveram processos detalhados sobre suas atividades apostólicas, que eram consideradas subversivas ou com tendência ao “esquerdismo”. Todavia, a relação com esses membros da Igreja Católica se deu de modo diferente dos demais inimigos do regime militar, pela relação construída entre essa igreja e o Estado e também o peso simbólico que esses bispos possuíam.

O trabalho de Gomes (2014) nos faz entender em muitos aspectos o posicionamento de alguns membros do interior dessa igreja católica na conjuntura do Brasil de (1970 e 1980). O trabalho nos ajuda entender alguns posicionamentos da igreja e seus conflitos internos. Contudo há alguns pontos a ser discordado nesse trabalho, o primeiro deles diz respeito à afirmativa de que as prerrogativas do concílio

vaticano II só foram trazidas para o Brasil no II CELAM, que ocorreu em Medellín na Colômbia. De acordo com as análises documentais da prelazia de Cametá, em 1967, estava formando as comunidades cristãs e já se fazia presente às opções da Teologia da Libertação. O trabalho de Jaci Vieira (2014) também identifica um processo semelhante, ou seja, os padres da ordem da consolata em 1969, junto com indígenas articularam a chamada I Assembleia Indígena de Roraima. Portanto para esse processo ocorrer ele foi gestado antes dos encontros de Medellín.

Sobre o trabalho de Gomes (2014), a outro ponto em que diverge das minhas análises é que este não concorda com a ideia de que não se deve polarizar o termo progressista e conservador, ele não acredita que os bispos pudessem ser classificados como tais, todos iguais, eles não possuíam pensamentos uniformes em todos os assuntos, o que é óbvio de certo modo. No entanto, na questão do enfretamento a ditadura civil-militar e suas políticas agrárias, existiram clérigos que se posicionaram claramente ao lado dos pequenos trabalhadores rurais, como Pedro Casaldáliga (bispo da prelazia de São Félix) e Dom Alberto Ramos (arcebispo de Belém), que apoiou “a Revolução” de 1964 (FONTES, 2014).

Dentro desse bojo houve alguns nomes de bispos católicos envolvidos com os conflitos no campo, ou questões fundiárias que foram apontados como progressistas e ainda com tendências ao esquerdismo; segundo os órgãos de informação, são eles: Pedro Casaldáliga, dom Estevão de Avelar, dom Moacyr Grechi, os padres espanhóis Pedro Mary Sola, José María García, Leopodo Beomonte. Houve também alguns membros da Igreja Católica que estava em gestão para se tornar a chamada igreja progressista: Dom Paulo Evaristo Arns, dom Helder Câmara, dom Aloísio Loscheider, entre outros (GOMES, 2014; VIEIRA, 2014). O terceiro ponto em que há uma pequena diferença, entre o trabalho de Gomes e o aqui apresentado, é que apesar da conjuntura apontar um afastamento da Igreja Católica dos movimentos sociais na década de 1980, dentro da região analisada, eles se mantiveram e até mesmo se intensificaram, mas em 1990 eles perderam força como no restante do Brasil.

Vale frisar que no artigo de Viviane Prado Bezerra (2010), *A Igreja está ao lado da libertação experiência de uma pastoral popular no contexto da ditadura militar no Ceará*, a autora acaba por generalizar a Igreja Católica como algo único, sem conflitos, e passa a ideia aos leitores que a contribuição ao sindicalismo rural e a reforma agrária, é algo consensual, o que se torna necessário afirmar que não era.

O ultra conservadorismo que a Igreja Católica Apostólica Romana conservava em sua mais alta hierarquia nas décadas que seguiram o golpe civil-militar (1964-1985) refletiu em várias capitais do Brasil, entre elas Belém do Pará; Dom Alberto Ramos, arcebispo da diocese de Belém e defensor árduo da “revolução de 1964”, num gesto de colaboração e apoio ao governo anticomunista, denunciou seus padres acusando-os de “subversivos e perigosos” para ordem imposta pelo então governo da época¹⁸³.

Essas divergências de pensamentos poderiam ser acompanhadas no jornal *A voz de Nazaré*, analisado no período de 1978 a 1982, o trabalho mostra claramente as divergentes ideológicas sobre a formação das comunidades eclesiais de base, entre os bispos apontados como conservadores estão D. Vicente Sherer (Arcebispo de Porto Alegre), D. Geraldo Siggaud (arcebispo de Diamantina) e os tidos como progressistas: D. Pedro Casaldáliga (Bispo De São Félix Do Xingu), D. Helder Câmara (Arcebispo de Recife)¹⁸⁴.

Contudo, Dom Alberto não teve a mesma participação em outro encontro importante que resultou no chamado *Documento de Santarém* (o encontro foi realizado em maio de 1972), que demonstra que o resultado de uma reunião dos bispos da Amazônia brasileira. O objetivo dos prelados foi à revisão das práticas pastorais à luz das decisões tomadas por ocasião do Concílio Vaticano II e da segunda Conferência dos Bispos Latino-americanos em Medellín. Iniciando pelas transformações de uma aptidão até então desconhecida – sobretudo, em razão da *Operação Amazônia*, um plano de integração e exploração da região foi concebido pelo regime militar (no poder desde 1964). A pesquisa demonstrou as reflexões dos bispos da Amazônia que escolheram os conceitos da encarnação e libertação para reinterpretar a atuação da Igreja Católica nesta região do Brasil; marcada pela implantação de grandes projetos de cunho estratégico e socioeconômico, e quais os meios e diretrizes iriam tomar a partir daquele momento em relação aos princípios de evangelização com os povos da Amazônia (ARENZ & VASCONCELOS, 2014).

De acordo com Geraldo Frencken (2010), foram criados Institutos Teológico-Pastorais, como o CENESC (Centro de estudo do comportamento Humano) em Manaus, em 1971, e o IPAR (Instituto de Pastoral Regional) em Belém ainda no mesmo ano. Em 1968 havia dado início ao ITER (Instituto de Teologia Regional) no Recife, o

¹⁸³ COIMBRA, Oswaldo *op cit.*

¹⁸⁴ SANTOS, Deyse. **A Igreja dos Pobres e Movimentos Urbanos: a atuação das CEBs nos movimentos de bairros de Belém** (Décadas de 1970 e 1980).

objetivo essencial desses órgãos era oferecer formação a seminaristas, religiosos e lideranças comunitárias que estivessem em consonância com o conselho vaticano II e o CELAM em Medellín; esses órgãos formativos eram instrumentos burocráticos para colocar em práticas as diretrizes da igreja naquela conjuntura, e tinha como finalidade cumprir as metas decididas no concílio Vaticano II.

Em 1979, houve o início da aplicação das diretrizes de Puebla no estado do Amapá e do Pará, não que estas não fossem adotadas antes, mas a partir do dia 11 a 14 de setembro, após um encontro em Belém, os dois estados utilizaram algumas prerrogativas levando em conta as classes menos favorecidas da população, segundo esse relatório, duas vezes entraram em tal reunião: a do pobre e a de Deus, para que a Igreja se colocar em favor dos menos favorecidos¹⁸⁵. A carta resultante desse encontro foi publicada no periódico *A Voz do Lavrador* em outubro de 1979, o jornal que pertencia ao STR de Oeiras do Pará.

Os relatórios do encontro entre os padres do Amapá e do Pará reunidos em Belém acreditavam ser evidente que a situação do pobre estava cada vez mais complexa, pois muitos camponeses foram expulsos ou estavam sendo ameaçados de perderem sua terra, pois estavam sendo perseguidos pelos patrões e pelas grandes firmas¹⁸⁶. Os documentos indicam as reais problemáticas de 1970 como os baixos salários dos empregados e o aumento da inflação, a problemática dos sem teto, sem condições de vida digna para viver, tudo isso associado à concentração de renda e de terra, sem contar as pressões sobre os bispos, padres, irmãs, advogados e líderes da comunidade que davam apoio à luta, sendo que a polícia em alguns lugares se posicionava contra o povo que começava a se organizar¹⁸⁷.

No Pará, na Prelazia de Cametá assim como em sua capital Belém¹⁸⁸, a Teologia da Libertação foi difundida e alvo de perseguições por parte das elites locais e pela parte do clero conservador¹⁸⁹. A Prelazia de Cametá, cuja sede localiza-se a margem esquerda do rio Tocantins, na cidade de Cametá, distante em linha reta 150 km de Belém do Pará¹⁹⁰, a teologia foi difundida, pelo corpo clerical da época (final da década 1960 - 1991), em sua maioria eram naturais da Holanda, como já foi explicado

¹⁸⁵ Relatório do Encontro ocorrido entre 11 a 14 de setembro de 1979, entre os bispos do Amapá e Pará, pesquisado nos arquivos da Cúria de Cametá.

¹⁸⁶ Relatório do Encontro ocorrido entre 11 a 14... op. cit.

¹⁸⁷ Relatório do Encontro ocorrido entre 11 a 14... op. cit.

¹⁸⁸ COIMBRA, Oswaldo *op cit.*

¹⁸⁹ FAVACHO, José Coutinho. *op cit.*

¹⁹⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cidades, 2007.

anteriormente e os que se encontravam na região prelatia possuíam ideais “libertários que casava a melhora de vida da população com reino cristão na Terra”¹⁹¹, premissas da Teologia da libertação. O mapa abaixo indica as paróquias e as áreas pastorais que faziam parte da prelazia de Cametá Bagre, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Igarapé-Miri, Cametá, Carapájo, Mocajuba, Baião, Itaituba, Pacajá, Repartimento e Tucuruí.

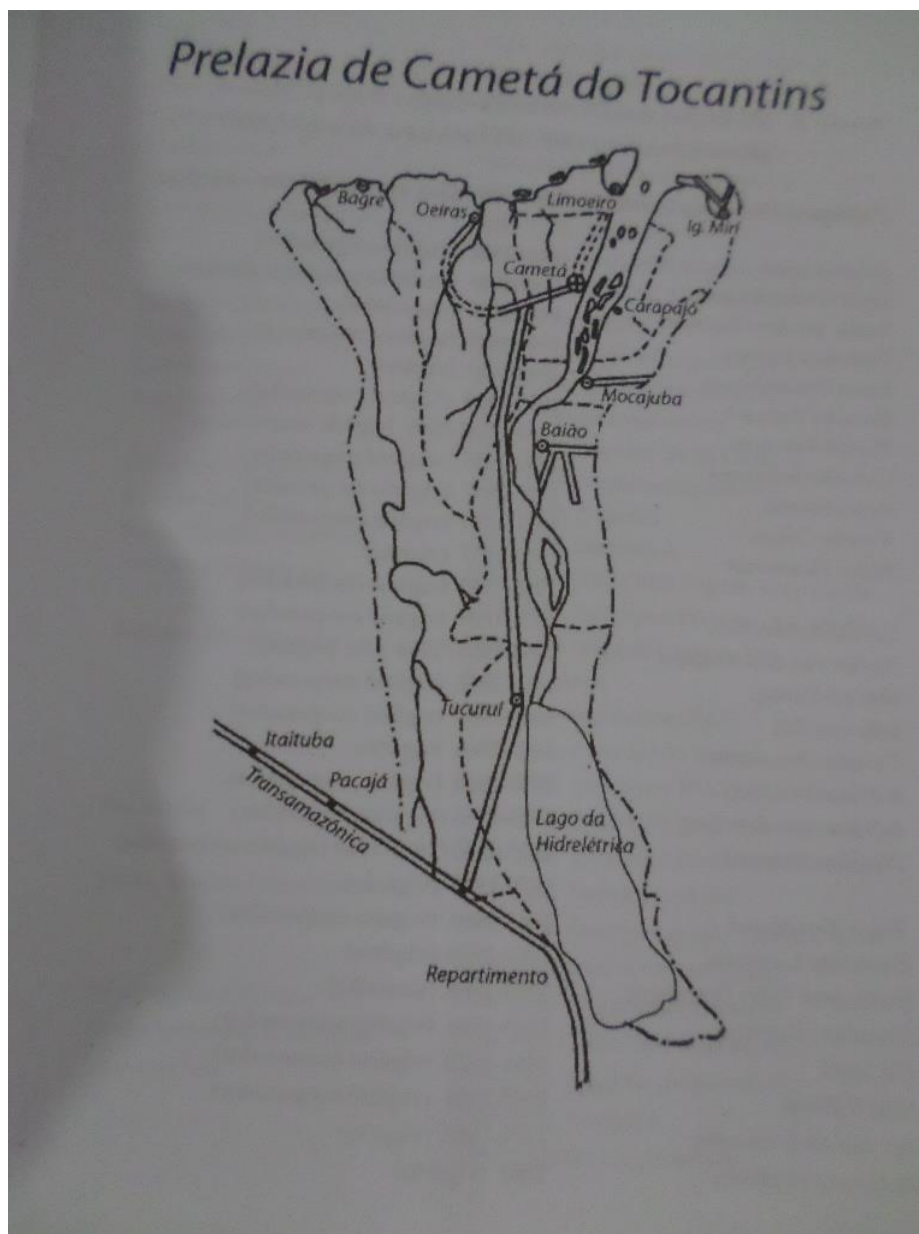


Imagem 18: Mapa da Prelazia de Cametá em 1980 (FRENCKEN, 2010).

Segundo os entrevistados Carlos Shafashek Neto¹⁹², ex-Padre da época, e João Evangelista¹⁹³, secretário da cúria, a prova do posicionamento da Igreja Católica

¹⁹¹ LAZARISTAS, Na Região Norte-Nordeste 1954-2006. Ed. Lazarista, 2006.

¹⁹² SHAFASCHEK, Carlos. Ex-padre e funcionário da Prelazia. Entrevista realizada em 03/03/10.

¹⁹³ EVANGELISTA, João. Ex-Secretário e Ex-animador de Comunidades da Cúria de Cametá. 16/03/10.

progressista se encontrava nas atitudes do administrador apostólico Pe. Henricus Riemslog, quando declarou em uma carta aberta o total apoio da prelazia a criação da Lei Anilzinho:

A mensagem destinada aos amigos lavradores das comunidades cristãs da Prelazia de Cametá, era seguindo de tristeza e ansiedade a história de violência e maus tratos contra os lavradores da Prelazia, se protestava contra todas as injustiças, especialmente porque quando o posseiro expulso de sua terra não recebia indenização ou outra terra onde poderia recomeçar sua vida se destinava a marginalização¹⁹⁴.

A Igreja estava dando total apoio aos trabalhadores e permanecia levando a voz contra essas injustiças sendo que não poderia ficar calada quando o próximo sofria e não assistia quem o defende-se, foi contra essa falta de direito do homem de respeito à dignidade humana, que a Igreja apoiava a união dos fracos, sendo que nas horas de lutas era demonstrando a força dos pequenos.

Na condição de administrador apostólico Pe. Henricus Riemslog apoiava totalmente a criação da lei Anilzinho. Na ocasião do encontro o administrador relatou que acompanhava todos os colonos a reivindicarem os seus direitos de indenização, a luta por suas propriedades, o movimento pela oposição sindical. O sindicato dos trabalhadores rurais de Baião e os lavradores, e aos movimentos em primeiro de maio e dia 25 de julho, todos esses posicionamentos foram afirmados em carta aberta as autoridades e ao povo. (Carta aberta da prelazia assinada por Pe. Henricus Riemslog em 1979)

O bispo Dom José Elias Chaves, que assumiu a prelazia de Cametá em 1980, tomou a posição de enfrentamento e, por algumas vezes, enfrentou críticas das oligarquias locais em função da opção preferencial pelos mais humildes, essa atitude pode ser encontrada na carta de apoio da prelazia de Cametá, e também poderá ser confirmado nas publicações do bispo Dom José Elias Chaves. Na carta de apresentação de 24 de outubro de 1980 e na mensagem de natal do bispo percebe-se seu posicionamento que indicava sua ação pastoral. O bispo afirmava que, embora fosse bispo para todos e de todos, revelava que, de acordo com a orientação de Puebla e de sua congregação, teriam as suas preferências aqueles que fossem mais pobres, mais necessitados, mais oprimidos, mais sofredores, pois estes representavam ao Cristo; a esses ele mandava sua primeira bênção de pastor¹⁹⁵.

(...) Com entusiasmo e dedicação irei trabalhar aí com vocês e para vocês. O Bispo, como bom pastor, é aquele que vai à frente chamando e orientando os seus irmãos na consecução do reino de Deus, que também é nosso, reino que já começa neste mundo e tem sua consumação, para cada um de nós, ao término de nossa peregrinação terrestre. Por isso ao Bispo compete dar aos seus irmãos o exemplo de trabalho e de vida, (...) para isso o pastor precisa conhecer seu rebanho, as suas necessidades, as suas aspirações estar sempre em seu meio e a seu lado. É justamente o que procurarei fazer: lá estarei sempre onde for requerida a minha presença, a minha ajuda, a minha orientação.

¹⁹⁴ Carta aberta a população da Prelazia de Cametá redigida pelo Pe. Henricus Riemslog, em 1980.

¹⁹⁵ INFORMATIVO da Prelazia de Cametá. Número 7 de 1980.

Embora seja Bispo para todos e de todos, permitam-me revelar-lhes que, de acordo com as orientações de Puebla e o espírito de nossa de congregação que “o senhor enviou para evangelizar os pobres”, terão sempre as minhas preferências aqueles que forem mais oprimidos, mais sofredores, pois representam ao vivo Cristo em sua Paixão e agonia... A esses, desde já, envio com todo o carinho a minha primeira saudação fraterna, a minha primeira bênção de pastor amigo¹⁹⁶.

Ao contrário de Dom Alberto Ramos bispo da arquidiocese¹⁹⁷ de Belém e do bispo da diocese de Abaetetuba¹⁹⁸ que não se assumia diretamente enquanto partidário da Teologia da Libertação, Dom José Elias foi firme em seu enfrentamento contra as oligarquias locais e também contra os governantes, os grandes projetos e as oligarquias do Baixo Tocantins, em especial à área de atuação da Cúria de Cametá¹⁹⁹.

Para alimentar as articulações dentro da Amazônia, os informativos tiveram papéis essenciais, cada prelazia ou diocese possuía o seu, em Abaetetuba era chamado de poronga, O Grito da PA 150 (Marabá), Mensageiro Cristão (Acará) e Lamparina (Santarém) (PEREIRA, 2008; MATA, 2004; LINS, 1994). Na Prelazia de Cametá era simplesmente chamado de informativo das *Comunidades Cristãs*. Dentro desse periódico é possível identificar elementos, ou melhor, temáticas que foram amplamente discutidos na Igreja até o período em análise (1977-1991) e verificar que a postura, do corpo clerical que compunha a prelazia era aguerrida e crítica e levava a público por meio de seus jornais em que eram feitas as denúncias contra as oligarquias locais²⁰⁰, fornecendo instrumentos para população se estruturar, defender seus direitos, como a organização das comunidades cristãs (CC'S), as cantinas comunitárias. Os projetos agrícolas, plantações de guaraná e pimenta-do-reino, a tomada dos sindicatos dos trabalhadores (STR's) da mão dos “pelegos²⁰¹”, a organização partidária, os cursos de formações, e organização contra as possíveis consequências advindas da barragem de Tucuruí²⁰².

¹⁹⁶ INFORMATIVO da Prelazia de Cametá. Número 7 de 1980.

¹⁹⁷ COIMBRA, Oswaldo *op cit*.

¹⁹⁸ SACRAMENTO, Elias Diniz. *As almas da terra a Violência no campo paraense*. Belém: [s/e], 2002.

¹⁹⁹ A referência se faz às várias correspondências políticas e atos de reuniões analisados nos arquivos da Prelazia.

²⁰⁰ Proprietários de terras, comerciantes de médio e grande porte, assim como representantes do poder executivo e descendentes de ex-políticos locais.

²⁰¹ Pessoas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas que na visão dos sujeitos aqui analisados defendia a causa dos patrões e não da categoria.

²⁰² Referência aos informativos da década de 1970 – 1991, em especial ao número 04, 06 e 07 de junho de 1979.

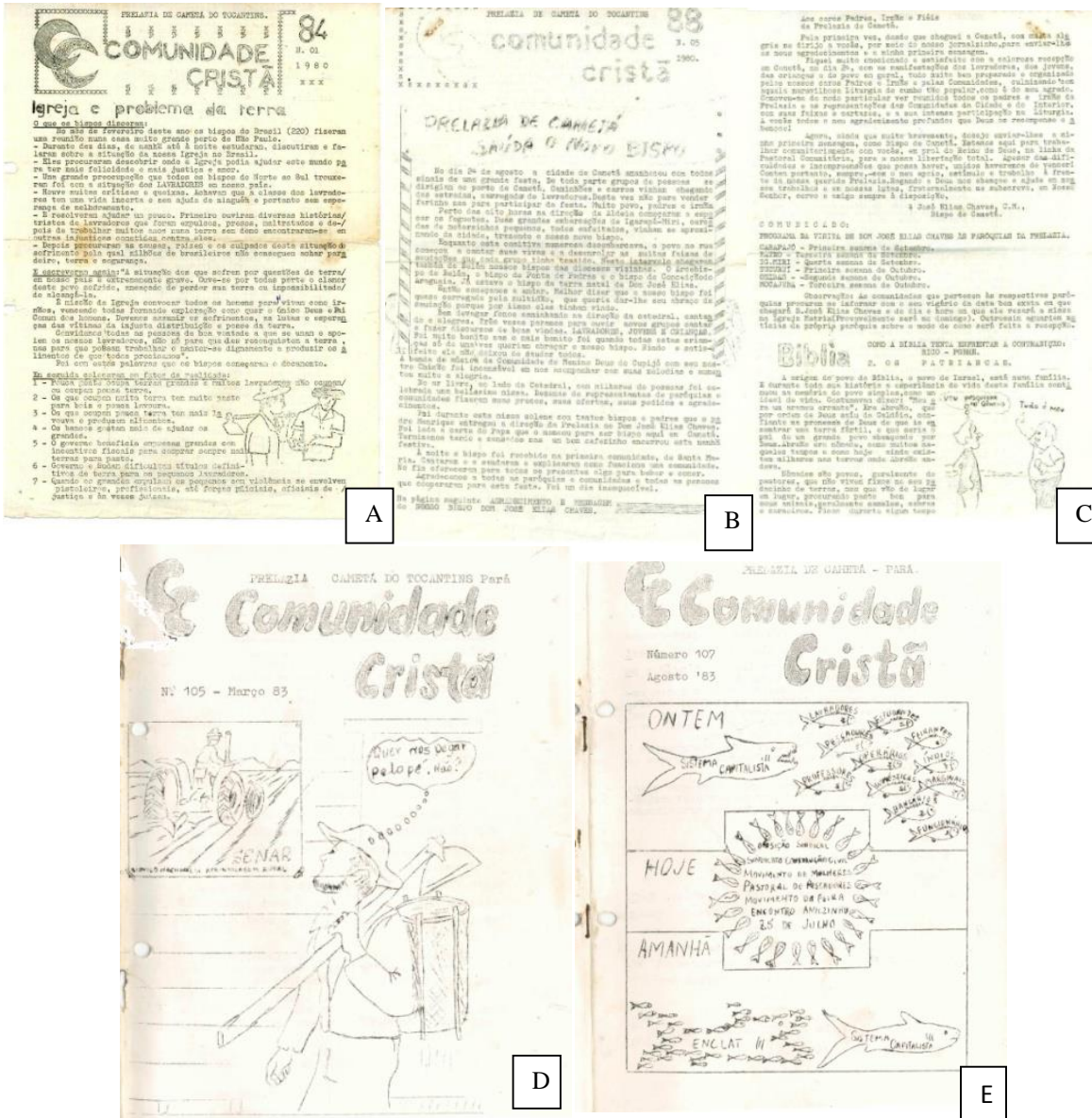


Imagem 19: Jornais (informativos) e revistas das comunidades cristãs da prelazia de Cametá 1980. A) jornalzinho nº 1 de 1980 “Igreja e problema da Terra”. B) informativo nº 5 de 1980 “prelazia de Cametá saúda o novo bispo”. C) verso do informativo nº 5 com a mensagem do “novo” bispo ao povo da prelazia, em que se pode notar a coluna “como a bíblia tenta enfrentar a contradição rico-pobre. D) e E) Capas das revistas das C’Cs de 1983. Acervo da Diocese de Cametá.

As imagens A, B e C dizem respeito às edições dos periódicos *Comunidades Cristãs* que fazem parte do acervo da diocese de Cametá. O “A” expõem as opiniões de como a Igreja Católica progressista analisava a questão da terra no Brasil, a então prelazia divulgava um documento oficial da CNBB para as comunidades cristãs que, em sua grande maioria, localizava-se nas zonas rurais (dos municípios que faziam parte da prelazia em questão). No periódico “B e C” é possível verificar a matéria sobre o dia da acolhida do novo bispo. A Imagem “D” revela um trabalhador rural com seus

instrumentos de trabalho como inchada, e o conhecido “paneiro-de-perna” próprio para carregar a colheita da roça. O homem do campo vê a cena do que seria a plantação de uma monocultura em larga escala. O trabalhador rural faz a reflexão “Querem nos pegar pelo pé, não?”; esta induz a acreditar que seus adversários buscavam formas de se apropriar da terra que pertencia, provavelmente, aos posseiros, portanto ele usava a metáfora para indicar que a categoria também estava atenta para “as artimanhas” do agronegócio. A imagem “E” expõe por meio de uma linha do tempo como a organização dos trabalhadores deveria acontecer; no “ontem”, os peixes pequenos que simbolizavam os camponeses, pescadores, estivadores, professores, operários, feirantes, índios, bancários e outros assalariados, eram perseguidos pelo “grande tubarão”, que simbolizava o sistema capitalista. No “hoje”, os peixes pequenos se organizavam por meio da oposição sindical; do sindicato combativo; movimento de mulheres; pastoral dos pescadores; movimento da feira; encontro Anilzinho em 25 de julho. Desse modo representaram o “amanhã” em que os “pequenos peixes” iriam se organizar e formar um peixe grande o suficiente para engolir o tubarão.

Os destaques das matérias dos jornaizinhos indicam o teor progressista de suas matérias e sua postura diante dos movimentos sociais. Uma das iniciativas da Igreja progressista no Baixo Tocantins foi fornecer instrumentos reais que chegasse à contestação e a resistência por parte da população contra as oligarquias. No ano de 1979, foi ministrada para 1300 pessoas um curso de formação de lideranças, a maioria delas nunca haviam feito curso algum na vida, foram produzidas também as cartilhas contra a barragem de Tucuruí e treinamentos para técnicas de enfermagem. Foi tratada a formação ideológica com o conhecimento de cunhos marxistas para os animadores comunitários; estas foram algumas iniciativas criadas para que os menos favorecidos se tornassem livres da “opressão do barão”, por isso foram organizados inúmeros encontros de formação de lideranças. Nesses encontros, destacam-se a valorização do Dia do Lavrador, 25 de julho, como meio de aglutinar os trabalhadores rurais²⁰³.

As iniciativas de organização surtiram efeito, pois o encontro de lavradores e a formação de lideranças que ocorreu em Cametá em 1979 foram fundamentais²⁰⁴ para que os lavradores de Moju se organizassem na tomada dos sindicatos das mãos dos “pelegos” e se colocassem na linha de enfrentamento contra a firma agroexportadora Reasa. O processo culminou com a morte de um vereador, que ameaçava com seu

²⁰³ Referência ao Informativo número 5, da Prelazia, novembro de 1979.

²⁰⁴ SACRAMENTO, Elias Diniz. *op cit.*

projeto expansionista o único bem dos lavradores da região: a terra (SACRAMENTO, 2009).

Outra região onde houve luta pela terra foi na transamazônica, a organização dos moradores da Vila de Arraias²⁰⁵ em torno da conquista de suas posses, e na formação da própria comunidade, que baseou-se na lei Anilzinho, para continuar a sua luta. Entretanto é quase impossível não analisar a participação da Igreja, ou melhor, da Igreja progressista²⁰⁶, e nota-se, portanto, o respaldo que a prelazia através da lei Anilzinho possuía em outras regiões.

No entanto, essa opção pelos pobres trouxe embutida uma lógica de perseguição e tentativa de assassinatos, como também a desmoralização do clero atuante nas questões dos conflitos sociais, na paróquia de Moju, pertencente à diocese de Abaetetuba, a Igreja progressista ficou muito evidenciada na figura do Pe. Sérgio Tonetto, que sofreu ameaças de morte e um atentado no rio alto Moju por conta de sua opção pastoral, na linha de defesa dos menos favorecidos²⁰⁷, assim como os padres da Cúria de Cametá

Os padres holandeses que faziam parte da prelazia foram alvo de perseguições e não eram bem vistos pelas oligarquias locais, como o exposto em um panfleto da década de 1980 “Igreja de satanás” que denunciava as possíveis atrocidades da Igreja contra a moral familiar, conservadora cametaense:

²⁰⁵ Atual município de Jacundá. SANTOS, Edileuza dos. *Vila Arraias: espaço de sobrevivência, morte e núcleo de organização na luta pela terra na PA-150 (1970-1985)*. Belém, 2007.

²⁰⁶ SANTOS, Edileuza dos. *Vila Arraias: espaço de sobrevivência, morte e núcleo de organização na luta pela terra na PA-150 (1970-1985)*. Belém, 2007.

²⁰⁷ SACRAMENTO, Elias Diniz. *op cit.*

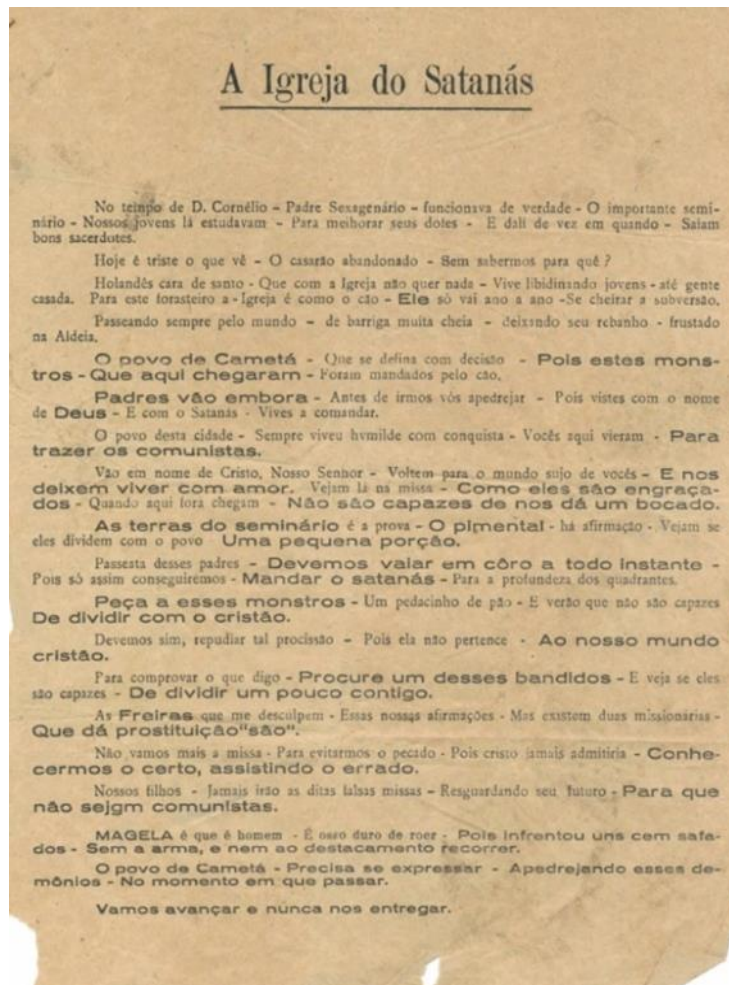


Imagem 20: Documento “Igreja do Satanás” jogado em Cametá no ano de 1980. Acervo da diocese de Cametá.

O povo de Cametá – que se defina com decisão – **pois estes monstros – Que aqui chegaram** – foram mandados pelo cão. **Padres vão embora** – antes de irmos vós apedrejar – pois viestes com o nome de **DEUS** – E com o Satanás – vives a comandar. O povo desta cidade sempre viveu humilde com conquistas- vocês aqui vieram- **para trazer os comunistas**. Vão em nome de Cristo, nosso senhor- voltem para o mundo sujo de vocês – **e nos deixem viver com amor**²⁰⁸.

O texto feito com rimas demonstra o descontentamento e a indignação pela presença de algo que incomodava os autores do panfleto, que foi jogado pela cidade inteira, assim se tornara evidente o temor existente contra os comunistas como se estes fossem a última “encarnação do mal na terra”²⁰⁹. Entretanto isso fazia parte da campanha militar do período do golpe, criar um ambiente de terror em que a ameaça comunista deveria ser combatida a qualquer custo. A questão da identidade que era atribuída ao corpo clerical da época estava em cheque, pois além deles se assumiam progressistas, a favor dos movimentos sociais, os seus inimigos também os viam

²⁰⁸ Aqui a referência ao panfleto Igreja de Satanás, jogado pela cidade em 1980.

²⁰⁹ Panfleto de Satanás jogado em Cametá, 1980.

pertencente a tais movimentos. Outro documento com conteúdo semelhante, distribuído em Igarapé-Miri, foi o pasquim “CUIDADO COM ELES” no sub-título do documento, os autores buscam associar a questão do comunismo e a subversão, acusando os padres holandeses de serem agitadores²¹⁰.

No primeiro parágrafo do referido panfleto, os autores reclamam que as argumentações dos padres, no momento da homilia, ofendiam o presidente da república, na pessoa de João Figueiredo que era “legalmente” constituído, não respeitando o sentimento de todos os que estavam presente na Igreja. As acusações prosseguiram, acusando os padres holandeses em “querer implantar” a violência e a subversão em Igarapé-Miri, o pasquim afirma que eram egoístas, uma vez que cobravam pela certidão de batismo, missas e batizados, cobravam um alto preço e ficavam com a arrecadação das festas religiosas e, para finalizar, o pasquim os autores afirmam que os padres iriam para Holanda passear por seis meses com a renda da festa de Nossa Senhora de Santana e condenavam a paróquia por não fornecerem serviço de “assistência social, ambulatório médico, serviço de odontologia (...) entre outros serviços”²¹¹.

²¹⁰ Panfleto “CUIDADO COM ELES” de 1980, jogado em Igarapé-Miri.

²¹¹ Ibidem.

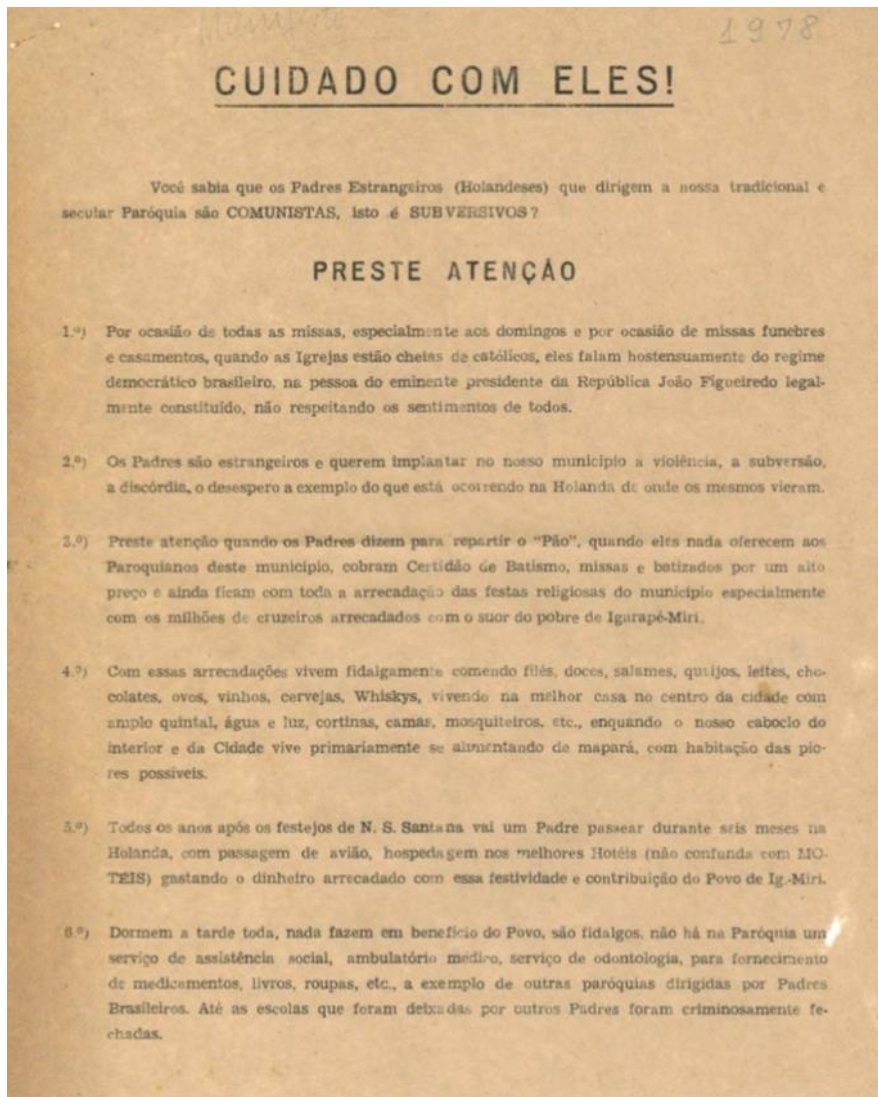


Imagem 21: Documento “Cuidado com eles” jogados em Igarapé-Miri”1978. Acervo da diocese de Cametá.

Apesar de todo aparelho repressor do Estado combater as ideias progressistas, quase sempre havia destaques para algumas figuras que iam de encontro a esse projeto, uma das figuras necessita de destaque nesse trabalho que já foi citado anteriormente, mas sem a devida atenção: é Dom José Elias Chaves. Por sua postura progressista, Dom José Elias Chaves sofreu retaliações como já foi mencionado; no caso do panfleto *Comício. Sacro Anônimo, porém verdadeiro, boletim N. 1* de 1981, que criticava o encontro de trabalhadores rurais ocorrido em Cametá, acusando-os de serem subversivos e perigosos. O texto dizia que o Dia do Trabalhador Rural em Cametá teve

de tudo um pouco: lavradores e encomendados políticos, religiosos e muitos barbudos estranhos, os quais incomodavam os autores, anônimos do panfleto²¹².

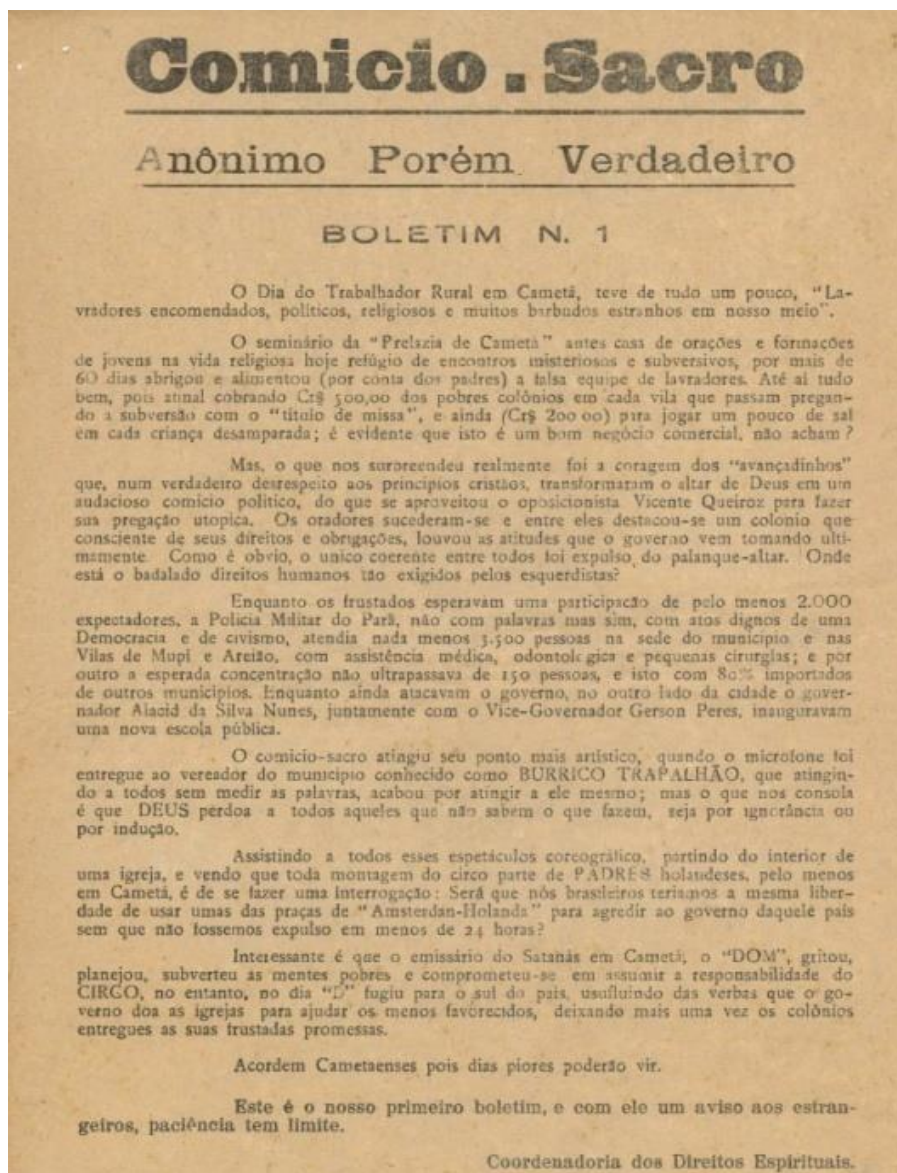


Imagem 22: Documento "Comício. Sacro, Anônimo porém verdadeiro, boletim N. 1" de 1981. Acervo da diocese de Cametá.

O documento continua as denúncias dessa vez contra os padres que abrigaram e alimentaram a "falsa equipe de lavradores em encontros subversivos e misteriosos no seminário são Vicente de Paulo". Chamavam o "DOM" de emissário de Satanás, pois este subvertia mentes e contestava as pessoas de "boa conduta". Provavelmente a acusação era contra o bispo de Cametá, que no período era Dom José Elias Chaves. O

²¹² Aqui a referência é ao panfleto "Comícios Sacro. Anônimo, porém verdadeiro, boletim, n. 1", de 1981, jogado pela cidade, ameaçando ao clero e criticando a Dom José Elias Chaves.

panfleto em questão terminava como uma ameaça contra o clero estrangeiro, que paciência tinha limites e a dos autores do texto estava terminando²¹³.

Dom José Elias Chaves respondeu as ameaças e críticas em sua homilia da festividade de São João Batista no dia 24 de junho de 1981, dizendo que na cidade de Cametá as incompreensões estavam em excesso tais como as incompreensões e manobras, como foi o caso dos panfletos anônimos espalhados pela cidade (exposto acima). O bispo acreditava que existiam pessoas que estavam inconformadas e incomodadas com a consciente opção de defesa aos pobres, dos oprimidos, dos injustiçados feitos pela Igreja Progressista de Cametá, por isso ele assumiria uma atitude sadiamente crítica e esclarecedora dos fatos, dos acontecimentos, apesar das irregularidades daqueles que tudo faziam para não perder a posição social que ostentavam. A atitude tomada por ele era de não responder a interlocutor “invisível”, a um anônimo que não tinha coragem de se identificar diante de seu povo. Logo, o prelado José Elias termina de responder ao panfleto afirmando que estava aberto ao diálogo para esclarecimento a quem quer que fosse, pois disse, em sua primeira mensagem ao povo, era bispo de todos e para todos, mas sua opção era pelos pobres²¹⁴.

(...) no decurso dos últimos anos, tem havido tantos conflitos, perseguições e calúnias contra os nossos Bispos, padres e leigos que, seguindo as orientações oficiais da Igreja no Concílio Vaticano II e nos documentos de Medellín e Puebla, se puseram decididamente a favor dos pobres e contra toda a sorte de injustiças e opressões; e, daí, vilipendiados, injustiçados, perseguidos e até expulsos do país...

Também em nossa Prelazia, mesmo em nossa cidade de Cametá, não tem faltado essas incompreensões e manobras excusas, por exemplo, através de panfletos anônimos espalhados pela cidade, incomodados que estão alguns com a nossa Ação pastoral: Conscientemente optamos pela defesa dos pobres, dos oprimidos, dos injustiçados, e, por isso, teremos sempre que assumir uma atitude sadiamente crítica e esclarecedora dos fatos, dos acontecimentos e das irregularidades daqueles que tudo fazem para não perder a posição que ostentam... No último panfleto, espalhado recentemente na cidade, o autor esconde-se no anonimato, numa atitude típica de quem atira a pedra, mas esconde a mão(...)²¹⁵

O pontifício entrou em vários enfrentamentos com os governantes regionais e locais, foi o caso do analisado nas correspondências política para o então senador Jarbas Passarinho, acusado de fazer parte da união Democrática Ruralista, UDR, União Brasileira dos Empresários (UBE) e de votar contra as constituintes do povo, e fazer

²¹³ Aqui a referência é ao panfleto “Comícios. Sacro. Anônimo porém verdadeiro, boletim, N. 1”, de 1981, jogado pela cidade, ameaçando ao clero e criticando a Dom José Elias Chaves.

²¹⁴ Aqui a referência se faz a Homília, pronunciada pelo bispo de Cametá na festa de São João Batista (24-06-81), que foi distribuída às comunidades da Prelazia a fim de que todos tomassem conhecimento do seu texto integral (Arquivo da Prelazia).

²¹⁵ Festa da Homilia de São João Batista de 1981.

parte do “centrão”, ser reacionário e ir de encontro às aspirações dos pobres que o elegeram. O senador responde as reivindicações no mesmo documento no canto superior direito, em um breve manuscrito com o seguinte posicionamento, devolvia a carta, por que esta, segundo o então senador Jarbas Passarinho, estava repleto de erros por dizer inverdades. O senador afirmava também não ser do “centrão”, mas poderia selo e terminou assegurando não ter ligação com UDR, nem com a UBE, muito menos com qualquer multinacional, exceto a Petrobrás²¹⁶.

A carta em questão foi o resultado de uma assembleia anual que ocorreu em Cameté em 09 de janeiro de 1988, onde as principais lideranças comunitárias (bispo, padres, freiras, animadores de comunidades, catequistas, jovens de agente pastoral e comunitários), formando um grupo de 112 pessoas, acusavam o então senador Jarbas Passarinho e o deputado estadual Gerson Peres, de trair o povo com seu posicionamento de defesa ao latifúndio e as prerrogativas do modelo neoliberal, no grupo “centrão”, na assembleia constituinte, o documento foi assinado por Dom José Elias Chaves²¹⁷.

No caso do deputado estadual, Gerson Peres, ao responder o documento, foi bem mais profundo, pois fez um documento de quatro paginas, justificando as acusações que lhe eram feitas, e que se sentia ofendido e chamava o bispo de seu pastor e pedia que mudasse logo de comportamento com suas ovelhas, pois enquanto Cristo chamava suas ovelhas ao rebanho, o prelado as afugentava pela pressão e pelas inverdades. Como estava procedendo no episódio da constituinte em questão, acusava a Dom José Elias de ser reacionário e condutor de medidas radicais e conseqüente antipopulares. O senhor Gerson Peres pedia perdão pelo extravasamento e justificava que a atitude era fruto de sua sinceridade, uma vez que não havia gostado da maneira indelicada, pressionadora, insultuosa, antidemocrática e anticristã como o bispo interpretou o pensamento de uma assembleia que nesse dia resolveram julgá-lo, contrariando a máxima evangélica e o fizeram, com certeza, sem a presença de Deus²¹⁸.

Portanto é perceptível a preocupação que o então deputado tem em relação ao bispo e sua insatisfação com o pastor. É de conhecimento da população cametaense que o senhor Gerson Peres desde o período do golpe civil-militar teve muita influência

²¹⁶ Cf. Correspondência política entre Dom José Elias Chaves e o então senador Jarbas Passarinho, o documento trata de uma carta reivindicatória resultada de uma Assembleia destinada ao senador, assinado pelo reverendíssimo, o senador responde num manuscrito no canto direito (Carta enviada 09-01-88 e respondida em 08-02-88).

²¹⁷ Ibidem.

²¹⁸ A referência se faz a correspondência política oficial entre o então Deputado Gerson Peres e Dom José Elias Chaves, Dezembro de 1984.

política na região do Baixo Tocantins, podemos inferir que possivelmente o ex-vice governador e então deputado estava insatisfeito, porque de algum modo o seu domínio político estava ameaçado, o político afirmava que os demais pastores que haviam passado na Igreja Católica em Cametá nunca tinham afugentado seu rebanho²¹⁹.



Imagem 23: O povo recebendo Dom Jose Elias Chaves no porto de Cametá em 24 de outubro de 1980. **Fonte:** A) Ao lado esquerdo do bispo o Pe. Thiago Poels pároco do Município de Baião que deu amplo apoio a construção da lei Anilzinho e B) Dom José Elias cumprimentando o povo, acervo da Prelazia de Cametá.

A foto mostra padre Thiago Poels, pároco de Baião, que deu apoio à construção da Lei Anilzinho e a chegada de Dom José Elias Chaves. A influência da Teologia da Libertação na Prelazia de Cametá se fez sentir de maneira prática por meio de algumas iniciativas tomadas pelo corpo clerical, como os projetos agrícolas familiares, as cantinas comunitárias, o total apoio ao Dia do Trabalhador, apoio ao movimento dos desapropriados, o incentivo pela criação do PT em algumas cidades da Prelazia e do Baixo Tocantins, assim como a preocupação com as problemáticas advindas da hidrelétrica de Tucuruí e finalmente a luta pela conquista da direção dos sindicatos²²⁰ e na construção da Lei Anilzinho.

2.6. Os projetos desenvolvidos pelos padres lazaristas

Um dos vários projetos desenvolvidos foi a formação de cantinas comunitárias que seria, na visão dos padres lazaristas, um primeiro passo para os lavradores se defenderem da exploração de seu trabalho, mas existiam projetos mais ousados após a abertura de cantinas, logo deveria haver também a formação de cooperativas, dirigidas pelos próprios trabalhadores, pois, segundo os trabalhadores, essas cooperativas seriam

²¹⁹ Refere-se ao mesmo documento, porém certos comentários estão manuscritos.

²²⁰ Relatório do 4º Encontro de Animadores da Prelazia de Cametá dos dias 22-24 de abril de 1985, realizado no seminário da aldeia.

mais fortes mediante união dos sócios da cantina, pois reuniria um número maior de associados, essa certeza se dava pelo fato de que as cantinas, apesar de reunir poucas pessoas, eram eficazes²²¹.

Sem sombra de dúvidas, outro projeto, além das cantinas, que chamava bastante atenção, organizado pela Prelazia, era os cursos de saúde alternativa, e também os referentes à agricultura. É notória sua importância, pois existiam várias colunas dos jornais que ensinavam as técnicas para os pequenos e médios agricultores plantarem sem citar inúmeras palestras e debates para arrecadar fundos para estes projetos, muitos desses auxílios vinham da Holanda²²².

O engenheiro agrônomo da época, senhor Bernardo Krommendijk, que chegou da Holanda à prelazia em 1975 a convite do administrador apostólico Pe. Henrique Riemslag, e também o senhor Raul Couto vieram para ajudar agricultura familiar, estes deveria ensinar técnicas mais adequadas para a lavoura com pimenta, cacau, café, guaraná, fruteira e também criação de pequenos animais²²³.

Segundo o engenheiro holandês, a pimenta do reino foi primeiro introduzido em Tomé-açu na década de 1970, nesse período alguns padres holandeses descendentes de agricultores começaram a experimentar o plantio da pimenta do reino, isso foi por volta (1972 e 1973), a iniciativa foi tomada pelos padres Jacobus Cornelis Van Poels (Pe. Tiago), Gerardus Alfons Paridaen (Pe. Geraldinho), Johannes Gerardus Boonekamp (Pe. Joãozinho) que eram os principais plantadores de pimenta do reino²²⁴.

²²¹ Ibidem.

²²² Informativo de 17 de julho de 1981. Prelazia de Cametá.

²²³ Ibidem.

²²⁴ Informativo da Prelazia número 02 de abril de 1981.



Imagem 24: Senhor Bernardo e senhora Ivone Krommendijk em meio a plantação de pimenta do reino sítio Experimental Aricurá, município Cametá na década de 1980 .

Existia a cooperação internacional “BRASIL OP WEG”, MISERIOR, ADIUTO que funcionava como um fundo de ajuda aos projetos da Teologia aqui no Brasil e em outros países da América Latina. Houve inúmeras discussões sobre a auto sustentação desses projetos da Igreja Progressista e também dos movimentos sociais, uma dessas ideias era que a Igreja promover suas próprias plantações agrícolas, para poder ter condições de promover seus encontros e seus cursos de formação e treinamento para não mais precisar da cooperação internacional. Então, em Cametá, sede da prelazia, chegou a ter um plantio de quase 30 mil pés de pimenta que serviria como fundo para manter os trabalhos sociais e pastorais da Igreja²²⁵.

Na prelazia havia três áreas de plantios demonstrativos: Curuçambabá, Aricurá, Bração-Miri. Esta última era uma área de 100 hectares em Baião, onde foram plantados 5 mil pés de pimenta do reino para demonstração educativa. A agricultura familiar vinha adicionada de pequenos financiamentos para que os agricultores pudessem colocar na prática o que aprendeu no curso de agricultura, os financiamentos eram pagos com a

²²⁵ KROMMENDIJK, Bernardo. Ex-Engenheiro-agrônomo da Prelazia de Cametá. Entrevista realizada em 19-03-2010 e FRENCKEN, Geraldo. Em Missão os padres da congregação da Missão (Lazaristas) no nordeste e norte do Brasil. Fortaleza, 2010.

própria produção de pimenta, pois existia muita inflação, segundo o engenheiro na época, a *Pimentus negrituns* chegou a alcançar \$ 4,00 dólares o quilo²²⁶.

Portanto Bração-Miri era uma área que recebia o ano todo, principalmente entre os meses de janeiro e maio. Toda semana, grupos de agricultores vindos de toda a prelazia para aprender na prática o tratamento de diversas culturas, e como montar um sítio familiar, que era uma forma de plantar, de modo que o agricultor tivesse o ano todo o que comer, então era plantado de tudo um pouco, sem esquecer também do meio ambiente, não fazendo queimadas, fazendo uma agricultura sustentável. Havia a experimentação do adubo orgânico, na época o adubo químico era mais barato e por um tempo ele foi utilizado, mas, a longo prazo, o adubo orgânico se mostrou mais eficiente. Na sequência, a imagem com a entrada de Bração-Miri e, em seguida, a imagem do engenheiro Bernardo no sítio experimental de Aricurá.²²⁷



Figura 25: Entrada do sítio, Bração-Miri, município de Baião destinado ao Projeto Agrícola realizado em função das Famílias Rurais em 1980. **Fonte:** Prelazia de Cametá.

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ A pesquisas sobre os sítios experimentais será desdobrada na tese de doutoramento que será construída a partir de 2016.

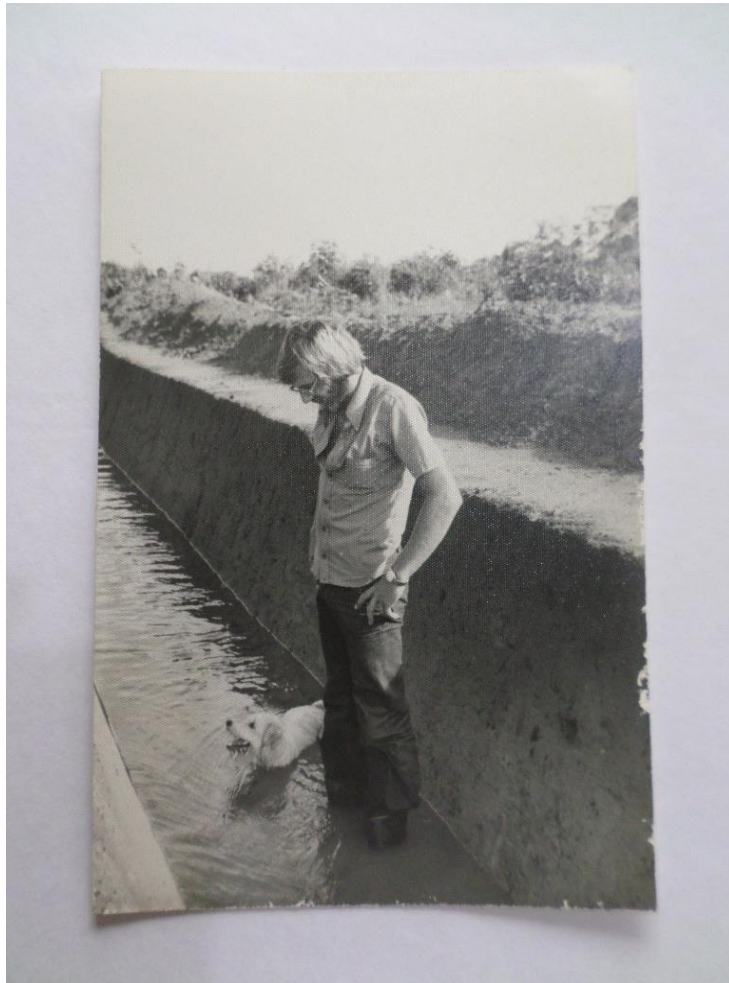


Imagem 26: Senhor Bernardo KromondeJik no sítio experimental de Bração-Miri na década 1980.

Outro gênero agrícola utilizado pelos trabalhadores nos projetos da prelazia de Cameté foi o guaraná que, na época, a propaganda pela rádio e televisão desencadeou uma grande procura, algumas pessoas da equipe da prelazia foram fazer curso de cultura de guaraná em Belém do Pará²²⁸. Segundo o informativo de janeiro 1982:

o plantio de guaraná da região prelatícia estava adiantado em relação ao restante das comunidades que se apresentaram no curso de Belém. O informativo faz questão de enfatizar o cuidado que se deveria ter com as mudas de guaraná ensinando passo-a-passo todas as técnicas necessárias ao desenvolvimento de arbustos, e todas as possíveis variações de crescimento. Era bastante lucrativo plantar guaraná, pois as fábricas de refrigerantes, onde 90% do guaraná eram utilizados, os 10% restantes é destinado para as fábricas de remédios estavam procurando em torno de 3 mil toneladas e a produção era 60 toneladas, apenas, para se ter uma ideia, o quilo somente torrado por duas horas no forno de farinha era de Cr\$ 3.000.

²²⁸ Revista da Prelazia número 109 de dezembro de 1983 a janeiro de 1984.

Portanto, era de suma importância que os agricultores se unissem na produção dos pés de guaraná²²⁹.

Apesar do ano de 1982 ter sido positivo para os agricultores da região, o ano de 1983 foi muito difícil, pois nos meses de janeiro e fevereiro não choveu e estas chuvas seriam essenciais para a produção dos gêneros agrícolas. O arroz, o milho e também a pimenta já haviam sido perdidos, somente alguns produtos como café, cacau e guaraná não sofreram tantos danos, no entanto a mandioca que possui a resistência contra seca fracassou devido às pragas que atingiram nos meses depois da seca²³⁰.

Diante dos fatos, os agricultores tiraram as seguintes conclusões: o preço do arroz, milho e farinha ficaram altos para os consumidores, uma vez que a oferta do produto era baixa, muitos lavradores que fizeram o projeto pelo banco de lavoura branca estavam “pendurados”, pois a safra não ofereceu condições para pagar conta, em muitos lugares o banco já estava juntando os títulos para botar a venda daqueles que não conseguiram quitar suas dívidas. Outra problemática para os agricultores no ano de 1983 foi o desmatamento, muita mata foi colocada abaixo no chão sem resultados por causa da chamada lavouras brancas financiadas pelo banco, a única certeza que a prelazia dava aos pequenos lavradores era que a lavoura branca financiada pelo banco não dava lucro algum²³¹.

As consequências dos financiamentos de 1983 iriam se refletir no ano de 1984, pois mais uma vez os pequenos agricultores iriam cair no ciclo vicioso de pedir financiamento para agricultura branca e o preço do produto iria despencar devido à oferta, que seria alta e assim o trabalhador não teria como pagar o banco.

O informativo convidava os trabalhadores rurais a ficarem atentos, pois a tradição na agricultura dessa região que sempre foi plantar e colher com a própria família ou em mutirão com outras famílias. Quando começava o financiamento para grandes plantações como cacau, seringa, guaraná ou pimenta, os pequenos agricultores começavam a explorar seus próprios vizinhos²³².

Diante disso, aparecia como alternativa para o pequeno agricultor plantar aos poucos diversas culturas permanentes como café, cacau, guaraná, árvores frutíferas e pimenta; criar galinhas, porcos e algumas cabeças de gado para o ano todo terem o que vender conforme o preço, sem ter sido “amarrado” em qualquer banco. Não esquecendo

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ Informativo número 02 de janeiro de 1982

²³¹ Ibidem.

²³² Ibidem.

que ao lado de todas essas plantações já citadas, não poderia deixar de produzir os alimentos para o consumo próprio como, arroz, milho, feijão²³³.

2.7. Os animadores de comunidade

Os animadores eram trabalhadores rurais, pessoas simples, mas que envolviam em seu afazer toda sua família, como foi possível observar nos encontros das esposas e esposos dos animadores do dia 24-27 de outubro de 1988, que tinha como tema a situação dos animadores junto a suas esposas e quais eram suas opiniões a respeito do trabalho de seus esposos animadores²³⁴.

No encontro ficaram evidente as necessidades dos recursos materiais, a ausência da força de mão obra do animador que se ausentava para cumprir seu dever de animador, fazia falta na agricultura, pois algumas produções ficavam comprometidas, porém as esposas dos animadores ficavam contentes em saber que o trabalho do companheiro era importante na comunidade²³⁵.

Portanto é inegável o fato de que a formação dos animadores está diretamente associada à questão das formações de lideranças, pelo menos no setor de domínio da Prelazia de Cametá. Muitos desses enveredaram pelo caminho da política partidária como foi o caso do Sr. Zé Capina ex-vereador de Cametá e outros foram responsáveis pelas conquistas dos sindicatos das mãos dos pelegos nos municípios de Cametá, Oeiras-do-Pará, Limoeiro-do-Ajurú, Baião, entre outros²³⁶.

A formação espiritual e política foi uma peça chave no processo de formação dos animadores como poderá ser verificado no relatório do encontro dos animadores da Prelazia de Cametá do Tocantins, realizado no seminário São Vicente de Paulo em Aldeia nos dias 24 a 27 de 1981. Na formação dos grupos de discussões, o principal assunto debatido girava em torno de assuntos tais como “ Fé e política são coisas diferentes, mas necessárias a nossa vida esses assuntos se completam? Política é mais importante que fé, por que ela resolve o problema da sociedade?²³⁷”. Os questionamentos na visão dos animadores de comunidade eram essenciais para a

²³³ Revista das Comunidades Cristãs número 01 de março de 1981.

²³⁴ Relatório do Encontro de animadora e animador e seus esposos, ocorrido nos dias 24-27 de outubro de 1988 no seminário de Cametá.

²³⁵ Ibidem.

²³⁶ Relatório do 4º Encontro de animadores da Prelazia de Cametá ocorrido nos dias 22 a 24 de abril de 1985, realizado no seminário da aldeia Cametá.

²³⁷ Relatório do Encontro dos animadores Prelazia de Cametá do Tocantins realizado no seminário São Vicente de Paulo em Aldeia Cametá nos dias 24 a 27 de setembro de 1981.

formação desses sujeitos e sua atuação junto as Comunidades Cristãs e também aos demais movimentos sociais daquele período.

A partir da análise de alguns dos encontros de animadores podemos começar a entender qual foi a linha de formação ideológica que a Igreja Progressista de Cametá forneceu a seus líderes comunitários, fazendo-os entender a importância da política no seu cotidiano; a conjuntura e análise histórica que foram fornecida pelas palestras, como foi exposto pelo Pe. Inácio no dia 27 de setembro de 1981, no referido encontro, que discutiu a respeito da conjuntura política do Brasil até o período de meados da década de 1980, foram ótimas as explicações, pois, segundo os animadores, estas despertaram as ideias para partirem para um trabalho mais eficiente²³⁸.

Dessa maneira surgiu a necessidade da implantação de vários projetos que viabilizasse a melhora de vida da população, como foi o caso das conquistas dos sindicatos na maior parte dos municípios da Prelazia de Cametá a qual será mais bem discutida no próximo capítulo. Na sequência temos uma à imagem 27 que mostra os primeiros animadores comunitários formados pela Prelazia de Cametá.



Figura 27: Primeiros animadores de comunidade formados no curso de lideranças, realizado no Seminário menor São Vicente de Paulo Aldeia, Cametá meados da década de 1970. **Fonte:** A) e B) acervo da Prelazia de Cametá

Anexos

Tabela dos conflitos do Baixo Tocantins

Nº	Conflito	Data	Local	Motivo	Envolvido	Resultados
1	Mocajuaba	1973	França, Mangabeira	Expulsão de terras	Firma Moreira, Cunha, Coelho, Japonês, Pastor Da Igreja Batista	
2	Oeiras	1973	Livramento, Pruaná, Arioca, Baixo Uxizal, PA 156	12 mil famílias instaladas numa área de 4.800 km ²	Incobal, Ernesto Moreira, Projeto	Terra foi conquistada pelos posseiros.

²³⁸ Relatório dos Encontros de Animadores de 1978-1988.

			América Ecosteira	sendo expulsas da terra	Carajás, Japoneses, Banco Mercantil e D.B.A	
3	Baião	1977	Anilzinho	Venda de terras e expulsão das famílias	Índios Asurinís contra, posseiros da região, Sebastião Martins Amaral, Gustavo e outros	
4	Baião	1979	Igarapé Grande, Cupú, Santo Antônio, Bailiqui, Igarapé Preto, Calados, Massaranduba	Venda de terras e tentativa de expulsar os posseiros da região	Moacir, Empresa Jatobal, ITERPA, L.B.A e SENAR	
5	Baião	1979	Joana Peres	Venda e expulsão de terras	Lázaro Barbosa Gonçalves	
6	Oeiras do Pará	1978	Nova América km 54 da PA 156	Suposta demarcação de terras e titulação indevida	Agente do ITERPA Martinho Bandeira	
7	Jacundá	1979- 1982		Casas demolidas, desapropriações e roubo das produções agrícolas	27 famílias e grileiros	
8	Cametá	1979-1982	Carapina	Márcio lorenio martins, adquiriu a propriedade em 1955, mas posseiros já habitavam a área e usavam a prática do arrendamento com o antigo proprietário houve tentativa de expulsar os posseiros da terra	Márcio Lorenio Martins, posseiros, Clamério Morães da Silva (capataz), Anilzio da Cruz e Dona Eva e mais dois goianos que pretendiam, comprar a área em conflito	
9	9.baiao, limoeiro do ajúru e igarapé miri	1979- 1982		Os trabalhadores rurais presente no encontro anilzinho iii denunciaram descida de helicóptero nas regiões dos	Agentes do governo e trabalhadores rurais de Baião, Limoeiro e Igarapé-Miri	Os posseiros conseguiram se articular e entraram em contato com políticos, provavelmente deputados estaduais e

				municípios citados o que gerava insegurança medo a população		conseguiram um topógrafo para demarcar terras sendo as despesas pagas pelos próprios lavradores.
10	Tucuruí, Jacundá e Itupiranga	1979 -1982		A hidrelétrica de se apropriou ou de 2.500 km ² para a implantação da usina	Eletronorte e aproximadamente 4 mil famílias	Organização das famílias através de reuniões denúncias e busca da igreja católica, ABRA, CONTAG E CPT
11	Bagre	Abril de 1981-1982	Parnaíba, Beira do Rio	Tentativa de grilagens em uma área de 3000 provavelmente interessados nas terras em questão	300 famílias o STR que apoiaram os posseiros grileiros, Olair, Oswaldo, Firms Garcia, Incobal, Narfina, Martins e empresas que chegaram a região conduzido pelo pantoja	
12	Igarapé-Miri	1981-1983		Expulsão de 57 famílias de uma área de 34 km ²	Raimundo Pantoja, Aladin Martins, Firma Marques, Jacó, Paróquia e CPT	Permanencia na terra

Tabela 2: Conflitos agrários pela posse ocorridos no Baixo Tocantins denunciados nos encontros Anilzinho de 1973- 1981. Autoria Adriane dos Prazeres Silva.

CAPÍTULO III

A Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros

Lei Anilzinho: A Lei dos posseiros

1 - Resistir na terra; 2 - a terra é da comunidade; 3 - a terra é pra quem nela trabalha (...).

5 - Defender a terra com armas se for preciso machado, terçado, espingarda, etc. reagir ao ataque da grilagem.

(1º encontro Anilzinho- Baião, 10 a 11 de julho de 1980).

A epígrafe acima faz referência a Lei Anilzinho²³⁹, essa lei foi criada por trabalhadores rurais do Baixo Tocantins²⁴⁰ na década de 1980, em parceria com a Igreja Católica Progressista, no caso representado, pela prelazia de Cametá²⁴¹. A lei foi usada para dar apoio aos posseiros, articulando resistências à entrada dos grandes projetos na Amazônia, tentando consequentemente evitar a grilagem. Os posseiros perceberam que os costumes que assegurava a posse da terra estavam sendo questionados, pois anteriormente não necessitava-se do título definitivo para provar que as terras eram de seu domínio. De acordo com essa visão, o título de posse não possuía tanta relevância, o que valia era a permanência e suas benfeitorias, ou seja, o trabalho na terra; pois, nesse caso, ela já estava ocupada há várias gerações, portanto para eles “a terra era pra quem nela trabalhava”.

A historiografia paraense não consolidou ainda um debate sobre conflitos agrários nessa microrregião²⁴², fizemos um levantamento no Laboratório de História da Universidade Federal do Pará e analisamos trabalhos de dissertações pontuais tais como de Edileuza Santos na Vila Arrais (2007), no município de Jacundá, o de Elias Diniz Sacramento, no município de Moju (2007), encontramos trabalho voltada para a mesma temática no sudeste paraense com Fábio Pessoa (2013) e no núcleo de Altos Estudos da

²³⁹ Localidade pertencente ao município de Baião, onde, em 1979, ocorreu a expulsão de posseiros de suas terras por grileiros. Em reação a essa expulsão foi forjada a Lei Anilzinho.

²⁴⁰ Moju, Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajurú, Oeiras do Pará e Tucuruí. Uma das microrregiões do Estado do Pará.

²⁴¹ A prelazia de São João Batista (Cametá) localizada à margem esquerda do rio Tocantins foi criada em 27 de novembro de 1952 pelo papa Pio XII, desmembrando do território da arquidiocese de Belém. Para esta foi nomeado Veerman; sagrado bispo da Prelazia no ano de 1961, função que exerceu até 1969. A Prelazia de Cametá, em 1979, possuía sete paróquias: Cametá, Oeiras, Igarapé Miri, Carapajó, Mocajuba, Baião e Tucuruí, esta última, por exemplo, inclui em seu território paroquial parte de três municípios: Baião, Tucuruí e Jacundá, e Bagre.

²⁴² Moju, Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajurú, Oeiras do Pará e Tucuruí.

Amazônia (NAAE) identificamos o trabalho de Raimundo Valdomiro de Sousa (2002)²⁴³.

Os sujeitos históricos sobre os quais irei abordar são trabalhadores rurais, posseiros, lavradores de pequenas propriedades, cujas posses de terra poderiam variar entre 100 – 1 hec, de acordo com as informações contidas no Diário Oficial do Estado²⁴⁴. A maioria desses trabalhadores residia na região há mais de três gerações, ou seja, seus avós já cultivavam a terra antes de nascerem. Eles, em sua maior parte, não possuíam títulos definitivos de sua posse, praticavam a agricultura familiar, produziam basicamente mandioca, milho, arroz e o extrativismo vegetal²⁴⁵.

Cansados de tantas agressões e perdas no período dos governos militares, esses trabalhadores começaram se articular e tiveram apoio de alguns sindicatos: da FASE e da Prelazia de Cametá. Essas articulações começam a resultar na promoção de encontros carregados de místicas e reivindicações, e, já no primeiro encontro, elaboraram a primeira Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros²⁴⁶. Em seguida, inicia-se uma série de encontros Anilzinho, que são essenciais para compreendermos os conflitos da região. Os relatórios desses encontros são os textos bases de nossa pesquisa. Os trabalhadores rurais construíram, portanto, parcerias com a Igreja Católica Progressista, no caso a Prelazia de Cametá, que no período abrangia os seguintes municípios: Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajurú, Tucuruí e também Bagre, está última cidade faz parte, atualmente, da Prelazia do Marajó.

Após o golpe civil-militar de 1964, o governo adotou inúmeras políticas de desenvolvimento bastante agressivas com objetivo de atrair investimentos estrangeiros para a indústria no país, o que ocorreria por meio dos incentivos fiscais. Dentro do território Amazônida, o setor madeireiro e agropecuário foram os que receberam o maior número de empréstimos. As políticas militares, como já foi explicitado anteriormente, interviu diretamente na questão agrária paraense, tornando o Pará “O faroeste brasileiro”. Dentro desse processo de conflitos agrários, os que sentiram-se desassistidos pelas leis federais, estaduais e mesmo por seus governantes, começaram a traçar resistências e se organizar (SCHMINK & WOOD, 2012). No caso dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins houve a necessidade de criarem, entre outras

²⁴³ O critério utilizado para essa análise foram dissertações que tratassem de conflitos agrários no Baixo Tocantins ou que discutissem os sindicatos Rurais em meados do Século XX..

²⁴⁴ Diário Oficial do Estado de (1975- 1981).

²⁴⁵ Jornal *O Liberal* de 28 de setembro de 1979 e Jornal *A Voz do Lavrador*, Vol. I de outubro de 1979.

²⁴⁶ Relatório do Anilzinho III, ou seja, do encontro de 28 a 31 de outubro de 1983. Comunidade Cristã de Nova América.

ações, uma lei que se contrapunha às Leis do Estado. Nesse processo conflituoso em que estava mergulhado o Baixo Tocantins, os trabalhadores rurais construíram a Lei Anilzinho I e II. Construíram também uma cultura de luta pela terra que durou mais de uma década, período que foram realizados os 10 encontros Anilzinho e outros encontros de formação de lideranças dentro e fora das dependências da Prelazia de Cametá.

Os conflitos fundiários faziam e fazem parte da realidade do Brasil, tornando-se uma problemática que se desdobrou de forma mais intensa em pleno governo militar, implantados pós-64. Boa parte desses conflitos se concentrou e se concentra na Amazônia Legal, mais especificamente no estado do Pará. Ano após ano, os jornais seguem com manchetes de abris vermelhos, referente ao sangue das chacinas no campo, e com várias modalidades de confronto pela terra; num espetáculo de horrores em que várias categorias de trabalhadores rurais de pequeno e médio porte confrontam-se com grileiros e latifundiários pela posse da terra, isso ocorre frequentemente mesmo dentro de um Brasil redemocratizado e em pleno século XXI.

Esse ambiente marcado de conflitos pela posse da terra é fruto de uma matriz histórica em que é possível perceber que o capitalismo no Brasil não seguiu o modelo convencional descrito pela literatura especializada. Ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, aqui, a partir do momento que o trabalho escravo foi abolido, a terra tornou-se cativa. Na América do Norte, as terras foram livres para a ocupação, ou seja, um ex-escravo poderia torna-se dono de terras. No Brasil, no entanto, após promulgação de leis de terras de 1850, esta só poderia ser obtida mediante pecúlio (dinheiro), portanto restringindo-se assim a posse. Logo o ex-escravo e o novo trabalhador assalariado emigrante europeu, que veio para o país com seu “destino traçado”. Com essa fórmula, esses trabalhadores eventualmente iriam se tornar donos de áreas para plantar, pois não teriam os recursos financeiros suficientes para comprar o título definitivo da terra. Dessa forma, a terra tornou-se cativa, ou seja, escrava e concentrada nas mãos de poucos que poderiam pagar por ela (MARTINS, 2013).

De acordo com a historiadora Márcia Motta (2009), o conflito no Brasil, país de dimensões continentais, gestou-se no outro lado do oceano Atlântico, ainda em Portugal com o regime de sesmarias, que aqui foi modificado para atender as necessidades da elite agrária do país. A lei citada estabelecia o princípio de cultivo da terra, sendo uma forma de forçar o proprietário a atender a necessidade de produção de grãos e de ocupar as regiões fronteiriças em Portugal. Dessa maneira inaugurou-se o princípio de expropriação da terra (MOTTA, 2009).

Portanto, ao compreender que os conflitos por terras no Brasil têm sua genealogia em Portugal com o regime de sesmaria, e o latifúndio se reafirmou com a lei de terras de 1850, o país que então se construía como nação inventou a “fórmula mágica” na qual houve como resultado final o latifúndio. Esse processo se instituiu como propriedade territorial capitalista e fundiu terra e capital. A obrigatoriedade de cultivar a terra presente no regime de sesmarias passou a ter outros princípios, o que não passava necessariamente pelo cultivo e abria uma série de interpretações sobre o que seria esse ato, logo a lei de terras regulamentou a grande propriedade agrária (MOTTA, 2009; MARTINS, 2013).

O Golpe de Estado de 1964, e o estabelecimento da ditadura militar fez com que a Amazônia brasileira se transformasse num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, continuando, ainda que menos virulento, com a restauração do regime político civil e democrático de 1985 (MARTINS; 2012). Os registros da CPT (Comissão Pastoral da Terra)²⁴⁷ demonstram que, de (1971 a 2005), foram assassinados 788 camponeses no estado, sendo que a maioria dessas mortes (574) foi registrada na região sul e sudeste. Na primeira metade do período mencionado (1971-1985) foram registrados 340 assassinatos em conflitos fundiários. Na segunda metade do período (1986-2005) foram vitimados 447 camponeses, demonstrando assim a persistência no tempo do padrão de violência existente no Pará. Segundo os dados da CPT de 2004 a 2014 ocorreram 13.746 conflitos agrários no Brasil e 331 assassinatos, no período em que governaram Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Assim como no governo de Dilma Rousseff, os conflitos continuam vitimando essa categoria rural, com base na realidade, os prognósticos para o futuro indicam que as estatísticas irão aumentar ainda mais, pois muitos trabalhadores irão perder seu chão e até mesmo suas vidas por causa do conflito de terra.

Entender o porquê que o estado do Pará carrega ano após ano o título de região com maior número de mortes no campo é também ter que lançar-se ao exercício de fazer uma análise reflexiva sobre o golpe civil-militar de 1964 e seus desdobramentos no campo paraense principalmente no que diz respeito aos grandes projetos inseridos na Amazônia. O golpe retardou as reformas-de-bases que foram amplamente debatidas, tais como: a reforma agrária, universitária e bancária, estas se encontravam em um estado de ebulição na sociedade brasileira naquele momento e teve no governo de João Goulart

²⁴⁷,

seu apogeu. Entretanto estabeleceu-se um período de esperanças profundas de mudanças no campo, consolidando ainda mais a visão de que existia uma questão agrária a ser resolvida no Brasil, em que a concentração da propriedade fundiária era a raiz de vários problemas, com os quais a grande maioria dos habitantes do campo tinha que lidar como a miséria, a fome, o isolamento, os baixos níveis de escolaridades, as precárias condições de moradia entre outros. Esperava-se que a reforma agrária mudasse toda essa realidade de miséria. Assim, esperava-se que o processo ocorreria de maneira natural após a reforma agrária, logo a industrialização e o desenvolvimento ocorreriam automaticamente no país (GRYNSPAN, 2008).

Os debates sobre a questão rural foram cada vez mais fortalecidos pelo processo de mobilização no campo, que se iniciou em 1940 e amadureceu nos anos de 1950 e 1960 durante o governo de João Goulart. Nesse período, portanto, os trabalhadores rurais firmaram-se como umas das grandes novidades, sendo atores essenciais no espaço político do país. Estes trabalhadores poderiam tomar as rédeas de seu destino. É possível afirmar que nesse momento houve também a “descoberta do campo” brasileiro pelas esquerdas. Contudo o golpe civil-militar interrompeu todo esse debate de reformas de base e colocou novamente nas mãos das elites agrárias e conservadora o rumo que a nação deveria tomar, o que logicamente deixou a pauta da reforma agrária e universitária de lado (GRYSPAN, 2008; PAULA & SOARES, 2006).

Nessa descoberta do campo brasileiro pelas esquerdas – como era o caso do Partido Comunista do Brasil (PCB), que já atuava nesse meio desde 1945 sem que soubesse de fato seu papel no meio rural –, existiram também outras entidades que trabalharam ao lado desses sujeitos, é o caso do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Ação Popular (AP), Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), a Igreja Católica com tendência progressista²⁴⁸, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo que os comunistas sempre estiveram presentes em vários sindicatos rurais criados ao longo da década de 1950. Fizeram-se

²⁴⁸A Igreja Católica Progressista é um conjunto de organizações e indivíduos inspirados pela Teologia da Libertação e engajados em realizar mudanças profundas na Igreja Católica e na sociedade. Em muitos sentidos, a Igreja Católica Progressista foi o ator social mais importante do período de formação da sociedade civil brasileira contemporânea. A Igreja Católica Progressista criou, promoveu e apoiou movimentos sociais modernos em todo o Brasil, tanto nos centros urbanos quanto na zona rural. Durante muitos anos - a começar pelo trabalho realizado na constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 1960 -, foi a Igreja Católica Progressista que esteve no centro das lutas de pequenos agricultores deslocados/atingidos por barragens, comunidades indígenas, pescadores, trabalhadores urbanos e donas-de-casa das periferias das grandes cidades, em bairros pobres e favelas, Charmain Lewy (2009).

presentes também na promulgação do estatuto do trabalhador rural em 1963. Portanto foram várias as entidades que aprofundaram-se na disputa pela representação dos trabalhadores do campo. Estes, por sua vez, estavam construindo suas identidades e criando o sentimento de pertencimento de classe (PAULA & SOARES; 2006).

O objeto de estudo desta dissertação é a região do Vale do Tocantins na Amazônia e os processos de lutas pela terra ocorridos nos anos 70 do século XX. Neste capítulo buscaremos analisar as ações dos trabalhadores nessa década do século XX, portanto pretende-se analisar as ações dos trabalhadores rurais na defesa de suas posses frente às ações desenvolvidas pelos governos militares e seus representantes no Pará. Neste sentido, analisamos os vários sujeitos sociais presentes neste contexto.

Como forma de resistência, esses trabalhadores rurais criaram uma cultura ligada às lutas pela permanência em suas terras, onde reforçavam a necessidade de uma união de criação de laços de pertencimento para enfrentar aqueles que eles identificaram como seus inimigos. Podemos afirmar que eles se forjaram em um contexto de conflitos agrários em uma conjuntura pautada pelos governos militares, que estabeleciam mudanças para a região. Ao construírem também uma consciência política, estabeleceram uma leitura de seu contexto e fizeram suas escolhas. Dentre essas escolhas, decidiram ter uma atuação para a tomada dos sindicatos de trabalhadores rurais e transformaram a atuação sindical, contando com aliados como a Igreja Católica e a FASE. Construíram também símbolos dessa identificação de classe²⁴⁹ que estava se engendrando.

Na década de 1970, a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) se instalou em Cametá e posteriormente no município de Oeiras do Pará, em parceria com a Igreja Católica. Uma das funções da entidade era ministrar cursos de formação para os trabalhadores rurais que eram lideranças católicas naquele momento. O compartilhamento de conhecimentos fornecidos pela FASE foi inspirado nas teorias pedagógicas do educador Paulo Freire. Entre a década de (1970 e 1980), essa federação possuía sedes em Imperatriz do Maranhão, Abaetetuba e em Santarém. Um dos primeiros trabalhos realizados pela congregação das Filhas da Caridade²⁵⁰ e a

²⁴⁹ Entendo classe de acordo com o conceito Thompson (1987) que afirmava que “a classe acontece quando alguns homens, através do resultado de suas experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.

²⁵⁰ A Companhia, fundada no século XVII por São Vicente de Paulo e Santa Luísa de Marillac, é conhecida na Igreja pelo nome de Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Servas

federação no município de Oeiras do Pará foi a experiência com grupos comunitários que tentavam se organizar desde 1971. Após essa primeira tentativa, as freiras começaram a trabalhar com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pois, segundo sua visão, esta “obra nasceu em suas próprias casas”. De acordo com essa congregação, o trabalho que iria se desenvolver no município “pretendia ser uma educação de base, que atingisse toda a comunidade, visando não só as crianças, mas principalmente o adulto, como se tratava de uma comunidade rural, logo o alvo principal seriam os trabalhadores rurais”. A congregação por meio de suas integrantes afirmava que sua principal missão seria ajudar os pobres, por isso o trabalho em Oeiras do Pará era voltado para os trabalhadores rurais²⁵¹.

Na década de 1970, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município contava com 300 filiados e, para facilitar o trabalho do sindicato, foram organizados em grupos sindicais

que se agrupavam nos lugares onde a população era mais concentrada, ou seja, nos povoados, geralmente trabalhavam juntos com as Comunidades Cristãs (C, C) da Prelazia de Cametá, recebiam também orientação do grupo da sede que era assessorado pelas irmãs filhas da Caridade, os tipos de ajuda oferecidos (pelas irmãs) concentravam-se principalmente nas reuniões de estudos com os dirigentes sindicais, promovendo cursos com os grupos sindicais tanto na sede do município, ou seja, a cidade quanto ao interior, esses cursos foram facilitados por entidades tais como, a SAGRI, prefeitura municipal, FASE, Paróquia e CEPLAC, os materiais utilizados para os cursos de formação eram variados e contavam com revistas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

O material que as freiras utilizavam para ministrar cursos junto aos trabalhadores rurais possuíam conteúdos como a questão de reforma agrária, legislação trabalhista, cartilhas do trabalhador fornecidas pela FASE, cantos e gravações diversas eram os instrumentos pedagógicos. No entanto, naquele período, a congregação das irmãs Filhas da Caridade identificou que o Sindicato estava tornando-se

um mero órgão de assistência ao trabalhador rural do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), estava impondo encargos que na visão das Freiras nada tinha a ver com a Função do STR tais como organização dos gabinetes Odontológicos, as distribuição das fichas médicas e os pedidos de aposentadorias do INSS, que retirava o tempo desses dirigentes, retirando o foco portanto dos problemas reais do trabalhador rural, o que tornava o sindicato mero órgão assistencialista²⁵².

dos Pobres. Fizeram-se presente no Baixo Tocantins desde o início do século XX e trabalham no ramo da educação escolar.

²⁵¹ Relatório da congregação das Filhas da Caridade a respeito de sua atuação em Oeiras do Pará de 1971. Arquivos da FASE.

²⁵² Relatório da congregação das Filhas da Caridade a respeito de sua atuação em Oeiras do Pará de 1971. Arquivos da FASE.

Outros problemas enfrentados pelo STR de Oeiras do Pará diziam respeito às obrigações do Ministério do Trabalho, pois a maior parte dos sindicalizados eram analfabetos e várias das políticas exigidas por esse ministério esbarrava nessa problemática. Os problemas agrários que afetavam a região se chocava diretamente com o STR, pois a maior parte dos trabalhadores que eram alvos dos conflitos eram posseiros e percebiam que estavam prestes a perder suas terras: “homens estranhos penetravam suas terras e faziam levantamento em nome do governo”²⁵³. De acordo com a congregação das Filhas da caridade, o Banco Mercantil de São Paulo já possuía intermediário, que agiam em nome do projeto Radares da Amazônia (RADAM),

isso amedrontava os moradores da região, uns venderam as suas posses e outros se interrogavam do que poderiam fazer? Contudo percebia-se que os trabalhadores também estavam começando a compreender o processo e começavam a se agrupar e muitos procuraram o STR de Oeiras para buscar medidas de combater os grileiros da região²⁵⁴.

Um dos primeiros sindicatos do Baixo Tocantins – e posso afirmar do Pará – a ser conquistado pela oposição foi o de Oeiras do Pará, em 29 de julho de 1979. O Sindicato de Santarém foi conquistado no ano seguinte. Uma data importante para os sujeitos aqui analisados era o dia do trabalhador rural, comemorado dia 25 de Julho em Oeiras do Pará, no entanto foi festejado apenas no dia 29 de julho, junto com a posse da diretoria do STR, que foi conquistada pela oposição sindical. A festa iniciou no dia 28, parte do povo fixou cartazes pela cidade alusivos ao dia do trabalhador rural com frases tais como: “Terra para quem nela trabalha – CPT”; “Queremos reforma agrária geral, maciça e imediata”; “Reforma agrária com a participação dos lavradores”; “Crédito agrícola só com reforma agrária”; “A esperança do Brasil está no homem do campo”; “Queremos autonomia sindical”; “A força do sindicato está na organização dos associados”; “Queremos de volta os companheiros de luta que foram exilados ou expulsos do país”²⁵⁵.

As frases expressam as ideologias, sentimentos e desejos desses trabalhadores rurais, mas expressa também um momento político do cenário nacional de contestação à ditadura militar instalado no país, a volta dos exilados políticos, a necessidade de redemocratização. O quadro social e administrativo do STR de Oeiras era composto

²⁵³ Ibidem.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Boletim Informativo *A Voz do Lavrador*, Ano I, número 1, outubro de 1979 e relatório da festa do dia do trabalhador rural e a posse da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará de 29 de julho de 1979.

pelos trabalhadores rurais Milton da Silva Sousa, Laureano Afonso Maia; Gabriel Oliveira da Silva, o conselho fiscal Osvaldo Furtado Pantoja; Atanagildo de Deus Matos, Silvério da Silva; Suplentes Euclides Dias da Silva; Manoel da Costa Serrão; Zarito de Sousa e Silva; Suplentes Raimundo Gonçalves Meireles; José do Espírito Santo Leão; Francisco dos Santos Barroso²⁵⁶.

A diretoria efetivava do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, após reunirem-se, decidiram que realizariam seus trabalhos “por de rodízios, da seguinte maneira: cada mês, um dos três componentes da diretoria efetiva prestaria seu trabalho junto à classe na sede do sindicato”²⁵⁷. Outra conquista além da posse do sindicato, na visão da diretoria, era o aumento do número de associados, pois até o dia 27 de maio, antes da eleição, eram 928 trabalhadores e passou a ser 955. No entanto existia outro problema o número de associados quites era de aproximadamente 300 pessoas²⁵⁸.

No dia 29 de Julho de 1979, houve festejos na cidade de Oeiras do Pará em comemoração ao dia do Trabalhador Rural, junto com a posse do STR pela parte da manhã. Realizou-se uma missa solene no salão paroquial no qual poderia ser vista duas faixas. A faixa da porta da frente dizia: “Reforma Agrária com a participação dos lavradores”; acima do altar existia outro faixa com a frase: “Queremos Reforma Agrária geral, maciça e imediata”²⁵⁹. A missa realizada foi feita pelos trabalhadores, os cantos foram aqueles que diziam respeito sobre a situação que o povo daquela região vivia naquele momento. A nova diretoria foi empossada, “na hora do ofertório momento no qual ofereceram tudo de si a Deus e ao povo oprimido, prometeram lutar junto com os companheiros de classe pelas suas reivindicações e fizeram o juramento de cumprir o estatuto do sindicato”²⁶⁰. O ato demonstrava o pacto da nova diretoria com o compromisso de lutar e defender os trabalhadores rurais e não mais fazer assistencialismo. O juramento foi feito diante do altar, sendo uma metáfora de doação e sacrifício em nome da classe que estavam ali representados pelos trabalhadores rurais. A missa ocorrida foi ao estilo da teologia da libertação com leituras do texto de Puebla e com cânticos com temáticas sobre a luta: “Hino da comunidade rural: Somos um povo de gente/Somos o povo de Deus/Queremos terra na terra /Já temos nos céus”.

²⁵⁶ Ibidem.

²⁵⁷ Ibidem.

²⁵⁸ Ibidem.

²⁵⁹ Ibidem.

²⁶⁰ Relatório realizada em homenagem ao dia do trabalhador rural 29 de julho de 1979.

O trecho da música revela o pensamento corrente e como as missas passavam a ser realizado nessa região, demonstrando que as premissas assumidas pela Igreja Católica após a reforma do Concílio Vaticano II, de certo modo, alcançavam seu objetivo na América Latina. Não devemos esquecer que não era qualquer ala da igreja que fez essa “opção preferencial pelos pobres”, na verdade foi por meio da Teologia da Libertação que a ala da Igreja Católica Progressista teve seu auge de meados dos anos (1970 a 1980), essa atuação foi, ainda, fundamental para o fortalecimento dos movimentos sociais.

A conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará contou com a ajuda da FASE, da congregação das Irmãs Filhas da Caridade e da Prelazia de Cametá, essas ações foram decisivas para a construção de uma aliança entre os trabalhadores rurais e essas entidades, o que dava segurança aos trabalhadores. A conjuntura de modificações propostas por Puebla e Medellín, encontrou ressonância nos desejos de luta pela posse de terras rurais. Encontrei em um documento informações sobre o posicionamento que os Bispos da Regional Norte 2 “abraçavam a causa dos trabalhadores rurais e estaria ao seu lado no caso de conflito por terras”. Essa decisão foi tema da reunião entre os bispos do Pará e Amapá, que estiveram reunidos em Belém na CNBB de 11 a 14 de setembro de 1979, para analisar o encontro de Puebla. Além dos arquivos da CNBB, o documento também estava nos arquivos da então Prelazia de Cametá, assim como foi publicada no periódico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais *A Voz do Lavrador* em 1 de outubro de 1979.

Isso demonstra, portanto, que as decisões tomadas pela Igreja Católica no Conselho Vaticano II – de tornar a igreja mais próxima ao povo – chegaram a ser discutidas a nível de América Latina com os encontros de Medellín e Puebla, e foram sendo discutidas a nível regional como no encontro dos bispos de Amapá e Pará, que decidiam aderir as diretrizes de apoio a trabalhadores rurais, a decisão se aprofundava ainda mais, chegando a micro região do Baixo Tocantins por meio da Prelazia de Cametá que pública tais informações em seus periódicos, contudo a decisão vai além dos domínios de hierarquia da Igreja Católica, pois vai para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que publicara a notícia em seus informativos. A intencionalidade era de que a população tomasse conhecimento da informação, demonstrando uma circularidade global de informações, e as conexões das histórias dos sujeitos locais com o mundo. Esse fenômeno, de acordo com historiador Serge Gruzinsk, (1997) é chamado de *histórias conectadas*.

A missa realizada em homenagem ao dia do trabalhador rural e a conquista do STR de Oeiras do Pará teve como canto final a música – que hoje sabemos ser de autoria do ex- deputado estadual Benedito Monteiro, que foi caçado pela ditadura militar e, nos autos do IPM, respondeu aos militares que tentavam provar que o deputado era comunista e subversivo. Em seu processo foi anexado a letra da música. Em sua autobiografia *Transtempo*, Benedito Monteiro afirma que a Igreja Católica se apropriou do canto e tornou a marcha num canto menos radical, talvez por medo de relacioná-la com alguém que era tido como comunista. Aqui segue as duas letras, a primeira de Benedito Monteiro e a segunda cantada na missa em homenagem aos trabalhadores rurais (FONTES; 2015):

O canto do lavrador, 1962.

Agora nós vamos pra luta,
A terra que é nossa ocupar,
A terra é pra quem trabalha,
A historia não falha.
Nós vamos Ganhar.
Já chega de exploração
Já chega de tanto sofrer
Ou morrer jogado no eito,
Ou leva no peito o jeito é vencer.
Já chega de tanta promessa
Já chega de tanto esperar
A terra na raça ou na garra,
Na Lei ou na marra,
Nós vamos tomar.
Agora nós vamos pra luta,
A terra que é nossa ocupar,
A terra é pra quem trabalha,
A história não falha.
Nós vamos Ganhar.
(Benedito Monteiro)

Canto Final

Agora nós vamos pra Luta,
A terra que é nossa ocupar,
A terra é pra quem trabalha.
A história não falha nós vamos ganhar.
JÁ CHEGA DE TANTO ESPERAR
JÁ CHEGA DE TANTO SOFRER
A LUTA VAI SER TÃO DIFÍCIL
NA LEI OU NA MARRA NÓS VAMOS GANHAR
Quem gosta de nós somos nós
E aqueles que vem nos ajudar
Por isso confia em quem luta
Que a história não falha nós vamos ganhar
Se agente sofrer nessa luta
O sangue será uma semente
Justiça vamos conquistar
A história não falha nós vamos ganhar.

As músicas fizeram parte da formação dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins, assim como de várias outras microrregiões do Estado. Ao analisar as duas músicas percebemos que a primeira estrofe de ambas são idênticas “Agora nós vamos pra luta, / A terra que é nossa ocupar, / A terra é pra quem trabalha, / A história não falha. / Nós vamos ganhar.”, mas a partir da segunda estrofe, Benedicto Monteiro prega o fim da exploração, que era necessário parar de esperar, pois ou se morria no eito ou levaria no peito porque o jeito era vencer, pois já estavam cansados de promessas. Aquele era o momento de lutar, pois a terra na raça ou na garra deveriam ser ocupadas, nota-se o uso da palavra ocupação no lugar de invasão, o que reflete o pensamento de que as terras existiam para serem trabalhadas, tendo como princípio a reforma agrária, portanto a música de Benedicto é um convite à luta.

A última estrofe da música da igreja é um canto mais místico, anuncia que a luta será difícil, que já chegava de esperar, caracteriza sobre quem se reconhecia enquanto classe e daqueles que poderiam ajudar na luta e que se eles sofressem na luta seria uma semente e que a justiça seria conquistada. Portanto, em nossas análises concordamos com Benedicto Monteiro, tornou-se mais brando, contudo seu uso fez parte da cultura política de vários trabalhadores rurais do Pará.

Segundo a congregação das Filhas da Caridade que estavam na região em 1961, as músicas também foram um instrumento de formação nos cursos ministrados aos grupos sindicais presentes nos interiores do Pará. A música também foi utilizada no município de Moju por um grupo de trabalhadores rurais que tiveram que pegar em armas para lutar. O pensamento desses homens e mulheres do campo sobre a terra era que fosse provedora e instrumento de sustentação das suas necessidades materiais. Ela se evidencia na frase “se a TERRA não fosse vida não lutaríamos por ela²⁶¹”; esse foi o tema do décimo encontro Anilzinho.

3.1. O rompimento

Apesar do grau de organização e articulação que estava ocorrendo no período, a parceria da Prelazia de Cametá com a FASE deixou de existir. A Prelazia de Cametá, por intermédio do bispo Dom José Elias Chaves, junto com os padres, rompeu relações com a FASE, ou melhor, com os membros da FASE – Tocantins, tais como Humberto Cunha e outros. Outrora, essa aliança foi bem sucedida, pois havia feito vários projetos

²⁶¹ Relatório do encontro Anilzinho de 1986, ocorrido em Pacajá – na localidade de Tuerê de 13 a 16 de outubro de 1986.

nessa região em 1973, houve, por exemplo, a aquisição de um trator para vila de Curuçambaba que pertencia a município de Cametá com 60 famílias beneficiadas, houve também combate a saúva em Tauajó com o beneficiamento de 29 famílias. Em 1974, os investimentos foram na vila de Porto Grande com compra de um filtro que beneficiou 31 famílias; a plantação de algodão beneficiou 10 famílias. Entre os anos de (1974 a 1978), foram feitas compras de adubo, legalização de terras, plantações de pimenta-do-reino, feijão e arroz para as localidades de Curuçambaba, Nova América, Maú, Porto Grande e Tauajó, todos pertencentes ao município de Cametá e também projetos destinados ao município de Oeiras do Pará. No total, foram beneficiadas cerca de 337 famílias com esses projetos²⁶².

No entanto, em 03 de outubro de 1980, houve um rompimento com acusações por parte da Igreja Católica contra os membros da FASE, pois suas ideologias de cunho comunista e ações desrespeitavam os preceitos cristãos da Igreja Católica. Essas acusações foram estendidas aos membros da diretoria eleita em 1979 do STR de Oeiras do Pará, esse rompimento forneceu munição para que as elites e os órgãos que se sentiam ameaçados por aquelas articulações atacassem a FASE por meio de matérias nos jornais *O Liberal* e *A Província do Pará*²⁶³. No entanto, a charge de Ubiratã Porto – que saiu no jornal *A Província do Pará*. No entanto a charge de Ubiratã Porto que saiu no Jornal *A Província do Pará*, em 1980 com a irônica frase “Bispo de Cametá Expulsa A FASE do quartinho que ocupava no depósito de pimenta da Prelazia”, chargista crítica a ação truculenta da Igreja da prelazia de Cametá contra a FASE.

²⁶² Levantamento do Fundo Rotativo da FASE – Tocantins entre 1973- 1978. Arquivos da FASE – Belém.

²⁶³ Jornal *O Liberal*. Sábado, 01 de novembro de 1980, 1º caderno: 9 “Prelazia Diz que a Fase Contraria O Evangelho”. Jornal *A Província do Pará*, 31 de outubro de 1980, “Bispo de Cametá rompe com a FASE”.



Imagem 28: Charge de autoria de Ubiratã Porto presente no Jornal *A Província do Pará* de 31 de outubro de 1980.

O conteúdo do documento que circulou por todo o território da prelazia também foi publicado no jornal *O Liberal*, a matéria dizia que o bispo havia reunido com os padres e que decidiram em conjunto romper relações com a FASE “a prelazia de Cametá abria as portas” para a entidade e dispôs toda a estrutura das Comunidades Cristãs”, mas se apresentava contrária “aos preceitos Cristãs daquela Igreja”. Por esses e outros motivos, a entidade não se pronunciava mais pela igreja no território da então Prelazia de Cametá.



Imagem 29: Nota do jornal *O Liberal* sobre o rompimento entre a Igreja Católica de Cametá e a FASE, de 01 de novembro de 1980.

Tivemos acesso à carta de rompimento da Prelazia de Cametá com a FASE, destinada aos diretores nacional e o regional da entidade. A carta dizia, entre outras coisas, que "a entidade havia tomado uma determinada linha ideológica que feria certos critérios evangélicos". Segundo O bispo dom José Elias Chaves, "existia por traz da ação dos agentes da FASE, um plano de aproveitar as estruturas da igreja e as Comunidades Cristãs de base, para impor determinadas ideias ao povo". Também acusou os agentes da FASE de estarem incitando o povo contra a igreja. Segundo essa carta, as divergências existiam há tempos e a relação estava se desgastando, criando uma série de entraves no que tangia o relacionamento das duas entidades. Os padres e o bispo alegavam que, desde a chegada da FASE no início de 1970, procuravam cooperar

para que juntos unissem forças com intuito comum de auxiliar o povo que no entendimento desses clérigos “estavam sendo auxiliados a tomarem consciência de sua realidade e buscar sua libertação”. Os clérigos reconheciam o trabalho feito pela entidade, mas que cortava as relações. A carta foi assinada pelo Bispo recém-chegado Dom José Elias Chaves e pelo administrador apostólico Padre Henrique Rienslag com o apoio de todos os padres da prelazia²⁶⁴.

A resposta da FASE chegou com um lamento e com a justificativa do porquê da carta não ter sido respondida imediatamente. O coordenador rebateu todas as acusações que haviam sido feitas contra a entidade, demonstrou também o quanto os adversários gostaram da situação do rompimento. A resposta custou a chegar a Prelazia de Cametá²⁶⁵.

Em todo o território da prelazia se propagou a circular proibindo a utilização das dependências da Igreja Católica pela FASE e proibia também os seus membros de falar em nome da Igreja. Em Oeiras, a circular continha o nome dos membros do STR do município Atanagido de Matos (Gatão), Milton da Silva Souza (Miltinho), Gabriel Oliveira da Silva, Firmo Oliveira da Silva e Amarildo da Cruz Pereira²⁶⁶. A resposta dos lavradores foi dada com a justificativa de que não falavam em nome da prelazia e sim em nome do sindicato do qual faziam parte e que lamentavam o ocorrido²⁶⁷.

O fato foi noticiado também no jornal *A Província do Pará* com as matérias com o seguinte título “‘Prelazia diz que a Fase Contraria a Evangelização’ o Bispo de Cametá rompe com a FASE”, e nessa última matéria o governador em exercício, Gerson Peres pelo partido ARENA, admitia que o novo bispo deveria estar mudando a linha que aquela região vinha adotando, visão esta que se modificou alguns anos mais tarde²⁶⁸.

Assim a Igreja católica, mesmo a ala progressista que radicalizou, não admitiu algumas praticas consideradas abusivas e expulsou de junto de si os elementos que eram vistos como comunistas, no caso alguns agentes da FASE, e procurou afetar de alguma forma suas influências como no caso dos membros do STR de Oeiras do Pará, portanto

²⁶⁴ Carta de rompimento da prelazia de Cametá com a FASE, 03 de outubro de 1980. Arquivos da FASE.

²⁶⁵ Carta de resposta da FASE sobre o rompimento entre a prelazia de Cametá e a entidade em 09 de outubro de 1980. Arquivos da FASE

²⁶⁶ Carta de resposta da FASE sobre o rompimento entre a prelazia de Cametá e a entidade em 09 de outubro de 1980.

²⁶⁷ Resposta dos lavradores de Oeiras do Pará contra a circular emitida pela Igreja Católica em outubro de 1980.

²⁶⁸ *Jornal A Província do Pará* de 18 de outubro de 1980, 1 de outubro de 1980 e 01 de novembro de 1980.

na região ocorreu algo parecido ao resultado das pesquisas do historiador Marcus Dezemone (2008), que analisa como a igreja católica aproximou-se dos movimentos sociais no campo entre a década de (1950 a 1960) para que eles não se radicalizasse, ou seja, não fosse impregnando pela ideologia comunista. Segundo (PESSOA: 2013), a igreja católica em Marabá também se radicalizou.

Contudo se faz necessário afirmar que de acordo com José de Souza Martins (1998), após 1964, o Estado militar desencadeou uma intensa e ampla repressão contra ação das esquerdas no meio rural, reprimindo grupos políticos que já atuavam em Goiás, como foi o caso da “República” de Trombas e Formoso, no município Uruaçu. As lideranças desses movimentos declaram essas duas regiões independentes do Brasil. Contudo apesar da invasão militar ficaram sinais do trabalho político do Partido Comunista do Brasil, e de outros grupos, essas ideologias se propagaram. Era uma prática da igreja católica progressista acolher em suas estruturas pessoas que tiveram ligações com partidos comunistas, mas estas relações por vezes tronaram-se tensas, como no caso da FASE de Oeiras do Pará onde existiam pessoas que pertenciam ao Partido Comunista do Brasil.

Mas antes do rompimento com a Prelazia de Cametá, ainda houve a presença dessa entidade no primeiro encontro Anilzinho, pois o documento resultante é impregnando das ideologias e métodos de intervenção da realidade resultantes das parcerias, FASE, Clérigos da região e principalmente trabalhadores rurais. Os trabalhadores rurais acreditavam que estava na hora de reagir, “já estavam cansados de perder²⁶⁹” e, ainda no clima da desapropriações e proibições que os posseiros de Anilzinho enfrentavam, foi feito o primeiro encontro de mesmo nome.

3.2. Organização do I Encontro Anilzinho

No dia 18 de outubro de 1987, foi gerado um relatório sobre como o primeiro encontro Anilzinho se realizou. O citado documento continha as memórias do Padre Thiago Poels, os relatos contidos nesse relatório fazem parte de inúmeros debates historiográficos como o de Sousa (2002), Amaral (2010) Texiera (2015) e também se faz presente no site do museu virtual de Tucuruí, no *link* sobre a história de

²⁶⁹ Frase presente no discurso dos trabalhadores rurais de Oeiras do Pará, em comemoração do Dia do Trabalhador Rural que ocorreu de 29 de julho de 1979.

Anilzinho²⁷⁰. Portanto a maior parte dos autores citados usa quase exclusivamente essas memórias de Padre Thiago Poels para escrever sobre o conflito Anilzinho.

Nas lembranças de Padre Thiago Poels (cuja imagem 30 temos no momento de distração do IV encontro Anilzinho), os trabalhadores rurais dessa microrregião analisaram que os conflitos pela posse da terra faziam parte de um processo mais amplo. Os trabalhadores rurais, em parceria com a Igreja Católica Progressista por meio dos padres, assim como a equipe da prelazia formada por leigos (enfermeiras, engenheiros agrônomos e lideranças comunitários chamados de animadores de comunidade) e a equipe FASE – Tocantins resolveram organizar- se.



Imagem 30: Padre Thiago Poels no momento em que estava se alimentado no IV Encontro Anilzinho da Comunidade Cristã de Nova América, Km 54 da PA 156, atual BR 422. Arquivo pessoal do engenheiro Bernardo Krommondejk.

Uma figura essencial nessa ação foi Padre Thiago Poels, ele era vigário da cidade de Baião entre (1941 e 1986), foi uma das pessoas mais atuantes dentro dos encontros Anilzinho. As lembranças dele foi o fio condutor que nos levou a outros rastros sobre o conflito ocorrido em Anilzinho e em toda a microrregião Tocantina. Outro relatório dessa vez encontrado na FASE com o título “Grileiros Expulsam e Perseguem o Povo de Anilzinho e Destroem seus Castanhais”²⁷¹, foi eficaz para entender melhor o conflito Anilzinho, pois anteriormente eu possuía apenas o relatório de 1987, com as memórias do Padre Thiago Poels, que relembra o conflito e, a partir daquele momento, o número de rastros presente no documento foi ainda me permitindo

²⁷⁰ Relatório encontrado na FASE datado em 18 de outubro de 1979.

²⁷¹ Relatório encontrado na FASE com a data de 18 de outubro de 1979

preencher um maior número de lacunas e ir em busca de novas pistas sobre esses conflitos e organização dos sujeitos que tornaram-se protagonistas nesse processo.

Nesse relatório encontrado na FASE, alguém esteve em Anilzinho em 18 de outubro de 1979, data em que aconteceu uma visita, em que foi possível verificar o relato dos moradores. Nessa visita durou dois dias, foi verificado que casas foram queimadas e que os posseiros foram

expulsos por latifundiários interessados em ver aquelas terras livres, mas ainda lhes foi possível, apesar de perseguidos os posseiros deram o testemunho e narraram o sofrimento que haviam vivenciado, também presenciaram que o castanhal denominado de Crova deixará de existir e percebeu que o virou fumaça para dar lugar ao pasto²⁷².

Em 1980, ocorre o primeiro encontro para a elaboração da Lei Anilzinho. Esse encontro ocorreu no município Baião na curva do Anilzinho, onde existia uma torre de telefonia. Esse encontro, por não possuir um relatório como foi elaborado nos outros nove, será reconstruído com as pistas e vestígios da memória do Pe. Thiago Poels, presente no relatório do encontro Anilzinho de 1987, assim como as memórias de Raul Couto²⁷³ e de Bernardo Krommendijk²⁷⁴.

Nas memórias de Raul Couto, membro da Prelazia de Cametá de (1979 a 1984), engenheiro agrônomo nos afirma que o encontro “Anilzinho” foi um dos momentos mais importantes da construção das lutas naquela microrregião. Houve a necessidade de um barracão que foi feito exclusivamente para o evento. Na verdade foi criada uma estrutura para o encontro feito pelos trabalhadores rurais que entravam no mato e saíam com as peças de madeira e com palha, desse modo o barracão foi levantado. Existiam várias equipes que saíam para pescar e caçar, voltavam com esses gêneros para alimentar os participantes do encontro. Outras que organizavam a mística e ensaiava as músicas, a de segurança, que se armava e ia para o mato para proteger as trilhas que levavam até o barracão onde o encontro estava sendo realizado. O evento estava ocorrendo no momento de medo e de revolta pelas expulsões dos trabalhadores rurais da terra e suas consequências²⁷⁵.

O engenheiro agrônomo Bernardo Krommendijk, por sua vez, exerceu o papel de motorista, colaborando na logística de levar padres, advogados e todos que estavam

²⁷² Ibidem.

²⁷³ Raul Couto, engenheiro agrônomo da Prelazia de Cametá de 1979 a 1984.

²⁷⁴ Entrevista realizada com Bernardo Krommendijk em março de 2015 em Cametá, engenheiro agrônomo holandês que prestava serviços à prelazia no período.

²⁷⁵ Entrevista realizada com Raul Couto, engenheiro agrônomo que prestava serviços para a prelazia entre 1979 a 1984. Entrevista realizada em março de 2015, Belém.

com o desejo de participar do encontro. Na memória do engenheiro, o que marcou o encontro foi a tensão em volta de tanta gente armada, tanto dentro quanto do lado de fora do barracão improvisado, pois a qualquer momento poderia estar explodindo algum confronto entre os grileiros – que estavam por perto – e os trabalhadores. Os agricultores também estavam preparados para qualquer coisa, então essa tensão marcou Bernardo Krommendjik mais do que o próprio conteúdo das conversas e das reuniões. Segundo ele, a tensão era intensa em volta do barracão humilde, coberto de palha, construído com material local. Todo mundo dormia de rede, “mas dia e noite existia vigilância direto para evitar qualquer problema que poderia acontecer, sendo que tudo era muito simples e ao mesmo tempo emocionante. Para este engenheiro, o povo cansou e se revoltou contra os grileiros”²⁷⁶. No que diz respeito a alimentação, uma parte a prelazia levou, na pessoa do Pe. Thiago Poels, e outra parte foi os moradores do local que contribuíram com a farinha e outros gêneros alimentícios; a carne foi adquirida por meio das caçadas noturnas²⁷⁷.

De acordo com relatório de 1987²⁷⁸, assim como o livro do sociólogo Raimundo Valdomiro de Sousa (2002), os posseiros da região de Anilzinho procuraram o Pe. Thiago Poels para ajudá-los na resolução dos problemas que os atormentavam. Existiu a orientação para que se construísse um barracão que comportasse aproximadamente duzentas pessoas, para poderem juntos discutirem os problemas²⁷⁹. Pe. Thiago Poels rememorava no encontro Anilzinho de 1987, que encontrou com o então governador do Estado do Pará, afirmava que ao encontrar com Alacid Nunes, em um almoço na casa das freiras da congregação “Filhas da Caridade”. Segundo o padre, ele recusara a ajuda do governador, pois acreditava que concordava com as pressões feitas aos posseiros da região e que ele não aceitaria nenhuma ajuda do dito governador²⁸⁰.

As matérias publicadas no jornal *O Liberal* confirmam que o governador Alacid Nunes realmente esteve em Baião em 1979, ocasião em que a cidade comemorava seu segundo centenário²⁸¹. O primeiro encontro Anilzinho se realizou mesmo com o enfrentamento de dificuldades financeiras, os pescadores que estavam

²⁷⁶ Entrevista com engenheiro agrônomo Bernardo Krommendjik em março de 2015.

²⁷⁷ Entrevista com engenheiro agrônomo Bernardo Krommendjik em março de 2015.

²⁷⁸ Relatório do VII Encontro Anilzinho ocorrido de 15 a 19 de outubro de 1987 na comunidade cristã de Mupi e o livro *Campesinato na Amazônia da Subordinação a luta pelo poder*

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ *Ibidem*.

²⁸¹ Jornal *O Liberal* de 30 de outubro de 1979: “Alacid recebe títulos e faz inaugurações em Baião”.

presentes no encontro pescaram uns 300 kg de peixes, e como conclusão desse encontro nasceu a Lei Anilzinho.

De um lado tinha o medo, do outro tinha a coragem dos lavradores que precisavam lutar por sua sobrevivência, mas eles, os membros do encontro, de acordo com Raul Couto, possuíam uma certa noção de que estavam fazendo história, pois a Lei Anilzinho, em sua visão, era um código de regras de resistência na luta e na permanência na terra, porque havia um conjunto de intervenções estatais com repercussões sociais que derivava do grande projeto da barragem de Tucuruí. Existia também relação com a abertura das estradas federais e estaduais no Pará na década de 1970. Porém, em resistência a essa realidade, construiu-se a Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros.

O conjunto de atores sociais construíram seus modos de defender, modo de defender seus direitos ou o costume de ocupação da terra. As populações envolvidas nos conflitos por terra estavam até então sofrendo ameaças, tendo seu chão grilado e sofrendo ameaças de morte. Houve um primeiro momento de afirmação de suas ações coletivas que se construíram na luta pela permanência na terra. O conjunto de comunidades da região que se identificaram na luta, reunira-se ao lado da população de Anilzinho que não mais estava sozinha, “mexeu com um, mexeu com todo mundo”²⁸², notamos que houve um momento de consolidação de uma identidade desses trabalhadores rurais em que se viam como pertencente a uma classe, criando, desse modo, uma cultura política, uma identidade, uma cultura política que não aceitou as mudanças da legislação que estavam sendo feitas na medida em que acabava com a reserva de terras dos castanhais que fora estabelecido com o Decreto Estadual 3.691 de 16 de agosto de 1961. Na década de 1970, a região do Vale do Tocantins passava pelo processo de introdução de relação de produção capitalista.

²⁸² Entrevista com Raul Couto março de 2015.



Imagem 31: do barracão de auxílio do IV Encontro Anilzinho em CC, Nova América em 1984.

O barracão acima foi construído para abrigar alguns dos participantes do IV Encontro Anilzinho que ocorreu na comunidade da Comunidade Cristã de Nova América em 1984, mas o espaço traz uma representação de como seria o primeiro barracão, que foi feito de forma mais improvisada do que como está retratado na imagem 31, mas o espaço rural da rusticidade Amazônica se repete em diferentes localidades dessa floresta e nos traz a noção do modo de vida das pessoas que habitavam essa região e como elas viviam da terra. Não viam na terra um valor de mercado, ou seja, não se pautavam prioritariamente pela titularização e demarcação de suas propriedades e criticavam as vendas feitas pelo estado. Este processo veio quebrar uma cultura de costumes de ocupação e posses das terras. Eles defenderão o costume de caracterizar a terra como daquele que a ocupava, esse foi um eixo fundamental na luta pela terra e na construção de uma dada identidade entre os trabalhadores rurais no Vale do Tocantins nos anos setenta do século XX na Amazônia.

3.3. Lei Anilzinho I e Lei Anilzinho II

O primeiro encontro Anilzinho foi realizado entre os dias 10 a 11 de julho de 1980, por um grupo de camponeses do Baixo Tocantins. Eles se denominaram de camponeses, vieram de diversas partes dessa microrregião, mais especificamente das cidades de Baião, Tucuruí, Marabá, Mocajuba, Cametá e Oeiras do Pará. Reuniram-se em Baião na comunidade de Anilzinho em um encontro que teve como tema: “Terra para quem trabalha nela”. Após a análise do contexto local, perceberam que a realidade em que se encontravam era de grilagem. Classificaram a grilagem em duas categorias a

mansa que seria, algo mais brando como alguém que poderia chegar nas terras trazendo o título definitivo e dizia-se dono da propriedade, e a violenta que ocorria quando havia a expulsão dos posseiros da terra. Na visão desses sujeitos, eram formas de opressão cometidas pelas autoridades que os deixavam em completo abandono. Para dar “um basta nessa situação de descaso, os lavradores elaboraram a Lei dos posseiros composta de 12 itens que iria do fato ²⁸³. resistir na terra até ao item, “lutar pela reforma agrária radical e imediata”²⁸⁴. Estavam escrevendo a história com suas próprias mãos.

Algo semelhante ocorreu nos estudos do historiador Edward Palmer Thompson. Este foi o autor de inúmeros livros que são respeitados no mundo todo, uma dessas obras tem como título na tradução brasileira *Senhores e Caçadores: a origem da Lei negra*. A obra trata, entre outras questões, sobre as disputas travadas entre os habitantes da floresta de Windsor e de Harshire e as autoridades administrativa inglesa que, no início do século XVIII, impunha as regras de acesso aos recursos naturais daquela região como madeira, minerais, pedras turfa, carvão etc., tendo como objetivo a privatização e substituição do direito costumeiro por outras regras que se enquadravam no modelo de desenvolvimento capitalista, que naquele período começava a se entender para o campo.

Existiam partes das florestas que eram de domínios reais e também existiam áreas de propriedade privada assim como espaços em que os habitantes pobres, de acordo com as regras que foram forjados nos costumes, tratava-se do conjunto de práticas estabelecidas e experiências coletivas compartilhadas, portanto os moradores pobres poderiam exercer o direito de coleta de frutas, extração de madeira e caça. No entanto, como meio de modificar esse costume, foi criada a Lei Negra de 1723, que foi um instrumento de implantação do capitalismo, segundo Neide Esterci (2009), era uma Lei draconiana, que reduzia o uso que esses sujeitos faziam da floresta e valorizava a privatização dos recursos que começavam a se voltar para a necessidade do mercado. A Lei Negra, segundo Thompson (1987), era atroz, não seria um ponto de vista da justiça natural nem do ponto de vista dos oprimidos por ela, mas segundo uma noção dos padrões ideais de direito e de justiça que a lei deveria alcançar. A lei punia com a morte cinquenta atos definidos como crime.

²⁸³ Entrevista com Raul Couto realizada em março de 2015, engenheiro agrônomo da Prelazia de Cametá em 1980.

²⁸⁴ Documento da Lei Anilzinho I de 1980.

O historiador inglês demonstrou as disputas em torno do sentido da lei, demonstrou que havia momentos em que a lei era usada em outros o Costume, questionou também a noção que servem apenas aos interesses dos poderosos e argumentava a existência de alguma lei era melhor que nenhuma, pois evitava que os mais fracos fossem totalmente expostos as arbitrariedades dos dominantes. Portanto as leis são sempre um campo de disputas e que as vantagens conseguidas por uma das partes dependem da correlação de forças.

Portanto a Lei Anilzinho I: A Lei dos Posseiros está baseada nos costumes praticados dentro da Amazônia, em especial no Baixo Tocantins. Esses trabalhadores construíram uma lei que os atendessem enquanto classe, pois nesse período eles já se reconheciam enquanto grupo, pois as lutas em que eles foram inseridos os obrigaram a criar atos de resistência. Segundo José de Souza Martins (1987), o uso comum da terra ocorreu no povoado de Anilzinho, no Pará, e expande-se por meio das famosas “Leis de terras” ou “Lei Anilzinho” – uma Lei popular para uso popular. A posse da terra em comum estava também na lógica da agricultura de roça e passou a inscrever-se nas lutas de diferentes grupos de posseiros no Mato Grosso, em Goiás, no Maranhão e no Pará. Segundo Marin & Castro (1999), a questão do conflito e tensão sobre a posse da terra estava na base dos encontros Anilzinho, as ações tomadas a partir da lei e seus sucessivos encontros permitiram a permanência na terra. Os sujeitos dessa região construíram uma história social cujas mudanças explodiram sob forma de luta de permanência na terra, os idosos daquela região até o final da década de 1960 afirmavam que não existiam tantos conflitos na região como os que ocorreram ao longo da década de 1970.

Através de todo esse contexto de luta e resistência foi construída a primeira Lei Anilzinho que é composta das seguintes premissas:

- 1 – Resistir na Terra;
- 2- A terra é da comunidade;
- 3- A terra é para trabalhar nela trabalha: quem vende sai da área;
- 4- Fazer demarcação nas áreas: não esperar pelo topógrafo: nem esperar pelo governo;
- 5- Defender a terra com armas se for preciso, machado, terçado, espingarda e etc, reagir ao ataque da grilagem;
- 6- Comunicar e denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas, sindicatos, entidades de apoio à imprensa, que haja solidariedade mútua;
- 7- Fazer oposição sindical e política. Que o sindicato seja dos trabalhadores. Trocar de delegado sindical pelego. Criar delegacia sindical mesmo com dez trabalhadores. Exigir do sindicato a ação em defesa da classe;
- 8- Onde tiver delegacia e comunidade, criar comissão da terra;
- 9- Construir casa comunitária ou capela e exigir postos médicos, escola, para dar mais segurança na terra;
- 10 – Organizar comunidades com homens, mulheres e jovens, através de mutirão e trabalho coletivo;
- 11- Criar um fundo

de manutenção dos encontros; 12 Lutar pela reforma agrária radical e imediata²⁸⁵.

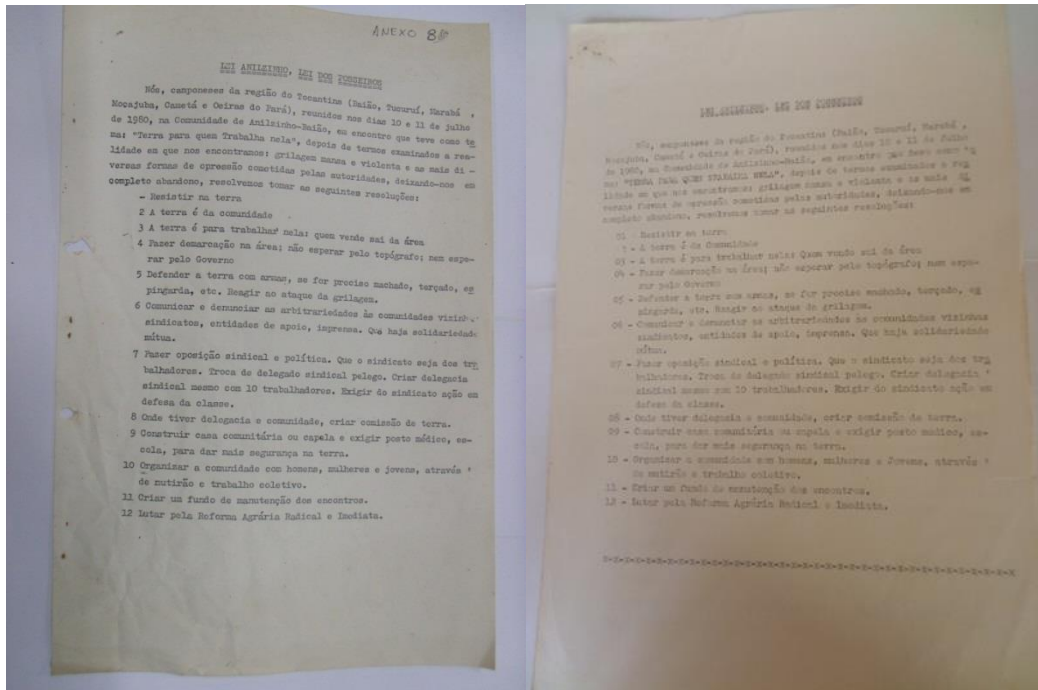


Imagem 32: Lei Anilzinho de 10 a 11 de julho de 1980. Imagem da esquerda do Arquivos da Diocese de Cametá e da direita do Arquivos da FASE.

Em 1981, ela foi reelaborada, tornando-se mais específica e detalhada, sendo chamada de Lei Anilzinho II; que além de priorizar mais a questão de não pedir empréstimos no banco para não perder a terra, trabalhava a questão de fixar o homem a terra, ou seja, de provar que aquele chão era “trabalhado”, nos informativos que circulavam pela prelazia, ou seja, por algumas cidades do Baixo Tocantins recomendava-se que era necessário melhorar a habitação e fazer sempre que possível, roças e manter a capina em dias, pois essa era uma maneira de se provar que a terra estava sendo cultivado

Para reformular A Lei Anilzinho, os camponeses do baixo Tocantins reuniram-se novamente em Baião nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 1981, novamente na comunidade de Anilzinho em encontro sobre “a questão da posse da terra”. Após terem feito um levantamento da situação em que as comunidades se encontravam, foi feita uma reavaliação e estudo sobre a organização fundiária, sindical e política. Para poder dar conta desta análise, resolveram reformular a lei que passou a ter sete resoluções e não mais 12, contudo os sub- itens de cada parágrafo a tornava mais extensa²⁸⁶.

²⁸⁵ Ibidem.

²⁸⁶ Documento da Lei Anilzinho II de 1981.

No momento da revisão da Lei Anilzinho, os membros do encontro se chamavam de “companheiros”. De acordo com o relatório do encontro, “sentiam a necessidade de se reunirem e se organizarem cada vez mais em comunidades de base, no sindicato e nos partidos políticos que defendesse a causa dos trabalhadores”. O desejo daqueles trabalhadores, reunidos pela segunda vez em Anilzinho,

“era lutar por uma sociedade mais justa, onde todos fossem iguais, por uma reforma agrária radical e imediata e que estivesse sobre o controle dos trabalhadores, pela criação da central única dos trabalhadores formado a partir da base e por um governo constituído pelos trabalhadores”²⁸⁷.

A política de créditos agrícolas dos bancos destinados à lavoura não beneficiava aos pequenos agricultores, na verdade gerava um crescente endividamento do pequeno agricultor que, por fim, perdia suas terras, revelando mais um lado pernicioso do governo federal da época e o lucro que os bancos possuíam com isso, sendo na realidade uma forma disfarçada de grilagem na visão dos trabalhadores rurais²⁸⁸, o que eles chamavam de grilagem mansa.

As péssimas condições de vida do campo motivada pela falta de assistência técnica, médica, odontológica e educacional somada à desvalorização dos produtos agrícolas, que foi agravado pelo comércio intermediário, levou muita gente a deixar a terra, ou vendê-la por um preço baixo. Os trabalhadores acreditavam que era uma forma de afastar o homem da terra, para servir de mão de obra barata. Diante dessa situação, os trabalhadores reunidos na comunidade de Baião acrescentaram que os problemas seriam resolvidos pelas suas próprias forças, por meio da união, em prol de melhores condições de vida. A intenção dos participantes era lutar por uma sociedade mais justa, na qual todos fossem iguais, por uma reforma agrária radical e imediata e que se estivesse sobre o controle dos trabalhadores, pela criação da central única dos trabalhadores formado, a partir da base e por um governo constituído pelos trabalhadores²⁸⁹. Portanto a Lei Anilzinho passou a ter o seguinte texto:

A Lei Anilzinho II possuía o seguinte texto; 1- Resistir na terra; 1.1- De maneira imediata se for preciso com armas, machados, terçado, resistir à grilagem – Comunicar e denunciar às arbitrariedades as comunidades vizinhas, sindicatos, CPT e demais entidades de apoio, imprensa, que haja solidariedade mútua; 1.2- De maneira permanente: plantar culturas permanentes e subsistência, morar na terra²⁹⁰.

²⁸⁷ Relatórios dos encontros Anilzinho ocorrido em 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1986, 1987, 1988, 1990, 1991, na Prelazia de Cametá.

²⁸⁸ Ibidem.

²⁸⁹ Ibidem.

²⁹⁰ Ibidem.

2- Propriedade da Terra; 2.1 - A terra é da comunidade; 2.2- Cabe as comunidades com ou sem topógrafo, demarcar e dividir a área entre os seus membros; 2.3- Os membros assinam um documento preparado reconhecendo que a terra que eles trabalham ou irão trabalhar é da comunidade reconhecendo que a terra que eles trabalham ou irão é da comunidade; 2.4- No caso do posseiro deixar a terra só terá direito à indenização da benfeitoria, pois a terra pertencem a comunidade²⁹¹.

3- Uso da terra; 3.1- A terra é para trabalhar nela; 3.2- Dar prioridade a cultura permanente; 3.3- Manter cultura de subsistência para a família e a comunidade. 3.4-Não se comprometer com banco.

4- Comercialização; 4.1-No processo de comercialização dos produtos, organizar cantinas ou cooperativas; 4.2- procurar vender a produção e comprar os bens necessários em conjunto²⁹².

5- Organização; 5.1 Comunitária, organizar a comunidade com homens, mulheres e jovens através de mutirão e trabalho coletivo e deve ser coordenado por uma comissão mista, construir casa comunitária capela, exigir posto médico, escola para dar mais segurança na terra, criar comissões de trabalho e estudo, conforme a necessidade da comunidade; 5.2- sindicato todos os membros da comunidade devem ser sindicalizados fazer oposição sindical, que o sindicato seja dos trabalhadores, troca de delegado sindical pelego. Criar delegacia sindical mesmo com dez trabalhadores. Exigir do sindicato ação em defesa da classe. As oposições sindicais existente, deverão articular um amplo movimento de oposições sindicais em toda a região tocantina. As oposições sindicais deverão criar comissões de educação sindical, lutar pela reforma agrária radical e imediata sob o controle dos trabalhadores. Lutar pela construção da central única dos trabalhadores (CUT) pela base; 5.3- Política- Fazer oposição política²⁹³.

6- Encontros- 6.1 Criar um fundo de manutenção dos encontros; 6.2 em casos de encontros ou qualquer outro movimento festivo, as vendas sejam feitas para o benefício da comunidade²⁹⁴.

7-Vinte cinco de julho era o dia do trabalhador²⁹⁵.

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² Documento da Lei Anilzinho II de 1981.

²⁹³ Ibidem

²⁹⁴ Ibidem

²⁹⁵ Ibidem

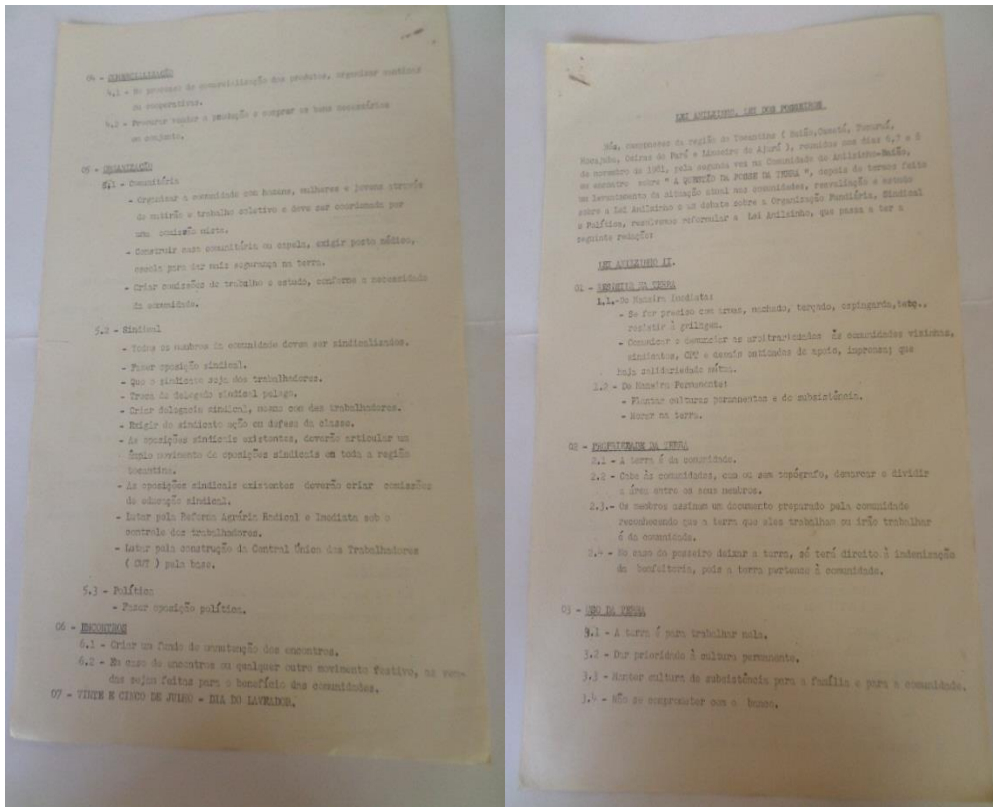


Imagem33: Lei Anilzinho II, outubro de 1981. Arquivos da Diocese de Cametá.

O primeiro artigo de Lei Anilzinho I diz que é necessário resistir na terra. O artigo demarca uma postura de homens que não querem viver fora do campo, define um identidade duramente construída e dá um recado para “aqueles homens” que eles identificam como seus opositores. O artigo 1º da lei fala para “os outros”, ou seja para seus inimigos, e ao mesmo tempo identifica os elementos que são itens fundamentais para a organização dos trabalhadores rurais que é sua comunicação e articulação com parceiros que poderiam apoiar o movimento entre eles estava a CPT, STR’s e as comunidades vizinhas. É também fruto do contexto dos conflitos agrários que estavam acontecendo na microrregião. Resistir na terra é a premissa que costura a identidade construída em um contexto de lutas. Eles já estão na terra e não aceitam sua expulsão. Não querem conquistar a terra. Querem permanecer na terra pelo ato de vontade política de lutar por sua permanência.

O artigo 2 da Lei Anilzinho I tem a terra novamente como eixo central: a terra é da comunidade. Nesse artigo, os trabalhadores rurais definem a questão da propriedade. Eles não estão lutando por titulação individuais de lotes, provavelmente a experiência de usos das terras devolutas, que tornaram-se de servidão pública para a população de Baião em 1961, fez com que muito desses trabalhadores soubessem o que

significava ter uma terra da comunidade: uma terra de todos e de usos variados. A terra que eles pretendem é provavelmente a terra do “Castanhal Grande” ou das comunidades de Anilzinho e Joana Peres I que ainda eram terras públicas, mas que seu uso era variado. A experiência de ficar na terra e estabelecer atividades de coletar, principalmente atividade do extrativismo vegetal criou uma cultura do trabalho e uma leitura do passado da microrregião que possibilitam a construção de uma identidade pensada no coletivo com forte elemento de solidariedade.

O artigo 3 da Lei Anilzinho I reafirma a noção de uso de terra como elemento de sustento da família como forma de garantir a sobrevivência, como elemento de construção de identidade. A terra não é para ser vendida, ela é para ser trabalhada. Os trabalhadores rurais que elaboram as Leis Anilzinho não querem especular com a terra; aquele que vender a terra deve sair da área, sair da microrregião, deixa de fazer parte da comunidade, perde o vínculo com o grupo, perde a identidade e não é mais visto como trabalhador rural.

O artigo 4 da Lei Anilzinho I certifica sobre os critérios das demarcações nas terras. Este artigo nos faz concluir que as demarcações feitas nas áreas deveriam ser de responsabilidade da comunidade, pois não deveria-se esperar pelo topógrafo e nem pelo governo. Os trabalhadores rurais demonstram a sua falta de confiança no governo e também constroem uma defesa que era a demarcação nas terras, contudo essa demarcação seria feita pela própria comunidade e não por terceiros. A Lei Anilzinho II de 1981, em seu artigo 2º cujo título é “a propriedade da terra, vincula a terra a comunidade e a demarcação e divisão da área deve ser feita entre seus membros”, diz que a terra era da comunidade, mas as famílias se “apropriavam” da terra pelo uso que faziam delas. Os usos da terra eram feitos de forma particular por cada família. Não há nas Leis Anilzinho I e II a noção de titularização das demarcações, o que nos parece é a que as Leis Anilzinho reafirmaram um acordo de usos da terra como bem público de uma comunidade, composta por trabalhadores rurais, com suas famílias vivendo na micro-região há várias gerações que tiveram experiências de usos das terras públicas devolutas, o que conferiu a eles uma base para construir uma identidade de classe, com uma consciência política de enfrentamento com o capitalismo que estava adentrando nas “terras da comunidade”

Na Lei Anilzinho II já há menção a um documento “preparado, reconhecendo que a terra que eles trabalham é de comunidade”. O homem que trabalha a terra “só tem direito” ao fruto de seu trabalho com a terra, as benfeitorias; a terra é da comunidade.

Aliás o trabalho rural só existe pela Lei Anilzinho como pertencente a uma comunidade, ele é visto como um sujeito coletivo. Demarcar a terra comunal é também admitir que o trabalho na terra é o trabalho de cada família. Não há menção, nas duas Leis Anilzinho, aos usos de terras feitos coletivamente, como a extração coletiva da castanha ou da seringa. A terra é coletiva, mas seus usos, suas benfeitorias é particular.

Uma relação que está muito expressa nas duas Leis Anilzinho é a relação terra x trabalho. Esta relação é central em ambas as leis, a partir dela as leis descrevem toda uma pauta de ações que presepõem a permanência na terra, a organização social e política na comunidade. Sem a terra, a comunidade não existe. A comunidade seria então uma comunidade de camponeses, solidária, coletiva mobilizada, atenta, resistente e cristã.

Quando as Leis Anilzinho usam o verbo resistir, como definidor da postura dos trabalhadores rurais frente as políticas pensadas pelos governos militares para região fica explícito que as leis são textos resultados de um processo de reflexão a partir das várias experiências com aqueles que, no contexto local, estava querendo expulsá-los da terra. Resistir é o primeiro passo para permanecer na terra. A terra tem dono. A terra é da comunidade. A terra já é ocupada. Resistir de maneira imediata, inclusive com armas se fosse preciso, que eram inclusive usada no trabalho com a terra.

Os trabalhadores que elaboraram as Leis Anilzinho I e II são aqueles que, desde de 1973, vivenciaram os processos de grilagem e conflitos agrários que estavam acontecendo na região. Já tinham passado pela experiências de denunciar os “grileiros” na imprensa para os políticos e para a sociedade. Já tinha percorrida um longo caminho, com várias formas de ações, de defesa dos seus modos de vida e sabiam que estava em um momento de grande perigo, um momento que a permanência na terra estava sendo questionada e que o inimigo usava os recursos das armas e o apoio dos governos para tentar expulsá-los da terra.

O resistir na terra era uma ação contrária a um projeto de modernização econômica, um planejamento para a microregião, em que a permanência na terra de antigos moradores, de posseiros e de trabalhadores rurais sem títulos das terras era questionada. As Leis Anilzinho I e II devem ser entendidas como textos que possuíam um acordo, que expressava um entendimento do que seja justo, legitimava e que defendia direitos como direito de permanecer na terra de seus pais, de trabalhar a terra, de cultivar a terra a partir de limites definidos e acordados por eles, de manter costumes de acesso às terras públicas, de construir seus espaços de sociabilidades, de construir

suas entidades, de estabelecer seus calendários comemorativos e de se pensarem como donos de seus destinos, como protagonistas de suas histórias.

As leis Anilzinhos Anilzinho I e II começam com uma postura de resitência e termina com a defesa de uma autonomia dessa população frente ao capitalismo que estava adentrando “suas terras” e quebrando com costumes e com todo um modo de vida, para THOMPSON (1996), o costume era pensado como uma arena na qual os interesses opostos apresentavam reinvenções conflitantes. Parece-nos que a defesa dos costumes, das formas de convivências e das formas de convivências estabelecidas é, neste contexto de 1970, início dos anos oitenta do século passado, um movimento de contestação às políticas traçadas para Amazônia. Os textos das Leis Anilzinho I e II são textos que expresam um processo de luta de classe e fazem parte de uma história agrária, de uma história social do Brasil.

A Lei Anilzinho II, em seu artigo 1º, define que resistir na terra de forma permanente é “plantar culturas permanentes e subsistência, morar na terra”. A lei dialoga com a cultura extrativista que não fixava o homem na terra, cultura de um trabalho sazonal e que fazia parte de uma herança cultural de trabalhadores rurais que não moravam na terra, mais usavam a terra como locus de sua sobrevivência. O contexto exigia a fixação do homem à terra. Nos período anteriores, com a atividade exclusiva de extrativismo vegetal, apesar de grande parte de área regional ser explorado, não era efetivamente ocupada. Já a introdução de pecuária e a intensificação dos plantios de cultivos de subsistência tinham essencialmente um sentido de ocupação da terra. Ocupar para dar mais segurança de permanência na terra, pois já havia uma onda de invasões de áreas de castanhais, que levam à substituição de parte dessas áreas por pastagens. Era necessário permanecer na terra.

As Leis Anilzinho debate o permanecer na terra. Permanecer resistindo ao “invasor”, o “grileiro”, usando a violência armada como defesa direitos, como auto defesa dos costumes, do modo de vida. Deveria-se criar novas formas de permanecer na terra pelo cultivo de plantações e pela economia de subsistência. Era necessário também criar redes de solidariedade para apoiar a permanência na terra. No texto das Leis Anilzinho há a desconfiança dos governos, pois as demarcações devem ser feitas pelos moradores, mantendo o costume de não estabelecer cercas ou de demarcar as terras a partir das referências naturais.

As Leis Anilzinho propuseram também estabelecer formas coletivas de comercializar a produção através das cooperativas, e também das compras coletivas por

meio das cantinas. Toda esta organização produtiva exige uma mobilização para organizar a vida social. Nesta organização as construções públicas devem dar pauta de ações coletivas. As Leis Anilzinho são um compromisso políticos de atuação em um campo de movimento sindical brasileiro, “o novo sindicalismo” propoz e construiu a CUT (Central Única dos Trabalhadores). As Leis Anilzinho propõe também organização sindical e oposição política aos governos militares e seus aliados. As leis definem um campo de atuação e identifica seus aliados. Não podemos esquecer que estavam vivendo o contexto da chamada “abertura” política que se fez “lenta e gradual”. Nesse contexto, o movimento sindical brasileiro estava se reorganizando, em 1979 também estava ocorrendo a reforma política que propunha eleições diretas para governos dos estados em 1982.

Alguns documentos que continham o depoimento desses personagens, ou seja, a mentalidade, a ideologia que os cercavam, como era o caso do jornal *A Voz do Lavrador*²⁹⁶ – que nos indicou o que seria o “resistir na terra” – estava associado também à noção de movimento, de permanência na terra, estava relacionado com a não desistência do posseiro da terra, de lavrar o chão, poderiam se considerar donos da terra, mesmo que não tivesse o “título de posse”. O posseiro era alertado que tinha o direito de zelar e defender de qualquer invasão, portanto para ficar com o solo, eles levavam a discursão para o campo do direito afirmando que o Código Civil Brasileiro e o Estatuto da terra, dava a eles o direito de matar em nome de sua posse²⁹⁷. Por último a matéria contida no Joranal *A Voz do Lavrador*, recomendava aos posseiros “que deveria haver uma melhora das benfeitorias da terra para que o posseiro comprovasse que era o proprietário da mesma”²⁹⁸.

A luta pela terra estava associada à vida, que iria além da discussão no campo do direito. Existia uma visão desse sujeito em relação à terra primeiro, que ela pertencia a quem nela trabalhava, e segundo está com a relação afetiva que esses sujeitos possuíam em relação à terra, a quem a lavrava de sol a sol e sustentava a nação²⁹⁹.

Portanto era pelo direito a essa terra que A Lei dos Posseiros foi “sancionado” por trabalhadores rurais do Baixo Tocantins e isso ocorreu no lugar mais propício na visão daqueles trabalhadores, que era o meio da mata, em plena disputa pela posse da terra. Ao fazer a demarcação da área, o trabalhador entrava numa nova dinâmica que

²⁹⁶ Era o boletim informativo do STR de Oeiras do Pará, volume 1, de outubro de 1979.

²⁹⁷ Jornal *A Voz do Lavrador*, volume 1, de outubro de 1979.

²⁹⁸ Jornal *A Voz do Lavrador*, volume 1, de outubro de 1979.

²⁹⁹ Poema ao Dia do Trabalhador Rural, de autoria de Atanagildo de Deus Matos.

estava sendo imposta, pois antes pelo costume se sabia pelos marcos naturais como rios, igarapés, campos de natureza relevos, ou seja, os marcos referenciais era a natureza, mas os moradores sabiam onde começava o que era comum e o que era privado. A legislação de terras paraenses até 1966 não exigia dos proprietários de terras as demarcações definitivas, o Estado desejava até então “tornar habitável o imenso território paraense”, para isso, emitia-se apenas títulos provisórios, no entanto, a partir de 1966, a dinâmica populacional da região aumentou com as inaugurações das estradas federais e dos grandes projetos na Amazônia (MONTEIRO:1980). Então, ao demarcar as terras, havia a segurança de que isso poderia ser respeitado por quem vinha de fora e não compreendia a dinâmica local. Havia pessoas estranhas adentrando na terra, logo se fazia necessário antecipar-se na demarcação, pois os órgãos governamentais não eram mais confiáveis, porém, aquele momento necessitava de certezas. Outro sujeito importante nesse momento era o topógrafo, que tinha como função fazer demarcações oficiais, por isso daquele momento não se necessitava esperar nem mais pelo topógrafo ou pelo governo a demarcação das terras, os trabalhadores rurais deveriam ser responsáveis por essa etapa.

Se fosse preciso, defender a terra com armas como machado, terçado, espingarda, etc. Reagir ao ataque da grilagem, cansados de sofrer, de perder e chorar. Havia chegado o momento de resistir com todas as forças e armas que esses trabalhadores possuíam a seu alcance, pois já haviam compreendido que a dinâmica e o costume estavam sendo mudados, mas isso não ocorreria sem resistência, identificaram-se, portanto, na luta. Enxergando-se enquanto classes, perceberam seus inimigos e o enfrentamento algumas vezes se deu de forma direto com o uso de armas (THOMPSON: 1998).

A Lei dos Posseiros foi um código de conduta que serviu de referência para as lutas por terras no Baixo Tocantins, no caso da luta armada entre, a firma Reasa e os trabalhadores rurais do Moju, a decisão foi declarada:

Na comunidade do Ipitinga no dia 05 de setembro em uma reunião que envolveu todos os moradores, sendo que no dia 06 de setembro, os 44 trabalhadores foram fazer vistoria na área onde a os empregados da firma já haviam derrubado boa parte de terra. Na empresa, trabalhava como Vigia um senhor que era morador do Curuperé, que ouviu comentário Ribeiro Soares iria fazer frente aos trabalhos e que fosse necessário, ele mesmo atiraria em quem viesse intervir na obra. Esse fator foi crucial para que os colonos se armassem e fossem para mata.

No dia 06 de setembro, na cidade Moju estava sendo realizado um encontro Bíblico, onde havia participantes de várias comunidades do interior. O encontro ocorria no salão paroquial, que ficava localizado em frente a praça principal de Moju e próximo a igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Nesse

dia um morador da localidade em conflito foi avisar ao padre Sérgio Tonetto e ao presidente do STR, Virgílio Sacramento, e as outras pessoas que também participavam do encontro que os lavradores já haviam tomado a decisão de partir para o embate, uma vez que estes iriam a noite para o local onde estava sendo feito o desmatamento. Os lavradores queriam mesmo que seu representante ficasse de prontidão para o que viesse acontecer. Mesmo considerando o fato que os moradores da comunidade que participavam do conflito e da Ação praticamente serem todos participantes e das Comunidades Eclesiais de Base, não houve outra alternativa naquele momento. Estes acharam que a solução deveria ser resolvida já na base da luta armada. Neste caso o que favoreceu muito esta decisão foi o ponto 5 da Lei Anilzinho, que dizia o seguinte: “Defender a terra com armas, se for preciso, machado, terçado, espingarda, e etc. Reagir ao ataque da grilagem”. Sendo que neste caso, a espingarda é que foi a arma usada, pois, para os moradores, os grileiros viriam armados. Para dar mais encorajamento e ser sinônimo de luta pela resistência foi cantado O refrão do hino dos Lavradores, do autor Benedicto Monteiro “*Agora nós Vamos pra luta, A terra que é nossa ocupar (...) Na Lei, ou na marra, nós vamos ganhar*”. (SACRAMENTO, Elias diniz. 2009, pg 70)

Segundo José de Souza Martins (1989), as lutas camponesas na Amazônia não nasceram no seio da organização política partidária e sim espontaneamente e de forma defensiva, com resistência a ação violenta de policiais e pistoleiros a serviço de grileiros de terra e grandes proprietários: os despejos violentos, assassinatos, violações de domicílios, incêndios e destruição de casas, lavouras e colheitas, etc. Na maioria das vezes, o trabalhador rural foi colocado diante da falta de alternativa: ou aceitava a expulsão ou reagia para não morrer. Esse foi o caso dos moradores de Anilzinho, Joana Peres e de moradores dos municípios de Oeiras do Pará e Moju, mas foi caso de várias localidades dessa imensa floresta Amazônica também.

A Lei Anilzinho avisava também que era necessário comunicar e denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas, sindicatos, entidades de apoio, imprensa e que houvesse solidariedade mútua naquele momento: “mexeu com um, mexeu com todos”³⁰⁰. A rede de comunicação seria essencial para aglutinar os trabalhadores rurais, pois era se fazia necessário que não ficassem isolados e todos os membros que os apoiassem terem conhecimento do que estava acontecendo para assim arquitetarem meios para reagirem ao ataque da grilagem, afinal esses sujeitos estavam cansados de perder.

Outro passo importante a ser tomado seria a oposição sindical. O sindicato deveria ser dos trabalhadores. No imaginário daquele momento, dever-se-ia trocar o delegado “pelego” por candidatos que esses trabalhadores consideravam que realmente

³⁰⁰ Fala da entrevista do participante do primeiro Anilzinho, Raul Couto. Entrevista realizada em março de 2015.

lhes representasse. Era necessário criar a comissão da terra onde tivesse delegacia e comunidade.

O entrelaço entre a parceria dos trabalhadores rurais e a Igreja Católica Progressista poderá ser indicado no item nove da lei: construir casa comunitária ou capela. Esses eram moldados da vivência da igreja progressista daquele momento, inserida nos movimentos sociais numa igreja mais voltada pela “opção preferencial dos pobres”, mas, ao mesmo tempo, com intenso cuidado de se radicalizar totalmente e perder, desse modo, um controle aparente da situação. Era necessário também exigir a criação de postos médicos e escola para que existisse mais segurança na terra.

A organização da comunidade seria importante e deveria se contar com a ajuda de todos homens, mulheres e jovens por meio de mutirão e trabalho coletivo, que no período era uma prática costumeira, sendo que toda a comunidade participava nas plantações e trabalhavam de forma coletiva; essa prática deveria ser mais fomentada.

Era necessário também criar um fundo de encontro para manter organização e lutar pela reforma agrária radical e imediata. Esses trabalhadores rurais do Baixo Tocantins defendiam essa postura, porque, após vários debates, entenderam que ela deveria ocorrer, uma vez que toda a população dependia dos trabalhadores rurais e da luta diária dos lavradores. Todos possuíam direitos, os sem terra e dos que pouco tinham terras, os índios, os operários e de todas as classes que estavam oprimidas.

Portanto, para compreender melhor o que seria a reforma agrária radical na visão desses trabalhadores analisaremos um documento denominado de “Reforma Agrária Radical e Imediata” que foi o resultado de uma assembleia realizada no dia 23 de agosto de 1980. Os trabalhadores rurais de Cametá, Baião e Oeiras do Pará se reuniram novamente, dessa vez o intuito era debater o que seria e como seria feita a reforma agrária radical e imediata que falava o último ponto da I Lei Anilzinho. Na visão desses sujeitos, era necessário dividir todas os tipos de latifúndio, dividir as terras devolutas pelos posseiros, pequenos lavradores sem terra ou com pouca terra para todos que desejavam trabalhar nela, inclusive os moradores de favelas e das grandes cidades³⁰¹.

Na visão dos trabalhadores rurais, dever-se-ia dividir ou entregar tudo aos trabalhadores de forma coletiva as culturas dos latifundiários que ganhariam incentivos fiscais e dividir a terra do latifúndio de acordo com a quantidade, qualidade de hectares

³⁰¹ Documento sobre a visão dos trabalhadores rurais do baixo Tocantins de como deveria ser a reforma Agrária radical e imediata, Cametá 23 de agosto de 1980.

que possuíam, sendo diretamente proporcional ao número de integrantes da família que iriam recebê-los. Por último e não menos importante acreditavam que deveria haver a extinção dos órgãos governamentais existentes naquele período, além do mais deveria ser construído as comissões de terras locais, formada por lavradores livremente eleitos para dirigir a reforma agrária em cada microrregião. Desse modo, deveria ocorrer também o fim do imposto territorial rural e, paralelo a isso, iriam lutar pelo ensino agrícola destinado aos lavradores, cujos filhos poderiam fazer experimentação científica³⁰².

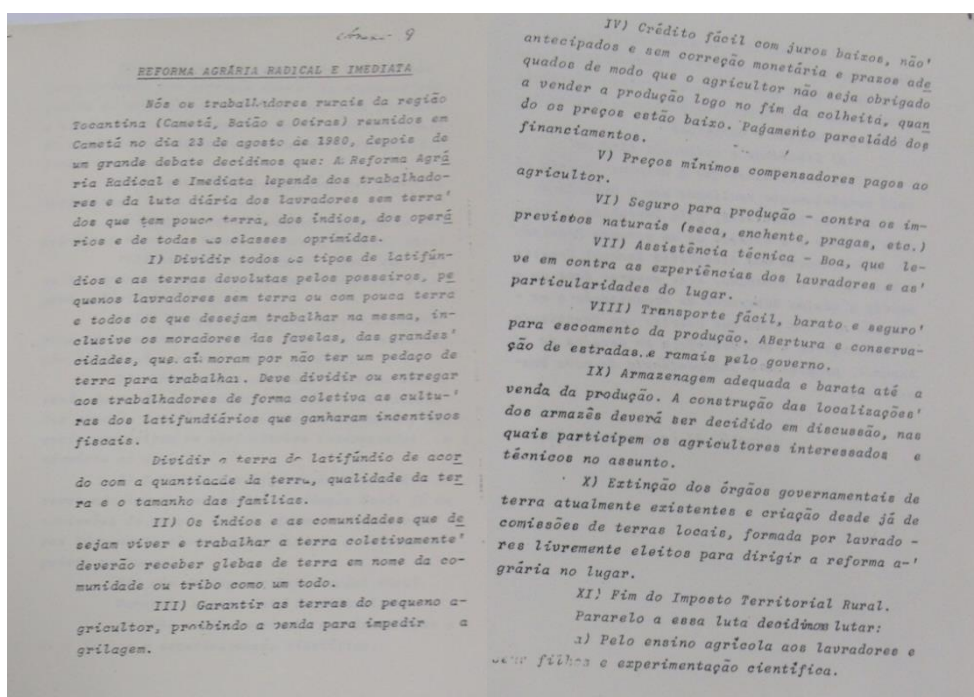


Imagem 34: Documento sobre a reforma agrária radical na visão dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins. 23 de agosto de 1980. Arquivos da FASE.

No período da reformulação da Lei Anilzinho³⁰³, foram apresentados problemas a respeito da terra da política de créditos agrícolas, dos bancos e das condições de vida do homem do campo. Os problemas da terra se desenrolavam de duas formas: de forma mansa e depois se tornava violenta. Existia a ameaça de implantação dos projetos como Proálcool, Provarzea, plantações de Seringa, Madeiras e a invasão de empresas agropecuárias, o que gerava insegurança e risco de desapropriação dos posseiros tanto para os moradores da terra firme, quanto das ilhas³⁰⁴. Isso criava um

³⁰² Documento sobre a visão dos trabalhadores rurais do baixo Tocantins de como deveria ser a reforma Agrária radical e imediata, Cametá 23 de agosto de 1980. Arquivos da FASE

³⁰³ Relatório da reformulação da Lei Anilzinho 6 a 8 de novembro de 1981.

³⁰⁴ Relatório da Reformulação da Lei Anilzinho, ocorrido em Baio na Comunidade de Anilzinho, em 6 a 8 de novembro de 1981.

clima de insegurança e instabilidade, somada com indignação pela ameaça de perder suas pequenas propriedades de uso familiar. Gerou a necessidade de reagir e fazer algo para manter seu modo de vida.

Esses sujeitos percebiam também que a política de créditos agrícolas dos bancos destinado à lavoura não beneficiava os pequenos agricultores, na verdade gerava um crescente endividamento do pequeno agricultor que, por último, perdia suas terras, revelando mais um lado pernicioso do governo federal da época e o lucro que os bancos possuíam com isso, sendo na realidade uma forma disfarçada de grilagem.

As péssimas condições de vida do campo motivada pela falta de assistência técnica, médica, odontológica e educacional – somada à desvalorização dos seus produtos que é agravada pelo comércio intermediário – levava muita gente a deixar a terra para se empregar ou vendê-las por um baixo preço. Os trabalhadores acreditavam que era uma forma de afastar o homem da terra para servir de mão-de-obra barata. Diante dessa situação, os trabalhadores reunidos nas comunidades de Baião acrescentaram que os problemas seriam resolvidos pelas suas próprias forças, por meio da união e com apoio da Igreja Progressista em prol de melhores condições de vida³⁰⁵.

De acordo com o sociólogo Raimundo Valdomiro de Sousa, havia uma diretriz do movimento para os trabalhadores rurais não tomarem empréstimos do banco devido aos altos juros, o que tornava difícil o pagamento da dívida e conseqüentemente havia o risco de perderem as terras. Aqui se entende grileiros como sendo pessoas que geralmente são detentores de falso título de terras (ou de escrituras), ou irregularmente obtidos e que munidos destes documentos tentam apropriar-se das terras já ocupadas por posseiros. Uma vez que as terras tornaram-se mais acessíveis e valorizadas³⁰⁶.

A questão da Lei Anilzinho estava também associada ao debate nacional para a conquista dos Sindicatos para a mão dos Trabalhadores, pois, de acordo essa visão, os sindicatos não estavam representando suas categorias, mas sim para as classes dominantes. Portanto era necessário unir forças para a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A criação e o fortalecimento dessa entidade seriam essenciais para representação da maioria dos movimentos sindicais daquele período, pois, segundo essa visão, esse órgão seria capaz de se comunicar com as bases e sindicais e dialogar também com as classes dominantes, conservando mesmo assim os interesses dos trabalhadores.

³⁰⁵ Ibidem.

³⁰⁶ Dicionário da Reforma Agrária na América latina Clodomir Santos (2003).

Ao longo do século XX, os sindicatos sofreram com as intervenções governamentais, tanto na época do Estado Novo quanto na do golpe civil-militar (1964-1985), e seus respectivos intervalos de tempo (PEREIRA, 2004; BARROS, 2007; ROLLEMBERG, 2007), porém em meados das décadas de 1970 e 1980, verificou-se no Pará articulações promovidas, em grande parte pela Igreja Católica Progressista, para que ocorresse a tomada dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais das mãos dos pelegos. Como eram chamados outros grupos de trabalhadores rurais que atendiam as ordens dos políticos locais (SOUSA, 2002), para a mão dos trabalhadores também do campo, que foram preparados ideologicamente, em inúmeros encontros promovidos pela Igreja e a FASE, com intuito de auxiliá-los na proposta de um novo sindicato, que representasse de fato o interesse da categoria e para que essas entidades deixassem de ser meros órgãos assistencialistas (PETIT, 1996; SOUSA, 2002, SACRAMENTO, 2003; PESSOA, 2013; FONTES, 1996)

Outro item novo nessa legislação era a valorização do Dia do Trabalhador Rural. Esses sujeitos estavam vivendo o momento que se reconheciam como uma categoria essencial ao desenvolvimento da nação, eles, em sua visão, eram a base da sustentação das cidades. Essa realidade foi exposta num Poema “Ao dia do trabalhador rural”.

era do agricultor que vinha a alimentação (...) estes trabalhavam como louco para sustentar a nação, as pessoas não reconheciam o valor que eles possuíam o trabalho era árduo de sol a sol no cabo da enxada, e para completar a situação esses trabalhadores estavam perdendo suas terras para as empresas que adentravam o baixo Tocantins, mas sabiam que com suas lutas iriam conseguir vencer as adversidades que lhes eram impostas.³⁰⁷

Existiam várias representações desses momentos como poderá ser verificado tanto na imagem 35, do Pe. Geraldo Arms – que vestia a camisa do dia 25 de julho, no IV encontro Anilzinho, à esquerda – como numa das capas do informativo comunidade cristã, que eram os jornais que circulavam por todo o território da então prelazia da época. Todas essas representações eram importantes para esses sujeitos, pois os tornava protagonistas de suas próprias histórias.

³⁰⁷ Com base no Poema de do dia do trabalhador rural de Autoria de Atanagildo de Deus setembro de 1979. Posse do STR de Oeiras do Pará.

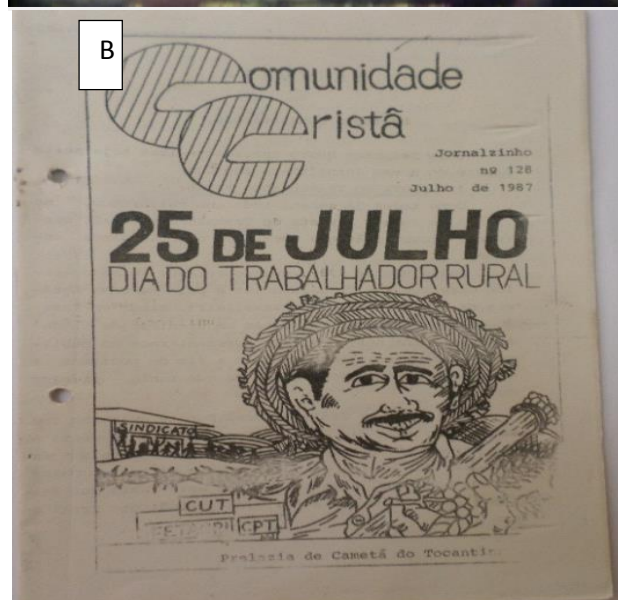


Imagem 35: Na imagem A temos a visão do Padre Geraldo Arms vestindo a camisa do dia 25 de julho, no IV Anilzinho da CC de 1980 nova América.e na B com capa do informativo do boletim Comunidade Critã, jornal da então prelazia de Cametá, hoje diocese, com destaque para o Dia do Trabalhador Rural.

Torna-se evidente a influência da Igreja Católica Progressista na Lei Anilzinho. Isso pode ser verificado quando no item 5 solicita além da organização de mulheres e crianças a construção de casa comunitária capela, demonstrando uma presença dessa igreja. Ao pedir a união dos pequenos trabalhadores do campo que eram pertencentes às comunidades cristãs, para se organizarem em torno da defesa de seu bem material mais precioso: a terra. A organização passava por alguns pontos como a defesa de uma

reforma agrária radical, a união e tomada dos sindicatos para diretorias que representassem de fato os trabalhadores. Ao lutar em favor dos pequenos agricultores, a Igreja Progressista foi de encontro aos grandes projetos como a construção sem planejamento que beneficiasse as pessoas que iriam ser atingida pela barragem de Tucuruí ou quando fez campanhas contra os empréstimos bancários que endividavam o agricultor, resultando na perda de sua propriedade³⁰⁸.

Os encontros Anilzinho que se seguiram após a “promulgação” da lei tiveram um papel importantíssimo na denúncia dos conflitos de terra, na organização de cantinas, na tomada dos sindicatos, nos projetos agrícolas e na campanha contra as consequências negativa que a barragem de Tucuruí poderia gerar. Torna-se difícil não reconhecer a importância dos encontros Anilzinho na resistência de uma parcela da população tocantina que participava da Igreja Progressista.

Faço uma observação que a Igreja Católica Progressista esteve junto com os trabalhadores rurais, promovendo e ajudando em todas as etapas do processo como a escolha de conteúdos com conceitos Marxistas para a formação dos agricultores, fornecendo subsídios para um melhor entendimento da conjuntura da década de 1980 com a finalidade de esse povo entender mais perfeitamente seu papel histórico. Os palestrantes também possuíam um acabaço de formação voltado para as temáticas de distribuição de renda, reforma agrária, conjuntura, entre outro. Na maioria das vezes, eram sindicalistas ou ligados a algum movimento social³⁰⁹.

A partir de 1980, com a formulação da Lei Anilzinho, ocorreram 10 encontros, cuja principal finalidade era aglutinar os trabalhadores rurais em prol de uma organização, denunciar a grilagem e a expulsão dos trabalhadores rurais das terras públicas, assim como buscar meios de organização para fazer resistência e, desse modo, não perder a terra nem para o grileiro e nem para os bancos³¹⁰ como já foi comentado anteriormente.

Seguiu-se, portanto, uma espécie de calendário: a primeira lei foi elaborada nos dias 10 a 11 de julho de 1980 na localidade de Anilzinho com tema “terra para quem nela trabalha”. O segundo encontro também foi em Anilzinho, realizado de 6 a 8 de novembro de 1981 com a reformulação da lei e com o tema “A questão da posse da

³⁰⁸ Relatório da Reformulação da Lei Anilzinho, ocorrido em Baião na Comunidade de Anilzinho, em 6 a 8 de novembro de 1981.

³⁰⁹ Relatório do Problema de Terra em Carapina, primeira reunião março de 1982.

³¹⁰ Análise dos 10 encontros Anilzinho.

terra”. O terceiro encontro foi na Comunidade Cristã³¹¹, C.C – Nova América, em 1982, ocorrido de 29 a 31 de outubro. O quarto em 1983 também na CC Nova América 20 a 24 de outubro de 1983, no KM 57 da PA 156 (estrada que liga Tucuruí a Cametá, atual Br 422). O quinto ocorreu na CC de Livramento em 1985 de 24 a 28 de outubro; o sexto foi na CC de Aranquembaua em 18 de outubro de 1986. O sétimo foi na CC de Mupi em 1987 de 15 a 19 de outubro. O oitavo ocorreu em Pacajá, transamazônica, em 1986, na paróquia de Cristo Rei, de 13 a 16 de outubro. O nono foi em Limoeiro do Ajuru em 11 a 15 de outubro de 1990 e o décimo e último encontro em Tuerê- Pacajá em 1991 de 24 a 27 de outubro³¹². Todos os lugares citados são localizados em comunidades rurais e também núcleo de Comunidades Cristãs, longe das cidades e de mais fácil acesso dos trabalhadores rurais, sendo uma forma de não se afastar da realidade do campo e de seus cotidianos muitas vezes marcados por confrontos em função da terra.

O sociólogo Raimundo Valdomiro de Sousa (2002) afirma que ocorreram 11 encontros e que o último foi em Igarapé-Miri, mas até nesse momento da pesquisa não encontrei esse relatório e os entrevistados Carlos Shafaschek Neto, Edir Pinheiro e Bernardo KrommondJik também não lembram desse encontro. As informações que pude apurar é da décima ata, ou seja, do encontro Anilzinho em Pacajá na localidade de Tuerê de 1991, que dizia que os encontros Anilzinho iriam passar a ocorrer de dois em dois anos, e que o próximo seria em Igarapé-Miri em 1993, mas isso talvez não tenha ocorrido. Os nove encontros restantes Anilzinho foram feitos, como os primeiros, com muitos debates, votações, mas tornou-se um lugar que se levava a família. Existia a forte presença da igreja e a maior parte dos encontros foram feitos na ruralidade, existia espaço para os chamados momentos culturais e de lazer onde havia recitação de poesias ou cantos que relatavam o cotidiano dessas pessoas como foi o caso da música abaixo.

Canto Anilzinho

Ref: Ai, ai, meus companheiros (Bis)

1. Tenho pena daquele povo
de Anilzinho, Ipaú,
Joana Peres e Virgínia.
Está sofrendo a mesma dor.
Lá está o fazendeiro/
Expulsando o Lavrador.
Ah! Meus companheiros/

³¹¹ As comunidades cristãs foram fundadas no território da prelazia de Cametá em 1969. Como possuíam sua organização e função análoga as CEB's, não houve, no entender dos clérigos e leigos, a necessidade de mudar a denominação. Utilizo o termo C.C, no lugar de CEB'S, pois assim as fontes e os sujeitos aqui nesse trabalho analisado denominam.

³¹² Relatórios dos encontros Anilzinho do ano de 1980, 1981, 1982, 1983, 1985, 1986, 1987, 1988, 1990 e 1991.

- veja em que ponto chegou.
2. Tocou fogo em onze casas/
Suas plantações mudou,
Levou porco e galinha,
Água do poço envenenou /
Botou os pobres no seu carro/
Em Tucuruí soltou.
Ah meus Companheiros
veja o que os nossos irmãos
Passou (bis).
 3. Isto está acontecendo/
no nosso país inteiro:/ Os pobres não têm direito:/
Os pobres não têm direito. Só quem tem é o fazendeiro./
Ah! Meus companheiros/ Este é verdadeiro.
 4. É uma falta de respeito./ Me escute, preste atenção/
Pobre já acabou a Lei/ dentro desta nação. Ah meus companheiros
Que triste situação (Bis).
 5. Perde terra, perde vida./ perde tudo o que pobre tem.
Se ele procurava o direito/ e o que o pobre não tem/
Ah! Meus companheiros/ não se acredita em ninguém.
 6. Se o pistoleiro mata um pobre/ para ela acontece nada/
Mas se mata um pistoleiro,/ O pobre condenado.
Ah ! Meus companheiros/ que situação danada.
(Francisco Assis contente 1980)

A música de Franco Assis Contente “Chicão”, poeta, compositor e lavrador, foi reconhecido como uma das grandes lideranças dos Trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins, foi o primeiro presidente do STR de Cametá após as campanhas de oposição entre (1985 a 1990). Além deles, foram várias como Luiz Gonzaga da Cruz “Zé Capina” que foi presidente do STR entre (1997 a 2000) e deste ano até 2004, foi vereador em Cametá. A música de Anilzinho narra o conflito sobre o qual foi criada uma memória que foi consolidado na região, a letra cita Anilzinho, Joana Peres e Virginia, para as duas primeiras localidades levantei várias documentações que dizia respeito a estas localidades, no entanto, até o presente momento da pesquisa, não encontrei relatos sobre a localidade de Virginia, contudo os dados como o número de casa incendiadas – que foram 11 – e o envenenamento de poços e animais também são novos. Abaixo temos a imagem 36, de Francisco Assis Contente cantando no momento do almoço do IV encontro Anilzinho junto dos demais trabalhadores rurais.



Imagem 36: de Francisco Assis Contente e trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins em 1984 no encontro Anilzinho IV em seus momentos culturais. Arquivos pessoais de Bernardo Krommondijk.

A seguir temos a capa do livro de cânticos da prelazia com o tema a “Lei Anilzinho: A Lei dos posseiros”. Nela verificamos uma passagem bíblica que dizia “Agora portanto reparte está terra para que seja do povo, Josué 13,7”. Na imagem 37, percebemos a cerca sendo rompida, com a representação do latifúndio sendo dividido, a multidão adentro as terras carregando seus instrumentos de trabalho como foice, facão, enxada e outros, prestes a se confrontar com os jagunços presentes naquela terra, contudo o versículo, apresentava a firma o direito bíblico assegurados a esses sujeitos.

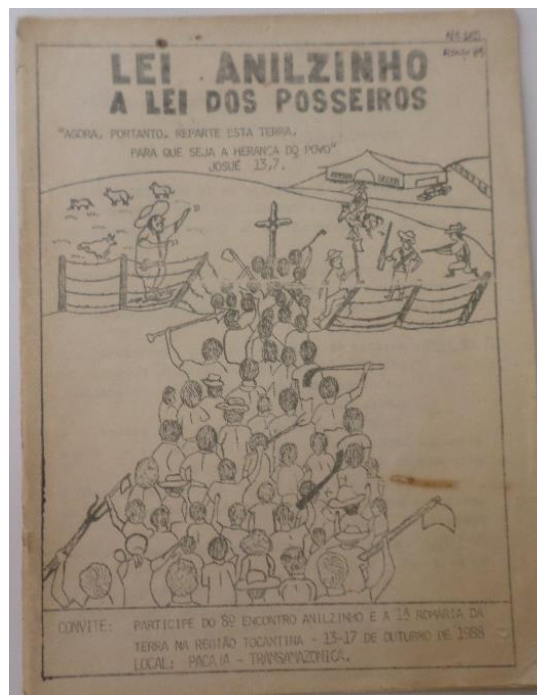


Imagem 37: Capa do livro de cânticos da então prelazia na década de 1980. Acervo da Diocese Cameté.

A seguir temos algumas imagens que compravam alguns dos elementos que foram discutidos nesse texto como o fato da Igreja Católica Progressista da então prelazia de Cameté estar intrinsicamente com os encontros Anilzinho como pode se verificar na Imagem 38, na qual verificamos pelo “hábito”, ou seja, as vestes da congregação das filhas da caridade.



Imagem 38: Ao lado direito, verificamos a presença de uma das “irmãs” da congregação das filhas da caridade. IV Encontro Anilzinho de 1984. C.C, Nova América. Arquivos pessoais do engenheiro Bernardo Krondejik.

Segundo ponto, o espaço dos encontros Anilzinho desde seu início foi algo aberto para as comunidades de trabalhadores rurais onde poderiam fazer denúncias, demandar tarefas e metas a serem cumpridas para que, juntos, como classe, pudessem reagir a realidade que lhes eram impostas, tomarem decisões que afetavam diretamente seus futuros e também modificavam suas realidades. As duas imagens a seguir demonstram o engenheiro agrícola da prelazia, Raul Couto, discursando entre dois trabalhadores, provavelmente expondo suas pautas de discursão, e imagem 39 demonstra o momento em que a assembleia está votando na pauta, dentro dos barrocões do encontro que serviam como dormitório a noite, verificado pela presença de redes e pela manhã e tarde como espaço de debates.



Imagem 39: Raul Couto discursando no IV Encontro Anilzinho na Comunidade Cristã de Nova América em 1984.



Imagem 40: Momento de votação de pautas no IV Encontro Anilzinho na Comunidade Cristã de Nova América em 1984. Arquivos pessoais de Bernardo Krondejik

Dentro das assembleias pode ser notada a presença de crianças, idosos, mulheres e Jovens dentro dos demais encontros³¹³, a família estava presente como pode ser verificado com a imagem 41, quatro que as jovens mães tomam conta de seus bebês enquanto aguardam pelas discussões que ocorriam ao longo do dia nos barracões. As estruturas para manter os encontros eram elementos muito importantes, pois tanto na Lei I Anilzinho no seu artigo 11, quanto na lei Anilzinho II em seu artigo 6, à menção sobre- a criação de um fundo de manutenção dos encontros, sendo que na II podemos observar que existia mais uma ressalva que “em casos de encontros ou qualquer outro movimento festivo, as vendas sejam feitas para o benefício da comunidade³¹⁴” existia na concepção desses trabalhadores a necessidade de se organizarem, mas para manter essas estruturas de encontros em que vinham várias pessoas de diversos lugares do Baixo Tocantins, as pessoas se doavam de diferentes maneiras e entre elas estava incluso o papel primordial das cozinheiras que tinham com função manter a alimentação do encontro como poderá ser verificado na imagem 42.



Imagem 41; Jovens mães trabalhadoras rurais cuidando de seus filhos enquanto aguardavam as discussões nos barracões onde ocorriam os encontros Anilzinho. IV Encontro Anilzinho na Comunidade Cristã de Nova América em 1984. Arquivos pessoais de Bernardo Krondejik.

³¹³ Os demais encontros Anilzinho serão melhores discutidos no primeiro capítulo de minha tese de doutorado.

³¹⁴ Artigo seis da Lei Anilzinho II.



Imagem 42: As trabalhadoras na cozinha improvisada dos encontros Anilzinho preparando a alimentação do encontro. IV Encontro Anilzinho na Comunidade Cristã de Nova América em 1984. Arquivos pessoais de Bernardo Krondejik.

Percebemos a presença de crianças e idosos nesses encontros, demonstrando-nos assim a inserção da família e a importância que este momento possuía. Outro momento importante dentro desses encontros era o das atividades religiosas junto com os movimentos culturais que deram como resultado uma vasta produção de cantos e poesias. Experiências como essas se repetiram também dentro das místicas das romarias da terra, e também nas atividades organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).³¹⁵”.

Portanto, verificamos que a Lei Anilzinho e seus encontros se tornaram referências para os trabalhadores rurais da região do Baixo Tocantins, a lei foi mais uma vez utilizada como campo de disputas, contudo aqueles sujeitos criaram a lei que atendesse suas necessidades, seus costumes, pois a frente agropecuária tentava adentrar seus espaços, os projetos desses agropecuaristas visavam a implantação de pastos no lugar dos castanhais que já haviam sido alvo de disputas dos acentrais dos trabalhadores rurais com índios Asurinís, que haviam sido reduzido em número considerável com a construção da PA 156 – atual BR 422 – em 1976, e posteriormente foram alocados para a reserva Trocará.

Contudo, na mesma década, enfrentaram um embate que, segundo sua visão, foi ainda maior: os compradores de terras centro-sulistas possuíam o capital e os

³¹⁵ Entrevista de Raul Couto março de 2015.

incentivos fiscais do governo federal, mas esses trabalhadores rurais por estarem cansados de serem expulsos de suas terras e de seus ancestrais resolveram construir a Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros, legado que não pode deixar de ser discutido por outras pesquisas futuras, pois a questão dos conflitos agrários e da reforma agrária é uma pauta que ainda está distante de ser resolvida em território brasileiro. Provavelmente a reforma agrária seria a solução para alguns dos problemas sobre a óptica do que seria considerado socialmente justo, evitando ainda que os índices de morte no campo parem de crescer. Nessa microregião de Cametá, Oeiras do Pará, Baião e Igarapé-Miri não detectamos mortes no campo, mas as perdas existentes por esses sujeitos não mensurava com números, pois a expulsão das terras, ou a destruição de suas colheitas, o exterminio de seus serimbabos, ou o envenenamento de suas águas, são questões que não poderiam ser quantificadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos pela posse da terra na microrregião do Baixo Tocantins fazem parte da História Agrária do Brasil contemporâneo. O período estudado – de (1961 a 1981), ou seja, duas décadas – foram essenciais para que ocorressem modificações drásticas no cotidiano das pessoas do Vale do Tocantins, mesmo anos mais tardes os processos de conflito pela posse da terra ainda se desdobram e nos trazem inúmeras inquietações. Analisei dois encontros Anilzinho, mas ainda faltam oito e precisamos entender como a Lei dos Posseiros foi propagada pelo Pará e como foi utilizada, pois os encontros Anilzinho foram essenciais para a construção das articulações das correntes sindicais de oposição na região do Baixo Tocantins, assim como as manifestações contra a construção da Barragem de Tucuruí. Ainda falta também uma melhor análise para entender a atuação das mulheres dentro desses movimentos sociais.

Precisamos melhor verificar as outras cidades da região, assim como as mortes ocorridas no campo. Uma dessas mortes foi o caso de Benedito Alves Bandeira (o Benezinho), que foi uma contra resposta das elites locais a um fenômeno que estava ocorrendo, que na verdade eram as resistências, ou seja, a organização dos trabalhadores rurais que se articularam no Estado do Pará. Benedito Alves Bandeira era presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu e foi morto em 4 de julho de 1984, na época possuía 31 anos de idade, seis filhos menores. Foi eleito presidente pela chapa 2, chapa de oposição sindical em março de 1983; era animador de comunidade do conselho paroquial da Igreja Católica e membro do diretório municipal do PMDB. Os assassinos foram presos, contudo mais de mil pessoas invadiram a delegacia, mataram os três pistoleiros e atearam fogo no prédio.

Foi a partir dos questionamentos sobre os conflitos pela posse da terra, das políticas e dos modelos econômicos que adentraram a essa região do Pará que desenvolvemos esse trabalho, contudo isso não significa que escrevemos apenas história regional, pois o processo não estava vinculado a uma questão local, mas um fenômeno global de expansão do capitalismo, de um modelo desenvolvimentista pensada e praticada por governos militares autoritários que desenvolveram políticas para a região sem levar em conta a presença de pessoas que já habitavam Amazônia. Esses projetos feitos sem ninguém da região participar criou um território marcado pela violência, no qual parte do ecossistema da floresta deu lugar aos pastos e as grandes plantações monoculturas, tais como o dendê e a soja, bem como a destruição de modo de vidas voltada para dinâmica dos rios como era caso dessa população a jusante do rio

Tocantins. Portanto desde 1961, quando o Decreto 3.691/61 tornou as terras do chamado Castanhal Grande, terras de Servidão Pública³¹⁶, para a população de Baião a 1981 com a elaboração da Lei Anilzinho II, houve uma grande mudança na dinâmica da região, a legislação fundiária do Estado também mudou bastante, até 1966, o objetivo era proteger as terras de castanhais, seringais e manter grande parte da floresta preservada, pois a economia de mercado do estado do Pará era voltada para o extrativismo advindo da floresta, isso era baseado na Lei 913/54, porém após o golpe civil-militar o então governador do estado Jarbas Passarinho, por meio da Lei 3.641/66, suspendeu todas as legislações anteriores e, na visão desse modelo, a floresta deveria ser derrubada, pois o valor atribuído a partir daquele momento era ao metro cúbico da madeira tais como a da ucuuba, do pau-rosa, o pau-darco, a massaranduba ou o mogno, a riqueza extraída da *Euterpe oleracea* era o palmito e não seu fruto que é o açaí, o interesse era a “terra nua” e a floresta no chão, sendo esta a visão do que seria progresso para os governos militares.

Para que houvesse a venda dessas terras existiram vários investimentos e muitas propagandas. Foram desenvolvidos estudos minuciosos pela SUDAM, cujo objetivo central era mapear as riquezas da Amazônia e os principais potenciais de cada região foram analisados, o que eles denominaram de “vales”, entre eles estava o Vale do Tocantins, concluímos que a visão desenvolvimentista se sobrepôs ao modo de vida local.

No entanto, várias resistências a esse processo ocorreram e inúmeros conflitos pela posse da terra se desdobraram e ainda se desdobram em pleno século XXI. A abertura da Trans-Cametá, em 1978, e a construção da hidrelétrica de Tucuruí atraiu inúmeros emigrantes, isso influenciou de maneira diretamente proporcional na especulação de terras. Contudo a ótica que busquei analisar desses fatos foi a visão e as impressões que esse processo histórico deixou nos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins. Assim esse trabalho é o que a história denominou de “uma história vista de baixo”, pois foi “através dos olhos” desses sujeitos sociais, ou seja, pela perspectiva desses homens e mulheres do campo que buscamos entender o processo da entrada dos grandes projetos na Amazônia e as modificações na dinâmica da região que transformou

³¹⁶ De acordo com a Lei estadual 913 de 4 de Dezembro de 1954, as terras de serventia pública ou de servidão pública, seriam terras devolutas com produtos nativos coletáveis, que se julgava necessário a serventia pública com preferência pelas terras situadas nas proximidades dos centros populosos e de maior produção, junto a populações com mais de cem habitantes, o estado deveria reservar obrigatoriamente, área não inferior a uma légua quadrada para serventia pública dos respectivos moradores

o modo de vida e a relação que esses trabalhadores possuíam com a terra, assim como o próprio tempo e costumes foram modificados. Buscamos compreender nessa dissertação também as alianças por eles articuladas tanto com a FASE e alguns STR's, quanto com a Igreja Católica da Prelazia de Cametá.

A presença da Igreja Católica por meio dos padres e freiras progressistas, bem como da FASE foram vitais para as ações promovidas por esses trabalhadores, os encontros gerados, os cursos de formação de lideranças, as cantinas comunitárias, os cursos de saúde, os cursos de agricultura, assim como os sítios experimentais e os apoios oferecidos a criação das Leis Anilzinho I e II: A Lei dos Posseiros, que afirmava o que já era costumeiro, habitar a terra e dela tirar seu sustento, pois a terra era vida e por ela se fosse necessário eles iriam lutar.

Os projetos propostos ainda pelo Concílio Vaticano II e pelas conferências de Medellín e Puebla à Igreja Católica, assim como as reuniões dos bispos do Amapá e Pará, demonstrou-nos as circularidades das informações, fenômeno que o historiador Serge Gruzinski (1997) denomina de histórias conectadas, fato em que elementos da história de sujeitos locais estão conectados com a história do mundo. Mais uma vez afirmamos que o processo ocorrido nessa região, estão diretamente articuladas a processos globais. A Igreja católica dessa região na década de (1970 a 1990) esteve fortemente associada aos trabalhadores rurais, a parceria com esses sujeitos trouxera consequências e uma delas foi o afastamento de alguns membros das elites locais dos ritos da igreja de forma que essas elites passaram a identificá-los como adversários e não mais sentiam-se a vontade nas missas, romarias e passeatas promovidas por esses clérigos.

Não podemos deixar de verificar o posicionamento e crises das elites locais e dos poderes Legislativo e Executivo contra essa mesma igreja que questionava e não compreendia muito bem o que estava acontecendo com a instituição. Outra questão que necessita ser analisada são os projetos práticos realizados nas microrregiões do estado e a tomada de posição a favor “dos pobres” como no caso da construção do CIMI que assistia as populações indígenas que reagiram à interferência dos projetos do governo militar.

Além dos padres progressistas presentes na região, poderemos analisar futuramente também a presença de comunistas, este era o caso de alguns dos componentes da FASE – Tocantins como Humberto Cunha, e os três trabalhadores rurais pertencente à Prelazia de Cametá que foram expulsos juntos com a FASE e foram

associados com essa entidade para Abaetetuba e tiveram uma atuação direta nas greves operárias que ocorreram em Barcarena ao longo da década de 1980.

Os encontros de formação promovidos pela Igreja Católica em parceria com os trabalhadores rurais do Baixo Tocantins, bem como os cursos de agricultura familiar promovido nos sítios experimentais de Bração-Miri, Aricurá e Curuçambaba foram positivos para que esses sujeitos estivessem reunindo com suas famílias periodicamente para o compartilhamento de experiências. Outros momentos de construção de identidade para esses sujeitos foram os encontros de 1º de maio, 25 de julho, Dia do Trabalhador Rural, e as Leis Anilzinhos I e II e seus sucessivos encontros foram efetivos para a construção de uma cultura política que durou mais de uma década na região. Já afirmamos anteriormente que existem muitos campos abertos a serem pesquisados como a questão da morte do Benezinho, a presença dos comunistas no Baixo Tocantins ou mesmo as greves operárias de Barcarena são várias perspectivas para o futuro, esperamos que algumas respostas para essas perguntas sejam dadas com a tese de doutorado que já está em andamento, mas outras questões que serão abarcadas por esse processo dizem respeito aos projetos desenvolvidos pelos padres lazaristas e xaverianos nessa região como as cantinas comunitárias, cred-gado, sítios experimentais, as criações de aves, apicultura, ovinos e suínos, as plantações de guaraná, cupuaçu e pimenta-do-reino, os cursos de medicina alternativa, parteira, de formação de lideranças ou animadores de comunidade como eram conhecidos. Outro ponto a ser analisado seria os encontros promovidos por esses religiosos e a construção de identidades desses grupos que se reconheceram pertencentes a uma mesma classe social, assim como as estruturas representativas construídas por esses sujeitos.

Deverão ser melhor analisados o funcionamento do “BRASIL OP WEG, MISERIOR, ADIUTO” que funcionava como um fundo de ajuda aos projetos da Teologia aqui no Brasil e em outros países da América Latina. Pois é do nosso conhecimento que houve inúmeras discussões sobre a auto sustentação desses projetos da Igreja Progressista e também dos movimentos sociais. Uma dessas ideias era que a Igreja poderia promover suas próprias plantações agrícolas para poder ter condições de promover seus encontros e seus cursos de formação e treinamento para não mais precisar da cooperação internacional. Estamos, nesse aspecto, alinhados a novas perspectivas historiográficas que trata os trabalhadores rurais, os posseiros, ribeirinhos, castanheiros e seringueiros como sujeitos ativos que resistem às imposições do projeto de dominação militar e que, acima de tudo, interagem com outros setores da sociedade.

Particularmente nas questões envolvendo o campo e também dos sujeitos e órgãos administrativos que fizeram parte desse processo. Podemos verificar que a presente pesquisa trouxe algumas respostas e dessa forma contribui para a discursão sobre conflito agrário no país, mas mais do que respostas, traz inúmeras indagações abrindo as probabilidades de pesquisas.

As campanhas para fazer oposição sindical e política ganhou fôlego na década de 1980, na década seguinte, aos anos 2000, algumas prefeituras do Baixo Tocantins foram conquistadas por trabalhadores rurais que fizeram parte de todo esse processo de oposição política, sindical e de formação de animadores de comunidade, entre elas está a prefeitura de Igarapé-Miri, Baião, Cametá e Oeiras do Pará. Essa microrregião foi o berço da criação da CUT da fundação do PT. Os cursos de lideranças ou de animadores de comunidade possibilitaram que vários desses sujeitos se projetassem no âmbito da política partidária, em sua grande maioria eram trabalhadores rurais que estiveram engajados nos cursos de formação, tornaram-se vereadores, prefeitos, deputados e senadores, a maior parte possivelmente pelo Partido dos Trabalhadores – PT. Alguns se tornaram lideranças sindicais ou seguiram caminhos diversos e vários se mantêm ainda em movimentos sociais referentes ao campo.

Houve diversas articulações desses trabalhadores a nível nacional, tanto que uma delas possibilitou a vinda do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva e a eleição de Avelino Ganzer para a CUT nacional, que inicialmente presidiu o Sindicato dos trabalhadores Rurais de Santarém e depois tornou-se vice-presidente e fundador da CUT. Portanto, dentro do Pará, no final da década de 1970 ameados de 1980, houve uma maior aglutinação dos trabalhadores rurais de diferentes microrregiões e, na maior parte deles, temos a presença da Igreja Católica Progressista. Esse fenômeno ainda é uma seara aberta e que necessita de mais pesquisas para serem melhores compreendidos.

Existem vários trabalhos que abordam o sul e sudeste do Pará, no que tange os conflitos por posse de terra, mas em relação à região do Vale do Tocantins, mais especificamente o Baixo Tocantins, ainda existe muito a ser pesquisado. Por exemplo os municípios de Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba e Baião ainda são caracterizadas por possuírem pequenas propriedades e agricultura predominante é a familiar, essa foi uma das heranças deixadas por essa organização política, portanto o que predominou nesses municípios até 1981 foram as pequenas propriedades e não o latifúndio, ao contrário do sul-sudeste do estado.

A comunidade, que passou por todo esse processo de conflito e onde foi o berço de nascimento da Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros, tornou-se uma reserva extrativista (RESEX). A RESEX Ipú-Anilzinho, que surgiu em 14 de junho de 2005, possuindo 55.816, 10 ha, foi amparada pela Lei n 9.985/2000, mas esse é um outro processo que também serão páginas de uma outra parte da história dessa microrregião.

Em vinte anos, a dinâmica da região do Baixo Tocantins mudou, os conflitos agrários aumentaram exponencialmente, “pipocaram nas décadas de 1970 a início de 1980” e por perderem quase sempre para seus inimigos as suas posses de terra, os trabalhadores rurais resolveram se aglutinar e construir resistência: “estavam cansados de perder”, resolveram brigar pela terra, pois se ela “não fosse vida, não lutariam por ela”. Levando toda a realidade que os cercavam, resolveram construir sua própria lei, lei esta que de fato os representava, que respeitava seus costumes de uso da terra, não era mais a lei promovida pelo Estado, pois, segundo a sua concepção de permanência na terra, as leis do Estado eram injustas, a cultura desses sujeitos estavam impregnadas da concepção de trabalho na terra e não de títulos definitivos e, para protegê-la, iriam reagir ao ataque da grilagem com armas se fosse preciso com terçado, enxada, foice e espingarda, pois, na visão daqueles trabalhadores, a terra era para quem nela trabalhava e por isso acreditavam numa Reforma Agrária Radical e Imediata e, como demonstração do reconhecimento que pertenciam a uma dada classe, valorizavam o 25 de julho, Dia do Trabalhador Rural. Muitos desses sujeitos estavam dispostos a irem para luta para ocuparem as terras que seriam de seu direito, pois acreditavam que, ou na lei ou “na marra”, a terra pertenceria aos trabalhadores, pois “a terra era para quem nela trabalhava, a história não iria falhar com e eles iriam vencer”.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Aggiornamento Agônico. A trajetória das instituições religiosas como mediadoras dos conflitos agrários na Amazônia*. In: LACERDA, Paula Mendes (org.). *Mobilização social na Amazônia* [recurso eletrônico]: a „luta“ por justiça e por educação. 1. ed. Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, Gelson Rozentino. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: (1979 -1989)*-Rio de Janeiro: Garamond 2011.
- AMARAL, Patrícia Raquel Moura “ Anilzinho, um exemplo da História de luta pela terra no campo paraense no final d século XX, Belém pphist. 2010.
- ANTONACCI, M. A. M. . *Cultura, Trabalho, Meio-Ambiente: Estratégias de "empate" no Acre*. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, SÃO PAULO/SP, v. 15, n.28, p. 247-267, 1995.
- ARENZ, Heinz Karl & VASCONCELOS, George Alexandre Barbosa de. “*Encarnação e Libertação*”: os ecos do Concílio Vaticano II na Amazônia brasiLeira.Revista BrasiLeira de História das Religiões,ANPUH, Ano VII, n. 19, vol. 7, Maio 2014 - ISSN 1983-2850.
- AZEVEDO, Rosa. “*Conflitos agrários no Pará*”. *Contando a História do Pará, Volume II: Os conflitos e os grandes projetos na Amazônia Contemporânea (Século XX)*, Belém – Organizadora: Edilza Joana Fontes. Belém: E. Motion, 2002.
- BATALHA, Claudio H. M: *Os Desafios Atuais da História do trabalho. Anos 90*, Porto Alegre, v, 13, n. 23/24 p.87- 104, jan/ dez. 2006.
- BEZERRA, Viviane Prado “*A Igreja está ao Lado da Libertação*”: *Experiências de uma pastoral Popular no contexto da ditadura militar no Ceará*. Revista História 2010.
- BLOCH, Marc. *A Estranha Derrota*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. Revista Estudos Avançados. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>.
- COIMBRA, Adriana Modesto. *A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da engenharia e da arquitetura na modernização de Belém – 1897-1938*. Dissertação defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2014.

COIMBRA, Oswaldo; *A Denúncia de Freio Betto Contra o Arcebispo do Pará, em 1964: Dom Alberto Ramos Mandou prender seus padres*: Belém: Paka-Tatu, 2003.

Conflitos no Campo – Brasil 2014 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014

CORIO, Maria de Lourdes Dela Fáveri. *O personagem “Chico Bento”, suas ações e seu contexto: um elo entre a tradição e a modernidade*. 2006 - 176p. Dissertação de Mestrado. Universidade de Marília, Marília, 2006.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia: Pará estudo sobre a região das ilhas em Cametá, Pará, Brasil* 1997.

COSTA, Tony Leão. “*Música de Subúrbio*”: cultura popular e música popular na hipermargem de Belém do Pará. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. *NEGROS ESTRANGEIROS - Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Dias, Alfredo Gomes. *Diáspora macaense: Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952)* 1958 tese de doutorado apresentado a Universidade de Lisboa Instituto de Geografia e ordenamento do território.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Estado e agricultura em Goiás: escritório privado de consultoria e políticas públicas no governo Mauro Borges (1961- 1964)* Niterói 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Mini Aurélio*. 7.ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FICO, Carlos. Versões e controversas sobre 1964 e a ditadura civil- militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.4, n.47, p 29- 60, 2004 a.

FIGUEIREDO, Aldrin. *Eternos modernos: uma historia social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Tese defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2001. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000232425>.

FONTES, Edilza J. O. . *O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias..Opsis (UFG)*, v. 14, p. 338-358, 2014.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *O Pão Nosso de cada dia: trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhistas (Belém 1940- 1954)* Belém: Paka – Tatu, 2002.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. **O peão de trecho e o peão de casa:** a identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da

- ALBRÁS/ALUNORTE. In: Sonia Barbosa Magalhães; Rosyan de Caldas Britto; Edna de Castro. (Org.). *Energia na Amazônia*. 1ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996, v. 1, p. 335-348.
- FONTES; Edilza Joana de Oliveira. *A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra no Pará (1960-1962)*. 2015.
- FRENCKEN, Geraldo. *Em missão: Padres da Congregação da Missão (Lazarista), no Nordeste e Norte do Brasil*. 1 Ed. Fortaleza: edições UFC, 2010.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 249-279, 280-293.
- GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. 1 Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GRUZINSKI, Serge. *Local, global e colonial nos mundos da monarquia católica : aportes sobre o caso amazônico* », *Revista Estudos Amazônicos*, Belém (Brasil), II, 1, juillet-décembre 2007, p. 11-27.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha. *O Cristianismo e a formação da Moderna questão Agrária Brasileira*. In: *Sentimento de Reforma Agrária, sentimento de República*/Delsy Gonçalves de Paula, Heloisa Maria MurgelStarling, Juarez Rocha Guimaraes Rosa (organizadores) – Belo Horizonte: editora UFMG, 2006. *História*, São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993. (p. 07-28).
- HENNESSY, Alistair. (1978) *The frontier in Latin American history*. London, Edward Arnold.
- HOBBSAWM, Eric J. *TEMPOS INTERESSANTES - Uma vida no século XX*. Editora: Companhia das Letras. 2002.
- HOBBSAWM, Eric: *Era dos Extremos; O breve século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWN, Eric : *Sobre História*., São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, Octavio. *Tipos e mitos do pensamento brasileiro*. Sociologias. Porto Alegre. Ano 4, no 7.
- IOKOU, Zilda Gricoli. *Igreja e Camponeses: a teologia da libertação e os movimentos sociais no campo Brasil e Peru 1964- 1986*. São Paulo: Hucitec, 1996. jan/jul 2002.

KITAMURA, Paulo Choji. Castanhais nativos de Marabá- Pa: Fatores de depredação e bases para a sua preservação. Belém, EMBRAPA- CPATU, 1984. 32 p. Ilust. (EMBRAPA- CPATU. Documentos, 30).

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência, 1889-1916*. Belém: Ed. Açai, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-105321/pt-br.php>.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LEWY, Charmain: *Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasiLeira e o fórum social mundial*. Religião & Sociedade Print version ISSN 0100-8587 **Relig. soc. vol.29 no.2 Rio de Janeiro 2009** <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872009000200009>.

LOWY, Michael. “Cristianismo da libertação e marxismo: de 1960 a nossos dias”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos de 1960*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

MARTINS, José de Souza. *A vida privada nas Áreas de expansão brasiLeira da sociedade brasiLeira*. In: *Novais, F. História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo companhia das Letras, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano/ 2ª ed., 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2012*.

MARTINS, José de Souza. Impasses políticos dos Movimentos sociais na Amazônia. *Tempo social: Ver. Socio. USP, São Paulo (1):131-148*.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra* 9. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: contexto 2013.

MINISTÉRIO DO INTERIOR SUPERETENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA COORDENADORIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO TOCANTINS, RESUMO, BELÉM, SUDAM 1975.

MONTEIRO, Benedicto. *Direito Agrário e processo fundiário*. Rio de Janeiro: PLG comunicação, 1980.

MORAIS, Clodomir de. *Dicionário de Reforma Agrária – Porto Velgo: Edufro, 2003*.

MOTTA, Márcia (organizadora) *Dicionário da terra- Rio de Janeiro: Civilização BrasiLeira, 2005*.

- MOTTA, Márcia. *Direito a terra no Brasil: a gestão do conflito, 1795- 1824*. São Paulo: Alameda, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Do outro lado da cerca; Os conservadores e a reforma agrária*. In; *Sentimento de Reforma Agrária, sentimento de República/Delsy Gonçalves de Paula, Heloisa Maria MurgelStarling, Juarez Rocha Guimaraes Rosa (organizadores) – Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.*
- MOTTA, Rodrigo Pato Sá. “O MDB e as esquerdas”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Arão (Orgs). *Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964*. RJ: Civilização Brasileira, 2007.
- MULLER, Ricardo Gaspar & MUNHOZ, Sidnei J. *Edward Palmer Thompson*. In *Historiadores de Nosso tempo*. ORG, Marcos Antônio Lopes, Sidnei J. Munhoz. São Paulo: Alameda, 2010.
- MULLER, Ricardo Gaspar, Duarte, Luiz Adriano & Adriano Luiz Duarte (Org). *E.P. Thompson: Política e Paixão – Chapecó: Argos, 2012.*
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: *Projeto*
- PANTOJA, Esperidião da Costa: *A comunidade Eclesial de Base Conceição na luta pela terra em Abaetetuba no Ano de 1984*. 2003
- PAUL, Ricoeur. *A memória, a história, o esquecimento* tradução de Alain François [et al). Campinas, sp: Editora da Unicamp, 2007.
- PAULA, Delsy Gonçalves de & SOARES, Paula Elise. *Uma história recôndita: A orientação socialista e as lutas no campo brasileiro* In; *Sentimento de Reforma Agrária, sentimento de República/Delsy Gonçalves de Paula, Heloisa Maria MurgelStarling, Juarez Rocha Guimaraes Rosa (organizadores) – Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.*
- PEDRAZZANI, Gabriel & LEITAO, Wilma :Os Asuriní da Terra Indígena Trocará (PA) e os Impactos Etnoambientais: do contato à instalação da UHE Tucuruí IV Encontro Nacional da Anppas4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília – DF – Brasil
- PEDRAZZANI, Gabriel & LEITÃO, Wilma. O Povo Asuriní da terra Indígena Trocará (PA): Políticas Públicas e os Impactos Etnoambientais Da UHE Tucuruí. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, emPorto Seguro, Bahia, Brasil (2008).
- Pereira, Airton dos Reis, 1966- P436p O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da

PEREIRA, Airton dos Reis: *Do posseiro ao sem terra: A luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra: A Luta dos Trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará* – (Marabá Pará- 2008).

PESSOA, Fábio : O pensamento radical no movimento camponês: História e Memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia (1975-1985): 2013.

Peter Burke. *A fabricação do rei. A construção da imagem pública de LuisXIV*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

PETIT, Pere. *A esperança equilibrista; a trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boi Tempo NAEA – UFPA, 1996.

PETIT, Pere. *Chão de promessas elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. *Tucuruí a barrada ditadura*. Edição do Autor setembro de 2010.

POLLAK, Michael - 1989 - “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

RÉMOND, René. *Por uma historia política*. Editions Du Seuil. 2003.

RIBEIRO, Maria de Fátima Vasconcelos: *O Campesinato em Abaetetuba: Uma história de luta, diante das transformações*. 1994.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2002.

RODRIGUES, Carmem Izabel. *Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano*. Belém: NAEA, 2009.

ROSÁRIO, Ana Andrade “Ver, Julgar, e Agir” Alas conservados e progressista da Igreja Católica” Discutem as comunidades eclesiais de base (1978- 1982) UFPA 2002.

SACRAMENTO, Elias Diniz. *A luta pela terra numa parte da Amazônia o trágico 07 de Setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos*. Belém: Açáí, 2009.

SACRAMENTO, Elias Diniz. *As almas da terra: a violência no campo paraense*. Belém, 2007, Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), IFCH/UFPA, 2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970- 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Edileuza dos. *Vila Arraias: espaço de sobrevivência, morte e núcleo na luta pela terra na PA-150 (1970-1985)*. Belém, 2007, Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) IFCH/UFPA, 2007.

SCHMINK, Marianne & WOOD H.Charles Conflitos Sociais e formação da Amazônia.[Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura] Belém: ed.ufpa, 2012.

SILVA, Helenice Rodrigues da Revista Brasileira de História On-line version ISSN 1806-9347 Rev. Bras. Hist. vol.22 no.44 São Paulo 2002 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200008> "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória Silva, Moisés Pereira. Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986) [manuscrito] / Moisés Pereira da Silva. 201.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira: *O tempo das Utopias Religião e o Imaginário da Teologia da Libertação dos anos de 1960 aos 1990*, Rio de Janeiro, 2013. GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971- 1980): a visão da espionagem. 1 Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: Subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.

SOUZA JUNIOR, José Alves. *Tramas do cotidiano: Religião, política, guerra e negócios no Grão Pará do Setecentos*. Belém: Ed.ufpa. 2012. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=158013.

THOMPSON, E.P . *Costume em Comum - estudo sobre cultura popular tradicional*. São Paulo Companhia das Letras. 1996.

THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores*. Trad. Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. José Jobson de Andrade Arruda. R. História, São Paulo, n. 121, p. 127-133, ago/dez. 1989. Ensaios Bibliográficos A NOVA HISTÓRIA SOCIAL DO CRIME

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária Inglesa I e II*. a árvore da liberdade e A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VELHO, Gilberto. *Observando o familiar*. In: NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra -1777 a 1980-* 2. Ed. Revisada e ampliada. Boa vista: editora da UFRR, 2014.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade: na história na literatura*; tradução Paulo Henriques Britto. – São Paulo: Companhia das letras 2011.

Jornais:

A Voz do Lavrador (Ano I, de outubro de 1979).

A Província do Pará (outubro e novembro de 1981).

Jornal O Liberal (1977, 1979 e década de 1980).

Diário Oficial do Estado do Pará de (1975-1981).

Documentação:

A referência se faz às várias correspondências políticas e atos de reuniões analisados nos arquivos da Prelazia de Cametá.

Ação de protesto da Família Benchimol direcionado à comarca de Tucuruí. Diário Oficial do Estado, 23 de fevereiro de 1980.

Anais da Assembleia Paraense de 1975- 1981.

Análises de Jornais (informativos) da Prelazia de Cametá do Ano de 1979 número, 04, 05 e 06. Ano de 1980 Número 01, 03, 04, 07 e 08, ano de 1981 número 01 (março) 02 (abril), 03 (maio), 04 (agosto), 05 (outubro) e 06 (novembro de dezembro).

Análises de Jornais (informativos) da Prelazia de Cametá do Ano de 1979 número, 04, 05 e 06. Ano de 1980 Número 01, 03, 04, 07 e 08, ano de 1981 número 01 (março) 02 (abril), 03 (maio), 04 (agosto), 05 (outubro) e 06 (novembro de dezembro).

Boletins da CC'S 1981 número 01 de Março e número 02 de abril.

Boletins de Novembro, 06 de dezembro 1989.

Cânticos Livro do X Encontro Anilzinho.

Cânticos, Livro Siriá do Açaí. IX Anilzinho, 1990.

Carta aberta a população da Prelazia de Cametá redigida pelo Pe. HenricusRugians, em 1980.

Carta de reposta da FASE sobre o rompimento entre a prelazia de Cametá e a entidade em 09 de outubro de 1980.

Carta de rompimento da prelazia de Cametá com a FASE, 03 de outubro de 1980.

Carta enviada ao presidente do Iterpa pelos trabalhadores em 1982.

Cf. Correspondência política entre Dom José Elias Chaves e o então senador Jarbas Passarinho, o documento trata-se de uma Carta reivindicatória resultado de uma Assembléia destinada ao senador, assinado pelo reverendíssimo, o senador responde num manuscrito no canto direito (Carta enviada 09-01-88 e respondida em 08-02-88).

Correspondência política oficial entre o então Deputado Gerson Peres e Dom José Elias Chaves, Dezembro de 1984.

Correspondências políticas entre o então Deputado Gerson Peres e Dom José Elias Chaves, Dezembro de 1988.

Cronologia das Eleições no Brasil (1945 - 2010) e resultado das eleições gerais no Pará de 1945 a 2006.

Decreto Estadual N.3691- De 14 de Agosto de 1961.

Documentação da Lei Anilzinho I de 10 e 11 julho de 1980 e a Lei Anilzinho II 6 a 8 de novembro de 1981.

Documento Diversos do STR de Cametá.

Documento sobre a reforma agrária radical na visão dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins. 23 de agosto de 1980. Arquivos da FASE.

Documentos de Puebla. São Paulo: Paulus, 2004.

Documentos Medellín, 1968. São Paulo: Paulus, 2004; Puebla, 1979.

Documentos, de Medellín - 1968. São Paulo: Paulus, 2004.

Documentos, do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus; CELAM – Conselho Episcopal Latino Americano, 2004, 1957.

Encontro Anilzinho Nova América, 20-24 de outubro de 1989.

Governo do Estado do Pará, Instituto de Terras do Pará, ITERPA, Sistema fundiário Nacional diagnóstico Fundiário (1975).

Homília, pronunciada pelo bispo de Cametá na festa de São João Batista (24-06-81), que foi distribuída às comunidades da Prelazia a fim de que todos tomassem conhecimento do seu texto integral (Arquivo da Prelazia).

Jornal A Província do Pará de 18 de outubro de 1980, 1 de outubro de 1980 e 01 de novembro de 1980.

Lei n 913 de 4 de dezembro de 1954.

Levantamento do Fundo Rotativo da FASE – Tocantins entre 1973- 1978. Arquivos da FASE – Belém.

Processo de vendas e compras de terras Antônio Lira dos Santos. Acervo do ITERPA.

Processo de vendas e compras de terras de Oswando Alves Fernandes. Acervo do ITERPA.

Processo de vendas e compras de terras de Raimundo Pereira Santos (1899). Acervo do ITERPA

Relatório da congregação das Filhas da Caridade a respeito de sua atuação em Oeiras do Pará de 1971. Arquivos da FASE.

Relatório da FASE – Cametá do I Semestre de 1978.

Relatório da missa em homenagem ao dia do Trabalhador Rural e da posse do STR que correu em Oeiras do Pará em 29 de julho de 1979.

Relatório do Encontro ocorrido entre 11 a 14 de setembro de 1979, entre os bispos do Amapá e Pará, arquivos da Cúria de Cametá e da CNBB.

Relatório do Problema de Terra em Carapina, primeira reunião março de 1982.

Relatório Encontrado nos Arquivos da com FASE com o título “Grileiros Expulsam e Perseguem o povo de Anilzinho e destroem seus Castanhais” de 28 de outubro de 1979

Relatório realizada em homenagem ao dia do trabalhador rural 29 de julho de 1979

Relatórios Anilzinho de 1980 a 1990.

Relatórios da FASE Tocantina com sede em Cametá.

Relatórios da SUDAM (1972- 1975).

Relatórios diversos da CNBB a respeito da então Prelazia de Cametá.

Relatórios diversos da CPT a respeito da então Prelazia de Cametá.

Revistas Das Comunidades Cristãs de 1979 a 1992.